



SENADO FEDERAL

Relatório da Presidência

**Referente aos trabalhos da 4.^a Sessão
Legislativa Ordinária e das 3.^a e 4.^a
Sessões Legislativas Extraordinárias
da 48.^a Legislatura.**

Presidência do Senhor
Senador NELSON CARNEIRO

ÍNDICE

	Pág.
I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	7
II — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA	11
III — O SENADO FEDERAL NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 48. ^a LEGISLATURA	19
A — Composição Partidária	21
B — Alteração na Representação dos Estados	28
C — Renúncia	30
D — Afastamento para exercer cargo previsto no art. 56, I, da Constituição .	31
E — Afastamento do País	32
F — Licenças concedidas	35
G — Solicitações do Supremo Tribunal Federal para prosseguimento de ação con- tra senadores	37
H — Direção	38
H.1 — Mesa Diretora	38
H.2 — O Presidente do Senado na Presidência da República	38
I — Lideranças	39
J — O Senado Federal em funcionamento	41
J.1 — Sessões realizadas	41
J.2 — Comparecimento de Ministro de Estado	43
J.3 — Representação Externa	44
J.4 — Comissões	46
1 — Comissões Permanentes	46
2 — Comissões Parlamentares de Inquérito	62
3 — Comissões Temporárias para exame de Códigos	68
4 — Comissões Temporárias para exame de Propostas de Emenda à Constituição	72
J.5 — Participação dos Senadores nos trabalhos da Casa	76
J.6 — Matéria Legislativa	79
1 — Propostas de Emenda à Constituição	79
2 — Projetos de Lei do Senado	80
3 — Projetos de Lei da Câmara	130
4 — Projetos de Decreto Legislativo	163
5 — Projetos de Resolução	186

	Pág.
6 — Requerimentos	199
7 — Indicações	225
8 — Propostas de Fiscalização e Controle	226
J.7 — Escolha de Autoridades	227
J.8 — Atividades do Senado Federal como Câmara Legislativa do Distrito Federal	231
1 — Comissão do Distrito Federal	232
2 — Projetos de Lei do Distrito Federal	234
3 — Vetos apreciados	241
4 — Escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal	242
5 — Questões de Ordem	242
J.9 — Jornalistas credenciados	243
J.10 — Diversos	245
1 — Comissão Parlamentar Conjunta de Integração Brasil/Argentina	245
2 — Comissão Representativa do Congresso Nacional	245
3 — Eleição dos integrantes do Conselho da República	246
4 — Questões de Ordem	247
IV — O CONGRESSO NACIONAL EM REUNIÃO CONJUNTA DE SUAS CASAS	
A — Sessões realizadas	253
B — Comissões Mistas	254
1 — Constituídas para estudo de matérias legislativas	254
2 — Parlamentares de Inquérito	255
3 — Especiais	260
C — Matérias Legislativas	264
1 — Projetos de Lei	264
2 — Medidas Provisórias	269
3 — Projetos de Resolução	282
4 — Vetos	284
5 — Requerimentos	289
D — Participação nos trabalhos	369
V — A TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 48.^a LEGISLATURA	
VI — A QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 48.^a LEGISLATURA	
VII — PALAVRAS FINAIS	

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente relatório, como os anteriores, tem por finalidade o registro das principais atividades do Senado e do Congresso Nacional, quando em reunião as duas Casas, desenvolvidas durante a 4ª sessão legislativa ordinária e as 3ª e 4ª sessões legislativas extraordinárias da 48ª Legislatura.

Registramos nosso doloroso pesar pela ausência de nosso convívio dos insignes homens públicos, Senadores Luiz Viana Filho e Afonso Arinos de Melo Franco, falecidos, respectivamente, em 6 de junho e 27 de agosto de 1990, e do Senador Olavo Pires, brutal-

mente assassinado no mês de outubro, em Rondônia, quando em campanha à sua eleição para governador daquele estado, já disputando o segundo turno eleitoral.

Integram, ainda, o presente relatório dados sobre alguns eventos ocorridos nesse período e que a Presidência achou por bem deixar registrados em capítulo específico, esclarecendo, para o futuro pesquisador, que a sua publicação no **Diário do Congresso Nacional** (Seção II), é feita na data imediata àquela de sua ocorrência.

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

II — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência ao art. 57, item I, do § 3º, da Constituição, e sob a Presidência do Senador Nelson Carneiro, o Congresso Nacional reuniu-se às 15 horas do dia 15 de fevereiro, em sessão solene, destinada à instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa ordinária da 48ª Legislatura.

Além do Presidente, fizeram parte da Mesa o Senador Mendes Canale e, ainda, os Deputados Paes de Andrade, Presidente da Câmara dos Deputados e Luiz Henrique, Primeiro Secretário. Participaram também, como convidados especiais, o Ministro José Nery da Silveira, Presidente do Supremo Tribunal Federal e S. Exª Revmª o Núncio Apostólico, como representante do Corpo Diplomático.

Em seguida foi introduzido no plenário, por comissão de líderes partidários, S. Exª o Presidente da República, Dr. José Sarney que, passando a integrar a Mesa, fez a entrega da Mensagem Presidencial que continha o Plano de Governo para 1990.

Após a instalação da sessão legislativa, ouviu-se o Hino Nacional e, inovando o protocolo político-legislativo, S. Exª, o Senhor Presidente da República, leu a seguinte mensagem:

“Srs. Congressistas, envio ao Congresso Nacional a última mensagem do meu mandato.

Renovo, mais uma vez, minha homenagem a esta instituição, coração e alma do sistema democrático.

Lanço os olhos no tempo. Recordo a manhã de 15 de março de 1985. Com a doença, e depois a morte de Tancredo Neves, coube-me dirigir a Nação no seu período mais difícil, porque mais cheio de cobranças políticas, em toda a nossa História.

Somavam-se esperanças e dificuldades. As liberdades, até então represadas, explodiam em reivindicações e gestos de intolerância. A ânsia de mudanças atropelava os fatos. Tive a tarefa gigantesca e quase impossível de administrar e dar equilíbrio a uma aliança de forças heterogêneas que fora construída,

em precária engenharia política, para possibilitar a travessia do regime autoritário para o pleno estado de direito.

Há um tempo de semear e um tempo de colher. É possível que o tempo de colher seja mais glorioso. Mas é o tempo de semear que determina o que se vai colher. Num período de múltiplas transições internas e externas que vivemos nos últimos cinco anos, coube-me plantar e poucas vezes colher.

Plantei o exemplo da paciência política, essencial à convivência democrática.

Plantei os ventos da liberdade que varreram o País inteiro.

Plantei as modificações institucionais promovidas sem hesitação.

De logo, toda a legislação autoritária foi revogada, restabelecendo-se ampla liberdade política e de associação sindical. Realizávamos a primeira eleição: de prefeitos das capitais e dos municípios de segurança nacional. Os partidos com estigma de clandestinos vêm à luz da legalidade, grupos e facções que operavam fora da lei são cooptados pelos novos tempos e exercitam suas idéias dentro do sistema partidário, sem medo e sem restrições. Acabam-se as discriminações, criam-se novos partidos. Registram-se centenas de novos sindicatos. As grandes centrais falada e escrita adquirem total capacidade de ação. Vivifica-se o tecido social e estimula-se o poder criativo de uma sociedade verdadeiramente livre e aberta.

Semei o exemplo de respeitar, até o limite dos exageros, a liberdade de imprensa, do rádio e da televisão, porque entendo que a prática da liberdade corrige os excessos. Não apenas nos veículos de comunicação, mas em todo o processo de circulação de informações da sociedade. Nunca usei do direito legal de medidas judiciais. A Presidência tem um poder que não deve ser usado como força inibidora da crítica, nem para intimidar, promover a autocensura, policiar consciências, discriminar veículos.

Paciência e liberdade

Semeiei a conciliação e a tolerância políticas na busca da mais ampla convivência democrática. Os poderes da Presidência foram contidos para que maior fosse o poder do povo. A sociedade libertou-se do medo, e está pronta para exercer seu direito de opinião e de crença.

Semeiei o exemplo da paciência, da tranquilidade e da compreensão como antídoto às paixões deflagradas. Prefiri ser injustiçado a cometer injustiças; silenciar, a fazer calar. E hoje me orgulho de ter contribuído, através de meu comportamento pessoal, para que o País reencontrasse, na paz, o caminho da reconciliação de uma sociedade dividida pelo ódio, pelo ressentimento, pela amargura e pela prepotência. O Presidente da República devia ser o árbitro e não o protagonista. O que a muitos parecia fraqueza, na verdade era a força da coragem para esta radical mudança na vida nacional, cuja consciência vivia submetida e entorpecida pelo receio da tutela.

A diretriz era a de, sob qualquer sacrifício, criar uma sociedade verdadeiramente democrática, e não um simples exercício simulado de elites.

Tornava-se necessário abrir espaços para a maioria desprotegida e pobre. Para que ela não somente tivesse o voto formal, mas também o poder de opinar, de participar, de decidir.

Inicia-se um novo tempo. O fim de uma era do monopólio dos privilegiados. Os trabalhadores organizam-se e têm liberdade para reivindicar de maneira firme. Deflagram-se mais de dez mil greves. O Governo absorve até mesmo os ataques mais violentos, as injustiças de que é alvo, sabendo que fazem parte de um momento de travessia. Os dissídios nunca mais serão caso de polícia: resolvem-se pela via do entendimento ou pelo julgamento superior da Justiça. Nenhuma prontidão militar, nenhum ruído quanto a hierarquia e a disciplina. Nenhuma manifestação terrorista conspiratória. Nenhuma violência. Os militares profissionalizam-se, modernizam suas Forças. O Presidente da República exerce em plenitude o Comando Supremo, consciente de que entre suas atribuições está a de zelar pelo prestígio dos comandados. Estes cumprem seu dever constitucional de garantir a transição, e exercem sua missão com impecável lealdade à Nação.

Em 1986 realizam-se eleições para governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Novos quadros participam da política nacional. Concomitantemente, a democracia se derrama por um sistema de capilaridade irreversível a todos os setores. O povo se organiza. Associações são criadas: de bairro, de donas-de-casa, de moradores, religiosas, de

lavradores, de operários, comerciantes, de pequenas indústrias, patronais, de produtores, de profissionais liberais, de estudantes, de intelectuais. Surgem milhares de novos sindicatos. Enfim, todos buscam participar. É a democratização da sociedade.

Mas, para que esse processo possa fluir livremente, é indispensável a liberdade. E a liberdade existe, não é retórica. Ela dá força, conteúdo, base e permeia o processo. A união, a consciência da cidadania, dos direitos são exercidos, e começa a pertencer a todos o poder público, que é a síntese de todos os poderes, e não a democracia formal e sem povo.

O grande ideal da República, de integração do povo, que há cem anos perseguimos, começa a se concretizar. Para muitos, esse panorama em ebulição é a anarquia, a debilidade, a exigir a força da autoridade. Para os verdadeiros democratas essa paisagem e essa efervescência constituem afirmação de vitalidade e mutação, e não manifestação patológica.

Compreender esse fenômeno é compreender a formação histórica. Estamos ainda muito próximos dos fatos, para visualizá-los em profundidade. Nós somos parte dos próprios fatos, protagonistas, participantes, atores e público, sujeito e objeto deles, como um todo. Deles não participei passivamente. Eu tinha consciência de que somente essa postura transformaria a sociedade. Outra atitude levaria ao confronto, à violência, à derrota da democracia.

A absoluta atmosfera de liberdade que respiramos sepultou o tempo dos temores, dos truncamentos institucionais, das ameaças de golpes, das conspirações, das fraudes, das interferências governamentais para influenciar e deformar a vontade do povo, das baixas práticas eleitorais, do subdesenvolvimento político, das manobras para a continuidade no poder.

Essa conquista a sociedade deve encará-la com equilíbrio e naturalidade, sem cair no fosso de um desencanto insatisfeito nem subir à euforia de quem acha que tudo foi alcançado.

Em nenhuma das eleições realizadas durante meu mandato houve qualquer arguição de interferência do Governo. Nenhuma denúncia de manipulação, nenhuma querela eleitoral. E tivemos cinco eleições: 1985, 1986, 1987, e duas em 1989.

Sei que é difícil ver esse trabalho com isenção, porque ele não se insere no rol dos bens materiais. É uma obra política e, portanto, impalpável. E a memória política vive do instante, das luzes momentâneas das vitórias ou da escuridão solitária das derrotas. Ela não tem a perpetuidade e a neutralidade do mármore.

A liberdade que conquistamos prova que viramos a vertente da História. E a História não fala somente daqueles que construíram estradas, levantaram templos ou monumentos; ela acolhe principalmente aqueles que criaram sistemas, apontaram caminhos, guiaram com probidade sua conduta de governo, edificaram e consolidaram as instituições democráticas e respeitaram os direitos do homem.

Democracia sem recessão

O Brasil saiu de longa noite sem os olhos vermelhos dos pesadelos. Traz hoje nos lábios o sorriso aberto da confiança na liberdade. Entender e caminhar não são debilidade e omissão e, sim, conduta de um efetivo e firme exercício de governo, eficiente para afastar violências e exorcizar traumatismos, consolidar o caminho da liberdade e assegurar o respeito aos direitos humanos.

Optamos, em caráter irreversível, pela democracia e contra a recessão. Preferimos crescer e defender o trabalho e o emprego, afastando toda medida que representasse ajustes desumanos. O desemprego liquida toda força de expansão do movimento trabalhador. Seu poder de participar das decisões é nulo. Com ele não há transformações políticas importantes e todas as decisões ficam com o capital. Não é por acaso que a maior liberdade no País, que é esta que vivemos, corresponde à menor taxa de desemprego aberto de nossa História.

O caminho do desenvolvimento passa pela democracia. É difícil, penoso, mas capaz de dar sentido ao direito de viver. Prestei uma contribuição valiosa, em nome de nosso País, para que este ideal fosse conquistado, também, no Continente. É latino-americana a maior onda de democratização que o mundo conheceu desde o último pós-guerra. Fui um dos que batalharam por esta causa. É necessário agora que os valores democráticos que construímos sejam capazes de responder às questões do sofrimento, miséria, pobreza, desigualdade, exploração e violência que se integram em nosso cotidiano.

Que esses nobres valores da democracia dêem esperança a essa juventude faminta e desprotegida da América, presa fácil da vida, da morte e das drogas — a antívida —, versão atual da adolescência miserável que perpassa pelas páginas mais tristes de Charles Dickens, Victor Hugo e Dostoiévsky.

A economia é o efêmero. É um dado momentâneo que atinge o presente, está em constante mutação e pode ser corrigida.

Já a liberdade é presente e é futuro, e quem perde a liberdade perde o futuro no flagelo da autodestruição, do desencanto, do pessimismo, do niilismo, da sedução perma-

nente do terror contra a escravidão. A liberdade, com seu poder criativo ilimitado, tem asas para voar o infinito.

Gandhi, o Mahatma, disse que a missão do homem da lei é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. Passamos a construir nossas aspirações sob o império da lei. Como intelectual e político, vivi a angústia entre o ideal e os meios. O intelectual é o homem da justiça absoluta; já o político é aquele que busca a arte do possível, com os instrumentos da contingência. Mas quem governa vive suas circunstâncias. Não decide sobre abstrações, mas sobre fatos. Minha opção foi esta: Governo de liberdade.

Apesar de todas as limitações, não descuidamos dos problemas conjunturais. O Brasil, que vinha de uma recessão, cresceu nestes cinco anos 25%, e o produto *per capita* expandiu-se em 12%, vindo de uma redução de 10,8% no período anterior. Em nenhum ano tivemos crescimento negativo. Abrimos o País para a modernidade. Houve conquistas extraordinárias na área da ciência e da técnica. Dominamos a tecnologia do enriquecimento do urânio, da água pesada, da grafite nuclear, dos *lasers* de alta potência, do radar, das fibras de carbono, dos materiais supercondutores, das fibras óticas. Estimulamos a formação de recursos humanos em massa nos grandes centros de excelência do mundo inteiro. Defendemos a universalização do saber, que não pode ser monopólio de poucos países ricos. Batalhamos pela transferência de tecnologia e acesso aos domínios da ciência. Registramos progressos notáveis em biotecnologia e manejo de solo, com aumento de produtividade, que nos deram força para colhermos as três maiores safras agrícolas de nossa História. Semeei a mística da irrigação, hoje uma consciência nacional, irreversível, com frutos visíveis e programas de grande êxito.

Técnicas de **marketing** nos fizeram assegurar a presença brasileira no mundo inteiro, garantindo grandes saldos comerciais, obtendo, depois do Japão e da Alemanha Ocidental, o terceiro superávit mundial. Passamos do oitavo para o sétimo lugar no produto industrial do Ocidente.

Nossas reservas internacionais são altas e os estoques estratégicos de alimentos, outra quase nulos, vão hoje a mais de dez milhões de toneladas de grãos.

A capacidade de energia elétrica instalada no País era de 41.600 megawatts. Passa para 54.790 megawatts, isto é, cresceu 31%. E as linhas de transmissão são ampliadas em 57%. Em nenhum período presidencial houve avanço tão expressivo num setor fundamental ao desenvolvimento econômico.

As empresas, com saudável liquidez e capitalizadas, mostram a estrutura poderosa da

economia, mesmo em tempos de crise, e estão prontas a retomar os investimentos em larga escala, logo que sejam resolvidos os desequilíbrios do setor público endêmicos desde o Império.

Os programas sociais são consequência e extensão das diretrizes da democratização. Oito milhões de litros de leite são distribuídos diariamente às crianças carentes, dentro de um programa de suplementação alimentar apontado pela Organização Mundial da Saúde como o mais importante do mundo e modelo a ser seguido por países que tenham elevadas taxas de desnutrição. A mortalidade infantil caiu mais de 30%. Dez milhões de crianças, gestantes e nutrízes recebem suplementação alimentar. A taxa de analfabetismo baixou. Interiorizamos o ensino técnico através de dezenas de grandes estabelecimentos disseminados no País inteiro. Milhares de creches atenderam mais de 2.200 mil crianças. Centenas de centros de convivência de idosos se espalham pelo Brasil inteiro. A estas ações da Legião Brasileira de Assistência somam-se setenta milhões de atendimentos sociais:

- semeamos o seguro-desemprego;
- o salário móvel adotado em todas as políticas salariais destes anos;
- a valorização do salário mínimo;
- o vale-transporte;
- a universalização da saúde, que passou a ser direito de todos, e muitas outras decisões que modificaram as relações de trabalho, em favor dos mais pobres.

A Secretaria de Habitação e Ação Comunitária beneficiou mais de cinqüenta milhões de brasileiros, com 26 milhões de pessoas atendidas por 52 mil pequenos projetos de mecanização, telefonia, postos médicos e agrícolas. Criaram-se mais de um milhão de pequenas microempresas e empresas artesanais.

A política indigenista sofreu radical tratamento: demarcamos mais de trinta milhões de hectares de terras indígenas, fazendo em cinco anos duas vezes mais do que foi feito em 75 anos, o tempo de existência do Serviço de Proteção ao Índio, iniciado em 1910.

Ao Governo deve-se o primeiro passo no sentido de adotarmos uma política independente de proteção e gestão dos recursos naturais e defesa do meio ambiente. Nestes últimos anos, a política ambiental ganhou no País identidade própria, sem qualquer ingerência externa, e firmou diretrizes que se fundam na preservação de ecossistemas essenciais para a sobrevivência humana na face da Terra, a fauna e flora. A defesa do meio ambiente no Brasil é ato de soberania a ser resolvido dentro de nossas fronteiras, pelos brasileiros. Repelimos ingerências e resisti-

mos a grandes pressões que se desencadearam contra o Brasil, com o objetivo de criar organismos supranacionais e, assim, abrir a porta à internacionalização da Amazônia, há tantos anos objeto de cobiça externa.

A Lei nº 7.505/86, a Lei Sarney, constitui o instrumento mais produtivo e eficaz da promoção intelectual. Em três anos ela é a base de um renascimento cultural. Cadastraram-se entidades de investimentos, com milhares de projetos na área artística: cinema, música, teatro, artes plásticas, edições, restaurações e proteção do Patrimônio Histórico. Essa política faz com que a sociedade industrial passe a colocar os valores espirituais entre seus objetivos.

Na área das contas públicas existe total transparência. Hoje sabe-se o que é o Orçamento. Ele mostra claramente o que se arrecada e o que se paga, sob a autorização do Congresso Nacional e a fiscalização do Tribunal de Contas da União. Fruto do esforço imenso de racionalização e de redução de gastos, inédito na história administrativa do Brasil. Só em 1989 o déficit do Tesouro Nacional cai, em termos reais, em 34%.

Mas não podemos falar somente do que se conseguiu fazer, mas também da frustração por não se ter podido fazer.

Confesso, com humildade, que não alcançamos êxito nas tentativas heróicas para mudar a economia. Não me faltou nem vontade sem coragem. Faltou-me a colaboração de algumas forças sociais que colocaram seus interesses acima da coletividade; forças dos que se favorecem da miséria coletiva. Não conseguimos ganhar a batalha contra essa manifestação antipatriótica do egoísmo. Setores que se beneficiaram nesse período negaram apoio na hora das dificuldades. Os problemas estruturais de nossa economia são grandes e têm causas que escapam da nossa decisão. Dentre eles está a dívida externa, a maior do mundo.

Sem apoio, tivemos que enfrentar nossos credores, e o fizemos com coragem e sem concessões. Na moratória, isolados, sofremos sanções e combates, sem o necessário respaldo interno.

Cercados, ilhados, enfrentamos o boicote da comunidade financeira internacional, a suspensão de investimentos. Resistimos. Não entregamos um milímetro da soberania e do interesse nacional como contrapartida para qualquer negociação.

A inflexível postura do mundo desenvolvido em face da dívida é preocupante. O remédio por eles proposto até hoje tem melhorado a saúde financeira dos credores. Para os devedores, uma receita de estagnação e empobrecimento. Sem a retomada do crescimento nenhuma solução é leal, e não é possí-

vel crescer quando se remete para o exterior, todos os anos, cerca de um terço da poupança interna.

Sem desenvolvimento não há solução, e não se pode pagar a dívida com a desgraça do povo.

Em todos os organismos internacionais levantei a tese, hoje aceita, do tratamento político da dívida, solução que até agora não veio.

Em meio a estas dificuldades convivíamos com a crise do Estado. Sua força debilitada, a União recebendo maiores encargos e menores receitas. Com o novo sistema tributário, tivemos uma sangria de 3,5% do Produto Interno Bruto. Reconheço que o problema do Estado é grave. Não é para nós um problema ideológico, mas a constatação fria da realidade. Minha experiência me faz afirmar que Estado fraco é fonte de instabilidade e ingovernabilidade. O Estado deve ser o regulador das atividades produtivas, árbitro de redistribuição de rendas na sociedade. No Brasil, ele desempenhou papel decisivo na transformação do País e em sua formação econômica, em nossa fase industrial e na criação de sua infra-estrutura. Não pode ser julgado sectariamente, pela simples denúncia, nem pela realização imperfeita dos seus objetivos.

O plano cruzado, embora não tenha alcançado seus fins, foi um marco econômico e político em nosso País.

Foi a primeira grande redistribuição de renda. O povo brasileiro, em movimento inédito, assumiu seus direitos, sentiu sua força, até mesmo para condenar.

Ele será objeto e análise de historiadores e cientistas econômicos e políticos.

Sem dúvida, na história do Brasil, raríssimas vezes tivemos um movimento de massa, da consciência nacional, de tamanha profundidade. A partir daquele momento, o povo descobriu sua força e passou a exercer seus direitos e viver a cidadania.

Renovei o seu objetivo nos Planos chamados Bresser e de Verão. Muitas vezes senti o travo da solidão na crença de seus êxitos. Mas perseverarei no desejo de acertar.

Paguei custos políticos de grande envergadura pela ausência de resultados no combate à inflação e tornei-me o mais agredido e combatido Presidente do Brasil.

Mas, em benefício da transição, resisti a tudo e busquei forças no cumprimento do dever, na austeridade pessoal e no respeito aos meus concidadãos.

Fui severo com abusos, distorções e corrupção. Nenhuma denúncia deixou de ser apurada, remetida à política e entregue à Justiça, único poder constitucional capaz de jul-

gar alguém culpado. Temos, como exemplo, um doloroso e lamentável balanço nos inquéritos, nas demissões, nos processos.

Não há governo que mais tenha punido a improbidade.

A conduta de severidade na administração pública está expressa pelo seguinte número: em 1985 tínhamos 710.832 servidores — em dezembro de 1989 este número estava reduzido para 694.764. Extingui, com vagas ocorridas e cargos não preenchidos 358.918 cargos. Nas estatais, em 1985 tínhamos 608.072 empregados e em 1989 o número era de 598.455, já incluídas as contratações previstas na Constituição de 1988.

Encontrei em 1985 um mundo de conflito ainda dilacerado pelas fronteiras ideológicas. Em 1990, temos uma paisagem transformada. Mudanças nunca imaginadas se processam. O mundo renuncia à política da força e busca os caminhos do diálogo. Não há mais lugar para o radicalismo, embora esteja longe o tempo de um mundo sem angústia, tensões e medo.

Nestes cinco anos, a política exterior do Brasil alcança um momento marcante em nossas relações internacionais. Fomos protagonistas de decisões importantes e participamos ativamente do debate dos grandes problemas mundiais.

A zona de paz do Atlântico Sul, a abertura de novas formas de cooperação, sem preconceitos ideológicos, com o leste europeu e com países de nosso porte, como a China e a Índia. Não ficamos prisioneiros das grandes potências nem de pequenos conflitos.

Coube-me semear e colher os primeiros frutos de uma política de integração com a América Latina, participando da fundação do Grupo dos Oito, promovendo uma diplomacia presidencial com nossos vizinhos, leal e objetiva, lançando as bases do Mercado Comum. Vivi e tornei-me andarilho desta causa, com grande paixão.

Desejo ressaltar, pela sua importância histórica, que transcende nossos dias para projetar-se no futuro, termos acabado com uma espécie de guerra fria, que jogava nações irmãs como a Argentina e Brasil numa disputa inútil. Afastamos qualquer sombra de competição na área nuclear.

O Brasil, antigamente de costas para os vizinhos, assume nova postura e dá as mãos para a tarefa fraterna e solidária de vencer o subdesenvolvimento, a fome, a pobreza, a miséria, a quarentena da História.

Em 1987 e 1988, vivemos a Assembléia Nacional Constituinte. Ela já encontra a sociedade brasileira liberta. Milhões de pessoas pressionam em favor de seus direitos. Assegurei todas as condições ao seu pleno funcio-

namento. Algumas vezes questionei suas decisões, até mesmo a governabilidade, mas o fiz no exercício do direito de discordar, direito exercido no Parlamento, casa em que durante mais de vinte anos aprendi a ouvir e a opinar, a respeitar o debate, o direito de dizer. A contradição tão salutar dos plenários legislativos.

A Constituição incorporou avanços importantes. Tive, como Presidente, o encargo de viabilizá-los. Direitos sociais e fortalecimento do Congresso. Não há democracia sem Congresso forte. Não há democracia com injustiças sociais. Tudo o que é injusto é uma aberração, e perece.

A Constituinte foi a primeira na história republicana que não anunciou um estuário de confronto. Em 1824, termina na dissolução do Parlamento. Em 1891, desemboca na espada de Floriano. Em 1934, cai no Estado Novo. Em 1946, cria a clandestinidade para as esquerdas. Hoje, abre-se no estuário da Liberdade. O Presidente da República nunca confundiu a História com o seu destino pessoal.

Vivemos grandes transformações, a que me orgulho de ter presidido. Elas marcam este sofrido mandato.

Em 1988 — eleições para prefeitos e vereadores. Surge a democratização dos instrumentos da cidadania. Oitenta milhões de eleitores, a terceira democracia do mundo ocidental, uma modernização de procedimentos e rotina, que é um avanço fantástico.

Em 1989 — eleições para Presidente da República as mais livres, mais amplas, mais democráticas da História do Brasil.

O País viveu uma festa, a festa da liberdade. A transferência do poder se processa com normalidade, civilidade e educação política inéditas.

Chegamos ao fim de mandato. Os espaços foram abertos. Os trabalhadores chegam a dois palmos do poder, eles que outrora não alcançavam dois passos na esfera das decisões.

O povo escolhe, decide, manda.

Sob meus ombros pesaram, solitariamente, os fardos das dificuldades desse processo. Todas as culpas, todos os agravos. Mas nada ficou. Meus olhos, que eram de ontem quando assumi em tempo de tragédia, hoje são olhos do amanhã. De confiança no futuro.

Atravessamos o desafio institucional. Agora é ordenar e construir o processo de crescimento.

Dentro de trinta dias terá o País um novo Presidente da República.

Volto à minha casa de cabeça erguida. Lamento não ter podido fazer mais e melhor.

Ter governado num tempo de imensas limitações e dificuldades. Cheguei à Presidência sem qualquer ambição de poder. A ela fui alçado no bojo de grave crise nacional. Busquei exercê-la com grandeza e respeitá-la nos menores atos e em todas as circunstâncias, com dignidade, com os olhos no futuro do País. A todos ouvi, espírito aberto com deferência e sem preconceitos. Posso afirmar "que nunca, por meu desejo, cravei espinho algum no peito de ninguém".

Tenho certeza de que prestei relevantes serviços à minha Pátria.

Tempos de mudanças. Os valores materiais se sobrepõem aos valores morais e espirituais. A sociedade permissiva e concessiva. A violência, a corrupção e o respeito se diluem na efervescente queima das transformações.

Eu acredito que a História, no seu conjunto, busca o racional, embora nem sempre pelos caminhos sensatos. A aceleração da História no rumo da democracia representativa, a que assistimos em poucos meses, em vários países, tornou obsoletas cristalizações ideológicas que truncaram, durante largo tempo, o caminho para a racionalização de muitos problemas econômicos. O mundo abre-se hoje à universalização dos mecanismos econômicos. A humanidade vislumbra caminhos que há menos de um ano pareciam vedados ou temerários.

O Brasil, estou certo, saberá inserir-se nesta nova conjuntura internacional que elimina preconceitos e idiosincrasias.

Não ignoro, nem subestimo as conseqüências de algumas decisões, sobretudo na área econômica, que fui obrigado a tomar. Por todas elas sou responsável, dentro das minhas circunstâncias.

Mas ninguém governa abstrações. E cada país tem de atravessar etapas. Tenho a consciência das que atravessamos. O passo adiante só pode ser dado porque o gargalo institucional foi transposto.

Nenhum outro governante precisará operar com a carga de preconceitos e de desconfianças com que tive de me haver.

Relembro Lincoln: "... no fim, quando estiver retirado das rédeas do poder, mesmo tendo perdido todos os amigos da Terra, ainda tenho um amigo, e este estará dentro de mim".

Sei que, no exemplo de São Paulo, combati o bom combate, e guardei a minha fé. Conforta-me saber que maldito é o homem que, na face da Terra, recusa a companhia de Deus.

Meu mandato tem o valor da vida e de amarga luta.

Deixo o País em paz, a transição concluída, mas, infelizmente, vivendo uma grave crise econômica e do Estado.

Agradeço ao Congresso Nacional o apoio recebido nas horas difíceis. Se não foi total, foi o necessário e patriótico para chegar até aqui.

Creio, porque nele vivi, que no Congresso está uma grande reserva de valores cívicos que nos momentos críticos encontra com patriotismo, solução para os anseios de nossa Nação, para que ela continue o seu caminho e ocupe o lugar que lhe está reservado no mundo.

Desejo renovar minha homenagem ao Poder Legislativo, afirmando que nestes anos, juntos, lançamos a base fundamental da sociedade democrática brasileira, o governo da liberdade! Os historiadores dirão sobre este tempo.

Ele será um instante solar das instituições democráticas, porque "todo poder humano é um conjunto de tempo e paciência", como dizia Balzac.

A democracia, hoje, não é a planta tenra de que nos falava Otávio Mangabeira, mas o carvalho, de Rui Barbosa, a cuja sombra espero que nos deixem perpetuamente elaborar e cumprir os roteiros de salvação do povo secularmente sofrido deste País."

Logo após a fala do Presidente da República, o Presidente da Sessão, Senador Nelson Carneiro, proferiu o seguinte discurso:

"Ao reafirmar instalada a 4ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura da República Federativa do Brasil, faço-o com a alegria de integrar, como Vossas Excelências, Senhores Deputados e Senhores Senadores, a representação popular a que foi conferida a graça de viver um dos períodos marcantes da História política da Humanidade.

Foi há trinta anos, mas ainda não se apagou em minha retina aquela imensa multidão, uma cidade inteira, talvez uma nação inteira, caminhando silenciosa e ordeiramente pelas ruas de Varsóvia, ao soarem, às três da tarde, as sirenes que lembravam o desesperado alarme pela aproximação dos aviões nazistas. A cada dez, vinte metros, por toda extensão da longa avenida, punhados de flores marcaram as lápides, que evocavam os compatriotas que haviam tombado na luta desigual. Ainda que não proclamado, o protesto era igualmente contra as forças que, terminada a guerra, pensaram manter a Polônia subjugada a qualquer potência, por mais poderosa que se acreditasse. O silêncio tornou-se voz, virou protesto, alastrou-se pela região. E afinal o clamor generalizado levou de roldão as cruéis barreiras que procuraram dividir ideologicamente o mundo, como se fosse

possível aprisionar ideais e nações. Já advertia Victor Hugo que "o populacho não pode fazer senão motins. Para fazer uma revolução é preciso o povo". E coube ao povo, de todas as repúblicas além do muro, fazer triunfar a revolução do século.

A história da civilização quis marcar, com outro sinal indelével, os quatro anos desta singular Legislatura. A luta contra o pior dos preconceitos, e o mais desumano, porque atinge milhões de donos da terra em nome da pretensa superioridade racial, caminhada nas ruas, nos cárceres, na dor e no luto, passos sangrentos e gloriosos. O mais ilustre dos combatentes, que iluminou de esperanças os dias amargos da descrença, sem desesperar, nem ceder, Nelson Mandela, venceu. E o mundo confia que, num dia que não pode tardar, com ele vença todo o povo discriminado do sul do continente africano.

Vencida entre nós a etapa autoritária, aqui chegamos ungidos pela legitimidade das urnas. E logo nos lançamos ao árduo e gratificante esforço da discussão e votação de um texto constitucional que recolhesse as aspirações e as esperanças renovadas do povo brasileiro. Foram dois anos de trabalho contínuo, acompanhados, passo a passo, pela Nação inteira.

A Constituição que aprovamos, semeadora de esperanças, recolhe a contribuição popular, restaura a harmonia dos Poderes, reconstrói o quadro institucional do País e traça nítidos horizontes ao desenvolvimento nacional.

Se não lograram, os parlamentaristas, mudar o sistema de governo, a semente espalhada caiu em terreno fértil e a própria Carta determinou a consulta popular desejada pelos presidencialistas. O Poder Legislativo recuperou prerrogativas inerentes ao mandato popular e o Judiciário alcançou a independência reclamada. Ganharam nova enumeração os direitos individuais e sociais, extinguiu-se injustificáveis discriminações, e disposições especiais tentam preservar a vida, o trabalho e a natureza. Se a elaboração da atual Constituição, por si só, exculparia os atuais legisladores de explicáveis omissões, convém recordar que foram eleitos, sem traumas nem conflitos, antes que 1988 findasse, em todas as comunas brasileiras, os novos prefeitos e vereadores. O bem ou o mal da lei somente se constata quando executada assim como o teor do ouro só se apura depois de bateiado. Aos parlamentares coube multiplicarem-se para atenderem às numerosas disposições legais que lhes atribuíam complementações em prazos exíguos, ao retomar, em 1989, as atividades normais da Legislatura. Concomitantemente, e por fim, depois de três decênios, a Nação foi convocada a escolher, pelo sufrágio

direto e secreto, e mediante maioria absoluta, sob a presidência da Justiça Eleitoral, os supremos mandatários do País, na mais ampla, abrangente e livre de todas as eleições de nossa História.

Ao iniciarmos os trabalhos legislativos de 1990, estamos conscientes de que se soma à imensa tarefa legislativa o compromisso com as urnas de outubro vindouro. Há que conciliar os dois deveres, para não decepcionar a Nação, justamente interessada na regulamentação dos textos constitucionais. É o desafio. Desafio feito e aceito.

As divergências, que são as marcas do pluripartidarismo, não de encontrar, nesta Casa, a indispensável convergência, para que não se frustrem os anseios generalizados do povo brasileiro, e com nossa colaboração se convertam em leis todas as proposições que visem a erradicar a miséria, combater a corrupção e vencer o monstro inflacionário. Os compromissos partidários não impedirão, estou certo, essa conjugação de esforços contra os inimigos comuns do desenvolvimento e do futuro do País.

Ajunte-se que fidelidade aos programas partidários não impediu a normalidade legislativa, e apenas consolidou a democracia por tantos anos perseguida. Somos uma Legisla-

tura sem presos políticos, censura à imprensa, revoltas populares, estados de sítio, choques armados, os quartéis sublevados. Ninguém nos conseguiu impor caminhos ou silêncios, e assistimos derruir, alhures, as assembleias totalitárias, tanto mais frágeis quanto mais buscam a unanimidade.

O Congresso Nacional acaba de tomar conhecimento, através da última Mensagem do Presidente José Sarney, do balanço do quinquênio que se encerra. Não tardará que, neste recinto, prestem o juramento constitucional, o Presidente Fernando Collor e o Vice-Presidente Itamar Franco, recém-eleitos para dirigir os destinos nacionais. Não é a hora de julgar o Governo que se vai despedindo nem de questionar o que chega. Todavia, a referência a esses dois instantes é indispensável para acentuar a normalidade institucional e democrática, que, hoje e através dos tempos, marcará esta 48ª Legislatura.

Deus permita que assim seja pelo futuro adiante.

Está cumprida a finalidade desta sessão.

Agradeço às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas, ao Sr. Presidente José Sarney e a todos os que nos honraram com seu comparecimento.”

III – O SENADO FEDERAL

Na Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 48.ª Legislatura

A — COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA

Na abertura dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa, os partidos políticos apresentavam a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

(29 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Aluizio Bezerra Nabor Júnior	Rio de Janeiro	Nelson Carneiro
Amazonas	Leopoldo Peres Aureo Mello	Minas Gerais	Ronan Tito
Rondônia	Ronaldo Aragão	São Paulo	Severo Gomes
Ceará	Cid Sabóia de Carvalho Mauro Benevides	Goiás	Irapuan Costa Júnior
Paraíba	Humberto Lucena Raimundo Lira	Distrito Federal	Meira Filho
Pernambuco	Mansueto de Lavor	Mato Grosso	Marcio Lacerda
Alagoas	João Lyra	Mato Grosso do Sul	Mendes Canale - Rachid Saldanha Derzi Wilson Martins
Sergipe	Francisco Rollemberg	Paraná	Leite Chaves
Bahia	Luiz Viana Jutahy Magalhães Ruy Bacelar	Santa Catarina	Nelson Wedekin
Espírito Santo	Gerson Camata João Calmon	Rio Grande do Sul	José Fogaça

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

(13 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Rondônia	Odacir Soares	Paraíba	Marcondes Gadelha
Pará	João Menezes	Pernambuco	Marco Maciel
Maranhão	Alexandre Costa Edison Lobão	Alagoas	Divaldo Suruagy
Piauí	João Lobo Hugo Napoleão	Sergipe	Lourival Baptista
Rio Grande do Norte	José Agripino	Santa Catarina	Jorge Bornhausen
		Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA — PSDB

(10 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Pará	Almir Gabriel	São Paulo	Fernando Henrique Cardoso
Piauí	Chagas Rodrigues	Distrito Federal	Mário Covas
Alagoas	Teotônio Vilela Filho	Paraná	Pompeu de Sousa
Espírito Santo	José Ignácio Ferreira	Santa Catarina	José Richa
Rio de Janeiro	Afonso Arinos		Dirceu Carneiro

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

(5 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Amazonas	Carlos De'Carli	Rondônia	Olavo Pires
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto	Mato Grosso	Lourenberg Nunes Rocha
Paraná	Afonso Camargo		

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

(3 membros)

Estado	Senadores
Tocantins	Antonio Luiz Maya Carlos Patrocínio Moisés Abrão

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

(4 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Mário Maia	Rio Grande do Norte	Lavoisier Maia
Goiás	Iram Saraiva	Distrito Federal	Maurício Corrêa

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

(2 membros)

Estado	Senador	Estado	Senador
Pará	Jarbas Passarinho	Mato Grosso	Roberto Campos

PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL — PRN

(2 membros)

Estado	Senador	Estado	Senador
Maranhão	João Castelo	Minas Gerais	Itamar Franco

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

(2 membros)

Estado	Senador	Estado	Senador
Rio de Janeiro	Jamil Haddad	Rio Grande do Sul	José Paulo Bisol

PARTIDÔ MUNICIPALISTA BRASILEIRO — PMB

(1 membro)

Estado	Senador
Pernambuco	Ney Maranhão

SEM PARTIDO

(4 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Sergipe	Albano Franco	Goiás	Mauro Borges
Ceará	Afonso Sancho	Minas Gerais	Alfredo Campos

No decorrer da sessão legislativa registraram-se as seguintes alterações no Quadro Partidário:

- 16 de fevereiro — o Senador Leopoldo Peres desliga-se do PMDB e filia-se ao PDC;
— o Senador Wilson Martins desliga-se do PMDB e, em 17 de fevereiro, filia-se ao PSDB;
- 17 de fevereiro — o Senador Mendes Canale desliga-se do PMDB e filia-se ao PSDB;
- 19 de fevereiro — o Senador Jutahy Magalhães desliga-se do PMDB e filia-se ao PSDB;
- 5 de março — o Senador Carlos Alberto desliga-se do PTB e filia-se ao PDC;
- 6 de março — o Senador Nelson Wedekin desliga-se do PMDB e filia-se ao PDT;
- 9 de março — o Senador Albano Franco filia-se ao PRN
— o Senador Mauro Borges reintegra-se ao PDC;
- 10 de março — o Senador Ney Maranhão desliga-se do PMB e filia-se ao PRN;
- 13 de março — o Senador Rachid Saldanha Derzi desliga-se do PMDB, permanecendo sem filiação partidária;
- 15 de março — o Senador Mata-Machado assume o mandato devido à renúncia do Senador Itamar Franco para exercer o cargo de Vice-Presidente da República, filiando-se ao PMDB, e, a 28 de março, desliga-se do PMDB e filia-se ao PSDB;
- 27 de março — o Senador João Menezes desliga-se do PFL e filia-se ao PDC;
— o Senador Raimundo Lira desliga-se do PMDB e filia-se ao PRN;
- 1º de abril — o Senador José Ignácio Ferreira desliga-se do PSDB e filia-se ao PST;
- 2 de abril — o Senador Afonso Sancho filia-se ao PFL;
- 3 de abril — o Senador João Lyra desliga-se do PMDB e filia-se ao PSC;
- 26 de abril — o Senador Leopoldo Peres, filiado ao PDC, renuncia ao mandato para exercer o cargo de Superintendente da Suframa, deixando o mandato vago, não havendo suplente a convocar;
- 8 de maio — o Senador Carlos Patrocínio desliga-se do PDC, permanecendo sem filiação partidária;
- 2 de julho — o Senador Francisco Rollemberg desliga-se do PMDB, permanecendo sem filiação partidária;
- 12 de julho — o Senador Luiz Viana Neto filia-se à bancada do PMDB, tendo assumido o mandato devido à vaga decorrente do falecimento do Senador Luiz Viana Filho, a 5 de junho, também filiado ao PMDB;
- 13 de setembro — o Senador Hydeckel Freitas filia-se à bancada do PFL, tendo assumido o mandato devido à vaga decorrente do falecimento do Senador Afonso Arinos, a 27 de agosto, também filiado ao PFL;
- 12 de outubro — o Senador Leite Chaves desliga-se do PMDB, permanecendo sem filiação partidária;
- 23 de outubro — o Senador Amir Lando, 1º suplente convocado em virtude do falecimento do titular, Senador Olavo Pires, a 16 de outubro, assume o mandato, filiando-se à bancada do PSB;

- 19 de novembro — o Senador Carlos De'Carli reassume o exercício do mandato, filiando-se novamente ao PTB. Deixa o exercício o 1º suplente, Sen. Gilberto Miranda, filiado ao PMDB;
- 9 de novembro — o Senador Aureo Mello desliga-se do PMDB, permanecendo sem filiação partidária;
- 13 de novembro — o Senador Meira Filho desliga-se do PMDB, permanecendo sem filiação partidária;
- 20 de novembro — o Senador Leite Chaves filia-se ao PMN;
- 21 de novembro — o Senador Rachid Saldanha Derzi filia-se ao PRN;
- 11 de dezembro — o Senador Meira Filho filia-se ao PFL.

Ao final da sessão legislativa, em virtude das alterações ocorridas, o quadro partidário estava assim constituído:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

(16 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Aluizio Bezerra	Rio de Janeiro	Nelson Carneiro
	Nabor Júnior	Minas Gerais	Ronan Tito
Rondônia	Ronaldo Aragão	São Paulo	Severo Gomes
Ceará	Cid Sabóia de Carvalho	Goiás	Antônio Alves
	Mauro Benevides	Mato Grosso	Marcio Lacerda
Paraíba	Humberto Lucena	Rio Grande do Sul	José Fogaça
Pernambuco	Mansueto de Lavor	Espírito Santo	João Calmon
Bahia	Luiz Viana Neto		
	Ruy Bacelar		

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

(14 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Rondônia	Odacir Soares	Distrito Federal	Meira Filho
Maranhão	Alexandre Costa	Paraíba	Marcondes Gadelha
	Edison Lobão	Pernambuco	Marco Maciel
Piauí	João Lobo	Alagoas	Carlos Lyra (*)
	Hugo Napoleão	Sergipe	Lourival Baptista
Rio Grande do Norte	José Agripino	Santa Catarina	Jorge Bornhausen
Rio de Janeiro	Hydeckel Freitas	Ceará	Afonso Sancho

(*) em substituição ao Senador Divaldo Suruagy, licenciado de 20-8-90 a 20-12-90

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA — PSDB

(12 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Pará	Almir Gabriel	Distrito Federal	Pompeu de Sousa
Piauí	Chagas Rodrigues	São Paulo	Fernando Henrique Cardoso
Alagoas	João Nascimento (**)		Mário Covas
Bahia	Jutahy Magalhães	Paraná	Sílvio Name (***)
Mato Grosso do Sul	Mendes Canale	Santa Catarina	Márcio Berezoski (*)
	Wilson Martins	Minas Gerais	Mata-Machado

(*) em substituição ao Senador Dirceu Carneiro, licenciado de 20-8-90 a 6-1-91

(**) em substituição ao Senador Teotônio Vilela Filho, licenciado de 17-9-90 a 19-1-91

(***) em substituição ao Senador José Richa, licenciado de 20-8-90 a 22-12-90

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

(6 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Tocantins	Antônio Luiz Maya	Espírito Santo	Gerson Camata
	Moisés Abrão	Rio Grande do Norte	Carlos Alberto
Pará	João Menezes	Goiás	Mauro Borges

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

(5 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Mário Maia	Rio Grande do Norte	Lavoisier Maia
Goiás	Iram Saraiva	Distrito Federal	Maurício Corrêa
Santa Catarina	Nelson Wedekin		

PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL — PRN

(5 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Maranhão	João Castelo	Paraíba	Raimundo Lira
Pernambuco	Ney Maranhão	Sergipe	Albano Franco
Mato Grosso do Sul	Rachid Saldanha Derzi		

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

(3 membros)

Estados	Senadores	Estado	Senador
Rio de Janeiro	Jamil Haddad	Rio Grande do Sul	José Paulo Bisol
Rondônia	Amir Lando		

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

(3 membros)

Estados	Senadores	Estado	Senador
Paraná	Affonso Camargo	Mato Grosso	Lourenberg Nunes
Amazonas	Carlos De'Carli		Rocha

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

(2 membros)

Estado	Senador	Estado	Senador
Pará	Oziel Carneiro (*)	Mato Grosso	Roberto Campos

(*) filia-se ao PDS em 18-10-90, em substituição ao Senador Jarbas Passarinho, (PDS), afastado dos trabalhos da Casa para exercer o cargo de Ministro da Justiça, a partir de 15 de outubro

PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA — PST

(1 membro)

Estado	Senador
Espírito Santo	José Ignácio Ferreira

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO — PSC

(1 membro)

Estado	Senador
Alagoas	João Lyra

PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL — PMN

(1 membro)

Estado	Senador
Paraná	Leite Chaves

SEM PARTIDO

(4 Senadores)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Tocantins	Carlos Patrocínio	Minas Gerais	Alfredo Campos
Amazonas	Aureo Mello	Sergipe	Francisco Rollemberg

CONSTITUIÇÃO DE BLOCO PARLAMENTAR

A 12 de dezembro foi comunicada à Mesa, nos termos do disposto no art. 61 e seguintes do Regimento Interno, a constituição do Bloco Parlamentar, denominado “Movimento Parlamentar Social Liberal”, integrado pelas seguintes Representações Partidárias: Partido da Frente Liberal, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido da Mobilização Nacional, Partido Social Trabalhista, Partido Social Cristão, Partido Democrático Social, Partido da Reconstrução Nacional e Partido Democrata Cristão.

Até o final da sessão legislativa não foi indicado o líder do Bloco em referência.

B — ALTERAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS

Nesta sessão legislativa foram registradas as seguintes alterações na representação dos estados:

- Estado de Minas Gerais — em 12 de fevereiro, o Senador Alfredo Campos comunica ter reassumido o exercício do mandato, até então exercido por seu Suplente, Senador Hugo Gontijo (sessão de 16-2-90);
- Estado de São Paulo — em 12 de janeiro, o Senador Mário Covas comunica ter reassumido o exercício do mandato, até então exercido por seu Suplente, Senador Marcos Mendonça (sessão de 16-2-90);
- Estado do Paraná — em 27 de dezembro de 1989, o Senador José Richa comunica ter reassumido o exercício do mandato, até então exercido por seu Suplente, Senador Silvio Name;
- a 21 de dezembro de 1989, o Senador Affonso Camargo reassume o exercício do mandato, até então exercido por seu 2º Suplente, Senador Gomes Carvalho;
- Estado do Ceará — a 15 de fevereiro o Senador Afonso Sancho reassume o exercício do mandato, até então exercido por sua Suplente, Senadora Alacoque Bezerra;
- Estado de Minas Gerais — em 15 de março, o Senador Itamar Franco assume o cargo de Vice-Presidente da República para o qual fora eleito, em segundo turno, a 17 de dezembro de 1989, sendo convocado para assumir o mandato de senador na representação do estado, o Senhor Edgard da Matta Machado, que entrou em exercício a 20 de março do ano em curso;
- Estado do Rio Grande do Sul — tendo sido nomeado Ministro de Estado da Educação, o Senador Carlos Chiarelli, a 15 de março, afasta-se do exercício do mandato e, a 19 de abril, assume o mandato com nome parlamentar "Alberto Hoffmann" o seu primeiro suplente. Por decisão do STF, comunicada ao Plenário na sessão de 3-12-90, o Senador Alberto Hoffmann perde a suplência, sendo convocado o 2º suplente, José Rubens Pillar que, entretanto, não se apresentou para assumir o mandato;
- Estado do Amazonas — tendo sido nomeado para o cargo de Superintendente da Sufrema, o Senador Leopoldo Peres renuncia o mandato a partir de 26 de abril. Não havendo suplente a convocar, dá-se uma vaga na representação do estado;
- Estado da Bahia — em virtude do falecimento, a 5 de junho, do Senador Luiz Viana Filho, assume o mandato o Senador Luiz Viana Neto, primeiro suplente, convocado para completar a representação do estado, tomando posse no dia 12 de junho;
- Estado do Amazonas — a 25 de junho o Senador Carlos De'Carli comunica o seu afastamento do exercício do mandato a fim de assumir o cargo de Secretário de Estado para Promoção do Desenvolvimento, em seu estado de origem para o qual foi nomeado e, a 27 do mesmo mês, assume o mandato o Senhor Gilberto Miranda Batista, seu primeiro suplente, adotando o nome parlamentar "Gilberto Miranda";

- Estado de Alagoas — a 20 de agosto o Senador Carlos Lyra assume o mandato como suplente do Senador Divaldo Suruagy, licenciado para tratar de assuntos de interesse particular por 123 dias;
- Estado do Paraná — a 21 de agosto reassume o exercício do mandato o Senador Sílvio Name, como suplente do Senador José Richa, licenciado para tratar de assuntos de interesse particular por 125 dias, a partir do dia 20 de agosto;
- Estado de Santa Catarina — a 22 de agosto o Senador Márcio Luiz Berezoski assume o mandato como 2º suplente do Senador Dirceu Carneiro, licenciado para tratar de assuntos de interesse particular por 140 dias, a partir de 20 de agosto, diante da impossibilidade de o 1º suplente assumir o mandato;
- Estado do Rio de Janeiro — a 13 de setembro assume o mandato o Senhor Hydekél Menezes Freitas Lima, 1º suplente, convocado para ocupar a vaga ocorrida pelo falecimento do Senador Afonso Arinos, adotando o nome parlamentar Hydekél Freitas, e filiando-se à bancada do PFL;
- Estado de Alagoas — a 18 de setembro assume o mandato como suplente do Senador Teotônio Vilela Filho, licenciado para tratar de assuntos particulares por 125 dias, a partir do dia 17 de setembro, o Senhor João Nascimento Silva;
- Estado de Goiás — a 10 de outubro, volta ao exercício do mandato o Senador Gonzaga Jayme, 1º suplente, em virtude da licença concedida ao titular, Senador Irapuan Costa Júnior, por 125 dias;
- a 11 de outubro, assume o mandato o Senador Antônio Alves, 2º suplente, em virtude da licença concedida ao 1º suplente, Senador Gonzaga Jayme, por 121 dias;
- Estado do Pará — a 18 de outubro, assume o mandato o Senhor Oziel Carneiro, 1º suplente, em virtude do afastamento do Senador Jarbas Passarinho, titular, para exercer o cargo de Ministro da Justiça, a partir de 15 de outubro;
- Estado de Rondônia — a 23 de outubro, assume o mandato o Senhor Amir Lando, 1º suplente convocado em virtude do falecimento do Senador Olavo Pires, titular, a 16 de outubro;
- Estado do Amazonas — a 1º de novembro reassume o exercício do mandato o Senador Carlos De'Carli, até então exercido pelo Senador Gilberto Miranda, seu primeiro suplente.

C — RENÚNCIA

Tendo sido eleito Vice-Presidente da República e tomado posse desse cargo a 15 de março, o Senador Itamar Franco, da Representação de Minas Gerais, a 13 de março despede-se do Senado, proferindo discurso em Plenário. Em consequência, foi convocado para assumir o restante do mandato na representação daquele Estado o seu primeiro suplente, Senador Edgard da Matta Machado, que entrou em exercício a partir do dia 20 do mesmo mês.

A 26 de abril, o Senador Leopoldo Peres, da Representação do Estado do Amazonas, tendo sido nomeado para o cargo de Superintendente da Suframa, renuncia o mandato de Senador, conforme comunicação feita pelo Presidente na sessão ordinária do dia 27 do mesmo mês. Nos termos do § 2º do art. 56 da Constituição Federal, faltando menos de quinze meses para o término de seu mandato, não foi preenchida a vaga deixada naquela representação, uma vez não haver suplente a convocar.

**D — AFASTAMENTO PARA EXERCER CARGO PREVISTO NO INCISO I
DO ART. 56 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Senador	Cargo	Data da comunicação
Carlos Chiarelli	Ministro de Estado da Educação	16-3-90 (DCN II, de 17-3-90)
Carlos De'Carli	Secretário de Estado para Promoção do Desenvolvimento do Estado do Amazonas	26-6-90 (DCN II, de 27-6-90)
Jarbas Passarinho	Ministro de Estado da Justiça	15-10-90 (DCN II, de 16-10-90)

E — AFASTAMENTO DO PAÍS

Comunicações recebidas pela Mesa:

E.1 em missões do Senado

Senadores

Nelson Carneiro
Jarbas Passarinho e
Antônio Luiz Maya

Período

a partir de 28 de abril (DCN de 26-4)

Leite Chaves
Humberto Lucena
Cid Sabóia de Carvalho

de 15 a 20 de outubro (DCN de 12-10)

João Lobo
João Menezes
Saldanha Derzi

Wilson Martins
Aluizio Bezerra
Nabor Júnior

de 14 a 19 de novembro (DCN de 9-11)

E.2 em missões do Executivo

Senadores

Jorge Bonhausen

Período

a partir de 17 de setembro, a fim de participar, como observador parlamentar, da Delegação do Brasil à XLV Assembléia Geral das Nações Unidas, no período de 17 a 28 de setembro. (Req. nº 342/90) (DCN de 20-9)

Jutahy Magalhães

a partir de 19 de outubro, a fim de participar da Delegação do Brasil à XIV Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas. (Req. nº 366/90) (DCN de 24-10)

Ronan Tito

a partir de 23 de outubro, a fim de participar da Delegação Brasileira à XLV Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas. (Req. nº 373/90) (DCN de 25-10)

Nelson Carneiro

a partir de 12 de novembro, a fim de participar da XLV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, na qualidade de observador parlamentar. (Req. nº 404/90) (DCN de 7-11)

Mário Maia

de 10 a 18 de dezembro, a fim de participar da XLV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU. (Req. nº 482/90) (DCN de 11-12)

E.3 em caráter particular:

a) no período de recesso

Senadores

Afonso Camargo
Divaldo Suruagy
Edison Lobão

Período

de 12 a 14 de janeiro

a partir de 21 de janeiro

a partir de 19 de dezembro de 1989 e

a partir de 21 de janeiro de 1990

Senadores	Período
Fernando Henrique Cardoso	a partir de 14 de janeiro
Jorge Bornhausen	de 13 a 26 de janeiro
José Agripino	de 31 de janeiro a 14 de fevereiro
Lourival Baptista	a partir de 30 de dezembro de 1989
Marco Maciel	de 14 a 25 de janeiro
Marcondes Gadelha	de 10 a 31 de janeiro
Mário Covas	de 12 a 26 de janeiro
Nelson Carneiro	de 9 a 17 de janeiro
Roberto Campos	de 13 a 23 de janeiro

Obs.: Todas as comunicações foram publicadas no DCN (Seção II), de 17-2-90.

b) na sessão legislativa ordinária

Senadores	Período e finalidade
Irapuan Costa Júnior	de 19 de fevereiro a 5 de março (DCN de 17-2)
Maurício Corrêa	de 21 a 25 de fevereiro, em viagem à República do Panamá. (DCN de 21-2)
Marcio Lacerda	a partir de 18 de fevereiro. (DCN de 17-2)
Fernando Henrique Cardoso	de 8 a 12 de março, para comparecer à posse do Presidente do Chile. (DCN de 8-3)
Roberto Campos	de 9 a 14 de março, para proferir conferências no exterior. (DCN de 9-3)
Hugo Napoleão	de 24 de fevereiro a 3 de março. (DCN de 27-3)
Divaldo Suruagy	a partir de 17 de abril, a fim de participar do curso "Objetivos e Tarefas das Administrações Públicas no Domínio da Proteção Ambiental", a realizar-se em Berlim e Munique sob patrocínio da ABM. (DCN de 7-4)
Jarbas Passarinho	de 7 a 15 de abril, em atendimento a convite da World Media Association, a fim de participar da Eleventh World Conference, em Moscou. (DCN de 7-4)
Hugo Napoleão	de 12 a 22 de abril. (DCN de 26-4)
Irapuan Costa Júnior	de 24 a 30 de abril, em atendimento a convite do Governo da Nicarágua. (DCN de 27-4)
Afonso Sancho	de 5 a 12 de maio, em viagem aos Estados Unidos da América. (DCN de 4-5)
José Agripino	de 5 a 14 de maio, a fim de participar de evento internacional em Chicago, Estados Unidos da América. (DCN de 8-5)
José Fogaça	de 7 a 9 de maio, em viagem à República da Argentina. (DCN de 9-5)
Hugo Napoleão	de 12 a 17 de maio, a fim de participar de Seminário Internacional em Assunção, Paraguai. (DCN de 12-5)
Humberto Lucena	de 21 a 27 de maio, a fim de participar da Conferência Interparlamentar do Desarmamento, a realizar-se em Bonn. (DCN de 19-5)
Roberto Campos	de 19 a 31 de maio, para participar de conferências internacionais em Veneza e Milão, quando fará exposição sobre a economia brasileira. (DCN de 19-5)
Teotonio Vilela Filho	de 29 de maio a 13 de junho. (DCN de 24-5)
Roberto Campos	de 19 a 23 de junho, a fim de proferir conferências no exterior quando fará exposição sobre a economia brasileira. (DCN de 19-6)
Irapuan Costa Júnior	de 25 de junho a 1º de julho, em viagem à Costa Rica. (DCN de 26-6)

Senadores**Período**

Albano Franco	de 25 de junho a 18 de julho, para participar da 159ª Reunião do Conselho de 30º Congresso da Câmara de Comércio Internacional, em Hamburgo, Alemanha. (DCN de 30-6)
Hugo Napoleão	de 28 de junho a 10 de julho. (DCN de 1º-7)
Affonso Camargo	de 24 a 27 e 30 e 31 de julho. (DCN de 2-8)
Divaldo Suruagy	a partir de 20 de julho. (DCN de 2-8)
Severo Gomes	de 3 a 8 de setembro, em viagem a Santiago do Chile. (DCN de 1º-9)
Marcio Lacerda	de 22 a 24 de setembro, em viagem à Bolívia. (DCN de 22-9)
Affonso Camargo	nos dias 1º e 2 de outubro. (DCN de 3-10)
Severo Gomes	de 11 a 25 de outubro, para participar do Tribunal da Amazônia, a convite do Comitê Executivo do Tribunal Permanente dos Povos, em Paris, França. (DCN de 11-10)
Raimundo Lira	de 20 a 28 de outubro, para participar do seminário "Brasil Novo", a realizar-se em Lisboa, Portugal. (DCN de 20-10)
Affonso Camargo	nos dias 22 e 23 de outubro. (DCN de 20-10)
Roberto Campos	no período de 6 a 14 de novembro, a fim de participar do Seminário sobre Investimento no Brasil, a realizar-se em Milão, Itália. (DCN de 6-11)
Sílvio Name	no período de 30 de novembro a 7 de dezembro. (DCN de 8-11)
Albano Franco	no período de 9 a 24 de novembro, em viagem ao exterior. (Req. nº 409/90) (DCN de 8-11)
Marco Maciel	no período de 15 a 20 de novembro, em viagem à Argentina. (DCN de 15-11)
Alfredo Campos	a partir do dia 25 de novembro. (DCN de 22-11)
Jorge Bornhausen	no período de 29 e 30 de novembro, em viagem à Montevideu — Uruguai. (DCN de 4-12)
Hydeckel Freitas	por um período de 5 dias, em viagem aos Estados Unidos da América. (DCN de 8-12)

F — LICENÇAS CONCEDIDAS

F.1 para tratar de interesses particulares:

Licença concedida em:

- | | |
|-----------------|--|
| 3 de fevereiro | — Mauro Benevides — pelo prazo de oito dias. (Req. nº 1/90) |
| 16 de fevereiro | — Ronaldo Aragão — pelo prazo de 15 dias. (Req. nº 2/90) |
| 16 de fevereiro | — Teotonio Vilela Filho — pelo prazo de 13 dias. (Req. nº 3/90) |
| 19 de abril | — Fernando Henrique Cardoso — pelo prazo de três dias. (Req. nº 73/90) |
| 8 de maio | — Fernando Henrique Cardoso — pelo prazo de nove dias. (Req. nº 92/90) |
| 18 de maio | — João Menezes — pelo prazo de oito dias, a partir de 18 de maio. (Req. nº 112/90) |
| 24 de maio | — Rachid Saldanha Derzi, pelo prazo de dez dias, a partir de 29 de maio. (Req. nº 125/90) |
| 7 de junho | — Lourival Baptista — pelo prazo de quatro dias, a partir de 5 de junho. (Req. nº 140/90) |
| 13 de junho | — João Menezes — pelo prazo de 13 dias, a partir de 18 de junho. (Req. nº 154/90)
Mário Maia — pelo prazo de 13 dias, a partir de 18 de junho. (Req. nº 155/90) |
| 20 de junho | — Luiz Viana Neto — pelo prazo de um dia. (Req. nº 161/90)
Fernando Henrique Cardoso — pelo prazo de 21 dias, a partir de 27 de junho. (Req. nº 171/90) |
| 25 de junho | — Albano Franco — pelo prazo de 23 dias, a partir de 25-6-90. (Req. nº 176/90) |
| 9 de agosto | — Dirceu Carneiro — pelo prazo de 140 dias, a partir de 20 de agosto. (Req. nº 255/90) |
| 15 de agosto | — Albano Franco — pelo prazo de sessenta dias, a partir de 10 de agosto. (Req. nº 284/90) |
| 20 de agosto | — Divaldo Suruagy — pelo prazo de 123 dias, a partir de 20 de agosto. (Req. nº 285/90)
José Richa — pelo prazo de 125 dias, a partir de 20 de agosto. (Req. nº 287/90) |
| 5 de setembro | — Fernando Henrique Cardoso — pelo prazo de três dias, a partir do dia 3 de setembro. (Req. nº 320/90) |
| 13 de setembro | — Teotonio Vilela Filho — pelo prazo de 125 dias, a partir do dia 17 de setembro. (Req. nº 332/90) |
| 9 de outubro | — Fernando Henrique Cardoso — pelo prazo de quatro dias, a partir do dia 9 de outubro. (Req. nº 348/90)
Irapuan Costa Júnior — pelo prazo de 125 dias, a partir de 9 de outubro. (Req. nº 349/90)
Maurício Corrêa — de 8 a 15 de outubro. (Req. nº 347/90) |

Licença concedida em:

- 10 de outubro — Gonzaga Jayme — pelo prazo de 121 dias, a partir de 10 de outubro. (Req. nº 351/90)
- 18 de outubro — Albano Franco — pelo prazo de 24 dias, a partir do dia 19 de outubro. (Req. nº 364/90)
- 23 de outubro — Lourival Baptista — pelo prazo de seis dias, a partir de 23 de outubro. (Req. nº 369/90)
- 30 de outubro — Fernando Henrique Cardoso — de 29 de outubro a 6 de novembro, a fim de participar do I Encontro de Moscou e criação do Clube de Paris. (Req. nº 382/90)
- 31 de outubro — Almir Gabriel — de 6 a 11 de novembro, a fim de comparecer à Reunião de Parlamentares, a realizar-se em Vinã Del Mar, Chile, como parte do Projeto Democracia e Saúde, promovido pela OEA e OPS/OMS. (Req. nº 393/90)
- 6 de novembro — Mário Maia — de 5 a 25 de novembro. (Req. nº 403/90)
- 7 de novembro — Albano Franco — de 9 a 24 de novembro. (Req. nº 409/90)
- 13 de dezembro — Fernando Henrique Cardoso — de 13 a 17 de dezembro, para participar do II Encuentro sobre el Futuro del Socialismo — Socialismo y Economía, a convite da Fundación Sistema e Universidade Autónoma de Madrid. (Req. nº 501/90)

F.2 para tratamento de saúde:

Licença concedida em:

- 20 de fevereiro — Senador Carlos de'Carli — pelo prazo de sete dias. (Req. nº 10/90)
- 8 de março — Senador Ney Maranhão — pelo prazo de 29 dias. (Req. nº 22/90)
- 19 de março — Senador Affonso Camargo — pelo prazo de 25 dias. (Req. nº 77/90)
- 3 de maio — Senador Wilson Martins — pelo prazo de 15 dias. (Req. nº 89/90)
- 11 de maio — Senador Wilson Martins — pelo prazo de dez dias. (Req. nº 102/90)
- Senador João Lyra — pelo prazo de 22 dias. (Req. nº 103/90)
- 23 de maio — Senador Jarbas Passarinho — de 22 a 25 de maio. (Req. nº 120/90)
- 30 de maio — Senador Mário Maia — de 4 a 8 de maio. (Req. nº 129/90) e de 14 a 28 de maio. (Req. nº 130/90)
- Senador Mauro Benevides — de 28 de maio a 2 de junho. (Req. nº 131/90)
- 7 de junho — Senador João Lobo — de 16 a 27 de abril e de 15 a 30 de maio. (Req. nº 143/90)
- 25 de junho — Senador Severo Gomes — de 25 a 29 de junho. (Req. nº 201/90)
- 19 de outubro — Senador Matta Machado — pelo prazo de trinta dias, a partir de 15 de outubro (Req. nº 365/90)
- 14 de novembro — Senador Mauro Borges — pelo prazo de 15 dias, a partir de 20 de novembro. (Req. nº 419/90)
- 20 de novembro — Senador João Lyra — de 1º a 31 de outubro. (Req. 432/90)
- 27 de novembro — Senador João Lyra — de 1º a 30 de novembro. (Req. nº 453/90)

**G — MANIFESTAÇÃO DO SENADO SOBRE SOLICITAÇÃO
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO SENTIDO
DE SER CONCEDIDA LICENÇA PARA PROSSEGUIMENTO
DE PROCESSOS MOVIDOS CONTRA SENADORES**

- Ofício S/3/89** — Senador Carlos Alberto De'Carli — Parecer nº 79/90, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pelo indeferimento da solicitação do STF, aprovado pelo Plenário na sessão do dia 22 de maio de 1990 (DCN II, de 23-5-90);
- Ofício S/n/89** — Senador Olavo Pires — Parecer nº 78/90, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pelo indeferimento da solicitação do STF, aprovado pelo Plenário na sessão do dia 22 de maio de 1990 (DCN II, de 23-5-90);
- Ofício S/33/89** — Senador João Castelo — Parecer nº 190/90, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pelo indeferimento da solicitação do STF, aprovado pelo Plenário na sessão do dia 12 de dezembro de 1990 (DCN II, de 13-12-90);
- Ofício S/57/90** — Senador José Ignácio Ferreira, despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 28-11-90.

H — DIREÇÃO

H.1 — MESA DIRETORA

Dirigiu a Casa nesta 4ª Sessão Legislativa Ordinária a Mesa eleita em 15 de fevereiro de 1989, estando assim constituída:

Titulares:

Nelson Carneiro	—	Presidente
Iram Saraiva	—	1º Vice-Presidente
Alexandre Costa	—	2º Vice-Presidente
Mendes Canale	—	1º Secretário
Divaldo Suruagy	—	2º Secretário
Pompeu de Sousa	—	3º Secretário
Louremberg Nunes Rocha	—	4º Secretário

Suplentes de Secretário:

Nabor Júnior
Aureo Mello
Lavoisier Maia
Antônio Luiz Maya

H.2 — O PRESIDENTE DO SENADO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

No impedimento do Presidente da Câmara dos Deputados, e nos termos do disposto no art. 80 da Constituição Federal, o Presidente do Senado, Senador Nelson Carneiro, na ausência do Presidente da República, quando de seu comparecimento às solenidades de posse do Dr. Luiz Alberto Lacalle Aerrera, no cargo de Presidente do Uruguai, exerceu a Presidência da República no período de 28 de fevereiro e 1º de março de 1990.

I — LIDERANÇAS

Nesta sessão legislativa o Colégio de Líderes, de conformidade com comunicações encaminhadas à Mesa, funcionou com a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

Líder: Senador Ronan Tito (da sessão legislativa anterior)

Vice-Líder: Senador Mansueto de Lavor (DCN de 14-3-90)

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA — PSDB

Líder: Senador Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes: Senadores Chagas Rodrigues e Dirceu Carneiro (da sessão legislativa anterior)

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

Líder: Senador Marco Maciel (DCN de 22-2-90)

Vice-Líderes: Senador Edison Lobão (DCN de 22-2-90)

Senadores José Agripino Maia, João Lobo e João Menezes (DCN de 27-3-90)

Senador Odacir Soares (DCN de 2-6-90)

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

Líder: Senador Moisés Abrão (da sessão legislativa anterior)

Vice-Líderes: Senadores Carlos Patrocínio, João Menezes e Carlos Alberto (DCN de 20-4-90)

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

Líder: Senador Affonso Camargo (DCN de 10-3-90)

Vice-Líder: Senador Carlos De'Carli (DCN de 10-3-90)

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

Líder: Senador Mário Maia (DCN de 20-3-90)

Vice-Líderes: Senadores Maurício Corrêa e Nelson Wedekin (DCN de 23-3-90)

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

Líder: Senador Roberto Campos (DCN de 17-2-90)

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

Líder: Senador Jamil Haddad (sem comunicação oficial)

PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL — PRN

Líder: Senador Ney Maranhão (DCN de 13-3-90)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Senador José Ignácio Ferreira (DCN de 5-4-90)

Vice-Líderes: Senador João Menezes (DCN de 9-5-90)

Senadores Ney Maranhão e Afonso Sancho (DCN de 24-5-90)

Senador Odacir Soares (DCN de 11-7-90)

Obs.: Em 27-3-90 o Senador João Menezes desliga-se do PFL e filia-se ao PDC, e em 8-5-90, o Senador Carlos Patrocínio desliga-se do PDC, deixando, assim, ambos de exercer as Vice-Lideranças dos respectivos partidos.

J — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

J.1 — SESSÕES REALIZADAS

Ao tratarmos da realização das sessões, é oportuno registrar-se, em resumo, o ocorrido quando do encerramento do primeiro período da presente sessão legislativa.

Tendo em vista o disposto no § 1º do art. 57 da Constituição, o primeiro período da sessão legislativa deveria se encerrar a dois de julho (segunda-feira), uma vez que o dia 30 do mês de junho recaiu em sábado.

Entretanto, as sessões conjuntas e as realizadas separadamente nas duas Casas do Congresso Nacional, com breve interrupção, estenderam-se até o dia 10 do mês de julho, em virtude da ocorrência dos seguintes fatos:

Na sessão conjunta realizada às 18h30min do dia 2 de julho, ainda não havia sido aprovado o Projeto de Lei nº 5/90-CN que dispunha sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991. A Presidência, ao final da sessão, à vista do disposto no § 2º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, considerando que as normas estabelecidas no § 2º do art. 57 da Constituição somente teriam aplicação após a entrada em vigor da lei complementar, referida no art. 165, § 9º, incisos I e II da Lei Maior, decidiu, pelas razões então expostas, devolver ao Presidente da República, para sanção, o projeto em referência sem ter ultimada a sua apreciação.

Inconformado com essa decisão, o Deputado Euclides Scalco, como primeiro signatário, impetrou mandado de segurança, que tomou, no Supremo Tribunal Federal, o nº 21.131-8/160-DF, contra o ato do Presidente do Congresso Nacional, concluindo por pedido de liminar, a fim de suspender os seus efeitos.

A medida liminar foi deferida em 4 de julho, pelo Ministro-Presidente, José Nery da Silveira, que suspendeu o ato impugnado (devolução do projeto à sanção do Presidente da República).

Em decorrência dessa decisão, foi solicitada ao Presidente da República (Mensagem CN/nº 93, de 6-7-90) a devolução dos autógrafos do Projeto de Lei nº 5/90-CN, solicitação atendida através da Mensagem nº 107/90-CN (nº 533, de 6-7-90, na Presidência da República) e que foi lida, nesse mesmo dia, em sessão conjunta realizada às 14 horas.

A apreciação do projeto somente se completou no dia 10 de julho, tendo a Presidência dado por encerrado o primeiro período da 4ª sessão legislativa da 48ª Legislatura e encaminhado, no dia seguinte (11-7-90), através da Mensagem CN/nº 95, devidamente aprovado pelo Congresso Nacional, o projeto à sanção do Presidente da República.

Em virtude do prosseguimento do período legislativo, o Senado Federal voltou a realizar suas sessões plenárias, interrompidas no dia 2, somente as encerrando às 14 horas do dia 10 do mês de julho.

Assim, nesta sessão legislativa, o Senado Federal fez realizar 229 sessões plenárias, sendo 158 ordinárias, 69 extraordinárias e 2 especiais.

As sessões especiais foram destinadas a homenagear a memória de Luiz Carlos Prestes (Requerimento nº 21, de autoria do Senador Jamil Haddad e outros Senadores) e do ex-Senador Daniel Krieger (Requerimento nº 247, de autoria do Senador Alberto Hoffmann e outros Senadores). A primeira sessão foi realizada no dia 7 de março com a transformação da sessão ordinária em especial, e a segunda no dia 20 de novembro.

Nas sessões abaixo relacionadas o Senado Federal prestou homenagens de pesar pelo falecimento das seguintes personalidades:

- 1º de fevereiro — ex-Senador Júlio Leite — Requerimento nº 6, de autoria do Senador Francisco Rollemberg;
- 1º de março — Governador de Santa Catarina, Dr. Pedro Ivo Campos — Requerimento nº 15, de autoria do Senador Mauro Benevides e outros Senadores;
- 6 de março — Marechal Ângelo Mendes de Moraes — Requerimento nº 16, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senadores;
- 20 de março — ex-Senador Djair Brindeiro — Requerimento nº 42, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senadores;
- 19 de abril — ex-Senador José Bezerra de Araújo — Requerimento nº 69, de autoria do Senador José Agripino;
- 5 de junho — Senador Luiz Viana Filho — Requerimento nº 138, de autoria do Senador Mauro Benevides e outros Senadores;
- 1º de agosto — ex-Senador Daniel Krieger — Requerimento nº 238, de autoria do Senador Alberto Hoffmann;
- 16 de agosto — General Walter Pires de Albuquerque — Requerimento nº 289, de autoria do Senador Jarbas Passarinho;
- 26 de agosto — Senador Afonso Arinos — Requerimento nº 319, de autoria do Senador Mauro Benevides e outros Senadores;
- 10 de outubro — ex-Senador Ozires Teixeira — Requerimento nº 352, de autoria do Senador Iram Saraiva e outros Senadores;
- 17 de outubro — Senador Olavo Pires — Requerimento nº 361, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senadores;
- 20 de novembro — ex-Deputado Federal Freitas Nobre — Requerimento nº 431, de autoria do Senador Mauro Benevides e outros Senadores;
- 11 de dezembro — ex-Senador Waldemar Alcântara — Requerimento nº 490, de autoria do Senador Mauro Benevides.

Foram 30 as sessões ordinárias não realizadas em virtude de requerimentos aprovados, realização de sessões conjuntas do Congresso Nacional e de sessões especiais do Senado e, ainda, por motivo de força maior, assim considerada pelo Presidente.

Nos termos do disposto no § 1º do art. 201 do Regimento Interno, foram realizadas 7 reuniões.

J.2 — COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO

Nos termos do disposto no art. 50, **caput**, da Constituição Federal e no art. 418, inciso I, do Regimento Interno, compareceu ao Plenário do Senado, na sessão ordinária do dia 10 de maio a Doutora Zélia Cardoso de Mello, Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, convocada nos termos do Requerimento nº 37, de 1990, de autoria do Senador Jamil Haddad, para prestar esclarecimentos a respeito das medidas adotadas pelo Governo com relação à liquidez dos ativos financeiros, à nova sistemática de reajuste de preços e salários e à criação de imposto sobre saque das cadernetas de poupança.

Após a exposição da Ministra, usaram da palavra, como interpelantes, os Senadores Jamil Haddad, Leite Chaves, João Menezes, Odacir Soares, Matta Machado, Ney Maranhão, Roberto Campos, Carlos Patrocínio, Humberto Lucena, Mário Covas, Afonso Sancho, José Fogaça, Jutahy Magalhães, Alfredo Campos e Chagas Rodrigues.

J.3 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

Foram designados para representar o Senado em missão no exterior e no País, os Senadores:

a) no exterior:

Nelson Carneiro
Jarbas Passarinho e
Antonio Luiz Maya

Integrantes da Delegação Brasileira que comparecerá ao Seminário "Meio Ambiente Global", a realizar-se em Washington, DC, de 28 de abril a 2 de maio.

Saldanha Derzi
João Menezes,
Leite Chaves
João Lobo
Cid Sabóia de Carvalho
Humberto Lucena
(presidente)

Participar na 84ª Conferência Interparlamentar, em Punta del Este, Uruguai, de 15 a 20 de outubro.

Wilson Martins
Aluizio Bezerra
Nabor Júnior

Participar da Reunião do Parlamento Amazônico, nos dias 15 a 17 de novembro, em Caracas, Colômbia.

b) no País:

Jamil Haddad, Pompeu de Sousa, Chagas Rodrigues e Antônio Luiz Maya.
(Comissão)

Designada em 7 de março para representar o Senado Federal nos funerais de Luiz Carlos Prestes, ex-Senador e Constituinte de 1946.

João Menezes

Designado em 29 de março para comparecer à solenidade de promulgação da Lei Orgânica do Município de Belém, Estado do Pará.

Mauro Benevides, Jutahy Magalhães, Pompeu de Sousa, Nabor Júnior, Mansueto de Lavor, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, Roberto Campos, Fernando Henrique Cardoso, Jorge Bornhausen, Maurício Corrêa, Mendes Canale. (Presidida pelo Senador Severo Gomes).
(Comissão)

Designada em 7 de agosto para representar o Senado Federal junto ao Seminário da Dívida Externa.

Nelson Carneiro, Jamil Haddad e Pompeu de Sousa.
(Comissão)

Designada em 28 de agosto para representar o Senado nos funerais do Senador Afonso Arinos.

- Odacir Soares e Ronaldo Aragão.**
(Comissão) Designada para representar o Senado no Seminário "A Saída do Brasil para o Pacífico", a realizar-se em Porto Velho, Rondônia.
- Mata-Machado** Designado para representar o Senado na 13ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, a realizar-se em Belo Horizonte — MG, no período de 23 a 27 de setembro.
- Mauro Benevides Afonso Sancho Lourival Baptista** Designados em 15 de outubro para representar o Senado na posse do Senador Jarbas Passarinho, no Ministério da Justiça, na mesma data.
- Ronaldo Aragão, Odacir Soares, Mauro Borges, Affonso Camargo, Antônio Alves e Márcio Lacerda.**
(Comissão) Designada em 17 de outubro para representar o Senado nos funerais do Senador Olavo Pires.
- Nabor Júnior Alúzio Bezerra** Designados em 8 de novembro para representar o Senado na Reunião do Parlamento Amazônico, a realizar-se de 15 a 17 de novembro.
- Márcio Berezoski, Marcio Lacerda, Marcondes Gadelha.**
(Comissão) Designada em 21 de novembro para acompanhar o inquérito policial que apura o assassinato do Senador Olavo Pires. (Designação feita por solicitação do Senador Amir Lando, aprovada pelo Plenário).

J.4 — COMISSÕES

1. — COMISSÕES PERMANENTES

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

em 15-2-90:

(25 membros titulares e 25 suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Jorge Bornhausen

Titulares

Suplentes

PMDB

Meira Filho
Ronaldo Aragão
Gerson Camata
Irapuan Costa Júnior
João Lyra
Mansueto de Lavor
Nelson Wedekin
Raimundo Lira
Ruy Bacelar
Severo Gomes
Wilson Martins

Aluizio Bezerra
Mauro Benevides
Nabor Júnior
José Fogaça
Aureo Mello
Rachid Saldanha Derzi
João Calmon
Luiz Viana Filho
Marcio Lacerda
Ronan Tito
Leopoldo Peres

PFL

Edison Lobão
Odacir Soares
Jorge Bornhausen
Carlos Chiarelli

Hugo Napoleão
Lourival Baptista
João Menezes
José Agripino

PSDB

Dirceu Carneiro
Teotônio Vilela Filho
(vago) (*)

Fernando Henrique Cardoso
Chagas Rodrigues
(vago) (**)

(*) vaga ocorrida devido ao afastamento do Senador Sílvio Name em 27-12-89;

(**) vaga ocorrida devido ao afastamento do Senador Marcos Mendonça em 11-1-90;

Pequenos Partidos

Olavo Pires (PTB)	Carlos Alberto (PTB)
Carlos De'Carli (PTB)	Jarbas Passarinho (PDS)
Roberto Campos (PDS)	Mauro Borges (PDC)
Moisés Abrão (PDC)	Mário Maia (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)	Afonso Sancho (PMB)
Ney Maranhão (PMB)	(vago) (***)
Jamil Haddad (PSB)	(vago)

(***) vaga ocorrida devido ao afastamento do Senador Gomes de Carvalho em 20-12-90;

Alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990, na Comissão de Assuntos Econômicos:

- 19- 3-90 — PSDB — indicação dos Senadores José Richa e Mário Covas, como titular e suplente, respectivamente;
- 20- 3-90 — PFL — substituição do Senador Carlos Chiarelli pelo Senador Marcondes Gadelha;
- 5- 4-90 — PRN — substituição do Senador Ney Maranhão pelo Senador Raimundo Lira, como titular;
- 26- 4-90 — PMDB — substituição dos Senadores Gerson Camata, João Lyra, Nelson Wedekin, Raimundo Lira e Wilson Martins pelos Senadores Mauro Benevides, Nabor Júnior, José Fogaça, João Calmon e Márcio Lacerda, como titulares;
- substituição dos Senadores Mauro Benevides, Nabor Júnior, José Fogaça, Rachid Saldanha Derzi, João Calmon, Márcio Lacerda e Leopoldo Peres, pelos Senadores Leite Chaves, Francisco Rollemberg, Cid Sabóia de Carvalho e Humberto Lucena, como suplentes, persistindo 3 vagas na suplência;
- 8- 5-90 — PMDB — substituição dos Senadores Irapuan Costa Júnior, Nabor Júnior, José Fogaça e Ruy Bacelar pelos Senadores Aluizio Bezerra, Francisco Rollemberg, Ronan Tito e Cid Sabóia de Carvalho, como titulares;
- substituição dos Senadores Aluizio Bezerra, Francisco Rollemberg, Cid Sabóia de Carvalho e Ronan Tito pelos Senadores Nabor Júnior, José Fogaça, Ruy Bacelar e Irapuan Costa Júnior, como suplentes;
- 9- 5-90 — eleição do Senador Severo Gomes, como Presidente da comissão;
- 5- 6-90 — PMDB — o Senador Luiz Viana Filho falece, decorrendo vaga na comissão;
- 30- 6-90 — PTB — substituição do Senador Carlos De'Carli pelo Senador Gilberto Miranda que, a 9-11-90, volta a ocupar seu lugar na comissão como titular;
- 23- 8-90 — PSDB — substituição dos Senadores Dirceu Carneiro e José Richa pelos Senadores Márcio Berezoski e Sílvio Name, como titulares;
- 9-10-90 — PMDB — substituição dos Senadores Irapuan Costa Júnior pelo Senador Antônio Alves, como suplente;
- 16-10-90 — PTB — o Senador Olavo Pires falece, decorrendo vaga na comissão;
- 18-10-90 — PDS — substituição do Senador Jarbas Passarinho pelo Senador Oziel Carneiro como suplente;
- 22-10-90 — PSDB — substituição do Senador Teotônio Vilela Filho pelo Senador Mário Covas, como titular;
- 9-11-90 — PMDB — permuta dos Senadores Meira Filho e Ruy Bacelar, o primeiro passa à suplência e o segundo à titularidade;

Devido as alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990, a Comissão de Assuntos Econômicos ficou assim composta ao final da sessão legislativa:

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE):

(25 membros titulares e 25 suplentes)

Presidente: Severo Gomes

Vice-Presidente: Jorge Bornhausen

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronaldo Aragão
Severo Gomes
Ruy Bacelar
Mansueto de Lavor
Mauro Benevides
João Calmon
Marcio Lacerda
Alúzio Bezerra
Ronan Tito
Cid Sabóia de Carvalho

Humberto Lucena
Nabor Júnior
José Fogaça
Antônio Alves
(vago)
(vago)
(vago)
(vago)

PFL

Edison Lobão
Odacir Soares
Jorge Bornhausen
Marcondes Gadelha

Meira Filho
Hugo Napoleão
Lourival Baptista
Afonso Sancho
José Agripino

PSDB

Márcio Berezoski
Mário Covas
Sílvio Name

Fernando Henrique Cardoso
Mata-Machado
Chagas Rodrigues

Pequenos Partidos

Carlos De'Carli (PTB)
Moisés Abrão (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
Raimundo Lira (PRN)
Jamil Haddad (PSB)
Roberto Campos (PDS)
(vago)

Carlos Alberto (PTB)
Oziel Carneiro (PDS)
Mauro Borges (PDC)
Mário Maia (PDT)
Leite Chaves (PMN)
(vago)
(vago)

Sem Partido

Francisco Rollemberg

Aureo Mello

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

em 15-2-90

(25 membros titulares e 25 suplentes)

Presidente: José Ignácio Ferreira

Vice-Presidente: Carlos De'Carli

Titulares

Suplentes

PMDB

Severo Gomes
José Fogaça
Ronan Tito
Francisco Rollemberg
Humberto Lucena
Cid Sabóia de Carvalho
João Calmon
Ronaldo Aragão
Nelson Wedekin
Raimundo Lira
Jutahy Magalhães

Aureo Mello
João Lyra
Mansueto de Lavor
Leite Chaves
Nabor Júnior
Rachid Saldanha Derzi
Marcio Lacerda
Leopoldo Peres
Gerson Camata
(vago)

PFL

João Lobo
Odacir Soares
Lourival Baptista
Carlos Chiarelli

Edison Lobão
Hugo Napoleão
Marco Maciel
Jorge Bornhausen

PSDB

José Ignácio Ferreira
(vago) (***)

Afonso Arinos
Dirceu Carneiro
(vago) (**)

Pequenos Partidos

Carlos Alberto (PTB)
Carlos De'Carli (PTB)
Jarbas Passarinho (PDS)
Carlos Patrocínio (PDC)
Mário Maia (PDT)
Ney Maranhão (PMB)
Jamil Haddad (PSB)
José Paulo Bisol (PSB)

Olavo Pires (PTB)
Maurício Corrêa (PDT)
(vago) (PTB) (*)
(vago) (PMB)
(vago) (PSB)

Sem partido

Mauro Borges
Albano Franco
Afonso Sancho

(*) vaga decorrente do afastamento do Senador Gomes Carvalho, em 20 de dezembro de 1989, devido à reasunção ao mandato por parte do titular;

(**) vaga decorrente do afastamento do Senador Sílvio Name em 27-12-89, durante o período de recesso parlamentar, devido à reasunção ao mandato por parte do titular;

(***) vaga decorrente do afastamento do Senador Marcos Mendonça, em 11-1-90, devido à reasunção ao mandato por parte do titular;

Alterações ocorridas na Comissão de Assuntos Sociais durante o período legislativo de 1990:

- 19- 3-90 — PSDB — indicação dos Senadores Mário Covas e José Richa, como titular e suplente, respectivamente;
- 4- 4-90 — PSDB — substituição do Senador José Ignácio Ferreira pelo Senador José Richa;
- 16- 4-90 — PFL — indicação do Senador Afonso Sancho como titular, em vaga deixada pelo Senador Carlos Chiarelli;
- 26- 4-90 — PMDB — substituição dos Senadores Nelson Wedekin, Raimundo Lira e Jutahy Magalhães pelos Senadores Luiz Viana Filho, Meira Filho e Ruy Bacelar, como titulares;
- substituição dos Senadores Albano Franco, João Lyra, Leopoldo Peres, Rachid Saldanha Derzi e Gerson Camata pelos Senadores Aluizio Bezerra, Irapuan Costa Júnior e Mauro Benevides, persistindo 3 vagas na suplência do partido;
- 23- 5-90 — PSDB — substituição dos Senadores José Richa, José Paulo Bisol e Mário Covas, pelos Senadores Jutahy Magalhães, Almir Gabriel e Mata Machado, respectivamente, como titulares;
- 5- 6-90 — PMDB — o Senador Luiz Viana Filho falece, decorrendo vaga na comissão;
- 11- 6-90 — — o Senador Almir Gabriel é eleito Presidente da comissão;
- 30- 6-90 — PTB — substituição do Senador Carlos De'Carli pelo Senador Gilberto Miranda, e, a 9-11-90, volta do Senador Carlos De'Carli;
- 23- 8-90 — PSDB — indicação do Senador Sílvio Name como suplente;
- substituição do Senador Dirceu Carneiro pelo Senador Márcio Bezoski como suplente;
- 27- 8-90 — PSDB — o Senador Afonso Arinos falece, decorrendo vaga na comissão;
- 16-10-90 — PTB — o Senador Olavo Pires falece, decorrendo vaga na comissão;
- 18-10-90 — PDS — substituição do Senador Jarbas Passarinho pelo Senador Oziel Carneiro;
- 22-10-90 — PSDB — indicação do Senador Mário Covas para ocupar vaga deixada pelo Senador Afonso Arinos;
- 23-10-90 — PMDB — substituição do Senador Irapuan Costa Júnior pelo Senador Antônio Alves;
- 5-12-90 — PFL — substituição do Senador Marco Maciel pelo Senador Hydeckel Freitas, como suplente.

De acordo com as alterações ocorridas, a Comissão de Assuntos Sociais ficou assim constituída no final da sessão legislativa de 1990:

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

(25 membros titulares e 25 suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Carlos De'Carli

Titulares

PMDB

Suplentes

Cid Sabóia de Carvalho
Humberto Lucena
João Calmon
José Fogaça
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Severo Gomes
(vago)

Aluizio Bezerra
Antônio Alves
Mansueto de Lavor
Marcio Lacerda
Mauro Benevides
Nabor Júnior
(vago)
(vago)

PFL

João Lobo
Odacir Soares
Lourival Baptista
Afonso Sancho
Meira Filho

Edison Lobão
Hugo Napoleão
Hydeckel Freitas
Jorge Bornhausen

PSDB

Jutahy Magalhães
Almir Gabriel
Mata-Machado

Mário Covas
Sílvio Name
Márcio Berezoski

Pequenos Partidos

Carlos Alberto (PDC)
Carlos De'Carli (PTB)
Oziel Carneiro (PDS)
Mário Maia (PDT)
Ney Maranhão (PRN)
Jamil Haddad (PSB)

Mauro Borges (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
Leite Chaves (PMN)
(vago) (PTB)
(vago) (PTB)
(vago)
(vago)
(vago)

Sem partido

Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

Aureo Mello

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

em 15-2-90:

(21 membros titulares e 21 suplentes)

Presidente: Cid Sabóia de Carvalho

Vice-Presidente: Odacir Soares

PMDB

Titulares

Wilson Martins
Leite Chaves
Mansueto de Lavor
Cid Sabóia de Carvalho
Marcio Lacerda
Jutahy Magalhães
Leopoldo Peres
Mauro Benevides
Francisco Rollemberg

Suplentes

Aluizio Bezerra
Aureo Mello
Humberto Lucena
José Fogaça
Meira Filho
Ronaldo Aragão
João Calmon
(vago)
(vago)

PFL

Edison Lobão
Marco Maciel
Odacir Soares
João Menezes

Lourival Baptista
João Lobo
Hugo Napoleão
José Agripino

PSDB

Chagas Rodrigues
Afonso Arinos

José Ignácio Ferreira
Fernando Henrique Cardoso
Teotônio Vilela Filho

Pequenos Partidos

Olavo Pires (PTB)
João Castelo (PRN)
Carlos Patrocínio (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
Ney Maranhão (PMB)
José Paulo Bisol (PSB)

Carlos Alberto (PTB)
Roberto Campos (PDS)
Antônio Luiz Maya (PDC)
Mário Maia (PDT)
Jamil Haddad (PSB)

Alterações ocorridas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania durante o período legislativo de 1990:

- 20- 3-90 — PFL — substituição do Senador Marco Maciel pelo Senador Marcondes Gadelha como titular.
- 6- 4-90 — PDS — substituição do Senador João Castelo (PRN) pelo Senador Jarbas Passarinho (PDS), como titular, que, a 18-10-90 é, por sua vez, substituído pelo Senador Oziel Carneiro;
- 16- 4-90 — PFL — substituição do Senador João Menezes pelo Senador Afonso Sancho, como titular;
- PRN — substituição do Senador Ney Maranhão pelo Senador João Castelo;
- 26- 4-90 — PMDB — substituição dos Senadores Wilson Martins, Leopoldo Peres e Jutahy Magalhães pelos Senadores Aureo Mello, Humberto Lucena e João Calmon, como titulares;
- substituição dos Senadores Aureo Mello, Humberto Lucena e João Calmon pelos Senadores Irapuan Costa Júnior, Luiz Viana Filho, Ruy Bacelar, Severo Gomes e Nabor Júnior, como suplentes, e ainda, no preenchimento de duas vagas existentes;
- 2- 5-90 — PSDB — substituição do Senador José Paulo Bisol pelo Senador Jutahy Magalhães, como titular, que, por sua vez, a 23-5-90 é substituído pelo Senador Mata-Machado;
- substituição do Senador José Ignácio Ferreira pelo Senador Wilson Martins, como suplente;
- 8- 5-90 — PSB — substituição do Senador Jamil Haddad pelo Senador José Paulo Bisol, como suplente;
- 9- 5-90 — PDC — substituição do Senador Carlos Patrocínio pelo Senador João Menezes, como titular;
- 5- 6-90 — PMDB — falece o Senador Luiz Viana Filho, decorrendo vaga na comissão;
- 27- 8-90 — PSDB — falece o Senador Afonso Arinos, decorrendo vaga na comissão;
- 16-10-90 — PTB — falece o Senador Olavo Pires, decorrendo vaga na comissão;
- 23-10-90 — PMDB — substituição do Senador Irapuan Costa Júnior pelo Senador Antônio Alves, como suplente;
- 12-12-90 — PMDB — substituição dos Senadores Aureo Mello e Leite Chaves, pelos Senadores José Fogaça e Ronaldo Aragão, como titulares;
- substituição dos Senadores José Fogaça, Meira Filho e Ronaldo Aragão pelos Senadores Ronan Tito e Luiz Viana Neto, como suplentes, persistindo, ainda, uma vaga na comissão;

De acordo com as alterações ocorridas, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ficou assim constituída ao final do período legislativo de 1990:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ):
(21 membros titulares e 21 suplentes)

Presidente: Cid Sabóia de Carvalho

Vice-Presidente: Odacir Soares

Titulares

PMDB

José Fogaça
Cid Sabóia de Carvalho
Humberto Lucena
Mauro Benevides
João Calmon
Ronaldo Aragão
Mansueto de Lavor
Marcio Lacerda

Suplentes

Aluizio Bezerra
Antônio Alves
Ronan Tito
Luiz Viana Neto
Nabor Júnior
Ruy Bacelar
Severo Gomes
(vago)
(vago)

PFL

Edison Lobão
Marcondes Gadelha
Odacir Soares
Afonso Sancho

Lourival Baptista
João Lobo
Hugo Napoleão
José Agripino

PSDB

Chagas Rodrigues
Mata-Machado
(vago)

Wilson Martins
Fernando Henrique Cardoso
Teotônio Vilela Filho

Pequenos Partidos

Oziel Carneiro (PDS)
João Menezes (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
João Castelo (PRN)
(vago)

Carlos Alberto (PTB)
Roberto Campos (PDS)
Antônio Luiz Maya (PDC)
Mário Maia (PDT)
José Paulo Bisol (PSB)

Sem Partido

Francisco Rollemberg

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
em 15-2-90

(25 membros titulares e 25 suplentes)

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: João Menezes

Titulares

PMDB

Aureo Mello
João Calmon
José Fogaça
Luiz Viana Filho
Marcio Lacerda
Meira Filho
Nelson Wedekin
Wilson Martins
Aluizio Bezerra
Mauro Benevides
Nabor Júnior

Suplentes

Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
João Lyra
Ruy Bacelar
Ronan Tito
Leite Chaves
Leopoldo Peres
Gerson Camata
Mansueto de Lavor
Severo Gomes
Francisco Rollemberg

PFL

Hugo Napoleão
João Menezes
Edison Lobão
Jorge Bornhausen

João Lobo
Marco Maciel
José Agripino
Carlos Chiarelli

PSDB

Dirceu Carneiro
Fernando Henrique Cardoso
José Ignácio Ferreira

Afonso Arinos
José Paulo Bisol
(vago) (*)

Pequenos Partidos

Carlos Alberto (PTB)
Carlos De'Carli (PTB)
Antônio Luiz Maya (PDC)
Mário Maia (PDT)
Ney Maranhão (PMB)
Jamil Haddad (PSB)

Olavo Pires (PTB)
Roberto Campos (PDS)
Carlos Patrocínio (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
(vago) (**)
(vago)
(vago)

Sem partido

Afonso Sancho

(*) vaga decorrente do afastamento do Senador Marcos Mendonça em 11-1-90;

(**) vaga decorrente do afastamento do Senador Gomes Carvalho em 20-12-90;

Alterações ocorridas na Comissão de Educação durante o período legislativo de 1990

- 19- 3-90 — PSDB — indicação do Senador Mário Covas, como suplente;
- 20- 3-90 — PFL — substituição do Senador Carlos Chiarelli pelo Senador Marcondes Gadelha, como suplente;
- 26- 4-90 — PMDB — substituição dos Senadores Wilson Martins e Nelson Wedekin, como titulares pelos Senadores Ronaldo Aragão e Mansueto de Lavor;
- substituição dos Senadores Leopoldo Peres, João Lyra, Gerson Camata e Mansueto de Lavor pelo Senador Humberto Lucena, como suplente, persistindo, ainda, três vagas na suplência;
- PFL — substituição do Senador João Menezes pelo Senador Divaldo Suruagy;
- 9- 5-90 — — o Senador Jorge Bornhausen é eleito Vice-Presidente da comissão;
- 23- 5-90 — PSDB — substituição dos Senadores José Ignácio Ferreira e José Paulo Bisol, pelos Senadores Wilson Martins e Dirceu Carneiro, na titularidade e na suplência, respectivamente;
- 5- 6-90 — PMDB — o Senador Luiz Viana Filho falece, decorrendo vaga na comissão;
- 30- 6-90 — PTB — substituição do Senador Carlos De'Carli pelo Senador Gilberto Miranda, e, a 9-11-90, volta do Senador Carlos De'Carli;
- 23- 8-90 — PSDB — substituição dos Senadores Dirceu Carneiro e Fernando Henrique Cardoso, pelos Senadores Márcio Berezoski e Sílvio Name, como suplente e titular, respectivamente;
- 27- 8-90 — PSDB — o Senador Afonso Arinos falece, decorrendo vaga na comissão;
- 16-12-90 — PTB — o Senador Olavo Pires falece, decorrendo vaga na comissão.

De acordo com as alterações ocorridas, a Comissão de Educação ficou assim constituída ao final do período legislativo de 1990:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)
(25 membros titulares e 25 suplentes)

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Jorge Bornhausen

Titulares

Suplentes

PMDB

Aluízio Bezerra
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Marcio Lacerda
Mauro Benevides
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão
(vago)

Cid Sabóia de Carvalho
Humberto Lucena
Antônio Alves
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Severo Gomes
(vago)
(vago)
(vago)

PFL

Hugo Napoleão
Divaldo Suruagy
Edison Lobão
Jorge Bornhausen
Afonso Sancho
Meira Filho

João Lobo
Marco Maciel
José Agripino
Marcondes Gadelha

PSDB

Sílvio Name
Wilson Martins
(vago)

Márcio Berezoski
Mário Covas
(vago)

Pequenos Partidos

Carlos Alberto (PTB)
Carlos De'Carli (PTB)
Jamil Haddad (PSB)
Antônio Luiz Maya (PDC)
Mário Maia (PDT)
Ney Maranhão (PRN)

Leite Chaves (PMN)
Roberto Campos (PDS)
Maurício Corrêa (PDT)
(vago)
(vago)
(vago)
(vago)

Sem partido

Aureo Mello

Francisco Rollemberg
Carlos Patrocínio

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
em 15-2-90:

(17 membros titulares e 9 suplentes)

Presidente: Roberto Campos
Vice-Presidente: Meira Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Aluízio Bezerra
Gerson Camata
Jutahy Magalhães
Mansueto de Lavor
Mauro Benevides
Meira Filho
Ruy Bacelar

Irapuan Costa Júnior
João Lyra
Leopoldo Peres
(vago)

PFL

Marcondes Gadelha
João Lobo
Marco Maciel

Edison Lobão
Lourival Baptista

PSDB

Dirceu Carneiro

José Ignácio Ferreira

Pequenos Partidos

Carlos Alberto (PTB)
Roberto Campos (PDS)
Moisés Abrão (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
Jamil Haddad (PSB)
José Paulo Bisol (PSB)

Carlos Patrocínio (PDC)
(vago) (*)

(*) Vaga ocorrida a 20-12-89, devido ao afastamento do Senador Gomes de Carvalho;

Alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990 na Comissão de Fiscalização e Controle:

- 26- 4-90 — PMDB — substituição dos Senadores Gerson Camata e Jutahy Magalhães pelos Senadores Humberto Lucena e Leite Chaves, como titulares;
— substituição dos Senadores João Lyra e Leopoldo Peres pelos Senadores Aureo Mello e Marcio Lacerda, como suplentes;
- 23- 5-90 — PSDB — substituição dos Senadores José Ignácio Ferreira e José Paulo Bisol pelos Senadores Fernando Henrique Cardoso e Jutahy Magalhães, como suplente e titular, respectivamente;
- 23- 8-90 — PSDB — substituição do Senador Dirceu Carneiro pelo Senador Marcio Lacerda como titular;
- 23-10-90 — PMDB — substituição do Senador Irapuan Costa Júnior pelo Senador Antônio Alves como suplente;
- 5-12-90 — PFL — substituição do Senador Marco Maciel pelo Senador Hydekêl Freitas, como titular.

Devido as alterações ocorridas, a Comissão de Fiscalização e Controle ficou assim composta no final do período legislativo de 1990:

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CFC):

(17 membros titulares e 9 suplentes)

Presidente: Roberto Campos
Vice-Presidente: Meira Filho

Titulares

Aluizio Bezerra
Humberto Lucena
Mansueto de Lavor
Mauro Benevides
Ruy Bacelar

Suplentes

Antônio Alves
Marcio Lacerda
Ronaldo Aragão

PMDB

PFL

Marcondes Gadelha
João Lobo
Hydekel Freitas
Meira Filho

Edison Lobão
Lourival Baptista

PSDB

Jutahy Magalhães
Márcio Berezoski

Fernando Henrique Cardoso

Pequenos Partidos

Carlos Alberto (PTB) (vago)
Roberto Campos (PDS)
Moisés Abrão (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
Jamil Haddad (PSB)
Leite Chaves (PMN)

Sem Partido

Aureo Mello
Carlos Patrocínio

**COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**

em 15-2-90

(21 membros titulares e 21 suplentes)

Presidente: Humberto Lucena

Vice-Presidente: João Lobo

Titulares

Suplentes

PMDB

Nabor Júnior
Humberto Lucena
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana Filho
Ronaldo Aragão
Rachid Saldanha Derzi
Severo Gomes
Aluizio Bezerra

Ronan Tito
Leopoldo Peres
Jutahy Magalhães
Marcio Lacerda
Francisco Rollemberg
Mauro Benevides
Wilson Martins
(vago)
(vago)

PFL

Hugo Napoleão
João Lobo
Marco Maciel
José Agripino

Odacir Soares
Edison Lobão
Lourival Baptista
Jorge Bornhausen

PSDB

Afonso Arinos
Chagas Rodrigues
Fernando Henrique Cardoso

Teotônio Vilela Filho
(vago) (*)

Pequenos Partidos

Olavo Pires (PTB)
Moisés Abrão (PDC)
Mário Maia (PDT)
Jamil Haddad (PSB)

Carlos De'Carli (PTB)
João Castelo (PRN)
Antônio Luiz Maya (PDC)
Ney Maranhão (PMB)
Maurício Corrêa (PDT)
José Paulo Bisol (PSB)

Sem partido

Afonso Sancho

(*) vaga decorrente do afastamento do Senador Sílvio Name em 27-12-89;

Alterações ocorridas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional durante o período legislativo de 1990:

- 1º- 3-90 — PSDB — indicação do Senador José Richa como suplente;
- 6- 4-90 — PDS — o Senador Afonso Sancho é substituído pelo Senador Jarbas Passarinho, como titular;
- 16- 4-90 — PRN — o Senador Ney Maranhão é substituído, como suplente, pelo Senador Albano Franco;
- 26- 4-90 — PFL — substituição do Senador Marco Maciel pelo Senador Afonso Arinos, como titular;
- PMDB — substituição dos Senadores Leopoldo Peres, Jutahy Magalhães, Francisco Rollemberg e Wilson Martins pelos Senadores Aureo Mello, Cid Sabóia de Carvalho, João Calmon, José Fogaça, Mansueto de Lavor e Meira Filho, como suplentes, ocupando as duas vagas então existentes;
- substituição do Senador Rachid Saldanha Derzi pelo Senador Francisco Rollemberg, como titular;
- 23- 5-90 — PSDB — substituição do Senador José Richa e José Paulo Bisol pelos Senadores Almir Gabriel e Jutahy Magalhães, como suplentes;
- 5- 6-90 — PMDB — o Senador Luiz Viana Filho falece, decorrendo vaga na comissão;
- 30- 6-90 — PTB — substituição do Senador Carlos De'Carli pelo Senador Gilberto Miranda e, a 9-11-90, volta a compor a comissão o Senador Carlos De'Carli, como suplente;
- 27- 8-90 — PSDB — o Senador Afonso Arinos falece, decorrendo vaga na comissão;
- 16-10-90 — PTB — o Senador Olavo Pires falece, decorrendo vaga na comissão;
- 18-10-90 — PDS — substituição do Senador Jarbas Passarinho pelo Senador Oziel Carneiro como titular.
- 23-10-90 — PMDB — substituição do Senador Irapuan Costa Júnior pelo Senador Antônio Alves, como titular.

Devido as alterações, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ficou assim constituída ao final do período legislativo de 1990:

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL (CRE)

(21 membros titulares e 21 suplentes)

Presidente: Humberto Lucena

Vice-Presidente: João Lobo

Titulares

PMDB

Aluízio Bezerra
Humberto Lucena
Antônio Alves
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão
Severo Gomes
(vago)

Suplentes

Cid Sabóia de Carvalho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Marcio Lacerda
Mauro Benevides
Ronan Tito

PFL

Afonso Sancho
João Lobo
José Agripino
Hugo Napoleão

Edison Lobão
Odacir Soares
Lourival Baptista
Jorge Bornhausen
Meira Filho

PSDB

Chagas Rodrigues
Fernando Henrique Cardoso
(vago)

Teotônio Vilela Filho
Almir Gabriel
Jutahy Magalhães

Pequenos Partidos

Oziel Carneiro (PDS)
Moisés Abrão (PDC)
Mário Maia (PDT)
Jamil Haddad (PSB)
Leite Chaves (PMN)
(vago)

Carlos De'Carli (PTB)
Roberto Campos (PDS)
Antônio Luiz Maya (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
Albano Franco (PRN)

Sem partido

Francisco Rollemberg

Aureo Mello

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA (SI)

em 16-2-90

(19 membros titulares e 19 suplentes)

Presidente: Edison Lobão

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

PMDB

Aluízio Bezerra
Aureo Mello
Gerson Camata
João Lyra
Leopoldo Peres
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão
Ruy Bacelar

Suplentes

Marcio Lacerda
Cid Sabóia de Carvalho
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor
Humberto Lucena
José Fogaça
Ronan Tito

PFL

Edison Lobão
Lourival Baptista
José Agripino

João Lobo
João Menezes
Carlos Chiarelli

PSDB

Teotônio Vilela Filho
(vago) (*)
(vago) (*)

Dirceu Carneiro
Chagas Rodrigues
José Ignácio Ferreira

Pequenos Partidos

Olavo Pires (PTB)
João Castelo (PRN)
Maurício Corrêa (PDT)
Ney Maranhão (PMDB)

Carlos De'Carli (PTB)
Jarbas Passarinho (PDS)
Carlos Patrocínio (PDC)
Mário Maia (PDT)
Jamil Haddad (PSB)

Sem Partido

Mauro Borges

Albano Franco

(*) vagas ocorridas devido ao afastamento dos Senadores Sílvio Name e Marcos Mendonça em 27-12-89 e 11-1-90, respectivamente.

Alterações ocorridas na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura durante o período legislativo de 1990:

- 1º- 3-90 — PSDB — Indicação dos Senadores Mário Covas e José Richa como titulares;
- 26- 4-90 — PMDB — Substituição dos Senadores Gerson Camata, João Lyra e Leopoldo Peres pelos Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Meira Filho e Severo Gomes, como titulares;
- Substituição dos Senadores Cid Sabóia de Carvalho e Albano Franco pelo Senador Mauro Benevides, como suplente, persistindo, ainda, uma vaga na suplência;
- PFL — Substituição dos Senadores João Menezes e Carlos Chiarelli pelos Senadores Jorge Bornhausen e Marcondes Gadelha, como suplentes;
- 23- 5-90 — PSDB — Substituição do Senador José Richa pelo Senador Almir Gabriel, como titular;
- Substituição do Senador José Ignácio Ferreira pelo Senador José Richa, como suplente;
- 23- 8-90 — PSDB — Substituição dos Senadores Dirceu Carneiro e José Richa pelos Senadores Márcio Berezoski e Sílvio Name, como suplentes;
- 30- 6-90 — PTB — Substituição do Senador Carlos De'Carli pelo Senador Gilberto Miranda, que, a 9-11-90, volta a ocupar o lugar na Comissão como suplente;
- 16-10-90 — PTB — Falece o Senador Olavo Pires, decorrendo vaga na comissão;
- 18-10-90 — PDS — Substituição do Senador Jarbas Passarinho pelo Senador Oziel Carneiro.

Devido as alterações ocorridas, ao final do período legislativo de 1990, estava assim constituída a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura:

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA (SI):
(19 membros titulares e 19 suplentes)

Presidente: Edison Lobão

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão
Ruy Bacelar
Severo Gomes

Humberto Lucena
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Marcio Lacerda
Ronan Tito
Mauro Benevides
(vago)

PFL

Edison Lobão
Lourival Baptista
José Agripino
Meira Filho

João Lobo
Jorge Bornhausen
Marcondes Gadelha

PSDB

Teotônio Vilela Filho
Mário Covas
Almir Gabriel

Márcio Berezoski
Chagas Rodrigues
Sílvio Name

Pequenos Partidos

João Castelo (PRN)
Mauro Borges (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
Ney Maranhão (PRN)
(vago)

Carlos De'Carli (PTB)
Oziel Carneiro (PDS)
Mário Maia (PDT)
Jamil Haddad (PSB)

Sem Partido

Aureo Mello

Francisco Rollemberg
Carlos Patrocínio

2 — COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE FRAUDE NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS, POR EMPRESAS MULTINACIONAIS, E OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA ATUAÇÃO DESSAS EMPRESAS NO PAÍS, INCLUSIVE A DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR E A DESMESURADA ELEVAÇÃO DE PREÇO DE MEDICAMENTOS

Criação: Resolução nº 42, de 1988.

Instalação: 21 de setembro de 1988.

Nº de membros: 9 (nove), designados em 12 de setembro de 1988.

Prazo de funcionamento: até 27 de abril de 1990.

Prorrogação de prazo: por 90 dias (Requerimento nº 83/90), até 27 de agosto de 1990

Prorrogação de prazo: por 60 dias (Requerimento nº 317/90), até 26 de outubro de 1990

Prorrogação de prazo: por 50 dias (Requerimento nº 375/90), até 15 de dezembro de 1990

Composição da Comissão em 15-2-90

Presidente: (vago)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Leite Chaves

Titulares

PMDB

Leite Chaves ⁽⁶⁾
Francisco Rollemberg ⁽⁷⁾ ⁽⁷⁾
Severo Gomes

PFL

Lourival Baptista
João Lobo

PSDB

José Ignácio Ferreira ⁽²⁾

Pequenos Partidos

Lourenberg Nunes Rocha (PTB) ⁽⁸⁾

Sem Partido

Afonso Sancho ⁽³⁾

Suplentes

Ronaldo Aragão
Nelson Wedekin ⁽¹⁾
Leopoldo Peres ⁽⁴⁾

(vago)

Pompeu de Sousa
Almir Gabriel

Jamil Haddad (PSB)

Alterações ocorridas no período legislativo de 1990:

(1) filiado ao PDT a 6-3-90;

(2) filiado ao PST a 1º-4-90;

(3) filiado ao PFL a 2-4-90;

(4) renuncia ao mandato em 26-4-90, decorrendo vaga na comissão;

(5) sem partido, a partir de 2-7-90;

(6) sem partido, a partir de 12-10-90, filiando-se ao PMN em 20-11-90;

(7) eleito Presidente em 12-12-90;

(8) eleito Vice-Presidente em 12-12-90.

b) DESTINADA A APURAR OS CONFLITOS DE TERRA EXISTENTES NO PAÍS

Criação: Requerimento nº 228, de 1988.

Autoria: Senador Leite Chaves e outros senadores.

Instalação: 11 de abril de 1989.

Nº de membros: 9 (nove), designados em 27 de março de 1989.

Prazo de funcionamento: até 29 de março de 1990.

Prorrogação de prazo: por 90 dias (Requerimento nº 63/90), até 27 de junho de 1990.

Prorrogação de prazo: por 90 dias (Requerimento nº 182/90), até 26 de outubro de 1990.

Prorrogação de prazo: por 50 dias (Requerimento nº 381-A/90), até 15 de dezembro de 1990.

Composição da Comissão em 15-2-90:

Presidente: Odacir Soares

Vice-Presidente: Mansueto de Lavor

Relator: Leite Chaves

Titulares

Suplentes

PMDB

Mansueto de Lavor
Severo Gomes
Aluizio Bezerra
Leite Chaves ⁽⁵⁾

Marcio Lacerda
Cid Sabóia de Carvalho
Ruy Bacelar

PFL

João Menezes ⁽²⁾
Odacir Soares

João Lobo

PSDB

Teotônio Vilela Filho

José Ignácio Ferreira ⁽³⁾

Pequenos Partidos

Jamil Haddad (PSB)
Carlos Patrocínio (PDC) ⁽⁴⁾

Ney Maranhão (PMB) ⁽¹⁾
Carlos De'Carli (PTB)

A 11 de setembro, na sessão ordinária, foi lido e enviado à publicação o Relatório nº 3, de 1990, que concluiu sugerindo a criação de comissão especial a fim de elaborar:

a) projeto de lei complementar previsto pelo art. 184, § 3º, da Constituição Federal, estabelecendo procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária;

b) revisão do estatuto da terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), para uma consolidação de todos os diplomas legais per-

tinentes à matéria e sua adequação às regras dos arts. 185 "usque" 191 da Constituição Federal.

Na sessão realizada no dia 13 de setembro a Presidência devolveu o processo à Comissão para que ela própria apresentasse as matérias arroladas como conclusão de seu relatório.

Conclusão dos trabalhos da comissão, pela apresentação da Indicação nº 5, de 1990, que indica à Comissão de Assuntos Econômicos a elaboração de projetos de lei que menciona.

Alterações ocorridas no período legislativo de 1990:

(1) Filiado ao PRN a 10-3-90.

(2) Filiado ao PDC a 27-3-90.

(3) Filiado ao PST a 1º-4-90.

(4) Sem partido, a partir de 8-5-90.

(5) Sem partido, a partir de 12-10-90, e, em 20-11-90 filia-se-ao-PMN.

c) DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA, BEM COMO NO SETOR DE AUTOPEÇAS, QUE É PARTE INTEGRANTE NO SISTEMA.

Criação: Requerimento nº 567, de 1989.

Autoria: Senador Gomes Carvalho e outros.

Instalação: 1º de novembro, com eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Nº de membros: 7 (sete), designados em 31 de outubro.

Prazo de funcionamento: 30 dias, de 26-10-89 a 24-11-89.

Prorrogação do prazo: 1º prorrogação: por 60 dias, até 26-3-90 (Req. nº 609/89).

Composição da comissão em 15-2-90:

Presidente: Leopoldo Peres

Vice-Presidente: Pompeu de Sousa

Relator: Gomes Carvalho (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

Leopoldo Peres
Francisco Rollemberg
Ruy Bacelar

Raimundo Lira
Nelson Wedekin

PFL

Odacir Soares

Divaldo Suruagy

PSDB

Pompeu de Sousa

Sílvio Name

Pequenos Partidos

Carlos Alberto — PTB
(vago) (*)

Roberto Campos — PDS

A 16 de fevereiro de 1990, na sessão ordinária realizada às nove horas, a presidência comunicou o recebimento do relatório final da comissão, apresentado no último dia da sessão legislativa anterior, sob o nº 1/90, publicado no **Diário do Congresso Nacional** (Seção II), do dia 17 do mesmo mês, e que conclui apresentando as seguintes considerações finais e recomendações:

“Das Considerações Finais e das Recomendações.

Depreende-se de tudo o que aqui foi exposto que a indústria automobilística passa realmente por uma séria crise. Todavia, esta crise não é devida somente ao controle de preços que é efetuado pelo Governo, mas, também, às imperfeições que o mercado apresenta.

Assim, considerando, principalmente que:

a) o controle de preços tem trazido problemas tanto ao setor automobilístico quanto ao setor de autopeças;

b) a equalização preços/custos acertados para resolver as defasagens acarretadas pelas

medidas econômicas governamentais visando ao combate à inflação, são superadas no decorrer do processo de entendimento devido a questões conceituais;

c) é impossível se chegar a um acordo metodológico a respeito de custos futuros entre os órgãos controladores de preço e os fabricantes;

d) o mercado se apresenta extremamente oligopolizado, tanto no segmento automotivo, quanto no de autopeças;

e) a oligopolização tem prejudicado um entendimento mais efetivo entre os setores automobilístico e de autopeças;

f) os preços não representam o principal problema para quebra no fornecimento de peças;

g) a discussão principal entre a Anfavea e o Sindipeças gira em torno do prazo de faturamento;

h) o consumidor brasileiro não pode continuar a sofrer as conseqüências dessa dispu-

(*) A 20-12-89 o Senador Gomes Carvalho, então relator, afasta-se do exercício do mandato, tendo porém, a 5-12-89, em reunião da comissão, apresentado relatório conclusivo da matéria.

ta entre os setores automobilístico e de autopeças;

i) a intervenção governamental tem-se mostrado inócua e prejudicial aos interesses nacionais, ao continuar desenvolvendo uma política que só favorece o surgimento de "cartórios" industriais;

j) a câmara setorial automobilística não foi capaz de resolver o problema existente entre as montadoras e o setor de autopeças, recomendamos:

a) a remessa de cópia desse relatório e demais peças que o instruem ao Ministério da Fazenda, para que este o encaminhe à Secretaria de Assuntos Econômicos, para apurar as responsabilidades das montadoras e dos fornecedores de autopeças pela falta de acerto entre esses segmentos industriais;

b) a remessa de cópia desse relatório e demais peças que o instruem ao Ministério do Desenvolvimento e da Indústria e Comércio, para que reveja a política industrial para o setor;

c) a remessa de cópia desse relatório e demais peças que o instruem à Secretaria de

Planejamento da Presidência da República para que esta, juntamente com os demais ministérios da área econômica possam modificar a atual política de proteção de mercado, de modo a permitir a instalação de novas indústrias produtoras de automóveis e de autopeças e autorizar a produção de automóveis às indústrias produtoras de outros veículos já instaladas;

d) a abertura do mercado nacional para a aquisição de veículos e peças produzidas no exterior, a fim de restabelecer o equilíbrio do mercado setorial;

e) a não-concessão de favores fiscais de qualquer ordem que possam onerar o Tesouro Nacional e o contribuinte;

f) a instalação de novas indústrias mediante compromisso de produzir, no País, veículos tecnologicamente avançados e que possam competir no mercado internacional, sem benefícios fiscais."

De acordo com o disposto no art. 76, inciso I do Regimento Interno, a comissão foi oficialmente extinta no dia 15 de dezembro de 1989, com a conclusão da tarefa.

d) DESTINADA A EXAMINAR A LICITUDE E A LEGALIDADE DE OPERAÇÃO DE COMPRA DE PLATAFORMA DE PERFURAÇÃO SEMI-SUBMERSIVEL TIPO TH 2.800, DO CONSÓRCIO DE EMPRESAS METÁLICAS E UNIÃO INDUSTRIAL DE EMPRESAS, REALIZADA PELA PETROBRAS.

Criação: Requerimento nº 598, de 1989.

Autoria: Senador Carlos Chiarelli e outros.

Instalação: 5 de dezembro, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Nº de membros: 9 (nove), designados em 21 de novembro.

Prazo: 180 dias, até 6-8-90.

Composição da comissão em 15-2-90:

Presidente: Carlos Chiarelli
Vice-Presidente: Louremberg Nunes Rocha
Relator: Marcio Lacerda

Titulares

José Fogaça
Márcio Lacerda
Wilson Martins (1)
Mauro Benevides

PMDB

PFL

Odacir Soares
Carlos Chiarelli (2)

Suplentes

Leopoldo Peres (3)
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior

Marco Maciel

Alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990:

(1) Filia-se ao PSDB em 17-2-90.

(2) Afasta-se do exercício do mandato em 16-3-90, decorrendo vaga na comissão.

(3) Renuncia ao mandato em 26-4-90, decorrendo vaga na comissão.

PSDB

Dirceu Carneiro

José Ignácio Ferreira

Pequenos Partidos

Louremberg Nunes Rocha (PTB)

Roberto Campos (PDS)

Jarbas Passarinho (PDS)

Em 8 de agosto é declarada extinta a comissão, por decurso de prazo, nos termos do disposto no art. 76, inciso II do Regimento Interno.

e) DESTINADA A EXAMINAR OS CRITÉRIOS, AS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E OS EFEITOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA DISPENSA E COLOCAÇÃO EM DISPONIBILIDADE DE SERVIDORES, DA EXTINÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS, REPARTIÇÕES, AUTARQUIAS E EMPRESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Autoria: Senador Maurício Corrêa e outros Senadores

Criação: Requerimento nº 178, de 1990.

Instalação: 28 de junho de 1990, com a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Nº de membros: 13 (treze), designados em 27 de junho de 1990.

Prazo de funcionamento: 90 (noventa) dias — até 22 de outubro.

Prorrogação de prazo: por 40 dias (Requerimento nº 360/90), até 1º de dezembro de 1990.

Prorrogação de prazo: por 15 dias (Requerimento nº 444/90), até 15 de dezembro de 1990.

Composição da comissão

Presidente: Maurício Corrêa

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Relator: Mansueto de Lavor

Titulares

Suplentes

PMDB

Mansueto de Lavor
Cid Sabóia de Carvalho
Luiz Viana Neto
Aureo Mello (1)

Mauro Benevides
Humberto Lucena

PSDB

Pompeu de Sousa
Jutahy Magalhães
Wilson Martins

Chagas Rodrigues

PFL

Lourival Baptista
Afonso Sancho
Odacir Soares

José Agripino Maia

Pequenos Partidos

Antônio Luiz Maya (PDC)
João Menezes (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)

Mauro Borges (PDC)
Affonso Camargo (PTB)
Lavoisier Maia (PDT)
Raimundo Lira (PRN)

Alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990:

(1) A 9-11-90 o Senador Aureo Mello desliga-se do PMDB.

Foram prestados os seguintes depoimentos perante a comissão:

- 2- 8-90 — Sr. João Eduardo Cerdeira de Santana, Secretária da Administração Pública Federal;
- 16- 8-90 — Srs. Lafaiete Coutinho, Presidente da Caixa Econômica Federal e Jorge Lins Freire, Presidente do BNB;
- 29- 8-90 — Sr. Antônio Rogério Magri, Ministro do Trabalho;
- 5- 9-90 — Sr. Alberto Policaro, Presidente do Banco do Brasil S.A.;
- 21-11-90 — Sr. Raimundo Nonato da Cruz, Presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil;

A 14 de dezembro é apresentado o Relatório nº 5/90, ao Plenário do Senado Federal, com as conclusões da comissão, publicadas no DCN (Seção II), de 15 de dezembro, destacando-se a transcrição:

“Em face do exposto, a conclusão deste Relatório não poderia ser outra que não a seguinte: a reforma administrativa levada a efeito, na prática, pelo Sr. Secretário João Santana nada tem que ver com os elevados propósitos mencionados pelo Exmº Sr. Presidente da República no seu discurso do dia 9-5-90, na presença de todo o Ministério. Parece, na verdade, encontrar-se intimamente ligada à entrevista concedida pelo Sr. Fernando Collor de Mello ao **Correio Braziliense** e publicada em 14-7-90, na qual Sua Excelência afirmou que visava basicamente a “balançar o País” e que, a questão de se demitir ou não 360 mil pessoas era uma questão de “estilo”.

Ou seja: a conclusão inexorável deste relatório é que a reforma que se encontrava em andamento nunca se constituiu numa verdadeira Reforma Administrativa com “R” maiúsculo, capaz de satisfazer critérios mínimos de respeito aos servidores públicos deste País e de eficiência administrativa. Ressalto a expressão “que estava em andamento” porque sem dúvida alguma a principal consequência desta CPI, com a sua postura vigilante, foi a de sustar o processo indiscriminado e avassalador de afastamentos de funcionários públicos que, inopinadamente, se viram transfor-

mados em bodes expiatórios das mazelas das finanças nacionais. ...

Finalmente, desejo concluir este relatório manifestando minha preocupação no sentido de que o mesmo seja enviado à Procuradoria Geral da República, para que as muitas denúncias nele relacionadas, afetando desde os mais simples até os mais graduados servidores públicos deste País, sejam devidamente apuradas. Essa providência configura o mínimo de consideração que nós, representantes do povo nesta comissão, devemos a esta parcela do povo brasileiro que vem sendo vítima de tantas iniquidades.

Para terminar, lembro que, uma reforma administrativa deve ter como pré-requisito o respeito ao cidadão e como fundamento um diagnóstico sério das deficiências e necessidades do estado brasileiro — daquele estado que todos nós queremos. Assim sendo, para que o governo federal possa efetivamente levar a termo uma reforma administrativa sólida, eficiente e abrangente é necessário que: a) se elabore um levantamento atualizado da máquina administrativa e de seus recursos humanos; b) se explicito o projeto global que oriente essa reforma e sirva de suporte conceitual para sua implementação gradual; c) se discuta esse projeto, e os parâmetros da reforma, com todos os segmentos da sociedade nela diretamente envolvidos. E que isso tudo seja feito em consonância com a lei e com o respeito à dignidade humana”.

f) DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES NA COMPRA, TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E VENDA DE ALIMENTOS E NA APLICAÇÃO DE VERBAS POR PARTE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ÓRGÃOS E EMPRESAS A ELE VINCULADOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.

Autoria: Senador Irapuan Costa Júnior e outros Senadores
Criação: Requerimento nº 231, de 1990
Nº de membros: 5 (cinco),
Prazo de funcionamento: 240 (duzentos e quarenta) dias.

A 17 de dezembro, na sessão plenária de 14h10min, a Presidência do Senado Federal comunicou o encerramento do prazo da comissão, sem que a mesma tenha sido instalada.

3 — COMISSÕES TEMPORÁRIAS PARA EXAME DE CÓDIGOS

a) INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 1984, QUE INSTITUI O CÓDIGO CIVIL:

Composição da Comissão em 15-2-90:

Presidente: Luiz Viana Filho
Vice-Presidente: Marco Maciel
Relator-Geral: Wilson Martins

Titulares

Wilson Martins ⁽²⁾
Luiz Viana Filho ⁽⁶⁾
Nelson Wedekin ⁽³⁾
José Fogaça
Cid Sabóia de Carvalho ⁽⁷⁾

PMDB

Suplentes

Leopoldo Peres ⁽⁵⁾
Alfredo Campos ⁽¹⁾
Mauro Benevides

PFL

Odacir Soares
Marco Maciel

João Lobo

PSDB

Afonso Arinos ⁽⁸⁾

(vago) ⁽¹⁰⁾

Pequenos Partidos

Maurício Corrêa (PDT)
João Castelo (PRN) ⁽⁹⁾
Moisés Abrão (PDC)

Jamil Haddad (PSB)
Ney Maranhão (PMB) ⁽⁴⁾

Parte Geral —	Afonso Arinos
Livro I — Parte Especial das Obrigações	Cid Sabóia de Carvalho
Livro II — Parte Especial Atividade Negocial	Maurício Corrêa
Livro III — Parte Especial das Coisas	Odacir Soares
Livro IV — Parte Especial da Família	José Fogaça
Livro V — Parte Especial das Sucessões	Jamil Haddad
Livro VI — Parte Especial Livro Complementar	Nelson Wedekin

Alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990:

- (1) Sem partido, a 15-2-90;
- (2) Filia-se ao PSDB em 17-5-90;
- (3) Filia-se ao PDT em 6-3-90;
- (4) Filia-se ao PRN em 10-3-90;
- (5) Renuncia ao mandato em 26-4-90, decorrendo vaga na comissão;
- (6) Falece em 5-6-90, decorrendo vaga na comissão;
- (7) Eleito presidente da comissão em 22-8-90;
- (8) Falece em 27-8-90, decorrendo vaga na comissão;
- (9) Substituído pelo Senador Alberto Hoffmann em 28-9-90, como suplente, que, a 3-12-90 perde o direito à suplência na senatória;
- (10) Indicado, como suplente para vaga pertencente ao PSDB, em 5-10-90, o Senador Matta-Machado.

b) INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 1986, QUE INSTITUI UM NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO.

Composição

Titulares

Suplentes

PMDB

Albano Franco ⁽⁴⁾
Raimundo Lira ⁽⁶⁾
Alfredo Campos ⁽¹⁾
Aluizio Bezerra
Gerson Camata

Ruy Bacelar ⁽²⁾
Severo Gomes

PFL

José Agripino
Edison Lobão

Odacir Soares
Almir Gabriel

PSDB

Fernando Henrique Cardoso

Pequenos Partidos

Jamil Haddad (PSB)
Affonso Camargo (PTB)
Itamar Franco (PRN) ⁽⁵⁾

Carlos Alberto (PTB) ⁽³⁾
Roberto Campos (PDS)

Alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990:

- (1) Sem partido, a partir de 15 de fevereiro;
- (2) Filiação ao PSDB a partir de 16 de fevereiro;
- (3) Filiado ao PDC a partir de 5 de março;
- (4) Filiado ao PRN a partir de 9 de março;
- (5) Renuncia ao mandato em 15 de março, decorrendo vaga na comissão;
- (6) Filiado ao PRN a partir de 27 de março;

c) INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

Projeto de Lei do Senado nº 193/89, de autoria do Senador Ronan Tito, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Projeto de Lei do Senado nº 255/89, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui o Código de Menores; e

Projeto de Lei do Senado nº 279/89, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que altera dispositivos da Lei nº 6.697/79, que institui o Código de Menores.

Composição da Comissão em 15-2-90:

Presidente: Nabor Júnior
Vice-Presidente: Antônio Luiz Maya
Relator-Geral: Francisco Rollemberg

Titulares

Suplentes

PMDB

Francisco Rollemberg ⁽⁶⁾
João Calmon
Wilson Martins ⁽¹⁾
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior

Leopoldo Peres ⁽⁴⁾
Ronaldo Aragão
Meira Filho ⁽⁵⁾

- (1) Filiado ao PSDB, a partir de 17-2-90;
- (4) Renuncia ao mandato em 26-4-90, decorrendo vaga na comissão;
- (5) Sem partido, a partir de 2-7-90;
- (6) Desliga-se do PMDB em 13-11-90 e filia-se ao PFL em 11-12-90;

PFL

Alexandre Costa
Lourival Baptista

Odacir Soares

PSDB

José Ignácio Ferreira (3)

Pompeu de Sousa

Pequenos Partidos

Louremberg Nunes Rocha (PTB)
Jarbas Passarinho (PDS)
Antônio Luiz Maya (PDC)

Carlos De'Carli (PTB)
Ney Maranhão (PMB) (2)

Relatores Parciais

Livro I — Parte Geral Senador Wilson Martins

Livro II — Parte Especial Senador Louremberg Nunes Rocha

Alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990:

- (2) Filiado ao PRN em 10-3-90;
- (3) Filiado ao PST em 1º-4-90;

A 22 de março, a comissão apresenta o Parecer nº 48, de 1990, sobre o PLS nº 193/90, que é publicado no **Diário do Congresso Nacional** (seção II), de 23 de março.

Na sessão plenária de 25 de abril é aprovado o PLS nº 193/90, com emendas, ficando prejudicados os demais projetos — PLS nºs 255/89 e 279/89.

Na sessão plenária de 17 de maio é lido o Parecer nº 142, da comissão temporária, oferecendo a redação final do projeto, publicado no **Diário do Congresso Nacional** (sessão II) de 18 de maio.

Na sessão plenária de 25 de maio é aprovada a redação final e enviada a matéria à revisão da Câmara dos Deputados. A matéria

aprovada é publicada no **Diário do Congresso Nacional** (sessão II) de 26 de maio.

Na sessão plenária de 29 de junho é lida a emenda substitutiva da Câmara dos Deputados ao projeto, que recebe parecer oral, favorável, pela comissão temporária, do Senador João Calmon. Aprovada a emenda substitutiva, ressalvados os destaques. Lido e aprovado o Parecer nº 249 da comissão oferecendo a redação final do PLS nº 193/90, que é remetido à sanção da Presidência da República. A matéria é publicada no **Diário do Congresso Nacional** (sessão II) de 30 de junho.

A 13 de julho foi sancionada a Lei nº 8.069, publicada no **Diário Oficial** da União a 16 de junho.

d) INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1989, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(Código do Consumidor)

Composição da comissão em 15-2-90:

Presidente: Jutahy Magalhães
Vice-Presidente: João Menezes
Relator-Geral: Dirceu Carneiro

Titulares

José Fogaça
Jutahy Magalhães (1)
Ruy Bacelar (2)
Nelson Wedekin (4)

Suplentes

Ronan Tito
Gerson Camata
Aluizio Bezerra

PMDB

- (1) Filiado ao PSDB em 16-2-90;
- (2) Filiado ao PSDB em 16-2-90;
- (4) Filiado ao PDT em 6-3-90;

PFL

João Menezes (5)
Alexandre Costa

João Lobo

PSDB

Dirceu Carneiro

Teotônio Vilela Filho

Pequenos Partidos

João Castelo (PRN)
Mauro Borges (PDC)
Iram Saraiva (PDT)
(vago) (*)

Carlos Alberto (PTB) (6)
Afonso Sancho (PDS) (6)
Moisés Abrão (PDC)

Relatores Parciais

Título I — Da Defesa do Consumidor	Iram Saraiva
Título II — Das Infrações Penais	Gerson Camata
Título III — Da Defesa do Consumidor em Juízo	Gerson Camata
Título IV — Da Fundação Instituto Nacional do Consumo	Ruy Bacelar
Título V — Disposições Finais	Mauro Borges

Na sessão plenária de 30 de agosto é lido pelo Senador Dirceu Carneiro, o parecer da comissão, favorável, parcialmente, à emenda substitutiva da Câmara dos Deputados ao PLS nº 97/89.

Aprovada na íntegra, a emenda substitutiva é despachada à sanção e publicada no **Diário do Congresso Nacional** (sessão II) de 10 de agosto.

A 11 de setembro é sancionada a Lei nº 8.078, com veto parcial, e publicada no **Diário Oficial da União**, suplemento ao nº 176, de 12 de setembro.

(*) Vaga devido ao afastamento do Senador Gomes Carvalho em 20-12-89;

Alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990:

(3) Filiado ao PDT em 5-3-90;

(5) Filiado ao PDC em 27-3-90;

(6) Filiado ao PFL em 2-4-90;

4 — COMISSÕES TEMPORÁRIAS PARA EXAME DE PROPOSTAS DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

a) PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1989, QUE ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 159 E ALTERA O INCISO II DO ART. 161 DA CONSTITUIÇÃO.

Apresentação: 13 de setembro de 1989

Autoria: Senador Marco Maciel e outros Senadores

Designação dos membros: 18 de setembro de 1989

Instalação: 11 de outubro de 1989, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Composição da comissão em 15-2-90:

Presidente: Leopoldo Peres

Vice-Presidente: Edison Lobão

Relator: Antônio Luiz Maia

PMDB

Leopoldo Peres⁽²⁾, Humberto Lucena, Ronaldo Aragão, Mauro Benevides, Marcio Lacerda, José Fogaça e Aureo Mello;

PFL

João Menezes⁽¹⁾, João Lobo e Edison Lobão;

PSDB

Teotônio Vilela Filho e (vago)^(*)

Pequenos Partidos

Olavo Pires (PTB)⁽³⁾, Antônio Luiz Maya (PDC), Roberto Campos (PDS) e José Paulo Bisol (PSB).

(*) Vaga decorrente do afastamento do exercício do mandato do Senhor Marcos Mendonça, em 1º-1-90;

(1) Filiado ao PDC em 27-3-90;

(2) Renuncia ao mandato em 26-4-90, decorrendo vaga na comissão;

(3) Falece a 16-10-90, decorrendo vaga na comissão;

b) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1989, QUE ACRESCENTA § 6º AO ART. 5º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.

Apresentação: 12 de outubro de 1989.

Autoria: Senador Leopoldo Peres e outros Senadores.

Designação: 16 de outubro, de 1989

Instalação: 19 de outubro com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Composição da comissão em 15-2-90:

Presidente: Leite Chaves

Vice-Presidente: Marco Maciel

Relator: Mansueto de Lavor

PMDB

Leite Chaves⁽⁸⁾, José Fogaça, Ronan Tito, Mauro Benevides, Marcio Lacerda, Mansueto de Lavor e Francisco Rollemberg⁽²⁾;

PFL

Marco Maciel, João Lobo e Jorge Bornhausen;

PSDB

Fernando Henrique Cardoso e Chagas Rodrigues;

Pequenos Partidos

Carlos De'Carli⁽¹⁾ (PTB), Mauro Borges (PDC), Jarbas Passarinho⁽⁴⁾ (PDS) e Mário Maia (PDT).

(1) Afasta-se do exercício do mandato em 25-6-90, decorrendo vaga na comissão;

(2) Sem partido, a partir de 2-7-90;

(3) Sem partido, a partir de 12-10-90, e a 20-11-90, filia-se ao PMN;

(4) Substituído pelo Senador Oziel Carneiro em 18-10-90.

c) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1989, QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES.

Apresentação: 15 de dezembro de 1989

Autoria: Senador Nelson Carneiro e outros Senadores

Designação: 13 de março de 1990

Composição da comissão

PMDB

Cid Sabóia de Carvalho, Mauro Benevides, João Calmon, Márcio Lacerda, Aureo Mello, Luiz Viana Filho⁽³⁾ e Nabor Júnior.

PFL

João Menezes⁽¹⁾, Divaldo Suruagy e Jorge Bornhausen;

PSDB

Chagas Rodrigues e Jutahy Magalhães;

Pequenos Partidos

Carlos De'Carli (PTB)⁽⁴⁾, Carlos Patrocínio (PDC)⁽²⁾, Jarbas Passarinho (PDS)⁽⁵⁾ e Jamil Haddad (PSB).

(1) Filiado ao PDC em 27-3-90;

(2) Sem partido, a partir de 8-5-90;

(3) Falece em 5-6-90, decorrendo vaga na comissão;

(4) Afasta-se do exercício do mandato em 25-6-90, decorrendo vaga na comissão;

(5) Substituído em 18-10-90 pelo Senador Oziel Carneiro;

ATVEMOS d) PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1989, QUE ACRESCENTA ARTIGO AO TEXTO CONSTITUCIONAL PREVENDO A CRIAÇÃO E DEFININDO A COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE REMUNERAÇÃO PÚBLICA

Apresentação: 15 de dezembro de 1989

Autoria: Senador Marcos Mendonça e outros Senadores.

Designação: 13 de março de 1990

Composição da Comissão

PMDB

José Fogaça, Mansueto de Lavor, Francisco Rollemberg ⁽¹⁾, Humberto Lucena, Ronaldo Aragão, Aluizio Bezerra e Leite Chaves ⁽²⁾;

PFL

Marcondes Gadelha, Alexandre Costa e João Lobo;

PSDB

José Richa e Wilson Martins;

Pequenos Partidos

Louremberg Nunes Rocha (PTB), Moisés Abrão (PDC), Roberto Campos (PDS) e Ney Maranhão (PRN).

(1) Sem partido, a partir de 2-7-90;

(2) Sem partido, a partir de 12-10-90; e, em 20-11-90, filia-se ao PMN.

e) PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1990, QUE ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.

Apresentação: 27 de março de 1990

Autoria: Senador Márcio Lacerda e outros Senadores

Designação: 29 de março

Composição da Comissão

PMDB

Mauro Benevides, Francisco Rollemberg ⁽¹⁾, Márcio Lacerda, Ronaldo Aragão e Humberto Lucena;

PSDB

Chagas Rodrigues, Wilson Martins e Matta Machado;

PFL

Alexandre Costa e Afonso Sancho;

Pequenos Partidos

Leopoldo Peres, (PDC) ⁽¹⁾, Carlos De'Carli (PTB) ⁽²⁾, Roberto Campos (PDS), Nelson Wedekin (PDT), Ney Maranhão (PRN) e Jamil Haddad (PSB).

(1) Renuncia ao mandato em 26-4-90, decorrendo vaga na comissão;

(2) Afasta-se do exercício do mandato em 25-6-90, decorrendo vaga na comissão;

(3) Sem partido, a partir de 2-7-90.

f) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1990, QUE SUSPENDE A APLICAÇÃO DO ART. 62 E ALTERA O § 2º DO ART. 64 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Apresentação: 7 de junho de 1990

Autoria: Senador Matta-Machado e outros Senadores

Designação: 11 de junho

Composição da Comissão

PMDB

Cid Sabóia de Carvalho, Humberto Lucena, Francisco Rollemberg (1), Aureo Mello (2) e Márcio Lacerda;

PSDB

Chagas Rodrigues, Afonso Arinos (3) e Wilson Martins;

PFL

José Agripino Maia, Marcondes Gadelha e Odacir Soares;

Pequenos Partidos

João Menezes (PDC), Affonso Camargo (PTB), Jarbas Passarinho (PDS) (4), Maurício Corrêa (PDT) e Raimundo Lira (PRN).

(1) Sem partido, a partir de 2-7-90;

(2) Desliga-se do PMDB em 9-11-90;

(3) Falece em 27-8-90;

(4) Substituído em 18-10-90 pelo Senador Oziel Carneiro.

J.5 — PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

Senadores	Proposições		Pareceres	(*) Pronunciamentos		
	Projetos	Requerimentos	Pareceres	Discursos	Apartes	Questão de Ordem
Afonso Arinos	—	—	—	2	3	—
Afonso Camargo	2	1	—	1	—	—
Afonso Sancho	2	3	12	27	104	—
Albano Franco	—	4	—	2	1	—
Alberto Hoffmann	1	2	—	14	4	—
Alexandre Costa	1	6	—	2	14	1
Alfredo Campos	3	2	—	6	5	—
Almir Gabriel	—	2	7	2	5	—
Aluízio Bezerra	1	—	4	4	3	—
Amir Lando	—	—	—	5	7	—
Antônio Alves	—	—	2	1	—	—
Antônio Luiz Maya	—	12	43	42	33	—
Aureo Mello	1	—	13	15	14	—
Carlos Alberto	—	—	—	9	13	—
Carlos De'Carli	—	1	—	6	—	—
Carlos Lyra	—	—	—	—	2	—
Carlos Patrocínio	3	2	9	12	22	—
Chagas Rodrigues	1	6	13	17	75	5
Cid Sabóia de Carvalho	3	14	20	57	43	12
Dirceu Carneiro	2	4	2	5	1	—
Divaldo Suruagy	—	1	10	11	31	—
Edison Lobão	12	3	7	17	10	1
Fernando Henrique Cardoso	17	16	3	14	20	2
Francisco Rollemberg	37	5	33	52	22	—
Gerson Camata	1	1	3	—	9	2
Gilberto Miranda	—	1	1	1	—	—
Gonzaga Jaime	—	1	—	—	—	—
Hugo Napoleão	1	—	3	5	5	—
Humberto Lucena	10	19	3	37	51	3
Hydekel Freitas	—	—	—	1	—	—

(*) Dados fornecidos pela Subsecretaria de Análise.

Senadores	Proposições		Pareceres	(*) Pronunciamentos		
	Projetos	Requerimentos	Pareceres	Discursos	Apartes	Questão de Ordem
Iram Saraiva	2	1	—	3	3	—
Irapuan Costa Júnior	1	2	4	6	5	—
Itamar Franco	—	—	—	1	—	—
Jamil Haddad	9	19	17	57	23	11
Jarbas Passarinho	2	7	3	29	66	5
João Calmon	1	2	7	16	23	—
João Castelo	—	—	—	—	1	—
João Lobo	2	1	4	7	33	—
João Lyra	—	3	1	—	—	—
João Menezes	5	7	4	21	28	—
João Nascimento	—	—	—	2	12	—
Jorge Bornhausen	1	1	4	3	—	3
José Agripino	—	1	2	5	2	3
José Fogaça	1	2	11	14	23	1
José Ignácio Ferreira	4	1	2	11	9	6
José Paulo Bisol	3	10	11	6	1	—
José Richa	—	1	—	—	—	—
Jutahy Magalhães	12	25	22	97	131	20
Lavolsier Maia	—	—	—	12	2	—
Leite Chaves	7	8	22	31	42	1
Leopoldo Peres	—	—	2	1	1	—
Lourenberg Nunes Rocha	1	2	—	2	—	—
Lourival Baptista	2	2	18	81	13	—
Luiz Viana Neto	2	4	3	3	3	—
Mansueto de Lavor	2	1	10	19	50	2
Márcio Berezoski	5	—	—	10	2	—
Márcio Lacerda	33	3	8	8	3	—
Marco Maciel	11	20	6	35	31	—
Marcondes Gadelha	—	—	6	6	15	—
Mário Covas	4	—	—	4	16	1
Mário Maia	1	6	4	46	31	—
Matta-Machado	—	3	1	7	—	1
Maurício Corrêa	12	18	35	23	21	10
Mauro Benevides	11	21	57	68	127	10
Mauro Borges	2	3	4	10	10	1
Meira Filho	3	—	27	7	22	—
Mendes Canale	2	2	4	4	9	—
Moisés Abrão	—	—	—	1	—	—
Nabor Júnior	2	—	16	13	11	—
Nelson Carneiro	6	4	—	10	9	—
Nelson Wedekin	24	7	2	47	14	—
Ney Maranhão	8	8	6	65	66	1
Odacir Soares	22	9	14	57	73	3
Olavo Pires	1	—	1	3	1	—
Oziel Carneiro	2	1	9	2	13	—

Senadores	Proposições		Pareceres	(*) Pronunciamentos		
	Projetos	Requerimentos	Pareceres	Discursos	Apartes	Questão de Ordem
Pompeu de Sousa	6	62	161	31	20	—
Rachid Saldanha Derzi	—	1	—	—	6	—
Raimundo Lira	7	2	2	4	4	2
Roberto Campos	—	15	10	9	2	—
Ronaldo Aragão	5	2	13	17	15	—
Ronan Tito	5	28	3	13	19	1
Ruy Bacelar	—	1	—	16	10	—
Severo Gomes	4	2	3	2	2	—
Teotônio Vilela Filho	2	3	—	3	1	—
Wilson Martins	3	4	14	6	3	—

J.6 — MATÉRIA LEGISLATIVA

I — PROPOSTAS DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
3/89	Marco Maciel	Acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.	Em tramitação
4/89	Leopoldo Peres	Acrescenta um § 6º ao art. 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Declarada prejudicada em 9-10-90
5/89	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.	Aprovada. A Câmara.
6/89	Marcos Mendonça	Acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/90	Marcio Lacerda	Acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Em tramitação
2/90	Matta Machado	Suspende a aplicação do art. 62 e altera o § 2º do art. 64 da Constituição Federal.	Em tramitação
3/90	Alfredo Campos e outros Senadores.	Altera a redação do art. 57, do § 4º do art. 66, do § 3º do art. 68 e do art. 166, caput , e seus §§ 1º e 2º da Constituição Federal.	Arquivada (R.I. art. 332)

2 — PROJETOS DE LEI DO SENADO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
154/75 (Complementar)	Luiz Cavalcante	Altera as Leis Complementares nºs 7/70 e 8/70, com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares nºs 17/73 e 19/74; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT) e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
183/77 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta § 2º ao artº 2º da Lei Complementar nº 26 de 1975.	Arquivado (R. I., art. 332)
269/77 (Complementar)	Osires Teixeira	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-Lei nº 406, de 1968.	Arquivado (R. I., art. 332)
305/77 (Complementar)	Itamar Franco	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 91 e acrescenta parágrafos à Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional).	Arquivado (R. I., art. 332)
128/78 (Complementar)	Vasconcelos Tôrres	Determina que o pagamento do PIS-Pasep seja efetuado através de cheques bancários.	Arquivado (R. I., art. 332)
262/79	Humberto Lucena	Estabelece condições para a transferência do controle de capital de empresa nacional para pessoas jurídicas estrangeiras.	Em tramitação
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones adquiridos através de financiamento e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
298/80 (Complementar)	Amaral Furlan	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971.	Arquivado (R. I., art. 332)
305/80 (Complementar)	Humberto Lucena	Altera a Lei Complementar nº 26 de 1975.	Arquivado (R. I., art. 332)
25/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a isenção do IPI na aquisição de veículos por cooperativas que visem a explorar o transporte coletivo urbano.	Arquivado (R. I., art. 332)
53/81	Gastão Müller	Obriga os fabricantes de colas e fluídos para limpeza de máquinas a adicionarem, a estes, produtos repelentes odoríficos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
73/81	Passos Pôrto	Cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
90/81	Gastão Müller	Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.	Arquivado (R. I., art. 332)
97/81 (Complementar)	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 1970.	Arquivado (R. I., art. 332)
110/81	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.	Arquivado (R. I., art. 332)
150/81	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)
173/81	Passos Pôrto	Extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações e debêntures conversíveis em ações, mediante a composição de Fundos de Investimentos autorizados pelo Decreto-Lei nº 157, de 1967.	Arquivado (R. I., art. 332)
211/81	Gastão Müller	Torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassi nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
258/81	Gastão Müller	Autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S.A. — Embrafilme, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta-metragem nas programações das estações de televisão.	Arquivado (R. I., art. 332)
286/81 (Complementar)	Franco Montoro	Autoriza os empregados a utilizar o seu saldo do PIS/Pasep para a aquisição ou construção de casa própria.	Arquivado (R. I., art. 332)
309/81 (Complementar)	Franco Montoro	Elimina a inelegibilidade política dos líderes sindicais afastados de cargos de direção, administração ou representação de entidade sindical.	Arquivado (R. I., art. 332)
379/81 (Complementar)	José Richa	Dispõe sobre a remoção na Magistratura de carreira dos Estados e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
74/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
86/82	Gastão Müller	Torna obrigatória a impressão no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância benzeno, da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
93/82	Gastão Müller	Obriga os cartórios da Vara Cível a fazerem comunicação ao Cartório de Distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.	Arquivado (R. I., art. 332)
116/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
137/82	Gastão Müller	Altera o art. 132 do Código Penal e revoga o art. 34 da Lei das Contravenções Penais.	Arquivado (R. I., art. 332)
150/82	Orestes Quércia (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 1975, que dispõe sobre a remuneração de vereadores.	Arquivado (R. I., art. 332)
158/82	Itamar Franco (Complementar)	Veda a instituição ou majoração de tributo por decreto-lei, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
164/82	Itamar Franco (Complementar)	Assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais.	Arquivado (R. I., art. 332)
204/82	Gastão Müller	Veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.	Arquivado (R. I., art. 332)
216/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.	Arquivado (R. I., art. 332)
241/82	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a exploração da navegação turística no transporte de passageiros, ao longo da costa brasileira e entre portos brasileiros, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
11/83	Gastão Müller	Altera a Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
29/83	Gastão Müller	Limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moinhos, na industrialização da farinha de trigo.	Arquivado (R. I., art. 332)
58/83	Murilo Badaró	Dispõe sobre cobrança de multas pelas concessionárias de serviço público.	Arquivado (R. I., art. 332)
66/83	Passos Pôrto	Institui o Projeto Nordeste e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
98/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	Arquivado (R. I., art. 332)
129/83	Gastão Müller	Obriga os passageiros e tripulantes de embarcações a usar colete salva-vidas durante as travessias fluviais e lacustres.	Arquivado (R. I., art. 332)
140/83	Roberto Campos	Favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.	Arquivado (R. I., art. 332)
142/83	Roberto Campos	Regulariza, sem aumento de incidência, o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.	Arquivado (R. I., art. 332)
144/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em tonéis ou acondicionamento assemelhado e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
178/83	Gastão Müller	Veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou medicinais e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
185/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a cobertura da apólice de seguro habitacional.	Arquivado (R. I., art. 332)
187/83	Passos Pôrto	Estabelece normas de uso do solo agrícola.	Arquivado (R. I., art. 332)
198/83	Mauro Borges (Complementar)	Estabelece a região metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
230/83 (Complementar)	Gastão Müller	Revoga a Lei Complementar nº 28, de 1975, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
232/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana, bem como a legislação do seguro de acidentes do trabalho e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
271/83 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza o levantamento de recursos do PIS-Pasep para aquisição da casa própria.	Arquivado (R. I., art. 332)
13/84	Comissão Especial	Estabelece normas sobre a aplicação da Lei de Segurança Nacional, revoga o Decreto-Lei nº 898, de 1969, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
20/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade, no caso de despejo.	Arquivado (R. I., art. 332)
29/84	Passos Pôrto	Inclui, no polígono das secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.	Arquivado (R. I., art. 332)
48/84	Roberto Campos	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
51/84 (Complementar)	Humberto Lucena	Dá nova redação aos arts. 4º, inciso X, e 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 25, de 1975, alterada pela Lei Complementar nº 45, de 1983, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de vereadores.	Arquivado (R. I., art. 332)
62/84	Gastão Müller	Habilita as microdestilarias de álcool para fins carburantes a participarem dos programas oficiais de financiamento, libera a comercialização da respectiva produção e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
63/84	Albano Franco	Dispõe sobre as Letras Comerciais.	Arquivado (R. I., art. 332)
75/84	Gastão Müller	Acrescenta alínea ao item II do § 1º do art. 250 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Arquivado (R. I., art. 332)
85/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 26, de 1975, com vistas a permitir a utilização dos depósitos do PIS-Pasep na amortização de empréstimos para a casa própria.	Arquivado (R. I., art. 332)
98/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Dispõe sobre isenção do tributo municipal, no caso e forma que especifica, nos termos do disposto no § 2º do art. 19 da Constituição Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
107/84	Gastão Müller	Proíbe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito.	Arquivado (R. I., art. 332)
111/84	Gastão Müller	Estabelece o Seguro-Fiança como garantia indiscutível e irrecusável para a locação de imóveis residenciais ou comerciais e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
114/84	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Conselho de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília.	Rejeitado em decisão terminativa
132/84 (Complementar)	Henrique Santillo	Altera o inciso X do art. 4º da Lei Complementar nº 25, de 1975, com a alteração introduzida pela Lei Complementar nº 38, de 1979.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
147/84	Nelson Carneiro	Atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo, soja e arroz que devam caber a cada produtor rural.	Arquivado (R. I., art. 332)
152/84	Gastão Müller	Torna obrigatória, nas sindicâncias que envolvam a apuração das causas de acidentes aéreos, a presença de um membro designado pelo Sindicato dos Aeronautas.	Arquivado (R. I., art. 332)
167/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Estatística, a produção de informações estatísticas e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
187/84	Gastão Müller	Dispõe sobre programação de interesse local nas emissoras de televisão.	Arquivado (R. I., art. 332)
194/84	Gastão Müller	Torna obrigatório o laudo de peritos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas obras de arte, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
231/84	Gastão Müller	Dispõe sobre a extração e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
244/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Isenta de encargos fiscais as transmissões imobiliárias que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)
246/84 (Complementar)	Raimundo Parente	Altera a redação do art. 7º da Lei Complementar nº 1, de 1967, modificada pelas Leis Complementares nºs 28, de 1975; 32, de 1977; 33, de 1978, e 46, de 1984.	Arquivado (R. I., art. 332)
10/85 (Complementar)	Affonso Camargo	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1982, que altera a Lei Complementar nº 5, de 1970, que estabeleceu casos de inelegibilidade.	Arquivado (R. I., art. 332)
14/85 (Complementar)	Fábio Lucena	Restringe a exigência do art. 6º da Lei Complementar nº 1, de 1967.	Arquivado (R. I., art. 332)
19/85 (Complementar)	Odacir Soares	Cria o Estado de Brasília, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
44/85 (Complementar)	Carlos Chiarelli	Altera a redação do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que regula o Programa de Integração Social — PIS, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — Pasp.	Arquivado (R. I., art. 332)
64/85 (Complementar)	Jorge Kalume	Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias o material fotográfico nacional.	Arquivado (R. I., art. 332)
106/85	Gastão Müller	Institui a Semana Nacional da Democracia, cujo Patrono é Tancredo de Almeida Neves.	Arquivado (R. I., art. 332)
127/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a extensão dos efeitos das Leis nºs 3.502, de 1958, e 3.164, de 1957, a outros casos que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
154/85	Gastão Müller	Denomina Rodovia Presidente Tancredo Neves a BR-158, que liga Altamira, no Pará, a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.	Arquivado (R. I., art. 332)
182/85	Virgílio Távora	Altera o caput do art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
202/85 (Complementar)	Heráclito Rollemberg	Altera o Código Tributário.	Arquivado (R. I., art. 332)
216/85	Gastão Müller	Modifica o caput do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para permitir que anal-fabetos possam obter carteira de habilitação para conduzir veículo automotor.	Arquivado (R. I., art. 332)
220/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 1975, que estabelece critérios e limites para fixação da remuneração dos vereadores, com vistas a determinar um piso para tal remuneração.	Arquivado (R. I., art. 332)
231/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação da Polícia Florestal, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
275/85 (Complementar)	Raimundo Parente	Isenta do Imposto Predial os promitentes compradores de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (R. I., art. 332)
289/85	Jutahy Magalhães	Altera a base de cálculo e alíquotas do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, de que trata o Decreto-Lei nº 1.785, de 13 de maio de 1980, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
309/85	Heráclito Rollemberg	Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Idoso — Funabej, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
317/85	Gastão Müller	Altera o art. 95 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir, desde que não ofensivo à moralidade pública, o registro do cognome do candidato.	Arquivado (R. I., art. 332)
319/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
320/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeriários, nas funções que especifica.	A Câmara em decisão terminativa
337/85 (Complementar)	Enéas Faria	Dispõe sobre o subsídio de vereadores e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
353/85	Nivaldo Machado	Isenta do Imposto de Renda os ex-combatentes da Segunda Guerra e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
358/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a profissão de Zootecnista.	Arquivado (R. I., art. 332)
360/85	Gastão Müller	Retira do alienante as exigências de apresentação de certidões, quando o imóvel alienado já for financiado pelo SFH e estiver sendo objeto de transferência a terceiro.	Arquivado (R. I., art. 332)
363/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de métodos ou sistemas de proteção à fauna aquática, quando da existência de barragens.	Arquivado (R. I., art. 332)
367/85	Gastão Müller	Fixa o valor da taxa de inscrição e expediente cobrada pelo agente financeiro nas operações de transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
373/85	Gastão Müller	Obriga a devolução de importâncias antecipadas como sinal ou início de pagamento de imóvel financiado pelo SFH, quando não concretizada a transação.	Arquivado (R. I., art. 332)
376/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a referência obrigatória às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas nos rótulos dos produtos industrializados.	Arquivado (R. I., art. 332)
22/86 (Complementar)	Aloysio Chaves	Extingue a candidatura nata e a sublegenda nas eleições para o Senado Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
23/86 (Complementar)	Álvaro Dias	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1º de fevereiro de 1982.	Arquivado (R. I., art. 332)
32/86	Gastão Müller	Acrescenta parágrafo ao art. 6º e modifica a redação do parágrafo único do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.063, de outubro de 1983, que dispõe sobre a regulamentação para execução de serviços de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
88/86	Gastão Müller	Institui o salário profissional do músico.	Arquivado (R. I., art. 332)
98/86	Cesar Cals	Regula a sistemática de registro e controle do transporte rodoviário, a granel, de álcool para fins de combustíveis e de derivados de petróleo para fins energéticos, exceto GLP.	Arquivado (R. I., art. 332)
99/86	Severo Gomes	Estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.	Arquivado (R. I., art. 332)
108/86	Gastão Müller	Cria a Residência Fonoaudiológica para os formandos em Fonoaudiologia e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
109/86	Jutahy Magalhães	Faculta aos herdeiros a compensação do Imposto de Renda lançado contra espólio.	Arquivado (R. I., art. 332)
111/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a inclusão da licença-prêmio nas declarações de rendimentos do Imposto de Renda.	Arquivado (R. I., art. 332)
113/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre isenção do Imposto de Renda para bolsas de estudo de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários.	Arquivado (R. I., art. 332)
114/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o calendário escolar nas zonas rurais e determina outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
115/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (R. I., art. 332)
120/86	Gastão Müller	Dispõe sobre o direito de preferência dos condutores autônomos na aquisição de caminhões e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
124/86	Passos Pôrto	Autoriza o servidor civil da União a indicar pessoa que tenha como dependente para efeito de percepção de pensão e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
127/86	Passos Pôrto	Altera disposições da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que regula o exercício da profissão de fonoaudiólogo.	Arquivado (R. I., art. 332)
131/86 (Complementar)	Alfredo Campos	Veda o registro de candidato que não tenha sido submetido à aprovação da Convenção Partidária e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
150/86	César Cals	Altera o Decreto-Lei nº 1.497, de 20 de dezembro de 1976, que reformula critérios de distribuição das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980.	Arquivado (R. I., art. 332)
158/86	Gastão Müller	Estabelece a obrigatoriedade de manutenção de posto de serviço bancário no caso de extinção ou fechamento de uma única agência bancária em determinado município.	Arquivado (R. I., art. 332)
167/86	Gastão Müller	Institui a Residência em Psicologia Clínica, cria a Comissão Nacional de Residência em Psicologia Clínica e estabelece outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
170/86 (Complementar)	Octávio Cardoso	Dá nova redação ao art. 10 da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981.	Arquivado (R. I., art. 332)
181/86	Gastão Müller	Torna obrigatória a especificação dos alimentos e bebidas que interferem na absorção ou no efeito das drogas e medicamentos nos rótulos, bulas e impressos dos mesmos.	Arquivado (R. I., art. 332)
192/86	César Cals	Estabelece percentual mínimo para preenchimento de vagas no serviço público federal, estadual e municipal, por deficientes físicos.	Arquivado (R. I., art. 332)
215/86 (Complementar)	Jorge Kalume	Isenta, na forma da lei estadual, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, os veículos automotores quando especificamente construídos ou adaptados para permitir sua utilização por paraplégicos ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de dirigir veículos comuns.	Arquivado (R. I., art. 332)
220/86	César Cals	Dispõe sobre a construção de cidades de idosos e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
221/86 (Complementar)	César Cals	Concede isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias incidentes sobre os produtos hortifrutícolas, em geral, gado para abate, carne verde resfriada ou congelada de bovinos, ovinos, suínos e caprinos.	Arquivado (R. I., art. 332)
230/86	Gastão Müller	Assegura aos contribuintes do Imposto de Renda optar pela compensação do valor total ou parcial da restituição de que trata o art. 14 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com o imposto devido nas declarações de rendimentos dos exercícios de 1987 e seguintes, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
240/86 (Complementar)	Nivaldo Machado	Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis de passageiros adquiridos por Oficiais de Justiça Avaliadores dos Tribunais do Trabalho e da Justiça Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
245/86	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.140, de 26 de junho de 1984, dispondo sobre a carga horária do Odontólogo da Previdência Social.	Arquivado (R. I., art. 332)
255/86	Comissão Diretora	Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, que reajusta os vencimentos dos servidores do Senado Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
270/86	Comissão Diretora	Altera dispositivo da Lei nº 7.338, de 8 de julho de 1985.	Arquivado (R. I., art. 332)
275/86	César Cals	Sujeita à apreciação do Senado a escolha dos Presidentes e Diretores de Sociedades de Economia Mista.	Arquivado (R. I., art. 332)
277/86 (Complementar)	Cid Sampaio	Institui um novo Código Tributário Nacional.	Arquivado (R. I., art. 332)
3/87	Iram Saraiva	Revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.	Arquivado (R. I., art. 332)
5/87	Divaldo Suruagy	Revoga o item I do art. 26 da Lei nº 5.682/71, que veda aos titulares de cargos executivos o exercício de funções executivas nos Diretórios Partidários.	Arquivado (R. I., art. 332)
6/87	Maurício Corrêa	Cria o Serviço Social Bancário — SESB, nos moldes do SESI e SESC, com as modificações recomendáveis, criados, respectivamente, pelo Decreto-Lei nº 9.403, de 25-6-46 e Decreto-Lei nº 9.853, de 13-9-46.	Arquivado (R. I., art. 332)
8/87	Louremberg Nunes Rocha	Dá nova redação ao art. 325 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
10/87	Edison Lobão	Altera a Lei nº 6.045, de 16 de maio de 1974, e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
12/87	Maurício Corrêa	Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Bancária — Senab, nos moldes do Senai e Senac com as adaptações pertinentes, criados, respectivamente, pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22-1-42 e Decreto-Lei nº 8.621, de 10-1-46.	Arquivado (R. I., art. 332)
15/87	Francisco Rollemberg	Disciplina a fiscalização do setor de alimentos por qualquer profissional de medicina.	Arquivado (R. I., art. 332)
18/87	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a presença de técnicos agropecuários no corpo docente das escolas públicas de 1º e 2º graus, localizadas na área rural.	Arquivado (R. I., art. 332)
21/87	Jarbas Passarinho	Obriga as emissoras de televisão a exibir, em suas programações diárias de filmes estrangeiros, pelo menos um filme com legendas em português.	Arquivado (R. I., art. 332)
22/87	Carlos Chiarelli	Altera a legislação tributária federal para revogar incentivos fiscais relativos à exploração de empreendimentos industriais petroquímicos na área de atuação da Sudene e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
23/87	Carlos Chiarelli	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de partamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, disposições da Lei nº 7.388, de 23 de outubro de 1985.	Arquivado (R. I., art. 332)
24/87	Irapuan Costa Júnior	Acrescenta dispositivo à Lei n 7.565, de 19 de dezembro de 1986.	Arquivado (R. I., art. 332)
26/87	Francisco Rollemberg	Obriga os Cartórios de Registro Civil a comunicarem, por ofício, todo registro de nascimento ao Posto de Saúde da comarca correspondente.	Arquivado (R. I., art. 332)
30/87	Jamil Haddad	Altera a redação dos arts. 6º e 23 do Código de Processo Penal.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
35/87	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre o ensino obrigatório da língua espanhola nos estabelecimentos de primeiro grau.	Arquivado (R. I., art. 332)
36/87	Jamil Haddad	Revoga a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal.	Arquivado (R. I., art. 332)
39/87	Mauro Borges	Inclui a Ferrovia Norte/Sul na relação descritiva das ferrovias do Plano Nacional de Viação.	Arquivado (R. I., art. 332)
40/87	Jamil Haddad	Disciplina o emprego de algemas e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
41/87	Meira Filho	Dispõe sobre compensação do Imposto de Renda que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)
42/87 (Complementar)	Leite Chaves	Isenta o fubá de milho do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.	Arquivado (R. I., art. 332)
43/87	Edison Lobão	Institui o sistema oficial de indexação econômica.	Arquivado (R. I., art. 332)
44/87	Francisco Rollemberg	Permite o abatimento das despesas de creche para fins de apuração da renda líquida sujeita ao Imposto sobre a Renda progressivo.	Arquivado (R. I., art. 332)
50/87	Edison Lobão	Determina a equalização dos preços de energia elétrica.	Arquivado (R. I., art. 332)
51/87	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a correção monetária do Imposto de Renda retido na fonte pagadora do rendimento.	Arquivado (R. I., art. 332)
1/88	Virgílio Távora	Altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
3/88	Dirceu Carneiro	Define limites para as remessas de recursos ao exterior a título de pagamento de serviços de dívida externa brasileira.	Arquivado (R. I., art. 332)
4/88	Jamil Haddad	Dispõe sobre o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
6/88	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a liberação e aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
7/88	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a inscrição dos componentes químicos nos rótulos, etiquetas, bulas e embalagens de alimentos, medicamentos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneamentos domissanitários industrializados.	Arquivado (R. I., art. 332)
8/88	Jamil Haddad	Altera o Decreto-Lei nº 5.461, de 25-6-68, que dispõe sobre as contribuições para o ensino profissional marítimo.	Arquivado (R. I., art. 332)
10/88	Francisco Rollemberg	Estabelece a obrigatoriedade da inscrição de material reaproveitado ou impróprio para consumo em locais determinados nas embalagens ou rótulos de produtos fabricados com esse material, em qualquer proporção, visando a prevenir a propagação de doenças, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
11/88	Affonso Camargo	Dispõe sobre a filiação partidária para as eleições municipais de 1988.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/88	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência e funcionamento das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar nos hospitais do País.	Arquivado (R. I., art. 332)
14/88	Marcondes Gadelha	Cria a Fundação Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa — Fundação Cebrae.	Arquivado (R. I., art. 332)
15/88	Francisco Rollemberg	Estabelece prazo para distribuição dos formulários de declarações de rendimentos e para entrega aos contribuintes dos documentos necessários ao preparo e instrução dessas declarações.	Arquivado (R. I., art. 332)
19/88	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a publicação mensal, pelo Denatran, no Diário Oficial da União, da relação de veículos furtados e de veículos apreendidos.	Arquivado (R. I., art. 332)
20/88	Francisco Rollemberg	Fixa limites às instituições financeiras quanto às exigências para abertura e manutenção de contas do sistema de caderneta de poupança.	Arquivado (R. I., art. 332)
22/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a adoção de temas curriculares versando sobre a educação quanto à necessidade de doação post mortem de órgãos nos cursos de 3º grau e outros profissionalizantes.	Arquivado (R. I., art. 332)
23/88	Jamil Haddad	Faculta aos enfermeiros desempenho remunerados de dois cargos.	Arquivado (R. I., art. 332)
24/88	Francisco Rollemberg	Estabelece a obrigatoriedade de programas de educação ambiental, educação para o trânsito e prevenção do uso indevido de drogas e da criminalidade.	Arquivado (R. I., art. 332)
25/88	Odacir Soares	Proíbe o uso de fumo nos vãos domésticos a bordo de aeronaves comerciais.	Arquivado (R. I., art. 332)
26/88	Edison Lobão	Estabelece normas aplicáveis à sistemática de compras governamentais das indústrias de pequeno porte.	Arquivado (R. I., art. 332)
27/88	Mendes Canale	Institui medidas de auxílio às vítimas das enchentes ocorridas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e de incentivos à recuperação da economia das áreas atingidas.	Arquivado (R. I., art. 332)
29/88	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a transferência da matrícula de universitários servidores públicos.	Arquivado (R. I., art. 332)
31/88	Marco Maciel	Estabelece a isenção alfandegária à importação de cordeamentos de instrumentos sinfônicos de corda.	A Câmara em decisão terminativa
33/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a explicitação, na Carteira Nacional de Habilitação, da opção do portador pela condição de ser ou não doador de órgãos para transplante, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
34/88	Francisco Rollemberg	Veda a cobrança em OTN de valor referente ao mês posterior sobre obrigação cujo vencimento ocorrer em feriado, sábado ou domingo, desde que seja quitada no primeiro dia útil subsequente.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
36/88	Ronan Tito	Dispõe sobre a forma de representação dos acionistas minoritários no Conselho de Administração e na Diretoria das companhias abertas e nas de capital autorizado.	Arquivado (R. I., art. 332)
37/88	Francisco Rollemberg	Proíbe o emprego do mercúrio e seus compostos não degradáveis em processo de aglutinação e amalgamação de ouro e em outros processos industriais e artesanais, que provoquem poluição na atmosfera, no solo, nas coleções de água doce e no mar territorial, estabelece penalidades, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
38/88	Nelson Carneiro	Dispõe sobre obrigações de proprietários de imóveis não edificadas no Distrito Federal, nas condições que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)
39/88	Marco Maciel	Determina a contagem como tempo de serviço no exterior para todos os fins, os períodos em que diplomata cônjuge de diplomata tenha estado em licença para acompanhar cônjuge no exterior, nos termos da Lei nº 5.887, de 31 de maio de 1973.	Arquivado (R. I., art. 332)
40/88	Nelson Carneiro	Fixa o salário mínimo profissional do Técnico de Contabilidade de 2º grau, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
42/88	Nelson Carneiro	Estabelece isenção de pagamento de pedágio, para os táxis e transportes de cargas.	Arquivado (R. I., art. 332)
45/88	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que disciplina o exercício da profissão de médico-veterinário.	Arquivado (R. I., art. 332)
46/88	Francisco Rollemberg	Permite o abatimento para fins de apuração da renda líquida sujeita ao imposto sobre a renda progressivo, no exercício de 1989, ano-base de 1988, o montante que a pessoa física deixou de perceber em virtude de ter sido atingida pelo Decreto-Lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988, que dispõe sobre critério de reajuste de vencimentos e salários do pessoal que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
52/88	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos do Código Civil, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
53/88	Jamil Haddad	Dispõe sobre concursos para livre docência, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
54/88	Marco Maciel	Dispõe sobre o Ouvidor-Geral, e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
56/88	Francisco Rollemberg	Prorroga isenção do imposto de renda incidente sobre juros, dividendos e rendimentos de cadernetas de poupança.	Arquivado (R. I., art. 332)
58/88	Alvaro Pacheco	Prorroga o prazo de vigência de incentivos fiscais previstos na legislação do imposto de renda	Arquivado (R. I., art. 332)
61/88	Francisco Rollemberg	Introduz dispositivos na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 "que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias".	Arquivado (R. I., art. 332)
65/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação do art. 250 do Código Penal Brasileiro, com acréscimo de parágrafo.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
66/88	Jarbas Passarinho	Consolida a legislação sobre atividades dos corretores de navios, com as alterações que contém e revoga o art. 21, seus itens e parágrafo único do Decreto nº 52.090, de 4 de junho de 1963.	Arquivado (R. I., art. 332)
67/88	Alfredo Campos	Garante o benefício do seguro-desemprego ao pescador profissional durante a piracema, desova e reprodução de peixes.	Arquivado (R. I., art. 332)
68/88	João Menezes	Institui o "Dia Nacional do Fotógrafo Profissional" e oficializa, no Brasil, a comemoração do "Dia Mundial da Fotografia".	Arquivado (R. I., art. 332)
69/88	João Menezes	Dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo profissional, de técnico em fotografia e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
70/88	Francisco Rollemberg	Acrescenta artigo ao Capítulo II — "Do tratamento e da recuperação" — da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que "dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica", suprimindo-lhe o art. 16 do Capítulo III — "Dos crimes e das penas" —, discriminando o usuário de drogas dependenciantes e prevendo as medidas cabíveis à sua recuperação psicossocial".	Arquivado (R. I., art. 332)
71/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito.	Arquivado (R. I., art. 332)
72/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Arquivado (R. I., art. 332)
73/88	Carlos De'Carli	Altera a redação do § 4º do art. 1º da Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988, "que altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências".	Arquivado (R. I., art. 332)
75/88	Nelson Carneiro	Fixa jornada de trabalho semanal à categoria profissional de farmacêutico.	Arquivado (R. I., art. 332)
76/88	Ruy Bacelar	Dispõe sobre o mandado de injunção,	À Câmara, em decisão terminativa
89/88	Marco Maciel (Complementar)	Estabelece normas gerais de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.	Arquivado (R. I., art. 332)
90/88	Francisco Rollemberg	Proíbe a incineração de produtos oriundos de caça e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
91/88	Pompeu de Sousa	Dispõe sobre o processo legislativo, a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
94/88	Cid Sabóia de Carvalho (Complementar)	Dispõe sobre a relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa e dá outras providências.	Em tramitação
97/88	Ney Maranhão	Revoga o Decreto-Lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966.	Arquivado (R. I., art. 332)
98/88	Francisco Rollemberg	Dá nova redação ao art. 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	À Câmara, em decisão terminativa
100/88	Francisco Rollemberg	Estabelece, para a fabricação de veículos automotores, critérios de controle do percentual de veículos movidos a álcool em relação aos veículos movidos a gasolina.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
102/88	Cid Sabóia de Carvalho (Complementar)	Regulamenta o direito de greve, previsto no art. 9º da Constituição Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
106/88	Iram Saraiva	Estabelece os casos em que acontecerá a identificação criminal, tornando eficaz o art. 5º, item LVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
108/88	Odacir Soares	Dispõe sobre a movimentação dos recursos financeiros da Petrobrás e de suas subsidiárias em bancos oficiais e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
109/88	Odacir Soares	Estabelece normas para o processo de privatização de empresas sob o controle direto ou indireto do Governo Federal, e dá outras providências.	Prejudicado
2/89	Severo Gomes	Cria Comissão Especial Mista para apurar a situação de funcionários públicos da União contratados, sem concurso público, a partir de 6 de outubro de 1983.	Arquivado (R. I., art. 332)
4/89	Mauro Borges	Introduz alteração ao caput do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que "institui o Código Nacional de Trânsito", fixando em dezesseis anos completos a idade mínima para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, na forma que especifica e estabelece, e acrescenta dispositivos na forma que menciona.	Arquivado (R. I., art. 332)
5/89	Pompeu de Sousa	Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição, e dá outras providências.	A Câmara,
8/89	Jorge Bornhausen	Estabelece normas para a realização das eleições presidenciais de 15 de novembro de 1989 e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
21/89	Edison Lobão	Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Universidade Federal de Caxias", com sede na cidade de idêntica denominação, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	A Câmara, em decisão terminativa
26/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o registro dos partidos políticos e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
27/89	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre o exercício do direito de greve.	Arquivado (R. I., art. 332)
28/89	Jamil Haddad	Veda a diminuição de valores alocados à área de saúde.	Arquivado (R. I., art. 332)
29/89	Carlos Alberto	Dispõe sobre o reajuste de salários e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
32/89	Antonio Luiz Maya	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Tocantins e dá outras providências.	A Câmara, em decisão terminativa
33/89	Leite Chaves	Dispõe sobre a suspensão do pagamento da dívida pública externa brasileira.	Arquivado (R. I., art. 332)
35/89	João Menezes	Extingue o Conselho Monetário Nacional e a Secretaria Especial de Administração de Preços.	Rejeitado em decisão terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
36/89	Divaldo Suruagy	Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição, instituindo o Fundo Constitucional do Norte (FCNO), o Fundo Constitucional do Nordeste (FCNE) e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCCO) e dando outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
39/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastramento e obtenção de autorização especial, junto ao Departamento de Polícia Federal, das pessoas físicas ou jurídicas que manipulam substâncias químicas especificadas, utilizadas na extração da cocaína.	Arquivado (R. I., art. 332)
40/89	Leopoldo Peres	Dispõe sobre o aproveitamento de servidores das autarquias federais, de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundações públicas extintas ou dissolvidas, e dá outras providências.	Prejudicado
41/89	Ronan Tito	Dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Turismo, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
42/89	Irapuan Costa Júnior	Autoriza a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação de Motorista provisória por maiores de 16 anos.	Arquivado (R. I., art. 332)
47/89	Iram Saraiva	Fixa critérios para definir os casos de urgência e relevância previstos no art. 62 da Constituição, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
51/89	Francisco Rollemberg	Dá nova redação ao item I do § 4º do art. 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.	Sobrestada (R. I., art. 335, item 1)
54/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais de propriedade da União, das entidades da administração federal e das fundações públicas, localizados no Distrito Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
55/89	Iram Saraiva	Autoriza a Universidade Federal de Goiás a estender suas unidades de ensino superior às cidades de Itumbiara e Porangatu.	Arquivado (R. I., art. 332)
57/89	Carlos Alberto	Dispõe sobre normas relativas às compras governamentais junto à indústria de pequeno porte.	Arquivado (R. I., art. 332)
58/89	Carlos Alberto	Dispõe sobre a criação de cooperativas de microempresas, inclusive de crédito ou cessão de crédito.	Arquivado (R. I., art. 332)
59/89	Carlos Alberto	Dispõe sobre as sociedades de interesse econômico e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
62/89	Jutahy Magalhães	Concede incentivos fiscais às pessoas que acolherem criança ou adolescente órfão ou abandonado, sob a forma de guarda, ou financiarem estudos de menor carente, nos termos do art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
63/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a construção de logradouros, de edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, nos termos dos arts. 227, § 2º, e 244 da Constituição Federal.	A Câmara
64/89	Itamar Franco	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um médico entre a tripulação das aeronaves que realizam vôo internacional e doméstico nos casos que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
65/89	Itamar Franco	Sujeita à prévia aprovação do Congresso Nacional a instalação ou transferência de sede de representação diplomática para localidade situada em território de soberania disputada.	Arquivado (R. I., art. 332)
66/89	Itamar Franco	Submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira.	Arquivado (R. I., art. 332)
68/89	Itamar Franco	Determina o ressarcimento das despesas efetuadas pelo ferroviário designado para prestar serviços fora do estabelecimento.	Arquivado (R. I., art. 332)
69/89	Edison Lobão	Regulamenta o art. 159, I, c, da Constituição, relativo a aplicação dos recursos destinados a programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
71/89	Afonso Camargo	Dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
75/89	Jutahy Magalhães Magalhães	Dispõe sobre a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.	À Câmara Decisão Terminativa
76/89	Itamar Franco	Dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina Direitos Humanos Fundamentais.	Rejeitado em decisão terminativa
77/89	Itamar Franco	Disciplina a expedição de credenciais, plenos poderes ou qualquer instrumento que habilite agente diplomático a firmar ato internacional em nome do País.	Rejeitado em decisão terminativa
78/89	Leopoldo Peres	Dispõe sobre a concessão de benefícios aos seringueiros e seus dependentes, nos termos do art. 54, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
79/89	Ney Maranhão	Dispõe sobre autorização para porte de arma, de uso permitido, pela tripulação de aeronaves nacionais.	Arquivado (R. I., art. 332)
82/89	Itamar Franco	Dispõe sobre a comemoração do feriado de 21 de abril — Dia de Tiradentes.	À Câmara em decisão terminativa
84/89	Aureo Mello	Disciplina a aplicação dos recursos financeiros de que trata o art. 159, I, c, da Constituição, institui Fundos Constitucionais de Financiamento Regional, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
85/89	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.	Arquivado (R. I., art. 332)
88/89 (Complementar)	João Menezes	Regula o direito de greve dos servidores públicos civis, e dá outras providências.	Em tramitação
92/89 (Complementar)	João Menezes	Regula o direito de greve, e dá outras providências.	(R. I., art. 332) Arquivado
93/89	Jamil Haddad	Veda destinação de recursos e auxílios públicos que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
95/89	Lavoisier Maia	Assegura aos técnicos agrícolas de nível médio e aos agrônomos e veterinários acesso aos Projetos de Reforma Agrária e Irrigação, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
96/89	Leite Chaves	Dispõe sobre o resgate de títulos da dívida agrária mediante compensação com pagamentos de tributos federais, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
98/89	Ronaldo Aragão	Fixa prazo para a entrega dos recursos do PIN e Proterra aos fins a que se destinam.	Arquivado (R. I., art. 332)
99/89	Jutahy Magalhães	Regulamenta o art. 159, I, c, da Constituição, referente à aplicação de recursos em programas de financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
100/89	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre as relações de trabalho, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
101/89	Jamil Haddad	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 3.891, de 26 de abril de 1961.	Arquivado (R. I., art. 332)
102/89	Roberto Campos	Estabelece a livre negociação salarial no setor privado e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
103/89	Roberto Campos	Estabelece medidas de flexibilização do mercado de trabalho, para evitar o desemprego.	Arquivado (R. I., art. 332)
104/89	Roberto Campos	Extingue, como empresas estatais, as que forem deficitárias, privatizando-as ou liquidando-as.	Rejeitado Decisão Terminativa
105/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o exercício do direito de greve e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
106/89	Teotônio Vilela Filho	Revoga a Lei nº 7.712, de 2 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias federais.	Arquivado (R. I., art. 332)
108/89	Francisco Rollemberg	Regulamenta a aplicação dos recursos previstos no art. 159, I, c, da Constituição, destinados a programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
110/89	Severo Gomes	Dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências.	A Câmara
114/89	Francisco Rollemberg	Institui o ensino pago nas instituições federais de ensino superior e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
115/89	José Ignácio Ferreira	Veda o pagamento dos serviços da dívida externa cujo montante difira da incidência dos encargos sobre o valor da dívida vigente no mercado secundário e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
116/89	José Ignácio Ferreira	Concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis de passageiros, movidos a álcool, quando destinados ao uso como táxis, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
117/89	Antonio Luiz Maya	Pune a discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, regulando o item 41 do art. 5º da Constituição.	Arquivado (R. I., art. 332)
118/89	Jarbas Passarinho	Autoriza a compensação de créditos e débitos contraídos com a administração federal.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
121/89	Antonio Luiz Maya	Protege temporariamente os inventos industriais, nos termos do art. 5º, inciso 2º, da Constituição.	À Câmara
122/89 (Complementar)	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre os produtos semi-elaborados sujeitos à incidência do ICM quando exportados para o exterior (art. 155, § 2º, X, a, da Constituição Federal).	Arquivado (R. I., art. 332)
123/89	Francisco Rollemberg	Estabelece diretrizes para uma Política Nacional de Habitação Rural e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
124/89	Edison Lobão	Dispõe sobre a organização de trabalhadores rurais e pescadores em sindicatos e colônias respectivamente.	Arquivado (R. I., art. 332)
128/89	Mário Maia	Estabelece os limites entre os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, e regulamenta o § 5º do art. 12 das Disposições Constitucionais Transitórias.	Rejeitado em decisão terminativa
130/89	Edison Lobão	Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 7.671, de 21 de setembro de 1988.	Rejeitado (art. 101, § 1.º do R. I.)
131/89	Olavo Pires	Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.	Arquivado (R. I., art. 332)
133/89	Francisco Rollemberg	Assegura, a cooperativas de produtores rurais, prioridade na aplicação de recursos provenientes de programas de incentivos fiscais para implantação de agroindústrias e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
134/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre operações de crédito e financiamento, no âmbito da Administração Federal, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
136/89	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre isenção do recolhimento da parte patronal ao IAPAS pelas Prefeituras Municipais.	Arquivado (R. I., art. 332)
139/89	Hugo Napoleão	Dispõe sobre a realização de eleições prévias no âmbito dos Partidos Políticos.	Rejeitado (art. 101, § 1º)
143/89	Alfredo Campos	Dispõe sobre o exercício da profissão de Decorador, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
145/89	Jutahy Magalhães	Autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, itens VI e VII, da Constituição.	Arquivado (R. I., art. 332)
147/89	Ney Maranhão	Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores.	Arquivado (R. I., art. 332)
148/89	Jutahy Magalhães	Regulamenta o § 3º do art. 43 da Constituição, assegurando o incentivo pela União à recuperação de terras áridas nas regiões de baixa renda, e a cooperação com os pequenos e médios proprietários rurais para que suas glebas sejam dotadas de fontes de água e de pequena irrigação, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
149/89	João Menezes	Dispõe sobre a remuneração das cadernetas de poupança e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
150/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe, nos termos do inciso III do art. 161 da Constituição Federal, sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157 a 159 da mesma Carta.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
151/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Regula a elaboração, a redação, a consolidação e a alteração das leis abrangidas pelo processo legislativo.	Arquivado (R. I., art. 332)
154/89	Mário Covas	Assegura a participação dos empregados, empregados e aposentados na administração da Previdência Social (art. 194, VII, da Constituição Federal).	Arquivado (R. I., art. 332)
157/89	Marco Maciel	Dispõe sobre as pesquisas e testes pré-eleitorais.	Arquivado (R. I., art. 332)
159/89	Francisco Rollemberg	Atualiza as disposições concernentes ao Crédito Rural e ao Seguro Social.	Arquivado (R. I., art. 332)
161/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos municípios, previsto no inciso IV do art. 156 da Constituição.	A Câmara
164/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Regula a competência para instituição do Imposto sobre Herança e doação, nas condições previstas no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.	Em tramitação
165/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Estabelece normas sobre a entrega aos estados e municípios dos recursos previstos no art. 161, inciso II, da Constituição Federal, especialmente sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, Fundo de Participação dos Municípios e Fundo para Programas de Financiamento ao Setor Produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Em tramitação
167/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Regula o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nos termos do inciso XII do art. 155 da Constituição Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
168/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Regula as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do inciso II do art. 146 da Constituição Federal.	Em tramitação
170/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, nos termos do inciso I do art. 146 da Constituição Federal.	Em tramitação
171/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Define, nos termos do inciso I do art. 161 da Constituição Federal, o valor adicionado para fins de cálculo da participação dos municípios na receita do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Em tramitação
172/89	Pompeu de Sousa	Estabelece piso salarial dos profissionais das áreas de Educação e Saúde.	Arquivado (R. I., art. 332)
173/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Institui o novo Código Tributário Nacional.	Arquivado (R. I., art. 332)
175/89	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre o salário-educação, previsto no art. 212 da Constituição e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
177/89	Francisco Rollemberg	Acrescenta parágrafo único ao art. 399 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 — Código Civil.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
178/89	Jutahy Magalhães	Define a pequena propriedade rural e estabelece meios para financiar o seu desenvolvimento.	Arquivado (R. I., art. 332)
181/89	Pompeu de Sousa	Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	A Câmara, em decisão terminativa
183/89	Lavoisier Maia	Concede aos professores de pós-graduação incentivo financeiro por produção acadêmica.	Rejeitado (art. 101, § 1º do R. I.)
185/89	Mário Maia	Regulamenta o disposto na Seção I, Capítulo III, Título VIII da Constituição Federal e estabelece diretrizes e bases para a Educação Nacional.	Arquivado (R. I., art. 332)
186/89	Marco Maciel	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
188/89	Antonio Luiz Maya	Dispõe sobre a realização de levantamentos periciais em acidentes de trânsito, causados por veículo automotor.	Rejeitado em decisão terminativa
190/89	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis.	A Câmara,
191/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a associação de trabalhadores rurais e pescadores em sindicatos e colônias, respectivamente.	Arquivado (R. I., art. 332)
192/89	Divaldo Suruagy	Estabelece condições para compra e venda de valores mobiliários no mercado à vista, em Bolsa de Valores.	Arquivado (R. I., art. 332)
193/89	Ronan Tito	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 8.069, de 13-7-90
194/89	José Agripino	Dispõe sobre os critérios de distribuição e de liberação dos recursos do salário-educação recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
196/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o treinamento de menores nos estabelecimentos industriais, propiciando-lhes aprendizagem, entre os 12 (doze) e os 18 (dezoito) anos.	Arquivado (R. I., art. 332)
197/89 (Complementar)	Itamar Franco	Dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco do Brasil S/A.	Arquivado (R. I., art. 332)
199/89	Maurício Corrêa	Regulamenta o § 2º do art. 171, da Constituição Federal, que dispõe sobre o tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional e dá outras providências.	A Câmara,
200/89	Antonio Luiz Maya	Estabelece diretrizes para uma política de pecuária para as regiões Norte e Centro-Oeste e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
203/89	Marco Maciel	Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto às Casas do Congresso Nacional, para os fins que especifica, e dá outras providências.	A Câmara,
204/89	Antonio Luiz Maya	Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.	Arquivado (R. I., art. 332)
206/89	José Paulo Bisol	Regulamenta o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
207/89	Odacir Soares	Altera o art. 4º e seu § 2º da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, para aumentar o número de membros do Conselho Nacional de Trânsito, mediante a inclusão de um representante do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios.	Rejeitado em decisão terminativa
208/89	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre os objetivos da educação superior, estabelece critérios para a organização e funcionamento das universidades brasileiras e dá outras providências.	Em tramitação
209/89	Mauro Borges	Dispõe sobre a apresentação do preço ao consumidor dos produtos manufaturados.	Arquivado (R. I., art. 332)
211/89	Francisco Rollemberg	Estabelece diretrizes para a ação governamental no setor agrícola e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
212/89	Comissão Diretora (Complementar)	Dá nova redação aos dispositivos que menciona, para adequar as Leis Complementares n.ºs 19, de 25 de junho de 1974 e 26, de 11 de setembro de 1975, ao disposto no art. 239 da Constituição.	Arquivado (R. I., art. 332)
213/89	Comissão Diretora	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de acordo com o art. 7º da Constituição Federal e seus incisos, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
214/89	Comissão Diretora (Complementar)	Dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa e dá outras providências.	Em tramitação
215/89	Edison Lobão	Dispõe sobre a remuneração profissional mínima dos professores das instituições públicas do ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
216/89	Mauro Borges	Altera o art. 25 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986.	A Câmara, em decisão terminativa
219/89	Leopoldo Peres	Concede reparação de natureza econômica ao cidadão impedido de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas n.ºs S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica.	Arquivado (R. I., art. 332)
220/89	Marco Maciel	Regulamenta o art. 10 da Constituição.	Arquivado (R. I., art. 332)
221/89	Odacir Soares	Considera nula todas as nomeações e admissões sem concurso público, feitas na Administração Pública Direta ou Indireta e dá outras providências.	Prejudicado
222/89	Ruy Bacelar	Dispõe sobre a aplicação em sociedades cooperativas dos incentivos fiscais previstos no Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.	Arquivado (R. I., art. 332)
223/89	Teotonio Vilela Filho	Dispõe sobre a inclusão das creches e estabelecimentos similares no programa educacional brasileiro.	A Câmara, em decisão terminativa
224/89	Carlos Chiarelli (Complementar)	Estabelece condições para a aposentadoria especial dos servidores públicos civis da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, bem como dos trabalhadores regidos pela CLT, conforme o disposto, respectivamente, no § 1º do art. 40 e no inciso II do art. 202, da Constituição Federal.	A Câmara,

Nº	Autor	Ementa	Resultado
227/89	Humberto Lucena	Dispõe sobre os horários de propaganda gratuita, nas emissões de radiodifusão.	Arquivado (R. I., art. 332)
228/89	Humberto Lucena	Atribui ao eleitor o direito de voto em trânsito, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
229/89	Louremberg Nunes Rocha	Dá nova redação ao art. 125 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).	A Câmara, em decisão terminativa
231/89	Marco Maciel	Dispõe sobre benefícios fiscais concedidos à pesquisa científica e tecnológica e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
232/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre aposentadoria especial aos digitadores de processamento de dados, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
234/89	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a fabricação e o uso de pára-raios radioativos e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
235/89	Gomes Carvalho	Altera dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito.	A Câmara, em decisão terminativa
236/89 (Ver PLS nº 178/89)	Dirceu Carneiro	Dispõe sobre a política no setor agropecuário e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
237/89	José Fogaça	Regulamenta o art. 187 da Constituição Federal que trata da política agrícola e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
239/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre aposentadoria especial aos empregados em depósitos de combustíveis líquidos, gasosos, na coleta de lixo e detritos poluentes químicos, físicos, ferrosos, na pulverização agrícola, conservação e limpeza de ambientes.	Arquivado (R. I., art. 332)
241/89	Gerson Camata	Permite às instituições filantrópicas, esportivas e estudantis, promover a distribuição de prêmios mediante sorteios, rifas, bingos ou tómbolas, nas condições que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)
242/89	Edison Lobão	Altera a redação do art. 14 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para permitir sejam deduzidas do rendimento bruto as despesas com instrução.	Arquivado (R. I., art. 332)
243/89	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 4º do art. 5º da Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (R. I., art. 332)
244/89 (Complementar)	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre a composição territorial da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste para efeito da política de desenvolvimento, promovida pela União.	Arquivado (R. I., art. 332)
245/89	Maurício Corrêa	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Arquivado (R. I., art. 332)
246/89	Nelson Wedekin	Isenta o serviço de radioamador do pagamento da taxa de fiscalização, criada pela Lei nº 5.070, de 1966.	Arquivado (R. I., art. 332)
248/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre o trabalho das pessoas portadoras de deficiência e institui incentivos à oferta de empregos sob regime de trabalho protegido.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
249/89	Luiz Viana	Altera, atualiza e consolida a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais.	À Câmara
250/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre a exploração de serviços turísticos e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
251/89	Humberto Lucena	Estabelece critérios para a divulgação de pesquisas, prévias ou testes eleitorais e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
252/89 (Complementar)	Odacir Soares	Define a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal a nível regional e estabelece provisoriamente os coeficientes individuais de participação.	Arquivado (R. I., art. 332)
254/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre a integração das donas-de-casa à Previdência Social.	Arquivado (R. I., art. 332)
255/89	Nelson Carneiro	Institui o Código de Menores e dá outras providências.	Prejudicado
256/89 (Complementar)	Comissão Diretora	Dispõe sobre a declaração de nulidade dos atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, e dá outras providências.	Em tramitação
257/89 (Complementar)	Comissão Diretora	Define a cláusula "relevante interesse público da União", para fins de ocupação, domínio ou posse das terras indígenas, ou exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, e dá outras providências.	À Câmara
258/89	Comissão Diretora	Dispõe sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, dos órgãos de Segurança Pública de que trata o § 4º do art. 32 da Constituição Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
260/89	Comissão Diretora	Dispõe sobre a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
261/89	Francisco Rollemberg	Acrescenta dispositivos, após o art. 242 do Título II do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965, com suas alterações).	À Câmara em decisão (terminativa)
262/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre o exercício dos direitos culturais, os incentivos à cultura, a proteção à cultura brasileira, e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
263/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os segmentos étnicos nacionais e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
264/89	Gerson Camata	Dá nova redação ao § 3º do art. 36 da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989.	Arquivado (R. I., art. 332)
265/89	Dirceu Carneiro	Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.	À Câmara em decisão terminativa
268/89	Iram Saraiva	Regulamenta o inciso XXI do art. 7º da Constituição.	Arquivado (R. I., art. 332)
270/89	Márcio Lacerda	Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
271/89	Louremberg Nunes Rocha	Nacionaliza a prestação de serviços de auditoria externa.	Arquivado (R. I., art. 332)
272/89	Louremberg Nunes Rocha	Torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares de I e II graus, nos estabelecimentos de ensino público e particular, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
273/89	Márcio Lacerda	Estabelece restrições à ocupação dos cargos de Presidente e Diretor do Banco Central e dá outras providências.	Prejudicado
274/89	Gerson Camata	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.	À Câmara em decisão terminativa
275/89	Iram Saraiva	Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, estabelecendo a gratuidade de custas judiciais das ações de habeas corpus e habeas data .	À Câmara em decisão terminativa
276/89	Marco Maciel	Dispõe sobre a destinação das multas e indenizações decorrentes de danos ao meio ambiente.	Arquivado (R. I., art. 332)
277/89	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a política de preços de bens e serviços fornecidos pelo setor público, ou por este contratados.	Arquivado (R. I., art. 332)
279/89	Márcio Lacerda	Altera os arts. 32 e 34 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que institui o Código de Menores, dando-lhe nova redação na conformidade da Constituição Federal em seu Capítulo VII, arts. 226, § 3º, e 227, caput .	Prejudicado
280/89	Olavo Pires	Autoriza a Universidade Federal de Rondônia a estender suas unidades de ensino superior aos Municípios de Ouro Preto do Oeste, Ariquemes e Ji-Paraná.	Em tramitação
281/89	Iram Saraiva	Dispõe sobre a remuneração do serviço extraordinário nos casos que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)
283/89	João Menezes	Declara a floresta amazônica monumento natural.	Arquivado (R. I., art. 332)
284/89	Iram Saraiva	Regulamenta o inciso III do art. 221 da Constituição Federal que dispõe sobre a regionalização da programação jornalística, cultural e artística de rádio e TV.	Em tramitação
285/89	Comissão Diretora	Define os atos de improbidade administrativa de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.	À Câmara
287/89	Jamil Haddad	Dispõe sobre o magistério superior em estabelecimento privado.	Arquivado (R. I., art. 332)
288/89	Teotonio Vilela Filho	Dispõe sobre a instalação de aparelhos de compactação e incineração de lixo hospitalar em hospitais, clínicas, laboratórios e entidades assemelhadas, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
289/89	José Fogaça	Dispõe sobre as Sociedades Cooperativas.	Arquivado (R. I., art. 332)
290/89	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 1º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que "dispõe sobre a antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências".	À Câmara em decisão terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
291/89	Itamar Franco	Assegura a preferência nas aquisições de bens ou serviços pelo Poder Público, às empresas brasileiras de capital nacional.	Prejudicado
292/89	Jutahy Magalhães	Estabelece normas para a transmissão de programas gratuitos no rádio e televisão para partidos políticos e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
293/89	Iram Saraiva	Regulamenta o que dispõe o art. 244 e o § 2º do art. 227 da Constituição Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
294/89	Itamar Franco	Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil, as garantias dos depósitos de rejeitos radiativos e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
295/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre as cédulas eleitorais para as eleições de 1990, e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
296/89	Louremberg Nunes Rocha	Acrescenta o § 3º, ao art. 3º da Lei nº 5.823, de 14 de novembro de 1972, estabelecendo a obrigatoriedade de todas as bebidas enlatadas ou engarrafadas conterem em seus rótulos a discriminação completa das substâncias que a compõem, assim como número do lote, data de fabricação e prazo de validade.	Arquivado (R. I., art. 332)
298/89	Iram Saraiva	Isenta do pagamento do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza no caso que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)
299/89	João Menezes	Cria a Fundação Machado de Assis, e dá outras providências.	Rejeitado
300/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre as pesquisas estatísticas, de opinião pública, mercadológicas e assemelhadas, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
301/89	Maurício Corrêa	Transfere para o domínio do Distrito Federal os imóveis que menciona.	A Câmara em decisão terminativa
302/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre domicílio eleitoral, filiação partidária, propaganda eleitoral gratuita, e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
304/89	Nelson Carneiro	Institui o Dia Nacional de formação profissional, e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
305/89	Albano Franco	Dispõe sobre medidas de estímulo para reequipamento de instituições dedicadas ao ensino técnico e tecnológico, bem como ao aprimoramento de recursos humanos.	Arquivado (R. I., art. 332)
306/89	Ney Maranhão	Regulamenta o art. 172 da Constituição Federal que trata de investimento de capital estrangeiro, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
307/89	Mendes Canale	Altera a redação dos arts. 43, 44, 47, 54, 77, 81, 83, 87, 93 e acrescenta parágrafo ao art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 (Código Penal), os quais dispõem sobre penas restritivas de liberdade e interdição de direitos no homicídio.	A Câmara em decisão terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
308/89	Francisco Rollemberg	Institui o cadastro nacional de infrações penais e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
309/89	Itamar Franco	Dá nova redação ao dispositivo que menciona do Código Eleitoral.	Rejeitado em decisão terminativa
311/89 (Complementar)	João Menezes	Dispõe sobre os produtos semi-elaborados sujeitos à incidência do ICMS quando exportados para o exterior (art. 155, § 2º, X, a, da Constituição Federal).	Arquivado (R. I., art. 332)
312/89	Itamar Franco	Dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos postais comemorativa do centenário de fundação do Instituto Granbery de Juiz de Fora.	À Câmara em decisão terminativa
313/89	Teotonio Vilela Filho	Regulamenta os incisos XXVII e XXVIII do art. 5º da Constituição Federal, que dispõe sobre direitos autorais.	Arquivado (R. I., art. 332)
316/89	Albano Franco	Estabelece limites permanentes para a mobilização nacional nos casos de elevação dos índices de analfabetismo.	Arquivado (R. I., art. 332)
317/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a prisão preventiva nos casos de crimes inafiançáveis e insusceptíveis de graça ou anistia, e de estupro, latrocínio e homicídio qualificado, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
318/89	José Ignácio Ferreira	Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976.	À Câmara em decisão terminativa
319/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a alienação de bens imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
320/89	Nelson Wedekin	Altera a legislação que dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias federais.	Arquivado (R. I., art. 332)
321/89	Nelson Wedekin	Concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis de passageiros destinados ao uso de táxis, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
322/89 (Complementar)	Aureo Mello	Institui a Lei Orgânica da Advocacia Geral da União, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
323/89	Lavoisier Maia	Regulamenta o inciso II do art. 202 da Constituição Brasileira concedendo aposentadoria especial ao trabalhador que exerça atividade sob condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
324/89	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais na importação e na aquisição no mercado nacional de bens, insumos e matérias primas destinadas a edição de jornais, revistas, livros e demais periódicos e à transmissão das emissoras de rádio e televisão.	Arquivado (R. I., art. 332)
325/89	Leopoldo Peres	Cria um adicional sobre tarifa de energia elétrica para custear o Plano Nacional de Vias Navegáveis Interiores e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
326/89	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto de arrecadação de impostos de competência dos estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos municípios, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
327/89	Divaldo Suruagy (Complementar)	Estabelece normas gerais aplicáveis ao Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto o óleo diesel — IVVC, de competência dos municípios.	Arquivado (R. I., art. 332)
329/89	Louremberg Nunes Rocha	Fixa critérios para a realização de despesas com publicidade oficial.	Em tramitação
330/89	Louremberg Nunes Rocha	Proíbe a instalação de pedreiras nos centros urbanos e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
331/89	Mauro Benevides	Fixa o prazo para domicílio eleitoral nas eleições de 1990.	A Câmara em decisão terminativa
333/89	Gomes Carvalho	Isenta do pagamento do Imposto de Renda a Estrada de Ferro do Paraná Oeste S.A. — FERRO-ESTE, no caso que especifica.	Arquivado (R. I., art. 332)
334/89	Cid Sabóia de Carvalho	Fixa os limites previstos no § 2º, II, do art. 153, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
335/89	Márcio Lacerda	Regulamenta o art. 227, § 6º, da Constituição Federal, dando nova redação ao item 1º do art. 52 e 7º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Em tramitação
336/89	Nelson Wedekin	Dispõe sobre o aviso prévio proporcional e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
337/89	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre a realização, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de levantamento populacional no intervalo entre os censos decenais, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
338/89	Odacir Soares	Regulamenta o art. 135 da Constituição Federal.	A Câmara em decisão terminativa
339/89	Mansueto de Lavor	Concede ao idoso e ao deficiente físico ou mental, o benefício da percepção de um salário mínimo mensal, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.	A Câmara em decisão terminativa
340/89	Márcio Lacerda	Torna privativa das entidades desportivas que menciona, e do próprio jogador, a aquisição de passe de atletas profissionais de futebol, e dá outras providências.	Em tramitação
341/89	Odacir Soares	Dispõe sobre a Organização Sindical e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
342/89	Jutahy Magalhães	Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.	A Câmara em decisão terminativa
343/89	Jarbas Passarinho	Regulamenta o exercício da profissão de desenhista, e dá outras providências.	A Câmara
344/89	Ney Maranhão	Regulamenta o art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal, que trata da competência da União em organizar o abastecimento alimentar e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
345/89	Márcio Lacerda	Altera o art. 299 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, atualizado pela Lei nº 7.251, de 19 de novembro de 1984).	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
346/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco e dá outras providências.	Prejudicado
347/89	Jamil Haddad	Define crimes contra a memória nacional.	À Câmara em decisão terminativa
348/89	Marco Maciel	Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal de Pernambuco em Centro Federal de Educação Tecnológica.	Em tramitação
349/89	José Fogaça	Estabelece normas para a realização de eleições em 1990 e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
350/89	Wilson Martins	Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Arquivado (R. I., art. 332)
351/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a utilização do BTN Fiscal nos contratos de compra e venda mercantil.	Arquivado (R. I., art. 332)
352/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas construtoras que contratarem com o serviço público a admitirem estagiários e dá outras providências	À Câmara em decisão terminativa
353/89	Jutahy Magalhães	Estabelece os feriados nacionais e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
354/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.	À Câmara em decisão terminativa
355/89	Jutahy Magalhães	Cria rede de escolas especializadas no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, com base nos dispositivos constitucionais, em especial o art. 227, <i>caput</i> , e o art. 60 das Disposições Transitórias.	Arquivado (R. I., art. 332)
356/89	Pompeu de Sousa	Dispõe sobre denúncias de irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.	À Câmara em decisão terminativa
358/89	Nelson Carneiro	Dispõe sobre as sociedades de economia mista,	Arquivado (R. I., art. 332)
359/89	Mendes Canale	Dispõe sobre a criação do Programa de Ecodeenvolvimento do Pantanal (Propantanal).	Arquivado (R. I., art. 332)
360/89	Gomes Carvalho	Dispõe sobre o "Programa de Cesta Básica da Alimentação" ao trabalhador.	Arquivado (R. I., art. 332)
361/89	José Ignácio Ferreira	Define como crime contra a administração pública os atos que menciona e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
363/89	Ronan Tito	Isenta da quota de contribuição patronal à Previdência Social as entidades de fins filantrópicos, reconhecidas de utilidade pública, cujos membros de suas diretorias não percebem remuneração.	Arquivado (R. I., art. 332)
364/89	Ronan Tito	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de Peçanha, Estado de Minas Gerais,	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
365/89	Gerson Camata (Complementar)	Fixa critério para estimativa da população municipal para efeito de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios.	Arquivado (R. I., art. 332)
366/89	João Lobo (Complementar)	Estabelece critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).	Arquivado (R. I., art. 332)
367/89	Moisés Abrão	Dispõe sobre eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos novos municípios criados pelas Constituições Estaduais.	Rejeitado (§ 1º do art. 101)
368/89	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia.	À Câmara em decisão terminativa
369/89	Nelson Carneiro	Dispõe sobre os serviços notariais e de registro.	Prejudicado
370/89	Marco Maciel	Estabelece normas para o uso de técnicas de engenharia genética para a construção, manipulação, circulação e liberação de moléculas de DNA recombinante e de organismos e vírus que os contenham e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
371/89	Silvio Name	Caracteriza a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes considerados hediondos, tornando eficaz o inciso XLIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.	Prejudicado
372/89	Maurício Corrêa (Complementar)	Dispõe sobre as imunidades tributárias referentes às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.	Arquivado (R. I., art. 332)
373/89	Alacoque Bezerra	Dispõe sobre piso salarial para o início da carreira do magistério público nos níveis fundamental e médio, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
374/89	Márcio Lacerda	Declara o pantanal mato-grossense área reservada para os fins e usos especiais que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
375/89	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre o controle das acumulações previstas no art. 37, inciso XVI, da Constituição, e dá outras providências.	Rejeitado (R. I., art. 101, § 1º)
376/89	Mansueto de Lavor	Dispõe sobre a criação da Fundação Cebrae, e dá outras providências.	À Câmara
377/89	Fernando Henrique Cardoso	Altera dispositivos da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 e do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
379/89	Márcio Lacerda	Dispõe sobre o uso do selo especial de controle de que trata a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.	Arquivado (R. I., art. 332)
380/89	Jamil Haddad	Dispõe sobre pagamento de pensões alimentícias.	Arquivado (R. I., art. 332)
382/89	Marcos Mendonça	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, destinando área exclusiva à edificação de Centro de Convivência de Idosos.	Arquivado (R. I., art. 332)
383/89	Márcio Lacerda	Modifica o § 2º do art. 77 da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
385/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre registro de entidades sindicais e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
386/89	Odacir Soares	Define como crime contra o livre exercício do Poder Legislativo a ofensa à integridade corporal ou à saúde de parlamentar e dá outras providências.	Rejeitado decisão terminativa
387/89	Alacoque Bezerra	Dispõe sobre a merenda escolar e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
388/89	Francisco Rollemberg	Altera o art. 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias" para reduzir o número de assinaturas necessárias à aprovação da Convenção de Condomínio.	A Câmara em decisão terminativa
390/89	Jutahy Magalhães	Cria o Conselho de Estudos Técnicos da Aviação Civil.	A Câmara em decisão terminativa
391/89	Francisco Rollemberg	Proíbe o uso de pneus recapados nos casos que especifica e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
392/89	Marcos Mendonça	Regulamenta o art. 143, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre o serviço alternativo ao serviço militar obrigatório.	Arquivado (R. I., art. 332)
393/89	Carlos De'Carli	Dispõe sobre o cancelamento de débitos para com a Fazenda Nacional.	Arquivado (R. I., art. 332)
394/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
395/89	Marco Maciel	Regulamenta a execução do disposto no art. 14, itens I, II e III, da Constituição Federal.	Arquivado (R. I., art. 332)
396/89	Márcio Lacerda	Altera dispositivos legais sobre crimes contra a economia popular e o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
397/89	Francisco Rollemberg	Estabelece correção monetária mensal para as contas individuais do Fundo de Participação PIS-Pasep e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
398/89	Leite Chaves	Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
399/89	José Ignácio Ferreira	Adiciona parágrafo ao art. 11 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para permitir deduções do rendimento bruto auferido por profissionais autônomos, nas condições que menciona.	Arquivado (R. I., art. 332)
400/89	José Ignácio Ferreira	Altera dispositivo da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
401/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a prestação do serviço cívico e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
402/89	Ferreira José Ignácio	Regulamenta o art. 10 e o inciso VII do art. 194 da Constituição Federal, dispondo sobre a participação dos trabalhadores, empresários e aposentados nas instituições integrantes do Sistema de Seguridade Social.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
403/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre o Relatório do Impacto Sócio-Econômico-RISE, a ser exigido como condição prévia para instalações industriais e de serviços de médio e grande porte, designa as agências administrativas e estabelece ritos, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
404/89	Márcio Lacerda	Altera o art. 32 do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, para incluir a obrigatoriedade da impressão de logotipo da entidade ou órgão da Administração, e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
405/89	Márcio Lacerda	Torna obrigatória a publicação de despesas com publicidade realizadas pela União Federal.	À Câmara em decisão terminativa
406/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre a proibição de venda da cola de sapateiro para menores de 18 anos, e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
407/89	Marcos Mendonça	Altera a Lei nº 5.357, de 17 de novembro de 1967, que estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lancem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
408/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre o exercício da profissão de Barbeiro e Cabeleireiro, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
409/89	Marcos Mendonça	Destina recursos para programas de assistência aos idosos, através do Fundo de Apoio de Desenvolvimento Social — FAS, mediante contribuição sobre os prêmios líquidos da Loteria Federal e dos concursos de prognósticos federais (Loteria Esportiva e Loteria de Números — LOTO e SENA).	Arquivado (R. I., art. 332)
410/89	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a política nacional de salários, observado o disposto na Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
411/89	Márcio Lacerda	Altera, de um para dois anos, o prazo fixado no art. 39 da Lei nº 6.649, de 1979.	Arquivado (R. I., art. 332)
412/89	Marcos Mendonça	Institui o ensino obrigatório de Geriatria nas faculdades de ciência da saúde.	Rejeitado (art. 101 § 1º do RI)
413/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre débitos devidos nos processos trabalhistas.	Arquivado (R. I., art. 332)
414/89	Marcos Mendonça	Cria fundos de melhoria do transporte urbano público, revoga as Leis nºs 7.418/85, 7.619/87 e art. 8º da Lei nº 7.855/89, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
415/89	Antonio Luiz Maya	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Porto Nacional, no Estado de Tocantins, e dá outras providências.	À Câmara em decisão terminativa
416/89	Marcos Mendonça	Introduz alteração no caput do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, com o objetivo de fixar em 16 anos completos a idade mínima para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.	Arquivado (R. I., art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
417/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre a instalação de tubos de escape na parte superior dos caminhões e ônibus.	Arquivado (R. I., art. 332)
418/89	Marcos Mendonça	Dá nova redação a dispositivo que menciona, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (R. I., art. 332)
419/89	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a participação dos empregados na gestão das empresas, e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
420/89	Carlos De'Carli	Institui o Dia Nacional de Preservação da Amazônia.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/90	Fernando Henrique Cardoso	Estabelece correção monetária para pagamento de salários e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
2/90	Fernando Henrique Cardoso	Regulamenta a função social da propriedade rural e a execução da reforma agrária.	Arquivado (R. I., art. 332)
3/90	Hugo Napoleão	Restabelece a dedução do Imposto de Renda para os programas de alfabetização.	Arquivado (R. I., art. 332)
4/90	Jarbas Passarinho (complementar) tramita em conj. com o PLC 3/90	Dispõe sobre inelegibilidades e dá outras providências.	Prejudicado pela decisão do PLC nº 3/90
5/90	Afonso Sancho	Dispõe sobre a progressão funcional na carreira do magistério superior e dá outras providências.	Em tramitação
6/90	Maurício Corrêa	Dispõe sobre o livre acesso às praias de terrenos de marinha e seu uso público.	Arquivado (R. I., art. 332)
7/90	Meira Filho	Libera a entrada de mercadorias estrangeiras no País e dá outras providências.	Arquivado (R. I., art. 332)
8/90	Louremberg Nunes Rocha	Estabelece tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, creditício e de desenvolvimento empresarial para as microempresas e empresas de pequeno porte, cria o Fundo de Desenvolvimento Empresarial e dá outras providências.	Retirado pelo autor
9/90	Humberto Lucena (Complementar)	Regula, parcialmente, os incisos II e III do art. 161 da Constituição, fixando prazo para a entrega das parcelas tributárias pertencentes aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios e cominando penalidades aos inadimplentes.	Arquivado (R. I., art. 332)
10/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a eleição de representante dos trabalhadores.	Arquivado (Art. 332, RI)
11/90	Pompeu de Sousa	Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
12/90	Cid Sabóia de Carvalho (Tramitação conjunta com PLS 248/89 e PLC 54/89)	Regulamenta o ingresso do deficiente no Serviço Público e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
13/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre o trabalho noturno e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
14/90	Marco Maciel	Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
15/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre as normas aplicáveis ao processo de dissídio coletivo.	Arquivado (Art. 332, RI)
16/90	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a discriminação das parcelas que compõem a prestação dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação.	Arquivado (Art. 332, RI)
17/90	Pompeu de Sousa	Dispõe sobre o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
18/90	Marcio Lacerda	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 7.682, de 2 de dezembro de 1988, para vedar a intermediação de instituição financeira ou sociedade seguradora no seguro habitacional.	Arquivado (Art. 332, RI)
19/90	Jamil Haddad	Dispõe sobre garantias dos depósitos em caderneta de poupança.	Arquivado (Art. 332, RI)
20/90	Severo Gomes (Complementar)	Institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros, e dá outras providências.	Retirado pelo autor
21/90	Jarbas Passarinho (Complementar)	Dispõe sobre inelegibilidade e dá outras providências.	A Câmara Lei Complementar nº 64, de 18-5-90, com veto parcial
22/90	Olavo Pires (Complementar)	Altera o art. 36 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.	Arquivado (Art. 332, RI)
23/90	João Menezes	Compatibiliza os interesses dos trabalhadores com as necessidades das empresas em situação difícil.	Rejeitado
24/90	Francisco Rollemberg	Introduz modificações na Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.	Arquivado (Art. 332, RI)
25/90	Odacir Soares	Determina a remuneração diária dos saldos em contas correntes.	Arquivado (Art. 332, RI)
26/90	Humberto Lucena	Dispõe sobre a prorrogação, por dois anos, do vencimento dos contratos de financiamento agrícola a pequenos e médios produtores rurais do semi-árido do Nordeste e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
27/90	Mário Covas	Institui renda mensal vitalícia em favor das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos, nos termos do art. 203, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
28/90	João Menezes	Reduz as alíquotas de impostos federais nas aquisições de computadores quando feitas por escolas e universidades públicas ou privadas, para uso nas suas atividades essenciais.	Arquivado (Art. 332, RI)
29/90	João Menezes	Isenta dos impostos federais o material didático, quando adquirido por bibliotecas, escolas e universidades públicas e privadas, para uso em suas atividades essenciais.	Arquivado (Art. 332, RI)
30/90	Alfredo Campos	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação dos vencimentos, salários, soldos, gratificações, vantagens, adicionais, verbas de representação, comissões, <i>jetons</i> , ajudas de custo, diárias, acréscimos pecuniários, remuneração e toda e qualquer forma de retribuição pecuniária na administração pública direta, indireta, inclusive a supervisionada e a vinculada, ou fundacional, dos Poderes Federais, e no Ministério Público da União.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
31/90	Francisco Rollemberg	Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei n.º 8.024, de 12 de abril de 1990, que institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências, remunerando-se os demais.	Arquivado (Art. 332, RI)
32/90	Mário Covas	Dispõe sobre a proteção de trabalho da mulher, nos termos do art. 7º, XX, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
33/90	Ney Maranhão	Dispõe sobre a venda de terras das pessoas físicas e jurídicas em débito com a União, dando-lhes destinação social, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
34/90	Marcio Lacerda	Regulamenta o art. 208, IV, da Constituição Federal, criando o Programa Nacional de Educação das Crianças de zero a seis anos de idade, em creches e pré-escolas, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
35/90	Marcio Lacerda (Complementar)	Dispõe sobre o adicional ao Imposto de Renda, de que trata o inciso II do art. 155 da Constituição Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
36/90	Cid Sabóia de Carvalho	Dispõe sobre admissão e demissão de servidores públicos em período eleitoral e dá outras providências.	A Câmara
37/90	Francisco Rollemberg (Complementar)	Regulamenta o inciso VII do art. 193 da Constituição Federal que dispõe sobre critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.	Arquivado (Art. 332, RI)
38/90	Ney Maranhão (Ver PLS nº 344/89)	Dispõe, com fundamento no inciso 8º do art. 23 da Constituição Federal, sobre a obrigatoriedade de órgãos da administração pública federal realizarem suas compras na Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
39/90	Affonso Camargo	Altera a Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, que dispõe sobre o registro genealógico de animais domésticos, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
40/90	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a transferência de titularidade de contas e depósitos denominados em cruzados novos.	Arquivado (Art. 332, RI)
41/90	Edison Lobão	Altera a Lei nº 7.988, de 28 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a redução de incentivos fiscais.	Arquivado (Art. 332, RI)
42/90	Mário Covas	Torna obrigatória na propaganda eleitoral divulgada pelas emissoras de televisão, a apresentação ao vivo dos candidatos e/ou pessoas devidamente credenciadas.	A Câmara em decisão terminativa
43/90	Francisco Rollemberg	Altera o art. 294 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	A Câmara em decisão terminativa
44/90	Mário Covas	Disciplina o regime de trabalho da categoria dos trabalhadores domésticos, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
45/90	Nélson Wedekin	Regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, dispondo sobre eleições diretas para Presidente dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
46/90	Mauro Benevides	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União, das Autarquias, dos Territórios Federais e das Fundações Públicas, previsto no art. 39 da Constituição, e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa
47/90	Governador de Roraima	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 5.800.000,00 (cinco bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros).	A sanção do Governador Lei nº 2, de 7-6-90
48/90	Humberto Lucena	Isenta do Imposto de Renda o lucro imobiliário de imóvel residencial e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
49/90	Jamil Haddad	Define o crime de abandono de gestante.	Arquivado (Art. 332, RI)
50/90	Odacir Soares	Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro e dá outras providências.	A Câmara
51/90	Mauro Benevides	Altera dispositivos da Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989 e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
52/90	Marcio Lacerda	Torna obrigatório o ensino sobre drogas entorpecentes e psicotrópicas nas escolas públicas e privadas de 1º e 2º graus.	Arquivado (Art. 332, RI)
53/90	Marcio Lacerda	Estabelece que a Comissão Mista do Congresso poderá, nas condições que especifica, requisitar extratos de contas bancárias e cópias das declarações de bens e de renda de pessoas indiciadas em processo por crime de tráfico de drogas.	Arquivado (Art. 332, RI)
54/90	Humberto Lucena	Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço para estabilidade.	Arquivado (Art. 332, RI)
55/90	José Ignácio Ferreira	Dá nova redação à Seção IV, do Capítulo II, do Título VIII, da Consolidação das Leis do Trabalho.	A Câmara em decisão terminativa
56/90	Francisco Rollemberg	Dá nova redação ao art. 13 da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.	Arquivado (Art. 332, RI)
57/90	José Ignácio Ferreira	Altera a redação da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino médio ou superior.	Arquivado (Art. 332, RI)
58/90	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o arrendamento compulsório de parcelas de imóvel rural, para os efeitos que especifica.	Arquivado (Art. 332, RI)
59/90	Ney Maranhão (Tramitação conjunta com os PLS nºs 20/84, 309/85, 220/86, 382 e 409/89)	Dispõe sobre assistência do idoso.	Arquivado (Art. 332, RI)
60/90	Alfredo Campos	Dispõe sobre a preferência dos créditos relativos a depósitos e aplicações financeiras.	Arquivado (Art. 332, RI)
61/90	Francisco Rollemberg	Dá nova redação ao § 1º do art. 6º da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.	Arquivado (Art. 332, RI)
62/90	Jutahy Magalhães	Fixa critérios para a divulgação de resultado de pesquisa de opinião pública e dá outras providências.	Em tramitação
63/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a proteção do salário contra a retenção dolosa e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
64/90	Maurício Corrêa	Prorroga o prazo de vencimento do registro provisório de partidos com representação parlamentar, federal ou estadual.	A Câmara Lei nº 8.054, de 21-6-90
65/90	Maurício Corrêa	Regulamenta a profissão de Ortoptista e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
66/90	Maurício Corrêa	Acrescenta § 5º ao art. 6º da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.	Retirado pelo autor
67/90	Aluizio Bezerra	Altera os limites do Parque Nacional da Serra do Divisor, criado pelo Decreto nº 97.839, de 16 de junho de 1989.	Arquivado (Art. 332, RI)
68/90	Maurício Corrêa	Concede benefícios aos ex-integrantes do Batalhão de Suez e dá outras providências.	Retirado pelo autor
69/90	João Menezes (Complementar)	Dispõe sobre o sistema previdenciário privado a que se refere o art. 192, inciso II da Constituição Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
70/90	Governador de Roraima	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 8.595.000.000,00.	A sanção do Governo
71/90	Fernando Henrique Cardoso	Institui a lei de reclamações sobre serviços públicos.	Arquivado (Art. 332, RI)
72/90	Fernando Henrique Cardoso	Estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
73/90	Leite Chaves	Veda aos empregados ou dirigentes de entidades da administração federal indireta a percepção de retribuição mensal superior ao valor da remuneração mensal fixada para Ministro de Estado.	Arquivado (Art. 332, RI)
74/90	Fernando Henrique Cardoso	Regula o inciso XXVII do art. 7º da Constituição Federal, que trata de proteção ao trabalhador em face da automação e determina outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
75/90	Marco Maciel	Dispõe sobre a ação civil de responsabilidade pelo não-oferecimento do ensino obrigatório gratuito ou sua oferta irregular, nos termos do art. 208, § 2º, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
76/90	Humberto Lucena (Complementar)	Institui empréstimo compulsório sobre valores retidos com base na Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
77/90	Francisco Rollemberg	Veda a acumulação de prêmios, em loterias de sorteios e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
78/90	Ronaldo Aragão	Dispõe sobre normas aplicáveis à merenda escolar.	Arquivado (Art. 332, RI)
79/90	Pompeu de Sousa	Dispõe sobre o financiamento, pela União dos sistemas de educação e de saúde do Distrito Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
80/90	Alberto Hoffmann	Dispõe sobre os serviços de saúde em âmbito municipal, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
81/90	Ronaldo Aragão	Dispõe sobre normas aplicáveis aos consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens móveis duráveis ou bens imóveis.	Arquivado (Art. 332, RI)
82/90	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a fiscalização das relações do trabalho e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
83/90	Fernando Henrique Cardoso	Regulamenta o art. 223 da Constituição Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
84/90	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre os crimes de sonegação fiscal e de apropriação indébita de tributos, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
85/90	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a realização de exames de proficiência para a inscrição de profissionais nos Conselhos Regionais de Fiscalização do Exercício Profissional e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
86/90	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a política Nacional de salários e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
87/90	Dirceu Carneiro	Dispõe sobre a doação de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para fins terapêuticos e científicos e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
88/90	Odacir Soares	Dispõe sobre a exploração dos serviços de telecomunicações.	A Câmara
89/90	Fernando Henrique Cardoso	Determina a seleção objetiva de pessoas submetidas à fiscalização de tributos federais e equipara ao crime de prevaricação a interferência contrária por autoridades políticas e administrativas.	Em tramitação
90/90	Humberto Lucena	Altera a legislação sobre imposto de renda e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
91/90	João Menezes	Permite, sob condições, a existência de contas bancárias em moeda estrangeira e reduz as emissões para aquisição de divisas em excesso.	Arquivado (Art. 332, RI)
92/90	Leite Chaves	Altera a Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, e torna obrigatório o exame de Ordem para admissão no quadro de advogados.	Em tramitação
93/90	Dirceu Carneiro	Dispõe sobre o afastamento de servidores federais eleitos para diretoria de associação de acionistas minoritários de empresas sob controle da União.	Arquivado (Art. 332, RI)
94/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
95/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
96/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
97/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
98/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Porto Velho, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
99/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
100/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Presidente Médici, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
101/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cacoal, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
102/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Colorado do Oeste, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
103/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ouro-Preto do Oeste, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
104/90	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Jaru, no Estado de Rondônia.	Arquivado (Art. 332, RI)
105/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a política nacional de salários, observado o disposto na Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
106/90	Odacir Soares	Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
107/90	Humberto Lucena	Dispõe sobre noticiário do Poder Legislativo nas emissoras oficiais de rádio e televisão e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
108/90	Ronaldo Aragão	Altera a Lei nº 8.000, de 13 de março de 1990.	Arquivado (Art. 332, RI)
109/90	Odacir Soares	Dispõe sobre o controle da poluição do ar atmosférico por veículos automotores e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
110/90	Pompeu de Sousa	Proíbe a exigência, a aceitação e a concessão de garantia pessoal, nas condições que menciona, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
111/90	Francisco Rollemberg	Veda a utilização de tabelas códigos como forma de estabelecimento de preços de bens ou serviços e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
112/90	Comissão de Assuntos Sociais	Fixa diretrizes para a política nacional de assistência ao idoso e dá outras providências.	A Câmara
113/90	Francisco Rollemberg	Dá nova redação ao art. 22, inciso I, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
114/90	Ronaldo Aragão (Complementar)	Altera a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.	Arquivado (Art. 332, RI)
115/90	Leite Chaves	Determina a realização de plebiscito para reabertura, ou definitivo fechamento da "Estrada do Colono", no Parque Nacional do Iguaçu, Estado do Paraná.	Arquivado (Art. 332, RI)
116/90	Marco Maciel	Regulamenta o art. 185 da Constituição da República e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
117/90	Odacir Soares	Estabelece a competência do Senado Federal para aprovar a escolha dos titulares dos cargos que especifica.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
118/90	Nelson Carneiro	Declara de utilidade pública os serviços de rádioamador e radiocidadão.	A Câmara
119/90	Jutahy Magalhães	Estabelece a obrigatoriedade da apresentação anual de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções da administração direta e indireta.	Arquivado (Art. 332, RI)
120/90	Jutahy Magalhães	Revoga disposições da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, atentatórias à economia de mercado no comércio de veículos automotores de via terrestre.	Arquivado (Art. 332, RI)
121/90	Teotônio Vilela Filho	Estabelece normas para a elaboração da matriz energética nacional, dispõe sobre a formulação do plano plurianual de investimentos na parte referente à energia e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
122/90	Iram Saraiva	Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
123/90	Ronan Tito	Prorroga o prazo de vigência da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis para uso como táxi, de caminhões e utilitários para transportes de carga por transportador autônomo e de veículos para uso de deficientes físicos.	Arquivado (Art. 332, RI)
124/90	Márcio Lacerda	Estende os direitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço aos empregados domésticos e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
125/90	Teotônio Vilela Filho	Fixa diretrizes para conservação de energia e dá outras providências.	Em tramitação
126/90	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a baixa de veículos vendidos como sucata e dá outras providências.	Em tramitação
127/90	Governador do Amapá	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 12.841.239.000,00.	A sanção do governador
128/90	João Lobo	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que “institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores imobiliários e dá outras providências”.	A Câmara Veto total
129/90	Márcio Lacerda	Dispõe sobre atividades conflitantes do trabalho de ex-servidores públicos e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
130/90	Francisco Rollemberg	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que “dispõe sobre crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII da Constituição Federal”.	Arquivado (Art. 332, RI)
131/90	Márcio Lacerda	Altera o art. 16 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que “define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor”.	Arquivado (Art. 332, RI)
132/90	Márcio Lacerda	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dispõe sobre a execução do inciso XII do art. 5º, parte final, da Constituição Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
133/90	Francisco Rollemberg	Institui o seguro especial obrigatório por danos causados ao meio ambiente.	Arquivado (Art. 332, RI)
134/90	Márcio Lacerda	Dá nova redação ao caput do art. 4º do Decreto-Lei nº 368, de 18 de dezembro de 1968.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
135/90	Edison Lobão	Estabelece, como reservados a pessoas portadoras de deficiência física, o percentual de 5 a 8% dos cargos e empregos públicos e define os critérios de sua admissão.	Arquivado (Art. 332, RI)
136/90	Márcio Lacerda	Dá nova redação ao inciso III do art. 484 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.931, de 11 de dezembro de 1941).	A Câmara em decisão terminativa
137/90	Edison Lobão	Autoriza a União a transferir a sede das Centrais Elétrica do Norte do Brasil S/A — ELETRO-NORTE, para o Estado do Maranhão.	Arquivado (Art. 332, RI)
138/90	Edison Lobão	Autoriza o Poder Executivo a transferir a sede do Pro-Álcool para São Luiz, no Estado do Maranhão.	Arquivado (Art. 332, RI)
139/90	Edison Lobão	Altera a Lei n.º 6.576, de 30 de setembro de 1978, que "dispõe sobre a proibição do abate de açazeiro em todo o território nacional e dá outras providências".	Arquivado (Art. 332, RI)
140/90	Edison Lobão	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, aos produtos e mercadorias que especifica e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
141/90	Edison Lobão	Autoriza a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Parnaíba.	Arquivado (Art. 332, RI)
142/90	Edison Lobão	Autoriza a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, a construir uma refinaria de petróleo no Estado do Maranhão.	Arquivado (Art. 332, RI)
143/90	Gerson Camata	Revoga os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 13, os itens V, VI e VIII do art. 19 e o art. 20, todos da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.	Arquivado (Art. 332, RI)
144/90	Marco Maciel	Faculta ao empregado e servidor público a percepção do 13º salário em parcelas duodecimais, depositadas em caderneta de poupança.	Arquivado (Art. 332, RI)
145/90	Edison Lobão	Inclui entre os crimes a prática de atos resultantes de preconceitos de cor, raça ou religião.	Arquivado (Art. 332, RI)
146/90	Edison Lobão	Cria a Região Metropolitana de São Luiz.	Rejeitado (Art. 101, § 1º do RI)
147/90	Edison Lobão	Cria o Instituto Nacional de Pesquisas Alternativas Energéticas do Nordeste, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
148/90	Wilson Martins	Altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, revoga a Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988 e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
149/90	Márcio Lacerda	Dispõe sobre o adicional de remuneração para as atividades penosas e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
150/90	Alfredo Campos (Complementar)	Dispõe sobre a criação de estado e território.	Arquivado (Art. 332, RI)
151/90	Márcio Lacerda	Altera a legislação do Programa Seguro-Desemprego e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
152/90	Francisco Rollemberg	Altera os arts. 16, 17 e 18 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que "Institui o Código de Processo Civil".	Arquivado (Art. 332, RI)
153/90	Francisco Rollemberg	Regulamenta o item VI do art. 192 da Constituição, que estabelece a "criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos, até determinado valor, vedada a utilização de recursos da União", e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
154/90	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a conversão para cruzeiros, de saldos de depósitos em conta corrente em cruzados novos.	Arquivado (Art. 332, RI)
155/90	Governador do Amapá	Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Amapá para o exercício financeiro de 1991.	A sanção do Governador
156/90	Márcio Lacerda	Define crimes contra atos atentatórios dos direitos e liberdades fundamentais.	Arquivado (Art. 332, RI)
157/90 (Complementar)	Márcio Lacerda	Estabelece proteção à relação de emprego contra despedida arbitrária, inclusive nos casos especiais em que é expressamente vedada, exceto por justa causa, determina as indenizações compensatórias e outros direitos, consoante o disposto no inciso I do art. 7º da Constituição Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
158/90	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o parcelamento do débito, em cruzeiros, de proprietário de imóvel residencial financiado por instituição do Sistema Financeiro de Habitação — SFH, quando não possuir cruzados novos suficientes para quitar integralmente o seu saldo devedor.	Arquivado (Art. 332, RI)
159/90	Márcio Lacerda	Altera os arts. 160, 163, 164 e 165 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, criando a Comissão Interna de Saúde e exige a regularidade das empresas quanto aos aspectos de segurança, higiene ambiental e medicina do trabalho para contratarem com o poder público.	Arquivado (Art. 332, RI)
160/90	Affonso Camargo	Altera dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito.	Arquivado (Art. 332, RI)
161/90	Jamil Haddad	Dispõe sobre a organização de quadros de aeronautas em carreira e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
162/90	Francisco Rollemberg	Acrescenta parágrafo ao art. 25 da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos e Diversões, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
163/90	Leite Chaves	Estabelece prazo para os mandatos dos atuais Governadores dos Estados de Roraima e Amapá.	A Câmara em decisão terminativa
164/90	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao Capítulo IV da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 — Lei de Imprensa — que regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação.	Arquivado (Art. 332, RI)
165/90	Francisco Rollemberg	Acrescenta parágrafos aos arts. 1.553 do Código Civil e 91 do Código Penal.	Em tramitação
166/90	Odacir Soares	Regulamenta o art. 174, §§ 3º e 4º da Constituição.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
167/90	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o contrato de franquia empresarial e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
168/90	Francisco Rollemberg	Revoga a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.	Arquivado (Art. 332, RI)
169/90	Governador de Roraima	Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 1991.	A sanção do Governador
170/90	Maurício Corrêa	Autoriza a conversão de cruzados novos retidos no Banco Central para a aquisição de veículos para uso na atividade de transporte autônomo de passageiros (táxis).	Arquivado (Art. 332, RI)
171/90	José Paulo Bisol	Institui o Fundo Nacional de Terras e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
172/90	Leite Chaves	Estabelece normas para conversão da dívida externa brasileira e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
173/90	Irapuan Costa Júnior	Determina a indisponibilidade dos bens do seqüestrado e de seus parentes até o quarto grau em caso de seqüestro e de extorsão mediante seqüestro.	Arquivado (Art. 332, RI)
174/90	Marco Maciel	Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
175/90	Wilson Martins	Disciplina a criação de loterias, a distribuição de prêmios e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
176/90	Marco Maciel	Cria o Conselho Curador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e do Programa de Integração Social (PIS) e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
177/90	Francisco Rollemberg	Estabelece normas para a propaganda eleitoral gratuita e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
178/90	Jutahy Magalhães	Revoga o parágrafo único do art. 106 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).	Em tramitação
179/90	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública.	A Câmara em decisão terminativa
180/90	Marco Maciel	Restabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	A Câmara Lei nº 8.172, de 18-1-91, promulgada pelo Presidente do Senado
181/90	Francisco Rollemberg	Altera dispositivos da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, que dispõe sobre o cheque, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
182/90	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional de energia elétrica e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
183/90	Márcio Lacerda	Regula o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, que dispõe sobre o tratamento preferencial a ser dado à empresa brasileira de capital nacional, na aquisição de bens e serviços pelo poder público.	Arquivado (Art. 332, RI)
184/90	Márcio Lacerda	Define crime de abuso do poder econômico e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
185/90	Francisco Rollemberg	Extingue a parte de cruzeiro denominada centavo e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
186/90	Márcio Lacerda	Dá nova redação aos artigos que menciona dos capítulos II, III e IV do Título V do Livro I da Parte Geral do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1961).	Arquivado (Art. 332, RI)
187/90	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a conversão de saldos das contas do FGTS.	Arquivado (Art. 332, RI)
188/90	Márcio Lacerda	Altera dispositivos da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
189/90	Francisco Rollemberg	Torna disponíveis, até o limite individual de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), valores financeiros retidos pela Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.	Arquivado (Art. 332, RI)
190/90	Mansueto de Lavor	Estabelece critérios e mecanismos para a concessão de incentivos ao desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
191/90	Governador de Roraima	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 1.544.000.000,00 (um bilhão e quinhentos e quarenta e quatro milhões de cruzeiros).	À sanção do Governador
192/90	Marco Maciel	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia.	Arquivado (Art. 332, RI)
193/90	Mário Maia	Regulamenta a organização do mercado nacional de borrachas vegetais.	Arquivado (Art. 332, RI)
194/90	Márcio Berezoski	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
195/90	Humberto Lucena	Prorroga o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis de passageiros.	Arquivado (Art. 332, RI)
196/90	Raimundo Lira	Isenta os servidores públicos, civis e militares do pagamento de multa, juros e correção monetária nos casos que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
197/90	Francisco Rollemberg	Estabelece normas de proteção à saúde dos trabalhadores de biotérios, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
198/90	Márcio Lacerda	Fixa limites para aplicações e resgates em fundos de aplicação a curto prazo.	Arquivado (Art. 332, RI)
199/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a contagem de votos, nas eleições, pela mesa receptora e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
200/90 (Complementar)	Odacir Soares	Constitui a Região de Desenvolvimento da Fronteira Oeste, elege seus instrumentos de planejamento e governo, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
201/90	Márcio Lacerda	Regula o direito de obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.	Arquivado (Art. 332, RI)
202/90	Márcio Lacerda	Regulamenta o disposto no inciso XLI do art. 5º da Constituição Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
203/90	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre necrópsia como método de diagnóstico médica e de investigação médico-legal, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
204/90	Odacir Soares	Dispõe sobre o cancelamento de penas disciplinares aplicadas a servidor público federal e sobre o abono de faltas.	Arquivado (Art. 332, RI)
205/90	Márcio Lacerda	Dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
206/90	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a garantia dos depósitos em caderneta de poupança.	Arquivado (Art. 332, RI)
207/90	Humberto Lucena	Dispõe sobre a equivalência salarial nos reajustes de aluguéis.	Arquivado (Art. 332, RI)
208/90	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
209/90	Márcio Lacerda	Dispõe sobre o reconhecimento das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
210/90	Francisco Rollemberg	Acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, que dispõe sobre prisão temporária, para autorizá-la nos casos de furto que especifica.	Arquivado (Art. 332, RI)
211/90	Raimundo Lira	Prorroga a vigência da Lei nº 8.000, de 13 de março de 1990, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis de passageiros, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
212/90	Francisco Rollemberg	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	Arquivado (Art. 332, RI)
213/90	Nelson Wedekin	Assegura aos eleitores, no dia das eleições, transporte gratuito, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
214/90	Severo Gomes	Condiciona a importação de produtos químicos à permissão do seu uso no País de origem.	Arquivado (Art. 332, RI)
215/90	Raimundo Lira	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Arquivado (Art. 332, RI)
216/90	Odacir Soares	Concede isenção do imposto de importação a equipamentos e materiais desportivos, nas condições que menciona.	Arquivado (Art. 332, RI)
217/90	Márcio Berezoski	Dispõe sobre a concessão de transporte coletivo gratuito nos dias de eleições.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
218/90	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o livro didático reutilizável para os cursos de ensino fundamental e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
219/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre normas relativas a compras governamentais e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
220/90	Nelson Wedekin	Altera a redação do art. 14 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.	Arquivado (Art. 332, RI)
221/90	Francisco Rollemberg	Torna indisponíveis os veículos envolvidos em acidentes de trânsito.	Arquivado (Art. 332, RI)
222/90	Márcio Lacerda	Dispõe sobre o exercício da atividade econômica de venda de bilhetes lotéricos.	Arquivado (Art. 332, RI)
223/90	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Lei nº 6.877, de 9 de dezembro de 1980, para o fim de incluir entre os seus beneficiários os Agentes de Fiscalização.	Arquivado (Art. 332, RI)
224/90	Francisco Rollemberg	Altera a Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Arquivado (Art. 332, RI)
225/90	Jutahy Magalhães	Revoga o § 3º do art. 20 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informações, e o inciso II do § 3º do art. 138 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal.	Arquivado (Art. 332, RI)
226/90	Nelson Wedekin	Dá nova redação ao § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.	Arquivado (Art. 332, RI)
227/90	Governo do Amapá	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 7.909.635.520 (sete bilhões, novecentos e nove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil e quinhentos e vinte cruzeiros).	Arquivado (Art. 332, RI)
228/90	Márcio Lacerda	Acrescenta inciso ao art. 28 da Lei nº 7.664, de 29 de junho de 1988, que dispõe sobre a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.	Arquivado (Art. 332, RI)
229/90	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a prestação de serviço militar alternativo de que trata o art. 143, § 1º da Constituição Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
230/90	Marco Maciel	Altera o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, que dispõe sobre o regime tributário cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
231/90	Márcio Berezoski	Institui o pagamento de compensação financeira aos municípios em cujos territórios se situam instalações energéticas, industriais ou outras, que utilizem como combustível a energia nuclear, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
232/90	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a mudança de denominação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural — IBPC — para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN.	Arquivado (Art. 332, RI)
233/90	Márcio Lacerda	Dispõe sobre o mandado de segurança coletivo e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
234/90	Francisco Rollemberg	Estabelece critérios de prioridade na admissão e demissão de empregados.	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
235/90	Márcio Lacerda	Altera dispositivos referentes à ação penal privada subsidiária, com vistas a adequá-los ao disposto no art. 5º, inciso LIX da Constituição Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
236/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre o crédito fundiário.	Arquivado (Art. 332, RI)
237/90	Nelson Wedekin	Isenta as entidades filantrópicas declaradas de utilidade pública do pagamento das tarifas de energia elétrica.	Arquivado (Art. 332, RI)
238/90	Márcio Berezoski	Revigora os arts. 72, 75, 76 e 77 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), que dispõem sobre a perda do mandato por infidelidade partidária.	Arquivado (Art. 332, RI)
239/90	Nelson Carneiro	Fixa a jornada de trabalho semanal à categoria profissional de farmacêutico.	Arquivado (Art. 332, RI)
240/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a gratuidade, em transportes coletivos interestaduais, para o idoso carente maior de 65 anos.	Arquivado (Art. 332, RI)
241/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a aposentadoria especial aos digitadores de Processamento de Dados e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
242/90	Mauro Benevides	Dá nova redação ao art. 90 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Arquivado (Art. 332, RI)
243/90	Nelson Wedekin	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, que "dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências".	Arquivado (Art. 332, RI)
244/90	Nelson Wedekin	Inclui a disciplina "Estudos dos Direitos Humanos" no currículo do primeiro e do segundo graus e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
245/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a importação e exportação de alimentos.	Arquivado (Art. 332, RI)
246/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre indenização, pela União, às vítimas de acidentes de trânsito decorrentes da falta de conservação das rodovias federais.	Arquivado (Art. 332, RI)
247/90	Nelson Wedekin	Isenta do Imposto de Renda os rendimentos auferidos a qualquer título por pessoa com idade superior a 65 anos, exceto os de capital.	Arquivado (Art. 332, RI)
248/90	Nelson Wedekin	Regulamenta o inciso VI do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a proteção aos locais de culto e suas liturgias.	Arquivado (Art. 332, RI)
249/90	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a alocação de recursos para o crédito rural.	Arquivado (Art. 332, RI)
250/90	Nelson Wedekin	Define os crimes contra o meio ambiente e respectivas sanções,	Arquivado (Art. 332, RI)
251/90	Márcio Berezoski	Altera o art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984 (Lei da Microempresa).	Arquivado (Art. 332, RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
252/90	Raimundo Lira	Altera a redação do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1986 — Código Nacional de Trânsito — que dispõe sobre a idade mínima para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.	Arquivado (Art. 332, RI)
253/90 (Complementar)	Raimundo Lira	Proíbe a concessão de incentivos fiscais a empresas de propriedade de Membros do Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal, de Presidente e Vice-Presidente da República e de Governador de Estado ou do Distrito Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)
254/90 (Complementar)	Mauro Borges	Institui a Região Administrativa do Planalto, para os efeitos que dispõe o art. 43 da Constituição Federal.	Arquivado (Art. 332, RI)

c) EMENDADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SF	Nº CD	Autor	Ementa	Resultado
122/76	4.597/77	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 586 da CLT.	Em tramitação
145/76	2.942/76	Itamar Franco	Autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A. a transferir para o Museu Mariano Procópio o vagão de transporte pessoal utilizado pelo Imperador D. Pedro II.	Em tramitação
244/79	2.883/80	Amaral Furlan	Altera o título da Seção IV do Título I da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, e acrescenta parágrafo ao seu art. 154.	Em tramitação
151/80	6.503/85	Nelson Carneiro	Disciplina o emplacamento de carros oficiais e dá outras providências.	Em tramitação
274/80	1.613/89	Humberto Lucena	Modifica o art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
83/82	8.595/86	Itamar Franco	Dispensa a realização de vistoria judicial na hipótese que menciona.	Em tramitação
89/83	7.677/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a proibição de caça ao jacaré e dá outras providências.	A sanção veto total
40/84	4.214/84	Nelson Carneiro	Autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados.	Em tramitação
2/88	315/88	Affonso Camargo	Altera dispositivo da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Em tramitação
97/89	3.683/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências.	Lei nº 8.078, de 11-9-90 com veto parcial
163/89	170/89	Fernando Henrique Cardoso	Define, na forma da alínea a do inciso X do art. 155 da Constituição Federal, os produtos semi-elaborados que podem ser tributados pelos estados e Distrito Federal, quando de sua exportação para o exterior.	Em tramitação
176/89	4.086/89	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a política agrícola.	Lei nº 8.171, de 17-1-91 com veto parcial
193/89	5.172/90	Ronan Tito	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Lei nº 8.069, de 13-7-90
50/90	5.405/90	Odacir Soares	Estabelece novas disposições penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro e dá outras providências.	Lei nº 8.072, de 25-7-90 com veto parcial

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos projetos de lei do Senado:

I — Total de Projetos	761
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	507
desta Sessão Legislativa	254
Aprovados e enviados à sanção, desta sessão legislativa	6
Aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	92
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	72
desta Sessão Legislativa	20
Continuam em tramitação	28
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	20
desta Sessão Legislativa	8
Rejeitados	21
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	19
desta Sessão Legislativa	2
Arquivados (art. 332, R.I.)	597
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	384
desta Sessão Legislativa	213
Prejudicados	11
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	10
desta Sessão Legislativa	1
Retirados pelo autor	5
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	1
desta Sessão Legislativa	4
Sobrestado, de Sessões Legislativas anteriores	1
II — Emendados pela Câmara dos Deputados	14
Sendo que:	
continuam em tramitação	9
enviados à sanção	5

3 — PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/66	314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão metalúrgico nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Arquivado (R.I., art. 333)
115/75	1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Arquivado (R.I., art. 333)
49/77	395/75	Altera a redação da letra a do art. 3º da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.	Arquivado (R.I., art. 333)
19/78	838/75	Proíbe a cobrança ao adquirente de casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infra-estrutura urbana.	Arquivado (R.I., art. 333)
37/78	2.252/76	Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Arquivado (R.I., art. 333)
51/78	1.465/75	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
71/78	750/72	Regula a atividade profissional nos jornais de empresas.	Arquivado (R.I., art. 333)
78/78	2.785/76	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 1971, que institui o Código de Propriedade Industrial.	Arquivado (R.I., art. 333)
82/78	2.883/76	Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Arquivado (R.I., art. 333)
131/78	2.961/76	Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
68/79	2.248/76	Define o comportamento exigível às empresas que operam no território nacional sob o controle de capital estrangeiro.	Em tramitação
109/79	4.052/77	Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Arquivado (R.I., art. 333)
25/80	920/79	Define como crime contra a Segurança Nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
49/80	68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas, e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
53/80	1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, acrescentando-lhe novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o quorum para decisões nas reuniões de condomínio, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
96/80	144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Arquivado (R.I., art. 333)
20/81	1.091/79	Altera dispositivos da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, facultando-lhes permitirem ou não, em seus estatutos, a representação de associados nas assembléias gerais.	Arquivado (R.I., art. 333)
49/81	946/79	Dispõe sobre a intervenção e liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área de atuação da Sudene.	Arquivado (R.I., art. 333)
51/81	1.468/79	Dispõe sobre a criação do Instituto de Energia Solar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.	Arquivado (R.I., art. 333)
55/81	1.186/79	Torna obrigatória a licitação nos casos de alienação de bem público e em hipóteses de aquisição ou arrendamento de bem imóvel destinado ao serviço público, introduzindo alterações no Decreto-Lei nº 200, de 1967, que dispõe sobre a organização da administração federal e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
66/81	1.412/79	Dispõe sobre alienação de imóveis da União, nas condições que menciona.	Arquivado (R.I., art. 333)
70/81	10/79	Modifica dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.	Arquivado (R.I., art. 333)
102/81	1.764/79	Dispõe sobre o acesso de interessados a estudos, pesquisas e demais trabalhos realizados e impressos por órgãos públicos, e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
110/81	443/79	Torna obrigatória a existência de alojamento para motoristas nas empresas de ônibus que especifica.	Arquivado (R.I., art. 333)
111/81	2.665/80	Dispõe sobre a admissão de Técnicos de Administração pelas entidades que menciona.	Arquivado (R.I., art. 333)
124/81	3.437/80	Regula o exercício da profissão de Agente da Propriedade Industrial.	Arquivado (R.I., art. 333)
134/81	1.270/79	Introduz alterações no art. 131 do Código Civil Brasileiro e no art. 40 do Código de Processo Penal.	Arquivado (R.I., art. 333)
13/82	204/79	Fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
18/82	2.090/79	Regula o processo de fiscalização, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
25/82	413/79	Autoriza a pessoa física residente na Amazônia Legal a aplicar incentivo fiscal em Fundo para o Desenvolvimento Regional.	Arquivado (R.I., art. 333)
34/82	452/79	Modifica a redação do caput do art. 10 da Lei nº 5.108, de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Arquivado (R.I., art. 333)
37/82	1.299/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Arquivado (R.I., art. 333)
39/82	4.104/80	Acrescenta parágrafo ao art. 668 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Arquivado (R.I., art. 333)
41/82	1.652/79	Altera dispositivos da Lei nº 3.857, de 1960, e a Lei nº 6.533, de 1978, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
56/82	1.078/79	Dá nova redação ao art. 6º do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689, de 1941.	Arquivado (R.I., art. 333)
57/82	2.074/79	Dispõe sobre a execução do Projeto Dom Bosco, resultante das conclusões da comissão parlamentar de inquérito, que investigou o problema da criança e do menor carentes no Brasil.	Arquivado (R.I., art. 333)
71/82	1.630/79	Cria incentivos à teleeducação.	Arquivado (R.I., art. 333)
85/82	882/72	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 2.591, de 1912, que regula a emissão e a circulação de cheques.	Arquivado (R.I., art. 333)
88/82	4.919/81	Acrescenta alínea ao § 2º do art. 9º da Lei nº 6.538, de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.	Arquivado (R.I., art. 333)
96/82	4.596/81	Dispõe sobre normas referentes aos tabelionatos e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
100/82	4.022/80	Introduz alteração no art. 794 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)
101/82	292/79	Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não fumantes, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
102/82	4.697/81	Altera a Lei nº 1.390, de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.	Arquivado (R.I., art. 333)
114/82	1.713/79	Dispõe sobre a utilização obrigatória de fibras de algodão na composição de tecido e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
117/82	5.268/81	Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Arquivado (R.I., art. 333)
119/82	4.698/81	Estabelece a competência do Estado para distribuição de leite a mães e crianças carentes.	Arquivado (R.I., art. 333)
126/82	1.226/79	Dá nova redação ao art. 3º e revoga o art. 5º e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 1.075, de 1970.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
128/82	2.465/79	Dá nova redação ao § 6º e acrescenta § 8º ao art. 6º da Lei nº 5.890, de 1973, dispondo sobre casos de aposentadoria por invalidez.	Arquivado (R.I., art. 333)
138/82	3.226/82	Introduz alterações na Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Arquivado (R.I., art. 333)
142/82	361/79	Altera a redação do art. 556 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)
145/82	2.647/80	Dispõe sobre lançamento de detritos industriais em cursos de água.	Arquivado (R.I., art. 333)
154/82	559/79	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.380, de 1964.	Arquivado (R.I., art. 333)
155/82	3.391/80	Altera a redação do art. 9º do Decreto-Lei nº 891, de 1938, e do art. 4º da Lei nº 5.726, de 1971.	Arquivado (R.I., art. 333)
2/83	3.366/80	Altera o caput do art. 492 da CLT e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (R.I., art. 333)
3/83	3.419/80	Altera o art. 408 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal, relativo à sentença de pronúncia.	Arquivado (R.I., art. 333)
4/83	1.627/79	Institui o salário mínimo profissional dos farmacêuticos, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
5/83	5.356/81	Regulamenta as profissões da área de processamento eletrônico de dados, e dá outras providências.	Em tramitação
14/83	191/79	Torna obrigatória a instalação de dispositivos de proteção à ictiofauna em usinas hidrelétricas.	Arquivado (R.I., art. 333)
15/83	277/79	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, dispondo sobre o pagamento de percentuais ao empregado despedido sem justa causa.	Arquivado (R.I., art. 333)
18/83	1.622/79	Altera a redação do art. 143 da CLT.	Arquivado (R.I., art. 333)
23/83	5.199/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.711, de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.	Arquivado (R.I., art. 333)
29/83	4.616/81	Revoga o art. 6º da Lei nº 3.419, de 1958, e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
32/83	330/79	Dispõe sobre a concessão de financiamentos agrícolas, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
34/83	4.258/80	Introduz alteração no Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, determinando a reserva de parte dos terrenos de marinha para construção de casas de pescadores.	Arquivado (R.I., art. 333)
38/83	3.773/80	Estabelece normas sobre carga e descarga de mercadorias em transporte rodoviário, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
40/83	215/79	Acrescenta dispositivo ao art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
43/83	536/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas à prestação.	Arquivado (R.I., art. 333)
45/83	427/79	Considera insalubre as atividades do pessoal empregado nos serviços de limpeza urbana de coleta e destino de lixo, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
47/83	5.615/81	Introduz alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.	Arquivado (R.I., art. 333)
52/83	197/79	Autoriza os agentes do Sistema Nacional de Crédito Rural a adotarem medidas financeiras emergenciais, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
63/83	1.442/79	Dispõe sobre o afastamento de empregados eleitos para os Conselhos Federais e Regionais de entidades de fiscalização do exercício profissional.	Arquivado (R.I., art. 333)
64/83	1.003/79	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender ao deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	À sanção Lei nº 8.043, de 15-6-90 com veto parcial
65/83	1.916/79	Concede aposentadoria especial ao piloto agrícola e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
68/83	2.009/79	Acrescenta dispositivos aos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que "institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o Sistema Financeiro para a aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências".	Arquivado (R.I., art. 333)
69/83	323/79	Dá nova redação ao inciso VI do art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias".	Arquivado (R.I., art. 333)
72/83	1.180/79	Dispõe sobre a colocação de preços nos invólucros de leite.	Arquivado (R.I., art. 333)
73/83	975/79	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Feira de Santana.	Arquivado (R.I., art. 333)
82/83	1.810/79	Isenta da incidência do Imposto de Renda os proventos da aposentadoria ou reforma.	Arquivado (R.I., art. 333)
92/83	2.984/80	Acrescenta § 3º ao art. 47 da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo.	Arquivado (R.I., art. 333)
95/83	2.580/80	Modifica dispositivos das Leis nºs 4.594, de 1964, e 6.435, de 1977, dispondo sobre Corretores de Seguros.	Arquivado (R.I., art. 333)
99/83	3.358/77	Introduz alterações na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, no que se refere à composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Arquivado (R.I., art. 333)
102/83	3.059/80	Altera o Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
105/83	2.693/80	Dispensa do pagamento de multas e penalidades os cidadãos que deixarem de providenciar, em tempo hábil, os documentos que menciona.	Arquivado (R.I., art. 333)
108/83	2.456/79	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
114/83	1.775/79	Proíbe às agências noticiosas fornecerem notícias aos órgãos de comunicação social com sede no local do fato.	Arquivado (R.I., art. 333)
123/83	3.931/80	Proíbe ao condutor de veículos de transporte coletivo acumular a função de cobrador.	Arquivado (R.I., art. 333)
124/83	1.385/83	Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
126/83	3.657/80	Considera insalubre a atividade profissional do linotipista.	Arquivado (R.I., art. 333)
133/83	4.199/80	Autoriza o Poder Executivo a promover a realização de recenseamentos bianuais em regiões pioneiras.	Arquivado (R.I., art. 333)
135/83	3.816/80	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 605, de 1949, dispondo sobre descontos na remuneração de empregados.	Arquivado (R.I., art. 333)
136/83	3.772/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operam com raios X e substâncias radioativas.	Arquivado (R.I., art. 333)
142/83	4.019/80	Altera a redação do art. 524 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)
145/83	4.077/80	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil, dispondo sobre o pagamento de honorários advocatícios nas ações de mandado de segurança.	Arquivado (R.I., art. 333)
148/83	4.159/80	Dispõe sobre a organização e manutenção de bibliotecas escolares para os níveis de 1º e 2º graus e nível superior.	Arquivado (R.I., art. 333)
150/83	4.791/81	Proíbe a divulgação, em veículo de comunicação social, da fotografia do indiciado ou suspeito de crime ou contravenção, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
151/83	4.748/81	Faculta ao pescador profissional filiar-se à Previdência Social Urbana, na qualidade de autônomo.	Arquivado (R.I., art. 333)
152/83	4.746/81	Altera a redação do art. 201 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (R.I., art. 333)
163/83	5.237/81	Altera a redação do § 5º do art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, elevando o valor da contribuição mínima dos profissionais liberais.	Arquivado (R.I., art. 333)
166/83	3.731/80	Dispensa de qualquer ônus o requerimento de segunda via do título de eleitor, revogando o art. 54 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
167/83	5.419/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, sobre admissão de excepcionais no serviço público civil da União.	Arquivada (R.I., art. 333)
168/83	4.989/81	Disciplina o exercício da profissão de Tecnólogo em Cooperativismo.	Arquivada (R.I., art. 333)
169/83	5.043/81	Assegura ao servidor público o direito de afastar-se de seu cargo ou função, durante a campanha eleitoral, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, introduzindo modificação no Código Eleitoral.	Arquivado (R.I., art. 333)
171/83	5.064/81	Introduz modificações na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, para o fim de estabelecer a participação das Polícias Militares dos estados, territórios e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Trânsito.	Arquivado (R.I., art. 333)
172/83	5.573/81	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar a área de terra onde está localizado o Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte — MG, para a constituição de um parque público.	Arquivado (R.I., art. 333)
175/83	5.670/81	Dispõe sobre a divulgação de documentos sigilosos e a proibição de destruí-los.	Arquivado (R.I., art. 333)
178/83	4.945/81	Dispõe sobre o exercício do magistério no Sistema Braille, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
180/83	3.713/80	Altera a redação do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 — Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Arquivado (R.I., art. 333)
181/83	5.551/81	Dispõe sobre a padronização do boletim de acidentes de trânsito.	Arquivado (R.I., art. 333)
182/83	5.287/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre o condomínio em edificações...” para o fim de determinar a obrigatoriedade de instalação de medidores individuais em todos os serviços públicos remunerados mediante tarifa, em cada unidade autônoma.	Arquivado (R.I., art. 333)
183/83	5.277/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, para o fim de beneficiar também servidoras públicas prejudicadas funcionalmente com a punição imposta a seus maridos.	Arquivado (R.I., art. 333)
184/83	5.704/81	Estabelece as normas a serem cumpridas pelas empresas que exploram os serviços públicos especificados.	Arquivado (R.I., art. 333)
187/83	5.957/82	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Arquivado (R.I., art. 333)
189/83	5.794/81	Define como crime de responsabilidade, dos prefeitos municipais, pagar a seus servidores salários abaixo do valor correspondente ao salário mínimo da região, introduzindo disposição no art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
190/83	4.046/80	Dispõe sobre o uso de veículo oficial em fim de semana e dia feriado.	Arquivado (R.I., art. 333)
193/83	5.921/82	Autoriza o Poder Executivo a criar um Fundo para o Alistamento Eleitoral.	Arquivado (R.I., art. 333)
194/83	5.966/82	Dispõe sobre prazos de inscrição em concursos ou provas de habilitação da União, suas autarquias, empresas públicas e entidades mistas e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
195/83	5.709/81	Altera a redação do art. 35 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal — para efeito de garantir à mulher casada o direito de queixa, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
196/83	3.642/80	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio público dos presentes e doações recebidas pelas autoridades que menciona e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
198/83	803/83	Dispõe sobre a realização de concursos públicos e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
199/83	263/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, os Municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã e Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Arquivado (R.I., art. 333)
200/83	5.311/81	Assegura ao guarda-noturno o direito à aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
202/83	5.109/81	Regula o exercício da profissão de motorista, e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
204/83	4.969/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Arquivado (R.I., art. 333)
210/83	4.294/81	Revoga o § 4º do art. 37 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 — Lei de Imprensa.	Arquivado (R.I., art. 333)
212/83	4.802/81	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.474, de 18 de junho de 1968, que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
215/83	553/83	Altera o art. 1º e seu § 1º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, para ampliar as hipóteses de cabimento de ação popular e de legitimação para propô-la.	Arquivado (R.I., art. 333)
217/83	505/75	Determina a obrigatoriedade da incidência de juros e correção monetária nos débitos de entidades públicas.	Arquivado (R.I., art. 333)
218/83	566/75	Assegura o direito de preferência, dos atuais ocupantes de imóveis residenciais do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, à aquisição das unidades respectivas.	Arquivado (R.I., art. 333)
219/83	405/75	Dispõe sobre a aplicação de produtos saneantes clorados.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
220/83	12/75	Institui o "Dia da Bíblia", para ser comemorado anualmente em todo o território nacional no segundo domingo de dezembro.	Arquivado (R.I., art. 333)
221/83	316/75	Acrescenta parágrafos ao art. 77 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Arquivado (R.I., art. 333)
222/83	416/75	Dispõe sobre a anotação do salário, na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos barbeiros, cabeleireiros, manicuros e massagistas.	Arquivado (R.I., art. 333)
225/83	138/75	Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
228/83	5.566/81	Introduz alterações no Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, para o fim de incluir o crime de porte de arma e seus conseqüentes.	Arquivado (R.I., art. 333)
229/83	593/75	Introduz alterações no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que trata da responsabilidade dos prefeitos e vereadores, dispondo sobre maior proteção do mandato legislativo dos vereadores.	Arquivado (R.I., art. 333)
230/83	5.480/81	Altera o art. 100 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)
231/83	614/75	Erige em monumento nacional o túmulo de Getúlio Dornelles Vargas, na cidade de São Borja.	Arquivado (R.I., art. 333)
233/83	318/75	Concede dispensa de pagamento das prestações relativas à aquisição de casa própria, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
234/83	607/79	Altera dispositivo do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, retificado pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.	Arquivado (R.I., art. 333)
236/83	6.064/82	Dispõe sobre a realização de concursos públicos, e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
238/83	4.009/80	Altera o art. 1º da Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970, para estender aos documentos que mencionam a autenticação pelo processo de chancela mecânica.	Arquivado (R.I., art. 333)
240/83	191/75	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1972, que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docência, e determina outras providências.	À Câmara com emendas
247/83	842/75	Altera dispositivos da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, que "dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins, e dá outras providências".	Arquivado (R.I., art. 333)
256/83	1.327/75	Altera a redação do § 2º do art. 2º da Lei nº 6.210, de 4 de junho de 1975, que extingue as contribuições sobre benefícios da Previdência Social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade.	Arquivado (R.I., art. 333)
262/83	1.619/75	Altera disposições da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	CD	Ementa	Resultado
Nº			
266/83	2.120/83	Dispõe sobre o vestibular para os cursos de Comunicação Social, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
278/83 (Poder Executivo)	4.941/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a transferir o imóvel que menciona, situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Arquivado (R.I., art. 333)
279/83	1.370/83	Aplica aos denominados “Soldados da Borracha” disposições das Leis n.ºs 5.315, de 12 de setembro de 1967, e 5.698, de 31 de agosto de 1971, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
282/83	6.030/82	Dá nova redação ao art. 133 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)
283/83	1.013/83	Dispõe sobre o alistamento de quem venha a completar dezoito anos de idade entre a data de encerramento do alistamento e a véspera do dia da eleição.	Arquivado (R.I., art. 333)
288/83	4.330/81	Altera os arts. 523 e 524 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)
289/83	2.397/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitar inscrição, em concurso público, de candidato que, não estando de posse do diploma do curso escolar exigido, possa provar havê-lo concluído.	Arquivado (R.I., art. 333)
291/83	661/83	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
1/84	2.445/76	Dispõe sobre a resistência de veículos, altera o art. 36 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
2/84	3.061/76	Dá nova redação à alínea g do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969 — Lei da Organização Judiciária Militar.	Arquivado (R.I., art. 333)
4/84	2.401/76	Dispõe sobre requisitos de segurança para fabricação de veículos automotores e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
6/84	3.791/77	Limita a contratação de empréstimos pelos prefeitos municipais e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
12/84	2.518/76	Fixa a multa máxima permitida em casos de atraso nos pagamentos de mensalidades ou anuidades escolares.	Arquivado (R.I., art. 333)
16/84	3.013/76	Altera o Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 1º-9-73, incluindo ligações na EF-116, no trecho Crato—Salgueiro.	Arquivado (R.I., art. 333)
18/84	3.313/77	Acrescenta dispositivo ao texto da Lei nº 5.108, de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, objetivando facilitar o transporte de pessoas que necessitem de atendimento médico urgente.	Arquivado (R.I., art. 333)
22/84	3.603/77	Amplia o traçado da ligação ferroviária EF-465, da Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 1973.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
27/84	2.567/83	Institui o "Dia da Solidariedade ao Povo Libanês" e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
28/84	56/79	Dispõe sobre a aposentadoria especial para os motoristas profissionais.	Arquivado (R.I., art. 333)
30/84	75/79	Assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, nas condições que especifica.	Arquivado (R.I., art. 333)
34/84	91/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
38/84	753/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.726, de 1965, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e Atividades Afins, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
39/84	611/79	Dispõe sobre não-incidência tributária nos casos que especifica.	Arquivado (R.I., art. 333)
40/84	3.006/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação anti-ftosa, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
44/84	619/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Direito Agrário nas Faculdades de Agronomia e de Direito do País.	Arquivado (R.I., art. 333)
47/84	702/79	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 — Código Penal e do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Arquivado (R.I., art. 333)
51/84 (Poder Executivo)	6/83	Estabelece normas sobre o processo de trabalho.	Arquivado (R.I., art. 333)
57/84	577/83	Altera a redação do art. 237 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)
58/84	3.886/77	Modifica a redação do Capítulo II da Convenção de Condomínio — do Título I da Lei nº 4.591, de 1964.	Arquivado (R.I., art. 333)
60/84	4.152/80	Dispõe sobre a perda da pensão do cônjuge credor, introduzindo alteração no art. 29 da Lei nº 6.515, de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
61/84	944/79	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Arquivado (R.I., art. 333)
63/84	871/79	Inclui nos encargos de família as importâncias pagas a título de alimentos ou pensões, em nome da mãe adotiva, para efeito de abatimento na renda bruta do contribuinte do Imposto de Renda.	Arquivado (R.I., art. 333)
64/84	1.447/79	Dispõe sobre a criação de 2 (duas) Escolas Agrícolas no Estado do Pará, a nível de 2º grau.	Arquivado (R.I., art. 333)
69/84	867/79	Autoriza as entidades públicas ou privadas, em todo o território nacional, a aproveitar a capacidade ociosa de suas instalações e do seu pessoal para fins educativos, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
71/84	1.174/79	Dá nova redação ao art. 39 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo.	Arquivado (R.I., art. 333)
72/84	1.206/79	Estabelece condições para a alienação de empresas desestatizadas.	Arquivado (R.I., art. 333)
73/84	1.223/79	Modifica o art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
79/84	1.224/79	Introduz alterações na Lei nº 5.988, de 14 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — porário nas empresas urbanas, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
81/84 (Poder Executivo)	6.228/82	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.	Arquivado (R.I., art. 333)
87/84	1.115/75	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.138, de 8 de novembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização do comércio de fertilizantes.	Arquivado (R.I., art. 333)
92/84	170/79	Obriga o plantio de árvores nativas e frutíferas nos projetos de florestamento e reflorestamento.	Arquivado (R.I., art. 333)
93/84	2.932/76	Introduz alterações na Lei nº 6.019, de 3 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Arquivado (Art. 332, RI)
96/84	302/79	Altera a redação do art. 85 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Arquivado (R.I., art. 333)
97/84	990/75	Dispõe sobre a prescrição dos processos ético-disciplinares contra profissionais liberais, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
99/84	3.818/77	Dispõe sobre a plantação da árvore pau-brasil em parques nacionais, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
100/84	200/79	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial na hipótese que especifica.	Arquivado (R.I., art. 333)
104/84	282/79	Estabelece a gratuidade da expedição de atestados médicos e carteiras de saúde, pelos órgãos públicos federais.	Arquivado (R.I., art. 333)
105/84	2.105/76	Dispõe sobre financiamentos a agricultores.	Arquivado (R.I., art. 333)
106/84	231/83	Assegura os benefícios da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, aos que foram punidos por motivos políticos, embora sem fundamento, nos Atos Institucionais e Complementares, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
107/84	291/79	Acrescenta § 4º ao art. 4º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 (com nova redação dada pela Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972), isentando as instituições filantrópicas do pagamento da "Taxa de Distribuição de Prêmios".	Arquivado (R.I., art. 333)
109/84	273/79	Institui o tombamento do sítio urbano constituído pela Lapa e Encosta de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
112/84	1.473/79	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958 — Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
114/84	234/79	Institui o seguro obrigatório para atletas profissionais.	Arquivado (R.I., art. 333)
118/84 (Poder Executivo)	634/75	Institui o Código Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)
119/84	272/79	Institui o tombamento do sítio cultural denominado Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
120/84	305/75	Altera a redação do art. 4º e acrescenta dispositivos ao art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
122/84	2.742/76	Introduz alterações na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, para o fim de compatibilizá-la integralmente com a Constituição em vigor.	Arquivado (R.I., art. 333)
125/84	2.951/76	Torna obrigatória a criação, em todos os municípios brasileiros, de parques especificamente destinados à preservação do meio ambiente e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
127/84	148/79	Dispõe sobre a comercialização de defensivos destinados à agropecuária, institui a obrigatoriedade de receituário agrônomo e veterinário para sua aquisição, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
132/84	764/75	Dispõe sobre a concessão de meia-entrada a estudantes em cinemas e teatros.	Arquivado (R.I., art. 333)
134/84	28/83	Torna eliminatória a prova de Língua Portuguesa no concurso vestibular.	Arquivado (R.I., art. 333)
136/84	544/79	Altera o inciso IX do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, incluindo a obtenção de empréstimos excedentes da capacidade de pagamento da receita orçamentária do município, durante o último ano de mandato, entre os crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais.	Arquivado (R.I., art. 333)
138/84	3.386/77	Dispõe sobre a velocidade máxima de 100km/h (cem quilômetros horários) para veículos que trafegam em auto-estradas e 90km/h (noventa quilômetros horários) nas demais rodovias pavimentadas em todo o território nacional.	Arquivado (R.I., art. 333)
142/84	329/79	Considera insalubre o trabalho de coleta, transporte e tratamento de lixo, para os efeitos que especifica.	Arquivado (R.I., art. 333)
144/84	558/79	Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Agrícola e de Economia Doméstica, no Município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
178/84	2.241/79	Estabelece a obrigatoriedade de constar das capas de discos de músicas nacionais as respectivas letras e os dados biográficos dos seus autores e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
179/84	1.521/79	Veda aos cônjuges e a parentes consangüíneos ou afins, entre si, até o 3º grau, pertencerem ao mesmo diretório partidário, acrescentando inciso ao art. 26 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Arquivado (R.I., art. 333)
181/84	1.797/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reforma bancária, para o fim de determinar que as instituições financeiras privadas tornem públicas as suas tabelas de juros.	Arquivado (R.I., art. 333)
182/84	2.106/79	Proíbe o fumo nas salas de aula, auditórios e bibliotecas dos estabelecimentos de todos os graus e modalidades de ensino e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
185/84	2.189/79	Dispõe sobre a criação de um Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no Estado do Acre.	Arquivado (R.I., art. 333)
186/84	871/83	Altera dispositivos da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
187/84	386/83	Determina a devolução aos municípios do montante das retenções efetuadas a título de custeio do serviço de lançamento e arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.	Arquivado (R.I., art. 333)
188/84	260/83	Acrescenta parágrafo ao art. 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Arquivado (R.I., art. 333)
189/84	2.550/79	Modifica o Plano Nacional de Viação.	Arquivado (R.I., art. 333)
190/84	2.804/80	Torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos residenciais de cooperativas habitacionais financiadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH).	Arquivado (R.I., art. 333)
198/84	2.925/80	Veda a concessão de recursos oriundos de incentivos fiscais da área da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), às empresas que especifica.	Arquivado (R.I., art. 333)
203/84	2.516/79	Dispõe sobre o advogado dativo, modificando artigo do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pela Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Arquivado (R.I., art. 333)
204/84	2.762/80	Altera a redação do art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
216/84	380/79	Dispõe sobre reescalonamento de débitos bancários dos produtores do Vale do São Francisco atingidos por inundações.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
221/84	1.850/79	Modifica legislação sobre supervisão ministerial e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
229/84	2.145/79	Acrescenta § 4º ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.691, de 1979, para autorizar o Poder Executivo a fixar a porcentagem de participação dos municípios no produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, atendendo-se ao limite mínimo de 20% do total arrecadado.	Arquivado (R.I., art. 333)
234/84	4.493/84	Concede anistia aos que efetuaram conversão desautorizada em veículos.	Arquivado (R.I., art. 333)
236/84	1.298/83	Disciplina e limita o comprometimento da renda familiar dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação — SFH, e os reajustes da casa própria.	Arquivado (R.I., art. 333)
244/84	4.637/84	Altera a redação do art. 156 da Lei nº 7.210, de 1984 — Lei de Execução Penal.	Arquivado (R.I., art. 333)
252/84	3.031/84	Introduz modificação no Sistema Financeiro de Habitação — SFH, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
23/85	1.558/83	Altera o art. 1º da Lei nº 883, de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.	Arquivado (R.I., art. 333)
24/85	4.211/84	Dispõe sobre os pré-requisitos para o desempenho de cargos de chefia e assessoramento do Grupo-DAS, na Secretaria da Receita Federal.	Arquivado (R.I., art. 333)
25/85	818/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da segurança nacional, os Municípios de Cubatão, São Sebastião, Paulínea e Castilho, no Estado de São Paulo.	Arquivado (R.I., art. 333)
26/85	3.365/77	Estabelece a obrigatoriedade de divulgação, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos dados que especifica.	Arquivado (R.I., art. 333)
29/85	5.163/85	Dispõe sobre o processo de liquidação extrajudicial de entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
34/85	1.969/83	Altera dispositivos do Código Nacional de Trânsito, aprovado pela Lei nº 5.108, de 1966, para assegurar a municipalização do trânsito.	Arquivado (R.I., art. 333)
68/85	2.043/83	Atribui vantagens aos ocupantes de cargos ou funções em comissão.	Arquivado (R.I., art. 333)
70/85	1.310/83	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.857, de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
71/85	727/83	Introduz modificações nas disposições penais da Lei nº 6.435, de 1977, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
86/85 (Poder Executivo)	3.541/84	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) o imóvel que menciona.	Arquivado (R.I., art. 333)
87/85	322/83	Introduz dispositivos na Lei nº 6.727, de 21 de novembro de 1979, que “acrescenta parágrafo ao art. 10 do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista”.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
90/85	286/83	Permite ao cônjuge não cabeça do casal declarar em separado, para incidência do Imposto de Renda, os rendimentos de seu trabalho e de seus bens.	Arquivado (R.I., art. 333)
94/85	1.261/83	Altera dispositivo da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, para permitir que seja adotado sistema de votação através de meios eletrônicos e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
96/85	1.762/83	Dispõe sobre o transporte rodoviário de passageiros em veículos de carga.	Arquivado (R.I., art. 333)
101/85 (Complementar)	93/83	Modifica a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios".	(ERRATA) Arquivado
103/85	2.527/83	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, destinando 5% (cinco por cento) sobre o total do preço de transferência ao sindicato profissional do atleta.	Arquivado (R.I., art. 333)
106/85	4.543/84	Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, instituindo o Estatuto Nacional dos Portuários, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
107/85 (Poder Executivo)	4.791/84	Altera as redações dos §§ 2º e 3º do art. 139, da alínea a do art. 140, e do art. 141, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 — Código de Águas.	Arquivado (R.I., art. 333)
112/85	1.675/85	Permite a utilização, como combustível de gás de gasogênio, biogás, gás de pântano e semelhantes, nos veículos automotores.	Arquivado (R.I., art. 333)
119/85	343/83	Estabelece normas sobre a utilização dos livros didáticos e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
132/85	3.157/80	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, dispondo sobre a utilização da conta vinculada pelo empregado para o fim de adquirir moradia.	Arquivado (R.I., art. 333)
133/85	3.379/80	Libera o transporte de material esportivo referente ao esporte do vôo livre.	Arquivado (R.I., art. 333)
135/85	3.736/80	Declara de utilidade pública a Associação dos Criadores da Mata Norte do Estado de Pernambuco.	Arquivado (R.I., art. 333)
136/85	3.098/84	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Minas.	Arquivado (R.I., art. 333)
138/85	3.844/80	Dispõe sobre a correção monetária incidente sobre honorários advocatícios, inclusive em mandado de segurança, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
139/85	3.782/80	Torna obrigatória a instalação de tacógrafos nos veículos automotores, de passageiros e de carga, destinados ao transporte rodoviário.	Arquivado (R.I., art. 333)
140/85	3.760/80	Estende os financiamentos e demais benefícios do Proálcool, às miniusinas de álcool destinadas a consumo próprio.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
141/85	1.914/83	Considera insalubre a atividade profissional dos empregados nos serviços de coleta, transporte e tratamento de lixo, e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
146/85	4.324/85	Autoriza a criação, em Guarulhos, no Estado de São Paulo, da Escola Técnica Federal, em nível de 2º grau.	Arquivado (R.I., art. 333)
150/85	4.118/80	Determina o afastamento da autoridade responsável por violação dos direitos humanos e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
153/85	2.061/83	Acrescenta parágrafos ao art. 239 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações".	Arquivado (R.I., art. 333)
154/85	2.270/83	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
155/85	2.622/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Rio Pardo, em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Arquivado (R.I., art. 333)
156/85	2.751/83	Altera o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências".	Arquivado (R.I., art. 333)
158/85	1.586/83	Dispõe sobre a obrigatória utilização de legendas nos programas de televisão que especifica, visando a possibilitar a sua percepção por deficientes auditivos.	Arquivado (R.I., art. 333)
159/85	1.087/83	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que disciplina o exercício da profissão de jornalista.	Arquivado (R.I., art. 333)
164/85	3.122/80	Extingue a censura prévia para o livro, teatro e cinema e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
166/85	2.975/83	Altera a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, acrescentando alínea ao art. 3º e modificando a redação do art. 7º, instituindo a obrigatoriedade de assistência social nas delegacias.	Arquivado (R.I., art. 333)
168/85	2.935/83	Estabelece o salário mínimo profissional para os diplomados em Ciências Econômicas.	Arquivado (R.I., art. 333)
169/85	2.247/83	Dispõe sobre a criação da Escola Agrotécnica de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.	Arquivado (R.I., art. 333)
174/85	5.499/81	Dispõe sobre autorização do Poder Executivo para eletrificação do metrô de superfície na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
176/85	1.224/83	Modifica o art. 84 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências".	Arquivado (R.I., art. 333)
186/85 (Poder Executivo)	5.083/85	Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis da União.	Arquivado (R.I., art. 333)
221/85	6.876/85	Autoriza o Poder Executivo a promover a publicação das obras completas de José Américo de Almeida, nas condições que especifica.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
25/86	6.793/85	Altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.	Arquivado (R.I., art. 333)
36/86	7.457/86	Dispõe sobre o abuso do poder econômico na campanha eleitoral de 1986.	Arquivado (R.I., art. 333)
39/86	6.777/85	Institui o Programa Nacional de Minerais Estratégicos, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
48/86	5.055/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Caxias, no Estado do Maranhão.	Arquivado (R.I., art. 333)
49/86	6.462/85	Autoriza o Poder Executivo a transformar a "Escola Estadual Américo Renê Giannetti" situada em Uberlândia, Minas Gerais, em "Escola Técnica Federal de Uberlândia", e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
50/86	3.158/84	Introduz alteração no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Arquivado (R.I., art. 333)
51/86	3.001/80	Dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Relações Internacionais e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
52/86	5.159/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal em Imperatriz, no Estado do Maranhão.	Arquivado (R.I., art. 333)
56/86	5.114/85	Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, permitindo ao município decretar feriado municipal na data de sua fundação ou emancipação, mesmo quando esta data não coincide com feriado religioso.	Arquivado (R.I., art. 333)
60/86	3.424/84	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas contra países que dificultam as exportações brasileiras de bens e serviços.	Arquivado (R.I., art. 333)
61/86	3.895/84	Torna obrigatório o emprego de substâncias e produtos retardantes de combustão em materiais, utensílios e peças suscetíveis de queima, usados nas indústrias de construção civil e automobilística, e dispõe sobre normas para sua fabricação.	Arquivado (R.I., art. 333)
62/86	4.351/84	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Arquivistas.	Arquivado (R.I., art. 333)
64/86	1.743/79	Dispõe sobre a profissão de Garçom, fixa o salário mínimo profissional, e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
65/86	4.138/84	Dispõe sobre o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo congênito nos hospitais e maternidades do País.	Arquivado (R.I., art. 333)
68/86	5.072/85	Obriga a instalação de telefones públicos em locais densamente povoados.	Arquivado (R.I., art. 333)
70/86	4.280/81	Altera a redação do inciso III do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)
71/86	7.598/86	Estabelece medidas destinadas à comemoração dos setenta anos de existência do Código Civil.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
73/86	7.658/86	Obriga as instituições financeiras oficiais a divulgar as concessões de crédito subsidiado.	Arquivado (R.I., art. 333)
76/86	5.391/85	Institui a obrigatoriedade de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
77/86	5.131/85	Altera o art. 102 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Arquivado (R.I., art. 333)
79/86	5.217/85	Considera patrimônio histórico nacional a cidade de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
80/86	7.162/86	Determina a obrigatoriedade do pagamento de indenização aos estados, territórios e municípios pelos titulares de direitos minerários.	Arquivado (R.I., art. 333)
82/86	1.561/83	Dispõe sobre atos relativos aos servidores públicos civis da União, dos estados e municípios em período eleitoral, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
83/86	1.476/83	Institui o dia 23 de junho como o "Dia Olímpico" e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
85/86	3.137/84	Declara de utilidade pública a Associação São Pedro de Pesquisas Científicas, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.	Arquivado (R.I., art. 333)
89/86	647/79	Dispõe sobre a permissão de misturar outras farinhas de origem vegetal à farinha de trigo, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
92/86 (Complementar)	201/84	Inclui os Municípios de Cascavel e Pacajus na Região Metropolitana de Fortaleza, alterando o § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (R.I., art. 333)
93/86	2.033/83	Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais da União, situados na área urbana de Boa Vista, Roraima, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
95/86	1.594/83	Obriga a adição de 10% (dez por cento), no mínimo, de farinha de milho à farinha de trigo e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
96/86	3.839/77	Dispõe sobre os depósitos judiciais feitos perante a Justiça Federal.	Arquivado (R.I., art. 333)
97/86	5.002/85	Erige à condição de Monumento Histórico Nacional a cidade de Vigia, no Estado do Pará.	Arquivado (R.I., art. 333)
98/86	2.743/83	Revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983, que "altera a redação do § 2º do art. 72 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito".	Arquivado (R.I., art. 333)
103/86	962/83	Altera dispositivo da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir aos geólogos o regime de trabalho assegurado ao pessoal do setor de exploração, beneficiamento e transporte de petróleo.	Arquivado (R.I., art. 333)
106/86	3.149/80	Dispõe sobre o aproveitamento de cegos nas empresas estatais de telecomunicações e de serviços postais e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
107/86	3.083/84	Institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
108/86	84/83	Obriga a indicação do preço e do prazo de validade na embalagem de produtos colocados à disposição do consumidor e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
114/86	2.036/83	Cria o Polígono Castanheiro da Amazônia, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
115/86	2.237/83	Autoriza a criação da Fundação Universidade de Uruguaiana, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
117/86	6.703/82	Dispõe sobre a profissão de barbeiro e cabeleireiro e define o seu exercício.	Arquivado (R.I., art. 333)
118/86 (Complementar)	138/80	Introduz alterações na Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 — Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	Arquivado (R.I., art. 333)
120/86	6.631/85	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica Agrícola no Município de Quixerambim, no Estado do Ceará.	Arquivado (R.I., art. 333)
121/86	3.082/80	Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, que institui a fiscalização democrática das empresas de capital estrangeiro mediante a obrigatoriedade de divulgação de dados, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
122/86 (Poder Executivo)	5.780/85	Concede isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias, das taxas pelo exercício do poder de polícia e remissão de créditos tributários às microempresas estabelecidas nos Territórios Federais do Amapá e de Roraima, e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
127/86 (Tribunal Superior do Trabalho)	6.623/85	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
142/86	7.750/86	Autoriza o Poder Executivo a constituir uma base naval em São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.	Arquivado (R.I., art. 333)
147/86	6.379/85	Dispõe sobre honorários advocatícios.	Arquivado (R.I., art. 333)
152/86	4.490/84	Dispõe sobre a aposentadoria dos professores, conforme o previsto no inciso XX do art. 165 da Constituição Federal.	Arquivado (R.I., art. 333)
153/86	797/79	Dispõe sobre as compensações dos municípios detentores de potenciais de energia hidráulica, explorados por concessionária com sede em estado diverso, e determina outras providências.	Arquivado (R.I., art. 333)
2/87	5.047/85	Altera dispositivo da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recursos nos Orçamentos da União e dá outras providências.	Em tramitação
27/87 (Poder Executivo)	8.331/86	Autoriza a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) e a Petrobrás Distribuidora S/A (BR) a, nas condições que estabelece, participarem do capital de outras sociedades.	Em tramitação
49/87	2.350/83	Cria o Serviço Social dos Bancários e Securitários (SESBS).	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
50/87 (Poder Executivo)	171/87	Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas, e dá outras providências.	Em tramitação
54/87	223/87	Altera o limite da receita bruta anual das pessoas jurídicas e firmas individuais para o fim de sua caracterização como microempresas.	Em tramitação
59/87	255/87	Dispõe sobre a obrigatoriedade de abertura de concurso de projetos arquitetônicos para edifícios públicos do Governo Federal e dá outras providências.	Em tramitação
8/88	409/83	Altera a Lei nº 6.939, de 9 de setembro de 1981, que trata do regime sumário de registro e arquivamento no Registro do Comércio.	Em tramitação
10/88	186/87	Revoga o art. 10 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, e dá outras providências.	Em tramitação
11/88	235/87	Cria o Pólo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, estabelece normas para a sua implantação, e dá outras providências.	Em tramitação
16/88	313/88	Altera o inciso I e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que "fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências", e dá nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977.	Em tramitação
21/88	6.718/85	Reconhece de utilidade pública as associações de bairro.	Em tramitação
23/88	406/88	Incorpora terrenos da União Federal ao patrimônio da Cohab — RJ para loteamento e venda aos flagelados das enchentes do Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
25/88	205/87	Autoriza o Poder Executivo a criar incentivos fiscais para o Pólo Petroquímico do Sul, nas condições que menciona.	Em tramitação
34/88	275/87	Altera a composição do Conselho Nacional de Vitivinicultura (CONAVIN) e dá outras providências.	Em tramitação
35/88	293/88	Declara feriado nacional o dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, consagrado pela comunidade afro-brasileira como "Dia Nacional da Consciência Negra".	Em tramitação
44/88	533/88	Institui o "Dia Nacional da Inspeção do Trabalho".	Em tramitação
47/88	682/88	Proíbe a utilização de clorofluorcarbonetos como propelentes em aerosol do tipo spray e dá outras providências.	À Câmara
55/88 (Poder Executivo)	316/88	Altera a Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
56/88	678/88	Estabelece a inclusão da matéria "História Geral da África e do Negro no Brasil" como disciplina integrante do currículo escolar obrigatório.	Em tramitação
26/89 (Poder Executivo)	889/88	Denomina "Rodovia Mário Andreazza" a Rodovia BR-230—Transamazônica.	Em tramitação
30/89 (Poder Executivo)	1.319/88	Dá nova redação à alínea b do inciso I do § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987.	Rejeitado (decisão terminativa)
36/89	3.121/89	Modifica a Lei nº 7.773, de 8 de junho de 1989, e dá outras providências.	Prejudicado (R.I., art. 334, a)
42/89	886/88	Dispõe sobre os feriados de 12 de outubro e de 2 de novembro.	À Câmara Lei nº 8.087, de 29-10-90
45/89 (Poder Executivo)	560/88	Concede pensão especial a Dolores Drummond de Andrade.	Em tramitação
46/89	1.312/88	Regulamenta o § 4º do art. 216 da Constituição, punindo os danos e as ameaças ao patrimônio cultural brasileiro.	Em tramitação
52/89 (Poder Executivo)	7.819/86	Autoriza a doação ao Centro de Estudantes de Santos, com sede em Santos, Estado de São Paulo, dos direitos e obrigações relativos ao imóvel que menciona.	À sanção Lei nº 8.047, de 15-6-90
54/89	1.076/88	Dispõe sobre a admissão de portadores de deficiência física na administração pública, e dá outras providências.	Em tramitação
55/89 (Poder Executivo)	4.968/85	Altera dispositivo da Lei nº 6.389, de 9 de dezembro de 1976, que fixa as referências do salário dos empregados do Grupo-Processamento de Dados.	À sanção Lei nº 8.067, de 12-7-90
59/89	1.246/88	Altera os arts. 176 e 177, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 6.989, de 5 de maio de 1982, e 7.332, de 1º de julho de 1985, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.037, de 25-5-90
60/89	3.049/89	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	À Câmara
65/89 (Poder Executivo)	6.095/85	Dispõe sobre a transferência de bens imóveis para o patrimônio das Instituições de Ensino Superior que menciona e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.046, de 15-6-90
66/89 (Poder Executivo)	154/87	Revoga a Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
67/89 (Poder Executivo)	1.148/88	Dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências.	Em tramitação
68/89	2.648/89	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.	À sanção Lei nº 8.160, de 8-1-91
70/89 (Poder Executivo)	6.094/85	Altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Agente de Vigilância e dá outras providências.	À sanção Veto total

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
71/89 (Poder Executivo)	1.770/89	Altera a Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que dispõe sobre o Código Nacional de Trânsito.	A sanção Lei nº 8.052, de 20-6-90
72/89	3.074/89	Torna obrigatória a menção do grupo sanguíneo nos documentos de identificação civil e nas carteiras nacionais de habilitação expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito.	Em tramitação
75/89 (Complementar)	173/89	Estabelece normas gerais aplicáveis ao Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto o óleo diesel — IVVC, de competência dos municípios.	Em tramitação
79/89	2.255/89	Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.	À sanção Lei nº 8.038, de 28-5-90
81/89 (Poder Executivo)	3.737/89	Reorganiza o sistema de administração das receitas federais, e dá outras providências.	A Câmara
84/89	1.753/89	Altera o texto da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, revogando seu art. 86, com base no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.	Em tramitação
85/89	3.217/89	Dispõe sobre o abono de faltas de estudantes, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
86/89 (Ministério Público Federal)	2.013/89	Cria a Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.	A sanção Lei nº 8.164, de 9-1-91
87/89	3.151/89	Dispõe sobre o controle de solventes voláteis, colas de sapateiro e similares, que têm sido usados como produtos inebriantes e/ou embriagadores e proíbe a fabricação de material escolar, brinquedos e vestuário impregnados com produtos odoríferos.	Em tramitação
88/89 (Poder Executivo)	4.988/85	Dispõe sobre a regularização de registros imobiliários das terras que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
89/89 (Poder Executivo)	84/87	Autoriza a reversão ao Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, do terreno que menciona.	Em tramitação
91/89 (Poder Executivo)	188/87	Concede anistia às pessoas envolvidas nos fatos que menciona.	A sanção Lei nº 8.048, de 15-6-90

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/90 (do Presidente da República)	2.278/89	Cria a Delegacia do Ministério da Educação (MEC) no Estado do Tocantins e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.045, de 15-6-90
2/90	1.944/89	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, que baixa normas complementares para a execução da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, e dá outras providências.	Em tramitação
3/90 (complementar)	149/89	Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de sua cessação, e determina outras providências.	À Câmara com substitutivo
4/90 (do Presidente da República)	1/87	Atualiza a pensão assegurada à viúva de ex-Presidente da República e dá outras providências.	Em tramitação
5/90 (do Presidente da República)	8.388/86	Cria cargos na Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, em Porto Velho — RO, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.163, de 9-1-91
6/90 (do Presidente da República)	827/88	Autoriza a reversão ao Município de Poconé, Estado do Mato Grosso, do terreno que menciona.	Em tramitação
7/90	3.979/89	Cria a Zona de Processamento de Exportação do Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais.	À sanção Veto total
8/90	1.943/89	Dispõe sobre a faixa de idade em que o trabalhador é considerado menor, conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, alterando o art. 402 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
9/90	4.432/89	Cria o Programa Diário do Congresso Nacional para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo e determina outras providências.	Em tramitação
10/90 (do Presidente da República)	4.352/89	Dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a de seus dependentes.	À sanção Lei nº 8.059, de 4-7-90
11/90	3.612/89	Altera a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.	Em tramitação
12/90	1.814/89	Dá nova redação à Lei nº 7.736, de 22 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre a cobrança dos impostos e a administração tributária no Amapá e em Roraima.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
13/90	3.238/89	Acrescenta dispositivo ao art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, tipificando conduta delituosa no caso de operações em Bolsas de Valores.	Em tramitação
14/90	2.922/89	Estabelece princípios para punição da violação dos direitos e deveres individuais e coletivos.	Em tramitação
15/90	3.150/89	Estabelece a obrigatoriedade da criação de Conselhos Estaduais de Entorpecentes nos estados que ainda não os possuem e dos Conselhos Municipais nos municípios com mais de cinquenta mil habitantes.	Em tramitação
16/90	1.216/88	Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
17/90	3.065/84	Disciplina o contrato de corretagem imobiliária e dá outras providências.	Em tramitação
18/90	4.895/84	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.	A Câmara em decisão terminativa Lei nº 8.159, de 8-1-91
19/90	2.082/90	Acrescenta parágrafo ao art. 268 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
20/90	2.229/89	Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, que regula a ação popular.	Em tramitação
21/90 (do Presidente da República)	3.656/89	Dispõe sobre a extinção de recursos <i>ex officio</i>	A sanção veto total
22/90 (do Presidente da República)	7.503/86	Autoriza o Departamento de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Icó, no Estado do Ceará.	Em tramitação
23/90	926/88	Dá nova redação ao inciso II do parágrafo único do art. 258 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 — Código Civil.	Em tramitação
24/90	1.102/88	Dá nova redação ao art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
25/90	2.036/89	Determina a indicação do prazo de prescrição nos títulos de crédito (cambiais).	A sanção Veto total
26/90	3.482/89	Introduz modificação no Código de Processo Civil.	Em tramitação
27/90 (do Presidente da República)	6.821/85	Confere à BR-369 a denominação de Rodovia Presidente Tancredo Neves.	Em tramitação
28/90	2.158/89	Dispõe sobre os efeitos civis do casamento religioso e determina outras providências.	Em tramitação
29/90	2.599/89	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal Brasileiro.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
30/90	4.779/90		Prorroga a vigência do I Plano Nacional de Informática e Automação — PLANIN.	A sanção Lei nº 8.070, de 16-7-90
31/90	2.462/89		Altera a redação do § 2º do art. 184 e acrescenta parágrafo único ao art. 240 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil.	A sanção Lei nº 8.079, de 13-9-90
32/90	3.012/89		Dispõe sobre a divulgação dos integrantes de comitativas que se destinam ao exterior e determina outras providências.	Em tramitação
33/90	1.361/88		Altera o Código Eleitoral no que se refere ao preenchimento e forma de apresentação da cédula eleitoral.	Em tramitação
34/90	8.089/86	(do Presidente da República)	Autoriza a reversão ao Município de Iguape, Estado de São Paulo, do terreno que menciona.	Em tramitação
35/90	7.504/86	(do Presidente da República)	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Coremas, Estado da Paraíba.	Em tramitação
36/90	3.158/89		Dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal aos profissionais de saúde.	A sanção Veto total
37/90	3.650/89		Dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho.	Em tramitação
38/90	3.287/89		Autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto.	Em tramitação
39/90	3.554/89		Dispõe sobre a outorga de compensação pela prestação de serviço como integrante de Mesa Receptora de Votos e dá outras providências.	Em tramitação
40/90	7.505/86	(do Presidente da República)	Autoriza o Departamento Nacional de Obras contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministro de Estado Extraordinário para assuntos de Irrigação, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Coremas, Estado da Paraíba.	Em tramitação
41/90	262/87	(do Presidente da República)	Autoriza a União Federal e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social IAPAS, a permutarem frações ideais de imóveis que menciona, situados nos Municípios de Caxias do Sul e de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	A sanção. Lei nº 8.165, de 11-1-91
42/90	3.107/89	(do Presidente da República)	Autoriza a doação do imóvel que menciona.	A sanção. Lei nº 8.161, de 8-1-91
43/90	3.119/89	(do Presidente da República)	Autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, IAPAS a doar à Diocese de Pinheiro, no Estado do Maranhão, o imóvel que menciona.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
44/90 (do Presidente da República)	4.788/90		Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.	A Câmara em Substitutivo integral. Lei. nº 8.137, de 27-12-90, com veto parcial.
45/90 (do Presidente da República)	4.589/90		Dispõe sobre os efetivos do Exército em tempo de paz.	A sanção. Lei nº 8.071, de 17-6-90
46/90	5.132/90		Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.	A sanção. Lei nº 8.068, de 13-7-90
47/90 (do Presidente da República)	2.570/89		Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.	A sanção. Veto total
48/90	3.099/89)		Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências.	A sanção. Veto total
49/90	3.101/89		Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.	A sanção. Veto total
50/90 (do Presidente da República)	3.110/89		Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	A sanção. Lei nº 8.080, de 19-9-90 com veto parcial.
51/90 (do Presidente da República)	4.415/84		Acrescenta parágrafo ao art. 27 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, alteradas pela Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982.	Em tramitação
52/90	6.763/85		Proíbe o transporte de presos condenados ou à disposição da justiça em transporte coletivo.	Em tramitação
53/90 (do Presidente da República)	8.390/86		Reajusta o valor da pensão especial concedida à Justiniana Fleury Passos, e revertida à Maria Nilza Fleury Passos, filha do ex-Deputado Edson Junqueira Passos.	Em tramitação
54/90	93/87		Altera a redação do art. 932 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
55/90 (do Presidente da República)	182/87		Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico.	Em tramitação
56/90	314/88		Determina o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil.	Em tramitação
57/90	2.167/89		Altera o art. 23 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.	Em tramitação
58/90	3.048/89		Determina que as armas de fogo apreendidas sem o correspondente registro, pelos órgãos policiais, sejam destruídas em ato público, na forma que especifica.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
59/90	3.638/89	Atribui a denominação presunto à produção que específica, e dá outras providências.	Em tramitação
60/90 (do Presidente da República)	3.856/89	Concede pensão especial à viúva do Dr. Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro.	À Câmara. Lei nº 8.136, de 27-12-90
61/90	5.340/90	Estabelece a Política Nacional de Salários e dá outras providências.	À sanção. Lei nº 8.073, de 30-7-90, com veto parcial.
62/90	3.516/89	Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão do crime organizado.	Em tramitação
63/90	3.514/89	Disciplina o inciso XII, <i>in fine</i> , do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.	Em tramitação
64/90 (do Presidente da República)	5.330/90	Dispõe sobre a extinção do "Selo Pedágio" e a instituição de mecanismos de financiamento para o setor rodoviário.	À sanção. Lei nº 8.075, de 16-8-90
65/90 (do Presidente da República)	5.402/90	Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial a Senhora Maria Reginalda Vieira Radian.	À sanção. Lei nº 8.077, de 4-9-90
66/90	5.293/90	Estabelece os crimes e as penas aplicáveis aos atos discriminatórios ou de preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional, praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de qualquer natureza.	À sanção. Lei nº 8.081, de 21-9-90
67/90 (do Presidente da República)	4.588/90	Ratifica a existência do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.	Transformado no PDL nº 48/90
68/90 (do Presidente da República)	3.607/89	Dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos Cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e dá outras providências.	À sanção. Veto total
69/90 (do Presidente da República)	4.058/89	Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.	À Câmara, com substitutivo
70/90	1.032/88	Dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário, revoga a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985 e dá outras providências.	À sanção. Veto total
71/90 (do Presidente da República)	6.932/85	Estabelece prazo prescricional para a ação de reparação civil contra as estradas de ferro.	Em tramitação
72/90	2.213/89	Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens para o exercício de cargos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dá outras providências.	Em tramitação
73/90	1.580/89	Dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime.	Em tramitação
74/90	1.871/89	Revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	À sanção. Veto total
75/90	1.212/88	Dá nova redação ao inciso III do art. 109 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
76/90	2.447/89	Dispõe sobre o estabelecimento de limites para as comissões de agentes de exportação.	Em tramitação
77/90	3.056/89	Dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo 2ª a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados — MS.	Em tramitação
78/90	2.936/89	Autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências.	Em tramitação
79/90	2.618/89	Autoriza a União a doar ao Município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, o terreno que especifica.	Em tramitação
80/90 (do Superior Tribunal de Justiça)	3.681/89	Introduz modificações na estrutura organizacional da 4ª Região da Justiça Federal, dá competência ao respectivo Tribunal Regional e determina outras providências.	À sanção. Lei nº 8.146, de 28-12-90
81/90 (do Presidente da República)	4.059/89	Estabelece diretrizes para os Planos de Carreira do Serviço Público Civil da União e dá outras providências.	Em tramitação
82/90	4.675/90	Dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários e dá outras providências.	À sanção. Veto total
83/90	3.672/89	Dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás.	Em tramitação
84/90	1.523/89	Concede pensão especial a Nelcy da Silva Campos e outros.	Em tramitação
85/90	1.139/88	Proíbe a venda no varejo de pacotes contendo várias unidades da mesma mercadoria sem que haja opção para compras unitárias.	Em tramitação
86/90	2.128/89	Equipara ao efetivo exercício da função de magistrado a que se referem os arts. 40, inciso III, alínea b, e 202, inciso III, da Constituição Federal, o das funções que especifica.	Em tramitação
87/90	2.912/89	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe.	Em tramitação
88/90	3.347/89	Inclui o Município de São Romão, no Estado de Minas Gerais, na área da Sudene.	Em tramitação
89/90	3.633/89	Dá a denominação de Presidente Juscelino Kubtschek de Oliveira à Rodovia BR—364.	Em tramitação
90/90	3.277/89	Proíbe a concessão e o uso gratuito de imóveis para residência de servidores públicos e dá outras providências.	Em tramitação
91/90	1.480/89	Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Em tramitação
92/90	4.084/89	Disciplina o art. 100 da Constituição, dispondo sobre créditos alimentícios.	Em tramitação
93/90 (do Presidente da República)	5.504/90	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.	À sanção. Lei nº 8.112, de 11-12-90, com veto parcial.

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
94/90 (do Presidente da República)	5.808/90	Dispõe sobre a distribuição de efetivos de Oficiais da Marinha em tempo de paz.	A sanção. Lei nº 8.098, de 27-11-90.
95/90	4.518/84	Altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, na parte relativa a licitações internacionais.	Em tramitação
96/90	1.340/88	Estabelece o enquadramento sindical dos trabalhadores que manuseiam lã.	Em tramitação
97/90	3.035/89	Dispõe sobre a exigência de médicos homeopatas nos hospitais e serviços públicos.	Em tramitação
98/90	3.201/89	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.	Em tramitação
99/90 (do Tribunal Superior do Trabalho)	4.468/90	Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, cria cargos e dá outras providências.	Em tramitação
100/90 (do Ministério Público da União)	4.759/90	Dispõe sobre a criação das Procuradorias da República nos Estados de Roraima e Amapá e dá outras providências.	A sanção. Lei nº 8.152, de 28-12-90, com veto parcial.
101/90	4.159/89	Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências.	Em tramitação
102/90	4.714/90	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, dispondo sobre eleições diretas para Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências.	Em tramitação
103/90 (do Presidente da República)	5.943/90	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.	A sanção. Lei nº 8.138, de 28-12-90
104/90 (Complementar) (do Presidente da República)	240/90	Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM.	Em tramitação
105/90 (Complementar) (do Presidente da República)	241/90	Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.	Em tramitação
106/90 (Complementar) (do Presidente da República)	242/90	Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.	Em tramitação
107/90	1.271/88	Isenta ao Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, os veículos especiais ou utilitários quando destinados a pessoas portadoras de deficiências físicas ou atividades filantrópicas que especifica.	Em tramitação
108/90	1.713/89	Considera penosa e perigosa a atividade profissional dos vigias noturnos, assegurando-lhes o direito a aposentadoria especial.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
109/90	3.344/89	Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos trabalhadores que atuem no combate à raiva dos animais herbívoros.	Em tramitação
110/90	3.407/89	Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas.	Em tramitação
111/90 (do Presidente da República)	5.429/90	Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, e dá outras providências.	Em tramitação
112/90	5.802/90	Aplica às organizações sindicais de trabalhadores rurais as disposições do art. 8º e incisos da Constituição Federal.	À sanção. Veto total.
113/90 (do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios)	3.145/89	Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.	À Câmara
114/90 (do Presidente da República)	5.883/90	Altera a redação dos arts. 2º, 5º, 6º, 8º, 13 e 28, revoga o art. 14 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, e dá outras providências.	À sanção. Lei nº 8.132, de 26-12-90
115/90 (do Presidente da República)	5.975/90	Altera a denominação da Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP, e dá outras providências.	À sanção. Lei nº 8.140, de 28-12-90
116/90 (do Presidente da República)	5.658/90	Reajusta a pensão especial concedida pela Lei nº 3.792, de 2 de agosto de 1960, a Carmen Rocha Nunes, viúva do ex-Deputado Federal Coaracy Gentil Monteiro Nunes.	À sanção. Lei nº 8.130, de 21-12-90
117/90 (do Presidente da República)	4.791/90	Dispõe sobre a não incidência do Imposto de Renda sobre os lucros ou dividendos distribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, doados a instituições sem fins lucrativos.	À sanção. Lei nº 8.166, de 11-1-91, com veto parcial
118/90 (do Tribunal Superior do Trabalho)	5.329/90	Cria a Junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
119/90	5.997/90	Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde — SUS, e sobre as transferências intergovernamentais na área de saúde e dá outras providências.	À sanção. Lei nº 8.142, de 28-12-90
120/90	5.284/90	Dispõe sobre normas partidárias.	Em tramitação
121/90	1.169/88	Dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.	Em tramitação
122/90 (do Presidente da República)	5.976/90	Institui a Taxa de Conservação Rodoviária e dá outras providências.	À sanção. Lei nº 8.155, de 28-12-90
123/90	4.434/89	Autoriza o repasse, aos estados e municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências.	Em tramitação
124/90	5.997/90	Altera a legislação do Imposto de Renda, relativa a interesses fiscais, estabelece novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais e dá outras providências.	À sanção. Lei nº 8.167, de 16-1-91

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
125/90	1.606/89	Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem rural — SENAR, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Em tramitação
126/90 (do Ministério Público da União)	1.854/89	Cria a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo ao Ministério Público da União e seus cargos, fixa os valores de vencimentos e dá outras providências.	Em tramitação
127/90 (do Presidente da República)	3.654/89	Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-Lei nº 6.460, de 2 de maio de 1984, que regula a construção e a exploração de instalações portuárias rudimentares.	Em tramitação
128/90 (do Ministério Público da União)	3.733/89	Dispõe sobre a criação de Procuradorias Regionais da República, da Procuradoria da República do Estado do Tocantins, de Procuradorias em municípios do interior e dá outras providências.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos referentes aos projetos de lei da Câmara:

Total de Projetos	496
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	368
desta Sessão Legislativa	128
Aprovados e enviados à sanção	49
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	11
desta Sessão Legislativa	38
Emendados e devolvidos à Câmara dos Deputados	11
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	5
desta Sessão Legislativa	6
Continuam em tramitação	115
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	32
desta Sessão Legislativa	83
Rejeitado de Sessões Legislativas anteriores	2
Prejudicado de Sessões Legislativas anteriores	1
Arquivados (art. 333, RI), de Sessões Legislativas anteriores	317
Transformado em projeto de decreto legislativo, nesta Sessão Legislativa.....	1

4 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
22/83	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo denuncie, no prazo de 48 horas, o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.	Arquivado (R.L., art. 333)
24/83	6/83	Aprova a correção do artigo XV, alínea b, do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT assinado pelo Brasil em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelos Decretos n.ºs 74, 130, de 26 de maio de 1974.	Em tramitação
8/84	44/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo da Espanha, celebrado em Brasília, a 12 de maio de 1983.	Em tramitação
10/84	17/83	Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégio e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite — INMARSAT, concluído em Londres, a 1º de dezembro de 1981.	Em tramitação
16/84	58/84	Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa a Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotado em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.	Em tramitação
18/84	50/84	Aprova os textos da Convenção nº 140 e da Recomendação nº 148, referentes à licença remunerada para estudos, adotadas na 59ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1974.	Em tramitação
21/84	66/84	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em Luanda, em 16 de dezembro de 1983.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
25/84	70/84	Aprova o texto da Convenção nº 133, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre alojamento a bordo de navios (disposições complementares), adotada em Genebra, a 30 de outubro de 1970, durante a 55ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
29/84	69/84	Aprova o texto da Convenção nº 119, sobre “Proteção das Máquinas”, adotado na 47ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, realizada em Genebra, em junho de 1963.	Em tramitação
3/85	64/84	Aprova o texto da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de Imposto sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas, celebrado em Brasília, a 29 de setembro de 1983.	Em tramitação
4/85	59/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Energia Nuclear para fins pacíficos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 30 de novembro de 1983.	Em tramitação
5/85	31/83	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1981, no valor de Cr\$ 150.000.000.000.	Em tramitação
6/85	78/84	Aprova os textos da Convenção nº 137, e da Recomendação nº 145, da Organização Internacional do Trabalho, relativas às repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos, adotados em Genebra, em 25 de junho de 1973, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
7/85	77/81	Aprova o texto da Recomendação nº 131, referente a aposentadorias por invalidez e por velhice e pensões por morte, adotada na 51ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1967.	Em tramitação
8/85	85/85	Aprova os textos da Convenção nº 136 e da Recomendação nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre “proteção contra os riscos de intoxicação provocados pelo benzeno”, adotadas em Genebra, a 30 de junho de 1971, durante a LVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
9/85	90/85	Aprova o texto do Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, celebrado em Brasília, a 17 de julho de 1984.	Em tramitação
18/85	96/85	Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1983.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
19/85	72/84	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em Brasília, a 26 de junho de 1984.	Em tramitação
22/85	83/85	Aprova o texto da Convenção nº 134, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Prevenção de Acidentes de Trabalho dos Marítimos, adotada em Genebra, a 30 de outubro de 1970, durante a LV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
23/85	84/85	Aprova o texto da Recomendação nº 116, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Redução da Duração do Trabalho, adotada em Genebra, a 26 de junho de 1962, durante a XLVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
34/85	74/84	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1983, no valor de Cr\$ 950.000.000.000.	Em tramitação
2/86	97/85	Aprova o texto da Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, concluída em Viena, a 21 de maio de 1963.	Em tramitação
3/86	113/85	Aprova o texto do Acordo sobre Gratuidade Parcial na Execução de Cartas Rogatórias, celebrado, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 5 de outubro de 1978.	Em tramitação
4/86	86/85	Aprova o texto da Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, relativa à Idade Mínima para Admissão em Emprego, adotada, a 26 de junho de 1973, em Genebra, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
8/86	112/85	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor de Cr\$ 400.000.000.000 (quatrocentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
9/86	116/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor global de Cr\$ 1.900.000.000.000 (um trilhão e novecentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
10/86	117/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1985, no valor global de Cr\$ 10.000.000.000.000 (dez trilhões de cruzeiros).	Em tramitação
12/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a autorização do Presidente da República para ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de julho de 1986 a 31 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação
16/86	109/85	Aprova o texto do Acordo de Comércio, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, a 12 de setembro de 1984.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
19/86	123/86	Aprova o texto do Acordo Internacional do Açúcar de 1984, concluído em Genebra, em 5 de julho de 1984.	Em tramitação
21/86	130/86	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai na área de Rádio e Televisão, celebrado em Montevideu, em 14 de agosto de 1985.	Em tramitação
23/86	121/86	Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, a 16 de julho de 1985.	Decreto Legislativo nº 7, de 21-5-90
4/87	131/86	Aprova os textos do Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos aprovados, junto com o Protocolo Facultativo relativo a esse último Pacto, na XXI Sessão (1966) da Assembléia Geral das Nações Unidas.	Em tramitação
5/88	12/88	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda no exercício de 1987, no valor global de Cz\$ 95.000.000.000,00 (noventa e cinco bilhões de cruzados).	Em tramitação
6/88	143/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria, em Budapeste, a 20 de junho de 1986.	Em tramitação
8/88	11/88	Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção de Aviação Civil Internacional (art. 83 Bis) assinado em Montreal, a 6 de outubro de 1980.	Decreto Legislativo nº 29, de 18-9-90
9/88	10/88	Aprova o texto do Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO, referente à Ajuda do Programa Mundial de Alimentos, celebrado em Brasília, a 2 de fevereiro de 1987.	Decreto Legislativo nº 10, de 21-5-90
12/88	13/88	Aprova os textos das Recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985.	Em tramitação
14/88	19/88	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal, celebrado em Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988.	Em tramitação
15/88	20/88	Aprova o texto da Convenção nº 154, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre o incentivo à negociação coletiva, adotada em Genebra, em 1981, durante a 67ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
16/88	21/88	Aprova o texto da Convenção nº 140 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre a licença remunerada para estudos, adotada em Genebra, em 1974, durante a 59ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
17/88	23/88	Aprova o texto do Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, assinado com a República do Paraguai, em Brasília, a 29 de março de 1988.	Em tramitação
22/88	Fernando Henrique Cardoso	Susta o Decreto nº 96.814, de 28 de setembro de 1988, que “transforma a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN/PR), e dá outras providências”.	Rejeitado em decisão terminativa
23/88	Severo Gomes	Dispõe sobre a concessão de emissoras de rádio e televisão.	Arquivado (RI, art. 101, § 1º)
26/88	Maurício Corrêa	Susta o Decreto nº 96.930, de 4 de outubro de 1988, que “altera o Estatuto da Fundação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.	Rejeitado em decisão terminativa
6/89	Ronan Tito e outros	Revoga o art. 6º do Decreto Legislativo nº 72, de 1988.	Em tramitação
8/89	Marcio Lacerda	Susta os efeitos do Decreto Executivo nº 97.057, de 1º de novembro de 1988, que altera os Títulos I, II e III do Regulamento Geral para Execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Arquivado (R.I., art. 332)
22/89	155/86	Aprova o texto da Convenção nº 147 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre Normas Mínimas da Marinha Mercante, adotada em Genebra, em 1976, durante a 62ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Decreto Legislativo nº 33, de 25-10-90
38/89	1/87	Aprova as contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1985.	Em tramitação
46/89	115/85	Aprova as contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1984.	Em tramitação
54/89	39/89	Aprova o texto dos Atos Finais do XIX Congresso da União Postal Universal, realizado em Hamburgo, República Federal da Alemanha, em julho de 1984.	Decreto Legislativo nº 43, de 8-11-90
56/89	53/89	Aprova o texto da Convenção nº 139, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre a prevenção e o controle de riscos profissionais causados pelas substâncias ou agentes cancerígenos.	Decreto Legislativo nº 3, de 7-5-90
57/89	40/89	Aprova o texto do Acordo Constitutivo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — FLACSO.	Decreto Legislativo nº 4, de 7-5-90
58/89	98/89	Aprova o texto do Acordo Comercial assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Zimbábue, em Harare, em 20 de junho de 1988.	Decreto Legislativo nº 5, de 7-5-90

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
59/89	97/89	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, assinado em Caracas, em 11 de novembro de 1988.	À Câmara
60/89	60/89	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 18 de março de 1987.	Decreto Legislativo nº 8, de 21-5-90
61/89	161/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos da América para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico de Drogas, assinado em Brasília, em 3 de setembro de 1986.	À Câmara Decreto Legislativo nº 61, de 18-12-90
62/89	84/89	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda no exercício de 1986, no valor de até Cr\$ 13.000.000.000,00 (treze bilhões de cruzados).	Decreto Legislativo nº 18, de 9-8-90
63/89	123/89	Ratifica o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.	Decreto Legislativo nº 9, de 21-5-90
64/89	110/89	Homologa o Ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1986, no valor de Cr\$ 55.000.000.000,00 (cinquenta e cinco bilhões de cruzados) para atender às atividades produtivas do País e à circulação da riqueza nacional.	Decreto Legislativo nº 20, de 15-8-90
65/89	111/89	Aprova o texto do Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Madrid, em 13 de abril de 1989.	Decreto Legislativo nº 12, de 15-5-90
66/89	115/89	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emboaba de Minas Gerais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 1, de 8-3-90
67/89	116/89	Aprova o ato que renova a concessão de outorga à Rádio Maringá de Pombal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pombal, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 2, de 12-3-90
68/89	119/89	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, subscrito em Amã, em 15 de junho de 1989.	Decreto Legislativo nº 6, de 8-5-90

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/90	109/89	Aprova com restrições as Contas do Presidente da República relativas ao exercício financeiro de 1986.	Em tramitação
2/90	134/89	Aprova o texto do Protocolo Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique no campo da Meteorologia assinado em Maputo em 1º de junho de 1989.	Decreto Legislativo nº 14, de 29-6-90
3/90	105/89	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, para prevenção, controle e repressão da produção, tráfico e consumo ilícitos de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.	Decreto Legislativo nº 15, de 2-7-90
4/90	42/89	Aprova o texto do Acordo para Cooperação Técnica com outros Países da América Latina e da África entre o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho — OIT, concluído em Genebra, em 29 de julho de 1987.	Decreto Legislativo nº 16, de 11-7-90
5/90	146/86	Aprova o texto do Convênio de Defesa Fitossanitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, concluído em Madrid, em 12 de abril de 1984.	Decreto Legislativo nº 36, de 26-10-90
6/90	107/89	Aprova o texto do Convênio entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da Argentina, da República do Chile, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, sobre a Constituição do Comitê Regional de Sanidade Vegetal — COSAVE, assinado em Montevideu, em 9 de março de 1989.	Decreto Legislativo nº 19, de 9-8-90
7/90	159/86	Autoriza a adesão do Brasil à Convenção sobre a Conservação das Focas Antárticas, adotada em Londres em 1º de junho de 1972.	Decreto Legislativo nº 37, de 26-10-90
8/90	75/89	Aprova o texto da Alteração do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID adotado, pela Assembléia dos Governadores em 24 de dezembro de 1987, com voto favorável do Governador brasileiro, mediante Resolução AG-8/87.	Decreto Legislativo nº 38, de 26-10-90
9/90	Comissão Diretora	Ratifica, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Fundo Especial do Senado Federal, o Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal e o Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal.	Decreto Legislativo nº 27, de 14-9-90

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
10/90	148/89	Aprova o ato que renova a concessão à Rádio Heróis do Jenipapo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Campo Maior, Estado do Piauí.	Em tramitação
11/90	149/89	Aprova o ato de renovação de concessão outorgada à Rede Eldorado de Rádio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
12/90	154/89	Aprova o ato que outorga concessão à SPC Sistema Paranaíba de Comunicações Ltda., para a exploração de sons e imagens (televisão), na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.	Em tramitação
13/90	117/89	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaramã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Gauramo, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
14/90	121/89	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Gauramã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará.	Em tramitação
15/90	118/89	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Princesa do Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Açu, Estado do Rio Grande do Norte.	Em tramitação
16/90	126/89	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio e Televisão Imagem Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.	Em tramitação
17/90	137/89	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade FM de Lauro Müller Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina.	Em tramitação
18/90	142/89	Aprova o ato que outorga permissão à Sisfran — Sistema da Comunicação Alto São Francisco Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pompeu, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
19/90	144/89	Aprova o ato que outorga concessão à Telecomunicações Campos Dourados Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.	Em tramitação
20/90	158/89	Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Capital de Fortaleza Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 69, de 18-12-90
21/90	160/89	Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM Itabaiana Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
22/90	165/89	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Uruguaiana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
23/90	145/89	Aprova o ato que outorga permissão à Melodia — Sistema Capelinhense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Capelinha, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
24/90	153/89	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vale do Vaza-Barris Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jeremoabo, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 56, de 13-12-90
25/90	152/89	Aprova o ato que outorga permissão à FM Sudoeste Radiodifusora Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
26/90	159/89	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vitória de Batalha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Batalha, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 58, de 13-12-90
27/90	151/89	Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Pianalto Central Ltda., para exploração de sons e imagens (televisão), na cidade de Porangatu, Estado de Goiás.	Em tramitação
28/90	146/89	Aprova o ato que outorga permissão à Rede Gerais de Comunicação Ltda., para explorar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
29/90	155/89	Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Rainha de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Em tramitação
30/90	156/89	Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Sinuelo Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
31/90	Comissão Mista Permanente	Aprova as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 1988.	À Câmara
32/90	Mendes Canale	Fixa a competência e estabelece critérios e procedimentos para a Comissão Mista constituída nos termos do art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Arquivado (RI, art. 332)
33/90	87/89	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia, celebrado em Helsinque, em 2 de junho de 1988.	Decreto Legislativo nº 21, de 23-8-90

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
34/90	132/89	Aprova o texto do Protocolo que modifica a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal concernente à Tributação da Renda, firmado em Brasília, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia, em 12 de junho de 1989.	Decreto Legislativo nº 25, de 14-9-90
35/90	232/90	Aprova a indicação, por parte do Presidente da República, dos membros da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.	Decreto Legislativo nº 17, de 11-7-90
36/90	93/89	Aprova o texto do Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, assinado em Brasília, em 3 de junho de 1987.	Decreto Legislativo nº 26, de 14-9-90
37/90	131/89	Aprova os textos do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica e do Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrados em Maputo, em 1º de junho de 1989, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Moçambique.	Decreto Legislativo nº 34, de 25-10-90
38/90	133/89	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Moçambique, celebrado em Maputo, em 1º de junho de 1989.	Decreto Legislativo nº 39, de 29-10-90
39/90	164/86	Aprova o texto da Convenção sobre o Comércio de Trigo, que integra o Acordo Internacional do Trigo — 1986, aprovado pela Conferência Negociadora do Conselho Internacional do Trigo — CTT, realizada em Londres, em março de 1986.	Decreto Legislativo nº 41, de 5-11-90
40/90	167/89	Aprova o texto do Acordo de Co-produção Cinematográfica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Moçambique, em Maputo, em 1º de junho de 1989.	Legislativo nº 42, de 5-11-90
41/90	171/89	Aprova o texto do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, em Madrid, em 13 de abril de 1989.	Decreto Legislativo nº 31, de 16-10-90
42/90	179/90	Aprova o texto do Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, sobre a constituição de um Programa de Cooperação Técnica, assinado em Assunção, em 10 de novembro de 1989.	Decreto Legislativo nº 35, de 25-10-90
43/90	181/90	Aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, sobre Concessão de um Empréstimo pelo Japão, nos termos do Plano de Reciclagem Financeira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, a 10 de novembro de 1989.	Decreto Legislativo nº 32, de 25-10-90

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
44/90	224/90	Ratifica, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização — FUNDAF.	Decreto Legislativo nº 22, de 27-8-90
45/90 (Senador Chagas Rodrigues)		Ratifica, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Fundo de Liquidez da Previdência Congressual e do Fundo Assistencial do Instituto de Previdência do Congresso.	A Câmara
46/90	170/89	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel moeda, no exercício de 1988, no valor de NCz\$ 570.900.000.000,00 (quinhentos e setenta bilhões e novecentos milhões de cruzados novos).	Em tramitação
47/90	242/90	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e assinada pelo Governo brasileiro em 26 de janeiro de 1990.	Decreto Legislativo nº 28, de 14-9-90
48/90	PL 4.588/90	Ratifica a existência do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.	Decreto Legislativo nº 30, de 18-9-90
49/90	Mendes Canale	Ratifica, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Fundo Federal Agropecuário, o Fundo Geral do Cacau, o Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas e o Fundo Nacional de Cooperativismo.	Decreto Legislativo nº 66, de 18-12-90
50/90	180/90	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Quito, em 26 de outubro de 1989.	Decreto Legislativo nº 53, de 3-12-90
51/90	218/90	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Alemã, em Brasília, a 7 de março de 1990.	Decreto Legislativo nº 54, de 7-12-90
52/90	240/90	Aprova o texto do Convênio Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, em Brasília, a 16 de outubro de 1989.	Decreto Legislativo nº 40, de 5-11-90
53/90	162/89	Aprova o ato que revoga a concessão outorgada à Aecofaba Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Riacho de Santana, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 44, de 27-11-90
54/90	157/89	Aprova o ato que revoga a concessão à Rádio Cidade de Votuporanga Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 45, de 27-11-90
55/90	141/89	Aprova o ato que outorga a concessão à Rádio TV Independência Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Toledo, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 46, de 27-11-90

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
56/90	138/89	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Esmeralda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 47, de 27-11-90
57/90	135/89	Aprova o ato que outorga concessão à Organização Kimura-Nakaya de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 49, de 27-11-90
58/90	129/89	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Divinal FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 50, de 29-11-90
59/90	147/89	Aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Difusora de Picos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Picos, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 51, de 29-11-90
60/90	150/89	Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Pirapitinga Ltda., para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Catalão, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 52, de 29-11-90
61/90	127/89	Aprova o ato que outorga permissão à Santa Luzia Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Luziânia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 55, de 7-12-90
62/90	251/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rede Nordeste de Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 57, de 13-12-90
63/90	230/90	Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Tropical de Blumenau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.	Em tramitação
64/90	231/90	Aprova o ato que renova a concessão à Rádio Progresso de São Carlos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Em tramitação
65/90	229/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora de São João da Urtiga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na cidade de São João da Urtiga, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
66/90	228/90	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Isaec de Comunicação, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
67/90	227/90	Aprova o ato que renova permissão à Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
68/90	221/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Esperança de Guadalupe Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guadalupe, Estado do Piauí.	Em tramitação
69/90	219/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Imperial FM de Pedro II Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.	Em tramitação
70/90	215/90	Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Alvorada do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Floriano, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 59, de 17-12-90
71/90	214/90	Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Difusora de Itapetininga Ltda., para explorar, na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.	Em tramitação
72/90	213/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio E. TV Vale do Mogi-Guaçu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo.	Em tramitação
73/90	212/90	Aprova ato que outorga concessão à Rádio Educadora de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Em tramitação
74/90	210/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Jornal de João Pessoa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.	Em tramitação
75/90	208/90	Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional, Cultural e Assistencial de Pinheiro — FECAP, para executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 65, de 18-12-90
76/90	207/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Pataxós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Itabela, Estado da Bahia.	Em tramitação
77/90	206/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Jóia Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pérola, Estado do Paraná.	Em tramitação
78/90	204/90	Aprova o ato que renova permissão à Rádio Serrana de Bento Gonçalves Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
79/90	203/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Arapoti Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arapoti, Estado do Paraná.	Em tramitação
80/90	202/90	Aprova o ato que renova permissão à Rádio FM Folha de Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Em tramitação
81/90	201/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Difusora de Ivinhema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ivinhema, Estado do Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
82/90	200/90	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Rio Grande S.A., para explorar, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão).	Em tramitação
83/90	197/90	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Campina Grande Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Em tramitação
84/90	192/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM 102 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.	Em tramitação
85/90	186/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rede Integração de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Toledo, Estado do Paraná.	Em tramitação
86/90	220/90	Aprova o ato que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de fevereiro de 1989, a permissão outorgada à 8 A FM de Jacareí Ltda., através da Portaria nº 152, de 12 de setembro de 1989, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.	Em tramitação
87/90	205/90	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liderson de Orlândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.	Em tramitação
88/90	211/90	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Santa Maria Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
89/90	187/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rede Amapaense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, em âmbito local, a cidade de Macapá, Estado do Amapá.	Em tramitação
90/90	143/89	Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Alfredense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
91/90	241/90	Aprova o texto da Convenção celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Reinos Baixos, destiada a evitar a Dupla Tributação e prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda, firmada em Brasília, a 8 de março de 190.	Decreto Legislativo n.º 60, de 17-12-90
92/90	243/90	Aprova o texto do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, assinado em abril de 1988, na cidade de Belgrado.	Em tramitação
93/90 (do Senador Jutahy Magalhães)		Sujeita à prévia aprovação do Congresso Nacional os tratados, acordos ou atos internacionais, tendo por objetivo renegociar os ajustes que menciona.	Arquivado (R. I., art. 332)
94/90	175/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Club de Palmas Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Palmas, Estado do Paraná.	Em tramitação
95/90	185/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Liberdade de Itarema Ltda., para exploração de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itarema, Estado do Ceará.	Em tramitação
96/90	188/90	Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1986, a permissão outorgada à Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., através da Portaria n.º 998, de 26 de agosto de 1976, para explorar, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.	Em tramitação
97/90	189/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Currais Novos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.	Em tramitação
98/90	190/90	Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Norte de Rádio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.	Em tramitação
99/90	238/90	Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Clube do Pará de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Marabá, Estado do Pará.	Em tramitação
100/90	239/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tupinambá de Sobral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Baturité, Estado do Ceará.	Em tramitação
101/90	245/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rede Associada de Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
102/90	248/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Transmineral Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
103/90	249/90	Aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Cassino de Rio Grande Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, a cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
104/90	250/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Saudades FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Matão, Estado de São Paulo.	Em tramitação
105/90	252/90	Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1987, a permissão outorgada à Rádio Jornal do Povo Ltda., através da Portaria n.º 1.039, de 30 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.	Em tramitação
106/90	253/90	Aprova os atos que outorgam permissões à Omega difusão S/C Ltda., e Kiss Telecomunicações Ltda., para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito à exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arujá, Estado de São Paulo.	Em tramitação
107/90	254/90	Aprova o ato que outorga permissão à SINTONIA — Sistema FM Stereosom Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo.	Em tramitação
108/90	255/90	Aprova o ato que outorga concessão à Empresa de Radiodifusão Campograndense Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
109/90	256/90	Aprova o ato que renova, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de fevereiro de 1989, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Clube São José dos Campos Ltda., através da Portaria nº 214, de 20 de fevereiro de 1979, para explorar, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.	Em tramitação
110/90	259/90	Aprova o ato que outorga permissão à Prata FM S/C Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
111/90	266/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vale do Rio Paraná Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo.	Em tramitação
112/90	275/90	Aprova o ato que outorga concessão à TV Minas Sul Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
113/90	307/90	Aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguariúna a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.	Em tramitação
114/90	271/90	Aprova o ato que outorga permissão à FM Corisco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada a cidade de Boituva, Estado de São Paulo.	Em tramitação
115/90	292/90	Aprova os atos que outorgam permissão à Rádio SP-1 Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo, e à Planalto FM Stéreo Som Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.	Em tramitação
116/90	260/90	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Bahiana de Itaberaba Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 1988, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaberaba, Estado da Bahia.	Em tramitação
117/90	261/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade de Apiaí Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Apiaí, Estado de São Paulo.	Em tramitação
118/90	262/90	Aprova o ato que outorga concessão à SAT — Sistema a Tribuna de Comunicação Santos Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Santos, Estado de São Paulo.	Em tramitação
119/90	263/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alterosa de Brasópolis Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brasópolis, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
120/90	264/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Belos Montes de Seara Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina.	Em tramitação
121/90	265/90	Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 29 de junho de 1988, a concessão outorgada à Rádio Cultura do Agreste Meridional Ltda., através do Decreto nº 81.646, de 10 de maio de 1978, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.	Em tramitação
122/90	267/90	Aprova o ato que renova, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 20 de fevereiro de 1989, a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda., através da Portaria n.º 195, de 14 de fevereiro de 1979, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Em tramitação
123/90	268/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Clube Itapira Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapira, Estado de São Paulo.	Em tramitação
124/90	269/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Planalto de Perdizes Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Perdizes, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
125/90	283/90	Aprova o ato que outorga permissão à Organização Amaral Gurgel de Radiodifusão S/C Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Araquara, Estado de São Paulo.	Em tramitação
126/90	289/90	Aprova o ato que outorga permissão à Televisão Universitária Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Em tramitação
127/90	313/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade de Bastos Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.	Em tramitação
128/90	326/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Meridional Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
129/90	274/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Barretos Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Colina, Estado de São Paulo.	Em tramitação
130/90	284/90	Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema CAF de Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
131/90	285/90	Aprova o ato que outorga concessão à Sociedade de Televisão Manauara Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na Boca do Acre, Estado do Amazonas.	Em tramitação
132/90	287/90	Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Potiguar de Informação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.	Em tramitação
133/90	288/90	Aprova o ato que outorga permissão à Universidade do Oeste Paulista — UNOESTE, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.	Em tramitação
134/90	291/90	Aprova o ato que outorga permissão à Global Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
135/90	293/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Seminário Folha de Arthur Nogueira Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arthur Nogueira, Estado de São Paulo.	Em tramitação
136/90	297/90	Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Potiguar de Informação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte.	Em tramitação
137/90	298/90	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Jornal Cidade Juiz de Fora Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
138/90	300/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ferreirense Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo.	Em tramitação
139/90	308/90	Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cristã Educativa, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás.	Em tramitação
140/90	310/90	Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional e de Radiodifusão Catedral São Sebastião do Rio de Janeiro, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 68, de 18-12-90
141/90	317/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santo Antônio de Posse Stéreo Som Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo.	Em tramitação
142/90	322/90	Aprova os atos que outorgam permissão às Rádios Sombrio FM Ltda., e Mampituba FM Stéreo Ltda., para explorarem serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 67, de 18-12-90
143/90	329/90	Aprova o ato que renova, a partir de 23 de agosto de 1989, a permissão outorgada à Brasília Super Rádio FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Em tramitação
144/90	331/90	Aprova os atos que outorgam permissão à Sociedade de Radiodifusão Manaus Ltda., e à Sociedade de Televisão Manauara Ltda., para explorarem serviço de radiodifusão sonora na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Em tramitação
145/90	333/90	Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capital de Fortaleza Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Aquiraz, Estado do Ceará.	Em tramitação
146/90	76/89	Aprova o texto da Convenção destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda firmada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, em Nova Delhi, a 26 de abril de 1988.	Em tramitação
147/90	323/90	Dispõe sobre a remuneração do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado para o próximo exercício financeiro.	Decreto Legislativo nº 63, de 18-12-90
148/90	324/90	Dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional para a legislatura de 1991 a 1995.	Decreto Legislativo nº 64, de 18-12-90

c) RECEBIDOS DA CÂMARA PARA PROMULGAÇÃO

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
3/89	90/89	Acrescenta parágrafos ao art. 4º do Decreto Legislativo nº 72, de 1989, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional.	Decreto Legislativo nº 23, de 27-8-90
12/89	137/86	Aprova o texto da Convenção nº 146 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre Férias Remuneradas Anuais da Gente do Mar, adotada em Genebra em 1976, durante a 62.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Decreto Legislativo nº 48, de 27-11-90
24/89	160/86	Aprova o texto da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, em Brasília, em 26 de agosto de 1986, bem como o Protocolo que a integra.	Decreto Legislativo nº 11, de 23-5-90
27/89	57/89	Aprova os textos das Convenções sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica, aprovadas durante a sessão especial da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986.	Decreto Legislativo nº 24, de 29-8-90
28/89	157/86	Aprova o texto da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria, celebrada em Budapeste, em 20 de junho de 1986, assim como o Protocolo acordado no mesmo local.	Decreto Legislativo nº 13, de 22-6-90
61/89	161/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos da América, para a Redução de Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfego de Drogas, assinado em Brasília, em 3 de dezembro de 1986.	Decreto Legislativo nº 61, de 18-12-90

e) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos referentes aos projetos de decreto legislativo:

I — Total de Projetos	217
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	69
desta Sessão Legislativa	148
Aprovados e promulgados	62
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	16
desta Sessão Legislativa	46
Permanecem em estudo	140
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	41
desta Sessão Legislativa	98
Enviados à Câmara	3
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	1
desta Sessão Legislativa	2
Recebidos da Câmara para promulgação — de Sessões Legislativas anteriores	6
Emendado pela Câmara e promulgado — de Sessão Legislativa anterior	1
Rejeitados, de Sessões Legislativas anteriores	4
Arquivados, desta Sessão Legislativa (art. 332, RI)	2
II — Os projetos de decreto legislativo versaram sobre:	
Alteração de convênio	1
Aprovação de contas do Presidente da República	2
Atos internacionais	23
Autorização para emissão de papel-moeda	1
Concessão de emissoras de rádio e televisão	111
Critérios sobre comissão mista	1
Escolha de autoridades	1
Ratificação de fundos	5
Remuneração dos membros do Congresso Nacional	1
Remuneração do Presidente da República	1
Sujeita matérias à aprovação do Congresso Nacional	1

5 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
17/87	Itamar Franco	Institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
21/87	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal ao exterior, bem como da indicação do seu substituto eventual.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
57/87	Nelson Carneiro	Dispõe sobre operação de crédito dos estados e municípios, fixa critérios e condições.	Arquivado (RI, art. 332)
443/87	Mendes Canale	Altera, temporariamente, o mandato dos membros das Comissões Permanentes.	Arquivado (RI, art. 332)
90/88	Affonso Camargo	Acrescenta o item II ao art. 97 da Resolução nº 93, de 1970, renumerando-se os demais.	Arquivado (RI, art. 332)
91/88	Comissão Diretora	Altera a lotação nos gabinetes a que se refere o item V do art. 357 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dá outras providências.	Arquivado (RI, art. 332)
98/88	Comissão Diretora	Dá nova redação ao art. 368, inciso I, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Em tramitação
141/88	Severo Gomes	Dispõe sobre os limites de remuneração dos títulos da dívida pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.	Arquivado (RI, art. 332)
142/88	Severo Gomes	Dispõe sobre as operações de conversão da dívida externa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios em investimentos no País, e dá outras providências.	Arquivado (RI, art. 332)
184/88	Comissão Diretora	Dispõe sobre o funcionamento do Pecúlio do Senado, e dá outras providências.	Em tramitação
185/88	Jutahy Magalhães	Estabelece a Estrutura Administrativa Básica do Senado Federal, e dá outras providências.	Arquivado (RI, art. 332)
201/88	Comissão Diretora	Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, na Subsecretaria de Comissões, e dá outras providências.	Em tramitação
2/89	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 10 de novembro de 1972, nas partes referentes à Secretaria de Documentação e Informação.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
27/89	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre proposta de ação direta de inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 63, a ser proposta pela Mesa do Senado Federal, perante o Supremo Tribunal Federal.	Arquivado (RI, art. 332)
35/89	Francisco Rollemberg	Revoga o art. 438 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972 (art. atual nº 525).	Resolução nº 34, de 23-8-90
46/89	Maurício Corrêa	Susta os efeitos do Decreto nº 11.569, de 17 de maio de 1989, do Governo do Distrito Federal, que "institui normas para a concessão de direito real de uso de terreno".	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
49/89	Itamar Franco	Dispõe sobre as condições para pagamento do principal e encargos da dívida externa.	Arquivado (RI, art. 332)
52/89	Moisés Abrão	Suprime a alínea c do art. 389 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (RI, art. 332)
59/89	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao art. 375 do Regimento Interno.	Resolução nº 1 de 21-2-90
72/89	Fernando Henrique Cardoso	Altera a Resolução nº 157, de 1988, que estabelece normas para que o Senado Federal exerça a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal.	Rejeitado (RI, art. 101, § 1º)
85/89	Irapuan Costa Júnior	Altera a Resolução nº 62, de 1975, que dispõe sobre operações de crédito dos estados e municípios, fixa seus limites e condições.	Arquivado (RI, art. 332)
89/89	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a extinção de cargos, empregos e claros de lotação no Senado Federal.	Arquivado (RI, art. 332)
91/89	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania	Suspende, de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 5 de março de 1986, a execução do parágrafo único do art. 45 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79), nos termos do que dispõe o art. 52, inciso X, da Constituição brasileira em vigor.	Resolução nº 12, de 26-3-90
92/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre a transformação de cargos em comissão de Assessor Legislativo e dá outras providências.	Arquivado (RI, art. 332)
94/89	Comissão Diretora	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Bibliotecário, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	Prejudicado
95/89	Comissão Diretora	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Psicólogo, Grupo-Outras Atividades de Nível Superior do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	Prejudicado

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/90	CCJ	Suspende, de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 19 de novembro de 1987, a execução do art. 8º do Decreto nº 68.419, de 25 de março de 1971, nos termos do que dispõe o art. 52, inciso X da Constituição.	Resolução nº 16, de 7-5-90
2/90	Odacir Soares e outros Senadores	Altera o Título IV do Regimento Interno do Senado Federal.	Resolução nº 9, de 22-3-90
3/90	Carlos Patrocínio (Relator)	Autoriza a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até FB 86.835.783,00.	Resolução nº 2, de 7-3-90
4/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, a elevar em NCz\$ 3.820.371,00 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 14, de 29-3-90
5/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, quatro bilhões de Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado (LFT-PR).	Resolução nº 6, de 13-3-90
6/90	Edison Lobão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a emitir oitenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cento e setenta Letras Financeiras do Tesouro daquele Município (LFTM-SP), para fins que especifica.	Resolução nº 7, de 13-3-90
7/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió (AL) a contratar operação de crédito, em cruzados novos, no valor correspondente a 18.073.401,80 BTN junto à Caixa Econômica Federal.	Resolução nº 3, de 13-3-90
8/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Açailândia (MA) a elevar, temporariamente, o limite de sua dívida consolidada interna no valor equivalente a 7.605.263,00 BTN.	Resolução nº 8, de 13-3-90
9/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar, temporariamente, o limite de sua dívida consolidada interna, no valor equivalente a 935.882,67 BTN.	Resolução nº 4, de 13-3-90
10/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados novos, a 6.411.381,82 BTN, junto à Caixa Econômica Federal.	Resolução nº 5, de 13-3-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
11/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 4.000.000.000 de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás (LFT-GO).	Resolução nº 11, de 23-3-90
12/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir um total de 4.500.000.000 de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFTP) em substituição de igual número de títulos emitidos a título de antecipação da receita.	Resolução nº 13, de 29-3-90
13/90	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza o Governo da União, através do Ministério da Saúde, a contratar operação de crédito externo no valor de US\$267,000,000.00.	Resolução nº 10, de 22-3-90
14/90	Alexandre Costa e outros Senadores	Autoriza a instalação, nas dependências do Senado Federal, de Gabinete do Vice-Presidente da República, e dá outras providências.	Retirado pelo autor
15/90	Ney Maranhão	Autoriza a instalação, nas dependências do Senado Federal, de Gabinete do Líder do Governo, e dá outras providências.	Resolução nº 15, de 30-4-90
16/90	Cid Sabóia de Carvalho	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (RI, art. 332)
17/90	Marco Maciel	Modifica o § 7º do art. 65 do Regimento Interno.	Retirado pelo autor
18/90	Marco Maciel	Modifica o § 7º do art. 65 do Regimento Interno.	Resolução nº 17, de 30-5-90
19/90	Nelson Carneiro	Institui o Plano de Carreira na Administração do Senado Federal, fixa as respectivas diretrizes, e dá outras providências.	Arquivado (RI, art. 332)
20/90	Comissão do DF	Aprova as contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1988.	Resolução nº 25, de 30-6-90
21/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Altera a Resolução nº 17, de 25 de janeiro de 1989, do Senado Federal.	Resolução nº 26, de 30-6-90
22/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Espírito Santo a emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFT-ES).	Resolução nº 24, de 29-6-90
23/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFT-RS).	Resolução nº 18, de 25-6-90
24/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Companhia Energética de São Paulo a ultimar contratação de crédito externo no valor equivalente a DM 23,0 milhões (vinte e três milhões de marcos alemães), junto ao Ansaldo Giespa, de Milão — Itália.	Resolução nº 23, de 29-6-90
25/90	Comissão Diretora	Dispõe sobre o registro de frequência dos servidores do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
26/90	Francisco Rollemberg (Relator)	Rerratifica a Resolução nº 12, de 5 de abril de 1989, do Senado Federal.	Resolução nº 19, de 27-6-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
27/90	Márcio Lacerda (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, um bilhão e trezentos milhões de Letras Financeiras do Estado do Mato Grosso (LFTE-MT).	Resolução nº 20, de 28-6-90
28/90	Ronaldo Aragão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Goiânia (GO) a elevar temporariamente o limite fixado no inciso I do art. 3º da Resolução nº 94, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal.	Resolução nº 22, de 28-6-90
29/90	Maurício Corrêa (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 5.000.000.000 de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás.	Resolução nº 21, de 28-6-90
30/90	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Suspende, por inconstitucionalidade, a execução dos §§ 4º e 5º, do art. 5º, da Lei nº 3.539 de 1974, do Estado do Maranhão.	Resolução nº 35, de 23-8-90
31/90	Ronan Tito (Relator)	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir e colocar no mercado 90.133.008 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT-MG), bem como a proceder substituição de 1.521.219.805 (LFT-MG), registradas no Selic/Bacen, sob o código 9, por Bônus do Tesouro do Estado de Minas Gerais (BTMG), em valor financeiro idêntico à quantidade acima mencionada.	Resolução nº 29, de 3-7-90
32/90	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito, em cruzeiros, no valor correspondente a 142.247.075,92546 Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF) com temporária elevação do limite de estabelecido pelo item II do art. 3º da Resolução nº 94, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal.	Resolução nº 27, de 30-6-90
33/90	Ronan Tito (Relator)	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de dólares americanos), ou seu equivalente em outras moedas.	Resolução nº 28, de 3-7-90
34/90	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFT-RJ) em substituição àquelas que serão resgatadas no segundo semestre de 1990.	Resolução nº 31, de 10-7-90
35/90	Wilson Martins (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTC) em substituição de 381.798.469 LFTC vencíveis no segundo semestre de 1990.	Resolução nº 30, de 10-7-90
36/90	Jutahy Magalhães	Modifica disposições regimentais de inclusão de matéria em Ordem do Dia e dá outras providências.	Arquivado (RI, art. 332)
37/90	Raimundo Lira (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a emitir e a colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Paraíba.	Resolução nº 32, de 23-8-90
38/90	Raimundo Lira (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar temporariamente o limite fixado no inciso II do art. 3º da Resolução nº 94, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal.	Resolução nº 33, de 23-8-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
39/90	Comissão Diretora	Altera o disposto no art. 443, inciso I do Regulamento Administrativo do Senado Federal.	Resolução nº 40, de 14-9-90
40/90	Luiz Viana Neto (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Bahia (LFT-BA).	Resolução nº 36, de 28-8-90
41/90	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, a emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM-IT).	Resolução nº 37, de 28-8-90
42/90	Mauro Borges (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente a 3.824.260,79 Bônus do Tesouro Nacional.	Resolução nº 39, de 28-8-90
43/90	Márcio Lacerda (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso (LFTE-MT).	Resolução nº 38, de 28-8-90
44/90	Jutahy Magalhães	Estabelece princípios gerais de Processo Legislativo e dá outras providências.	Arquivado (RI, art. 332)
45/90	Fernando Henrique Cardoso	Altera a redação do art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 94, de 1989, que dispõe sobre os limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos Municípios e de suas respectivas autarquias e estabelece limites e condições para a concessão de garantias.	Prejudicado
46/90	Fernando Henrique Cardoso	Altera a redação do art. 15 da Resolução do Senado Federal n.º 96, de 1989, que dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.	Resolução nº 45, de 29-10-90
47/90	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a realização de concurso público para o preenchimento de cargos para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e determina outras providências.	Rejeitado
48/90	Lourival Baptista (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a emitir e a colocar no mercado através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM-Rio).	Resolução nº 42, de 14-9-90
49/90	Fernando Henrique Cardoso (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFTP) em substituição a 160.420.000 (LFTP) que vencem no segundo semestre de 1990.	Resolução nº 41, de 14-9-90
50/90	Carlos Patrocínio (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar, temporariamente, o limite fixado no inciso I do art. 3º da Resolução nº 94, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal.	Resolução nº 43, de 14-9-90
51/90	Carlos Patrocínio	Revoga o art. 370 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (RI, art. 332)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
52/90	Mansueto de Lavor (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir e colocar em mercado 5.125.000.000 Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul — LFT-RS.	Resolução nº 44, de 24-10-90
53/90	Comissão Diretora	Acrescenta § 5º ao art. 2º da Resolução nº 21, de 1980, e altera o disposto no seu inciso II.	Em tramitação
54/90	Mauro Benevides e outros Senadores	Estabelece normas para a posse dos Deputados Distritais eleitos a 3 de outubro de 1990, regula a eleição da Mesa da Câmara Legislativa e a solenidade de posse do Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, eleitos na mesma data, e dá outras providências.	Resolução nº 49, de 23-11-90
55/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Estabelece condições para a renegociação da dívida externa brasileira.	Arquivado (RI, art. 332)
56/90	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a celebrar operação de compra e venda com financiamento externo junto à empresa MLW Intermed-Export-Import, da República Democrática Alemã, no valor de CL\$-RDA 8,259.367,50.	Resolução nº 47, de 20-11-90
57/90	Comissão Diretora	Dispõe sobre a extinção de vinte cargos em comissão, de Assessor Legislativo, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
58/90	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania	Revoga o art. 370 do Regimento Interno do Senado Federal.	Resolução nº 52, de 10-12-90
59/90	Meira Filho (Relator)	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir e colocar em mercado 18.104.135 Letras Financeiras do Tesouro de Minas Gerais — LFT-MG.	Resolução nº 46, de 8-11-90
60/90	Jutahy Magalhães	Extingue o voto de liderança.	Arquivado (RI, art. 332)
61/90	Ney Maranhão	Dispõe sobre a realização de concurso público para o preenchimento do quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.	Resolução nº 48, de 23-11-90
62/90	Ney Maranhão	Dá nova redação à Resolução nº 94, de 1989.	Prejudicado
63/90	Iram Saraiva	Altera a redação do art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (RI, art. 332)
64/90	Nabor Júnior (Relator)	Suspende a execução dos arts. 84 e 89 da Lei nº 2.454, de 1977, do Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.	Resolução nº 57, de 13-12-90
65/90	Fernando Henrique Cardoso e outros	Dá nova redação ao art. 16 da Resolução nº 94, de 1989.	Resolução nº 50, de 29-11-90
66/90	Ney Maranhão	Dispõe sobre os limites globais e condições para as operações de crédito internas e externas dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, e estabelece limites e condições para a concessão de garantias.	Resolução nº 58, de 13-12-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
67/90	Luiz Viana Neto (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a emitir um total de 14.103.560,700 de Letras Financeiras do Tesouro da Bahia (LFT-BA), com temporária elevação do limite fixado no art. 3º, I, da Resolução nº 94, de 1989, do Senado Federal.	Resolução nº 51, de 6-12-90
68/90	Mauro Benevides (Relator)	Altera a Resolução nº 186, de 6 de novembro de 1987.	Resolução nº 53, de 12-12-90
69/90	José Paulo Bisol (Relator)	Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado — LFT-RS.	Resolução nº 54, de 13-12-90
70/90	João Lobo (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir e colocar no mercado 6.191.417.692 Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo — LFTM-SP.	Resolução nº 55, de 13-12-90
71/90	Nelson Wedekin (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá — PR, a elevar, temporariamente, o limite fixado no inciso I do art. 3º da Resolução nº 94, de 15 de dezembro, do Senado Federal.	Resolução nº 56, de 13-12-90
72/90	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais (MG), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 8.982.516.993 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT-MG).	Resolução nº 59, de 17-12-90
73/90	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir Bônus do Tesouro do Estado de São Paulo.	Resolução nº 62, de 17-12-90
74/90	Jorge Bornhausen (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo (SP) a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP.	Resolução nº 61, de 17-12-90
75/90	Nelson Carneiro	Aplica, no âmbito do Senado Federal, as disposições da Lei nº 7.956, de 20 de dezembro de 1989; altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.	Resolução nº 73, de 18-12-90
76/90	Ronan Tito e outros Senadores	Estabelece condições para a renegociação da dívida externa brasileira.	Resolução nº 82, de 18-12-90
77/90	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro — RJ, a emitir 270.000.000 LFT-RJ, destinadas à rolagem dos títulos que menciona, em face da inadimplência da Companhia Siderúrgica Nacional.	Resolução nº 60, de 17-12-90
78/90	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina — SC, a contratar operação de crédito externo no valor de 17.681.494,00 (dezessete milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro marcos alemães).	Resolução nº 64, de 18-12-90
79/90	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza o Presidente da República a conceder garantia da União a operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de US\$ 300.000.000 (trezentos milhões de dólares americanos).	Resolução nº 65, de 18-12-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
80/90	Leite Chaves (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Paraná — PR, a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná — LFT-PR.	Resolução nº 63, de 18-12-90
81/90	Ney Maranhão (Relator)	Autoriza o Presidente da República Federativa do Brasil a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$150.000.000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares), ou seu equivalente em outras moedas.	Resolução nº 66, de 18-12-90
82/90	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza o Ministério da Ação Social a ultimar contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$350.000.000.00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares), ou seu equivalente em outra moeda, composta em duas secções, uma de US\$300.000.000.00 (trezentos milhões de dólares), e outra de US\$50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Social de Emergência e Geração de Empregos — PROSEGE.	Resolução nº 68, de 18-12-90
83/90	Lourival Baptista (Relator)	Modifica a Resolução nº 215, de 28 de agosto de 1986, do Senado Federal.	Resolução nº 83, de 18-12-90
84/90	Leite Chaves (Relator)	Autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$135.000.000.00 (cento e trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto Hidrelétrico de Segredo, da Companhia Paranaense de Energia — COPEL.	Resolução nº 84, de 18-12-90
85/90	Oziel Carneiro (Relator)	Autoriza a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A — EMBRATEL, a ultimar contratação de 4 (quatro) operações de crédito externo, no valor global de até US\$311.895.000.00 (trezentos e onze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil dólares), junto ao Credit Lyonnais, ao Bank Lambert S/A e ao Export — Import Bank of the United States — EXIMBANK.	Resolução nº 85, de 18-12-90
86/90	Oziel Carneiro (Relator)	Autoriza a formalização dos contratos de cessão e transferência de recursos a fundo perdido, entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, destinados a financiar o Projeto Nacional do Meio Ambiente (National Environmental Project) e o Segundo Projeto de Ciência e Tecnologia (Science and Technology II), no valor total de Y113.000.000 (cento e treze milhões de ienes).	Resolução nº 69, de 18-12-90
87/90	José Ignácio Ferreira (Relator)	Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, a ultimar contratação de operação de crédito externo, no valor de até US\$250.000.000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em outras moedas, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, com garantia da União, destinada ao financiamento parcial do Programa Multisetorial de Crédito.	Resolução nº 70, de 18-12-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
88/90	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 588.280.935 Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFT-RJ).	Resolução nº 67, de 18-12-90
89/90	Severo Gomes (Relator)	Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo (SP), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 1.717.544.757 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFTM-SP).	Resolução nº 71, de 18-12-90
90/90	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de compra e venda com financiamento externo junto à Medicor, Empresa de Comércio Exterior da República da Hungria, no montante de US\$17,000,000.00 (dezesete milhões de dólares).	Resolução nº 74, de 18-12-90
91/90	Severo Gomes (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina (SC), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTC), destinadas ao giro de 138.101.116 LFTC.	Resolução nº 75, de 18-12-90
92/90	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Bahia (BA), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Bahia (LFT-BA), destinadas ao giro de 24.719.408 (LFT-BA).	Resolução nº 86, de 18-12-90
93/90	José Paulo Bisol (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 14.000.000.000 de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFT-RS).	Resolução nº 72, de 18-12-90
94/90	José Fogaça (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFT-RS), destinadas ao giro de 3.453.294 (LFT-RS).	Resolução nº 76, de 18-12-90
95/90	João Calmon (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo (ES), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFT-ES), destinadas ao giro de 14.430.000 (LFT-ES).	Resolução nº 79, de 18-12-90
96/90	Afonso Sancho (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte (RN), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Norte (LFTE-RN), destinadas ao giro de 2.776.500 (LFTE-RN).	Resolução nº 80, de 18-12-90
97/90	Ronan Tito (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais (MG), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT-MG), destinadas ao giro de 14.170.470 (LFT-MG).	Resolução nº 87, de 18-12-90
98/90	Humberto Lucena (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba (PB), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro da Paraíba (LFT—PB), destinadas ao giro de Paraíba (LFT-PB), destinadas ao giro de 8.021.000 (LFT-PB).	Resolução nº 78, de 18-12-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
99/90	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFT-RJ), destinadas ao giro de 27.148.001 LFT-RJ.	Resolução nº 77, de 18-12-90
100/90	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (RJ), a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 14.000.000.000 de Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM-Rio).	Resolução nº 81, de 18-12-90
101/90	José Ignácio Ferreira (Relator)	Autoriza o Ministério da Agricultura a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$210,000,000.00, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — Banco Mundial, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Irrigação Nordeste I.	Resolução nº 88, de 18-12-90

c) SÚMULA

Total de Projetos	127
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	26
desta Sessão Legislativa	101
Aprovados e promulgados	88
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	3
desta Sessão Legislativa	85
Continuam em tramitação	7
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	4
desta Sessão Legislativa	3
Prejudicados	4
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	2
desta Sessão Legislativa	2
Rejeitados	4
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	2
desta Sessão Legislativa	2
Arquivados (art. 332 do RI)	21
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	13
desta Sessão Legislativa	8
Retirado pelo autor, desta sessão legislativa	1
Encaminhados à Câmara Legislativa do Distrito Federal, de sessões legislativas anteriores	2
Os projetos de resolução versaram sobre:	
Alteração do Regimento Interno	9
Alteração do Regulamento Administrativo	2
Alteração de Resolução	7

Aprovação de contas do Governo do Distrito Federal	1
Assuntos da administração interna do Senado Federal	6
Câmara Legislativa do Distrito Federal	3
Dívida externa	2
Empréstimos ou financiamentos externos	15
Inconstitucionalidade de lei	3
Operações financeiras dos estados e dos municípios	49

6 — REQUERIMENTOS

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Dos requerimentos das sessões legislativas anteriores, apenas foram aprovados os seguintes:

- de informações, nº 739/89, de autoria do Senador Sílvio Name;
- de informações, nº 754/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa; e
- de tramitação conjunta de projetos, nº 756/89, de autoria do Senador Marco Maciel.

Os de números 10, 12, 18, 74, 79, 91, 116, 151, 158, 270, de 1987; 19, 24, 41, 49, 59, 95, 211, de 1988; e 282, 357, 411 e 584, de 1989, foram arquivados ao final da Legislatura, de acordo com o disposto no art. 332 do Regimento Interno.

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1/90	Mauro Benevides	Licença por oito dias.	Deferido
2/90	Ronaldo Aragão	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa.	Aprovado
3/90	Teotônio Vilela Filho	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa.	Aprovado
4/90	Jarbas Passarinho	Voto de aplauso pela libertação de Nelson Mandela.	Aprovado
5/90	Jarbas Passarinho	Voto de aplauso pela democratização de países totalitários da Europa.	Aprovado
6/90	Francisco Rollemberg	Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Júlio Leite.	Aprovado
7/90	Ronaldo Aragão	Pedido de informações ao Ministro da Previdência e Assistência Social.	Aprovado
8/90	Roberto Campos	Retirada da Proposta de Fiscalização nº 2, de 1988.	Aprovado
9/90	Humberto Lucena	Voto de censura à invasão do Panamá por Forças norte-americanas.	Aprovado
10/90	Carlos De'Carli	Tratamento de saúde.	Aprovado
11/90	Antonio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
12/90	Cid Sabóia de Carvalho	Retirada de emenda.	Aprovado
13/90	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
14/90	Mauro Benevides e outros	Não realização de sessão.	Aprovado
15/90	Mauro Benevides e outros	Voto de pesar pelo falecimento do Governador do Estado de Santa Catarina, Dr. Pedro Ivo Campos.	Aprovado
16/90	Nelson Carneiro e outros Senadores	Homenagem de pesar pelo falecimento de Angelo Mendes de Moraes.	Aprovado
17/90	Francisco Rollemberg	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
18/90	Chagas Rodrigues	Destaque para rejeição de parte de projeto.	Aprovado
19/90	Jamil Haddad e outros	Designação de Comissão externa para representar o Senado nos funerais de Luiz Carlos Prestes.	Aprovado
20/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
21/90	Jamil Haddad e outros	Transformação de sessão ordinária em sessão especial para homenagear a memória de Luiz Carlos Prestes.	Aprovado
22/90	Ney Maranhão	Licença para tratamento de saúde.	Aprovado
23/90	Líderes do PFL, PMDB, PTB, PDS e PSDB	Urgência (art. 336, c)	Prejudicado
24/90	Líderes do PSDB, PMDB, PFL e PTB	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
25/90	Líderes do PFL, PMDB, PSDB e PTB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
26/90	Líderes do PFL, PMDB, PSDB e PTB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
27/90	Pompeu de Sousa	Não realização de sessão.	Aprovado
28/90	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
29/90	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
30/90	Líderes do PMDB, PSDB, PTB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
31/90	Líderes do PMDB, PSDB, PTB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
32/90	Líderes do PMDB, PSDB, PTB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
33/90	Líderes do PMDB, PSDB, PTB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
34/90	Mauro Borges e outros	Urgência (art. 336, b).	Prejudicado
35/90	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
36/90	Chagas Rodrigues	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
37/90	Jamil Haddad	Convocação da Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento	Aprovado
38/90	Mário Maia	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
39/90	Jamil Haddad	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
40/90	Francisco Rollemberg	Juntada de documento ao PLS nº 114/89.	Deferido
41/90	Márcio Lacerda	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
42/90	Marco Maciel e outros Senadores	Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Senador Djair Brindeiro.	Aprovado
43/90	Leite Chaves e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
44/90	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
45/90	Marco Maciel	Adiamento de votação da PEC nº 3/90.	Aprovado
46/90	Ronan Tito e Fernando Henrique Cardoso	Adiamento de votação da PEC nº 4/90.	Aprovado
47/90	Dirceu Carneiro	Pedido de informações ao Ministro das Comunicações.	Aprovado
48/90	Humberto Lucena	Transcrição nos Anais de editorial de O Estado de S. Paulo .	Aprovado
49/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
50/90	Líderes do PSDB, PFL e PMDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
51/90	Líderes do PMDB, PSDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
52/90	Nelson Wedekin	Pedido de informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Aprovado
53/90	Nelson Wedekin	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
54/90	Marcio Lacerda	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
55/90	Líderes do PFL, PDS, PSDB e PMDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
56/90	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
57/90	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
58/90	Humberto Lucena	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
59/90	Líderes do PMDB, PFL, PDT e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
60/90	Líderes do PSDB, PDC, PMDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
61/90	João Menezes	Pedido de informações ao Ministro da Educação.	Aprovado
62/90	Líderes do PFL, PDS, PSDB e PMDB	Extinção de Urgência.	Aprovado
63/90	Leite Chaves e outros	Prorrogação do prazo de CPI	Deferido
64/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
65/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
66/90	Pompeu de Sousa	Pedido de informações à Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
67/90	Alexandre Costa	Retirada de Projeto de Resolução.	Aprovado
68/90	Maurício Corrêa	Solicita informações ao Secretário de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.	Aprovado
69/90	José Agripino	Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Senador José Bezerra de Araújo.	Aprovado
70/90	Odacir Soares	Transcrição nos Anais de artigo publicado na revista Veja , intitulado "Carta ao Leitor — Prova de Vitalidade da Democracia".	Aprovado
71/90	Líderes do PTB, PFL, PMDB, PDT, PRN e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
72/90	Líderes do PFL, PDC, PTB, PRN, PDT, PSDB, PMDB e PSB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
73/90	Fernando Henrique Cardoso	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa nos dias 16, 17 e 18 de abril.	Aprovado
74/90	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDC e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
75/90	Jutahy Magalhães	Transcrição nos Anais de discurso proferido pelo Líder do PMDB na Câmara dos Deputados.	Aprovado
76/90	Humberto Lucena	Voto de regozijo pelo transcurso do 30º aniversário de Brasília.	Aprovado
77/90	Affonso Camargo	Licença para tratamento de saúde pelo prazo de 25 dias (de 19-3 a 12-4).	Aprovado
78/90	Jamil Haddad	Encerramento da discussão de projeto.	Aprovado
79/90	Jamil Haddad	Destaque para votação em separado de artigo de projeto.	Aprovado
80/90	Antônio Luiz Maya	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
81/90	Jamil Haddad	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
82/90	Líderes do PMDB, PSDB, PDC e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
83/90	Leite Chaves e outros	Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito.	Aprovado
84/90	Louremberg Nunes Rocha	Retirada de projeto de lei.	Aprovado
85/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
86/90	Matta Machado	Pedido de informações ao Ministro da Agricultura.	Aprovado
87/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL, PDC, PSB e PTB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
88/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
89/90	Wilson Martins	Licença para tratamento da saúde.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
90/90	Roberto Campos	Adiamento da votação do PLS nº 103, de 1989, para reexame da CCJ.	Aprovado
91/90	Carlos Patrocínio	Tramitação conjunta dos PLS n.ºs 26/88 e 57/89.	Aprovado
92/90	Fernando Henrique Cardoso	Autorização para se ausentar dos trabalhos da Casa.	Aprovado
93/90	Líderes do PMDB, PSDB e PFL	Extinção de urgência.	Aprovado
94/90	Fernando Henrique Cardoso	Inclusão de projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
95/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
96/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
97/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
98/90	Líderes do PSDB, PFL, PMDB e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
99/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
100/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
101/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
102/90	Wilson Martins	Licença para tratamento da saúde.	Aprovado
103/90	João Lyra	Licença para tratamento da saúde.	Aprovado
104/90	Marco Maciel	Congratulações ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos pelo início do restabelecimento das relações diplomáticas com o Vaticano.	Em tramitação
105/90	Maurício Corrêa	Pedido de informações ao Governo do DF.	Aprovado
109/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL e PDT	Extinção de urgência.	Aprovado
107/90	Marco Maciel	Retirada do Projeto de Resolução nº 17/90.	Aprovado
108/90	Líderes do PMDB, PSDB, PTB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
109/90	Líderes do PMDB, PSDB, PDC, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
110/90	Líderes do PMDB, PSDB, PTB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
111/90	Líderes do PMDB, PSDB, PDC, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
112/90	João Menezes	Licença para tratar de interesses particulares.	Aprovado
113/90	Francisco Rollemberg	Retirada do projeto de lei.	Aprovado
114/90	João Calmon	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
115/90	Jamil Haddad	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
116/90	Líderes do PFL, PMDB, PDC e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
117/90	Líderes do PMDB, PSDB, PTB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
118/90	Pompeu de Sousa	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
119/90	João Menezes	Adiamento de discussão.	Rejeitado
120/90	Jarbas Passarinho	Licença para tratamento da saúde.	Aprovado
121/90	Ney Maranhão	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
122/90	Líderes do PSDB, PFL, PMDB e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
123/90	Mauro Benevides	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
124/90	Mauro Benevides	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
125/90	Rachid Saldanha Derzi	Licença para tratar de interesses particulares.	Aprovado
126/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
127/90	João Calmon	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
128/90	Cid Sabóia de Carvalho	Adiamento da discussão.	Prejudicado
129/90	Mário Maia	Licença para tratamento de saúde.	Aprovado
130/90	Mário Maia	Licença para tratamento de saúde.	Aprovado
131/90	Mauro Benevides	Licença para tratamento de saúde.	Aprovado
132/90	Alfredo Campos e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
133/90	Líderes do PTB, PSDB, PDT, PMDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
134/90	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
135/90	Marco Maciel e outros Senadores	Realização de sessão especial em homenagem à memória do ex-Senador Petrônio Portella.	Aprovado
136/90	Fernando Henrique Cardoso	Transcrição de documento nos Anais.	Aprovado
137/90	Mauro Borges	Pedido de informações ao Tribunal de Contas da União.	Aprovado
138/90	Mauro Benevides e outros Senadores	Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Luiz Viana e levantamento da sessão.	Aprovado
139/90	Jutahy Magalhães	Transcrição nos Anais de matéria publicada na Folha de S. Paulo , no dia 25 de maio, intitulada "reeleição não é crime".	Aprovado
140/90	Lourival Baptista	Licença para tratar de interesse particular no período de 5 a 8 de maio.	Aprovado
141/90	Matta Machado	Informações ao Poder Executivo.	Aprovado
142/90	Líderes do PDT, PSB, PSDB, PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
143/90	João Lobo	Licença para tratamento de saúde.	Aprovado
144/90	Ruy Bacelar e outro Senadores	Realização de sessão especial em homenagem ao ex-Presidente do Senado Federal, Senador Luiz Viana.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
145/90	Maurício Corrêa	Pedido de informações ao Ministro do Exército.	Aprovado
146/90	Maurício Corrêa	Pedido de informações ao Ministro da Justiça.	Aprovado
147/90	Marco Maciel e outros Senadores	Realização de sessão especial em homenagem ao jornalista Carlos Castello Branco.	Aprovado
148/90	Nelson Carneiro	Transcrição nos Anais de artigo do Acadêmico Josué Montello sobre o Senador Luiz Viana Filho.	Aprovado
149/90	Líderes do PDC, PSDB, PMDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
150/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
151/90	Pompeu de Sousa	Destaque para rejeição de partes de projeto.	Aprovado
152/90	Líderes do PSDB, PMDB, PSDB, PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
153/90	Líderes do PFL, PMDB, PSDB, PDT e PSB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
154/90	João Menezes	Licença para tratar de interesse particular.	Aprovado
155/90	Mário Maia	Licença para tratar de interesse particular.	Aprovado
156/90	Humberto Lucena	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
157/90	Jamil Haddad	Pedido de informações ao Ministro da Justiça.	Aprovado
158/90	Líderes do PDT, PSDB, PMDB, PDC, PRN e PFL	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
159/90	Edison Lobão e outros Senadores	Realização de sessão especial em homenagem ao jornalista Edilson Cid Varela.	Aprovado
160/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL e PTB	Extinção de urgência requerida para a Mensagem 182/90.	Aprovado
161/90	Luiz Viana Neto	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa no dia 21 de junho.	Aprovado
162/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
163/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
164/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
165/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
166/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício.	Aprovado
167/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício.	Aprovado
168/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício.	Aprovado
169/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício.	Aprovado
170/90	Pompeu de Sousa	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
171/90	Fernando Henrique Cardoso	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa no período de 27 de junho a 17 de julho.	Aprovado
172/90	Líderes do PSB, PMDB, PFL e PDT e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
173/90	Líderes do PDT, PSDB, PMDB, PDC, PRN e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
174/90	Humberto Lucena	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado em parte
175/90	Leite Chaves	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Rejeitado
176/90	Albano Franco	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa no período de 25 de junho a 14 de julho.	Deferido
177/90	Wilson Martins	Transcrição nos Anais de artigo publicado no Jornal do Brasil do dia 17 de junho, intitulado "Um tiro na Cultura".	Aprovado
178/90	Maurício Corrêa e outros Senadores	Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a examinar as demissões e disponibilidades feitas pelo Poder Executivo.	Deferido
179/90	Líderes do PDT, PSDB, PMDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
180/90	Mauro Benevides	Adiamento de discussão de projeto para reexame da Comissão do Distrito Federal.	Aprovado
181/90	Jutahy Magalhães	Adiamento da discussão de projeto.	Prejudicado
182/90	Fernando Henrique Cardoso e outros	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de investigar conflitos de terra.	Aprovado
183/90	Jamil Haddad	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
184/90	Humberto Lucena	Pedido de informações ao Secretário da Administração.	Aprovado
185/90	Fernando Henrique Cardoso	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
186/90	Humberto Lucena	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Devolvido a fim de ser reformulado pelo autor
187/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
188/90	Líderes do PFL, PMDB, PRN, PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
189/90	Líderes do PFL, PMDB, PSDB e PRN	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
190/90	Líderes do PFL, PMDB, PSDB e PDT	Extinção de urgência.	Aprovado
191/90	Jutahy Magalhães	Adiamento de discussão.	Aprovado
192/90	Líderes do PMDB, PSDB, PDT e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
193/90	Líderes do PFL, PSDB, PMDB e PDT	Urgência (art. 336, c)	Aprovado
194/90	Pompeu de Sousa	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
195/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
196/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
197/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
198/90	Maurício Corrêa e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
199/90	Alexandre Costa e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
200/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
201/90	Severo Gomes	Licença para tratamento de saúde no período de 25 a 29 de junho.	Aprovado
202/90	Ney Maranhão	Pedido de informações à Secretaria do Meio Ambiente.	Arquivado (R. I., art. 332)
203/90	Alexandre Costa e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
204/90	Alexandre Costa e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
205/90	Maurício Corrêa	Retirada de projeto.	Aprovado
206/90	Leite Chaves	Dispensa de interstício.	Aprovado
207/90	Jamil Haddad	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
208/90	Antonio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
209/90	Antonio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
210/90	Gerson Camata	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
211/90	Antonio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
212/90	Antonio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
213/90	Jamil Haddad e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
214/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
215/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
216/90	Louremberg Nunes Rocha	Votação em globo de substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado.	Aprovado
217/90	Ronan Tito	Destaque para rejeição de parte de substitutivo.	Aprovado
218/90	Ronan Tito	Destaque para rejeição de parte de substitutivo.	Aprovado
219/90	Ronan Tito	Destaque para rejeição de parte de substitutivo.	Aprovado
220/90	Ronan Tito	Destaque para rejeição de parte de substitutivo.	Aprovado
221/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
222/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
223/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
224/90	Líderes do PSB, PMDB, PDT, PSDB, PDS, PTB e PFL	Extinção de urgência.	Aprovado
225/90	Líderes do PSB, PMDB, PDT, PSDB, PDS, PTB, PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
226/90	Jamil Haddad e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Prejudicado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
227/90	Pompeu de Sousa	Pedido de informações ao Ministro do Trabalho e Previdência Social.	Aprovado
228/90	Jamil Haddad e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
229/90	Jamil Haddad e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
230/90	Marco Maciel	Votação em globo de substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado.	Aprovado
231/90	Irapuan Costa Júnior e outros Senadores	Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades na compra, transporte, armazenagem e venda de alimentos por parte do Ministério da Agricultura.	Deferido
232/90	Humberto Lucena	Pedido de informações ao Secretário Geral da Presidência da República.	Arquivado (R. I., art. 332)
233/90	Humberto Lucena	Pedido de informações ao Ministro do Trabalho e Previdência Social.	Aprovado
234/90	Humberto Lucena	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
235/90	Marco Maciel e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
236/90	Mauro Benevides e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
237/90	Jamil Haddad	Solicita esclarecimentos à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento a respeito de dados constantes de resposta a requerimento anterior.	Arquivado (RI, art. 332)
238/90	Alberto Hoffman	Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Daniel Krieger.	Aprovado
239/90	Humberto Lucena	Pedido de Informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
240/90	Líderes do PSDB, PMDB, PFL, PDT, PRN, PTB e PDS	Urgência (art. 336 c).	Aprovado
241/90	Líderes do PSDB, PMDB, PFL e PDT	Urgência (art. 336 c).	Aprovado
242/90	Líderes do PFL, PMDB, PDS, PSDB e PRN	Urgência (art. 336 c).	Aprovado
243/90	Líderes do PSDB, PDT, PFL, PSB e PMDB	Urgência (art. 336 c).	Aprovado
244/90	Líderes do PSDB, PFL, PMDB e PDT	Urgência (art. 336 c).	Aprovado
245/90	Líderes do PSDB, PMDB, PFL e PDT	Urgência (art. 336 c).	Aprovado
246/90	Humberto Lucena	Pedido de Informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado parcialmente
247/90	Alberto Hoffmann e outros Senadores	Realização de sessão especial, a ser oportunamente convocada, destinada a homenagear o ex-Senador Daniel Krieger, falecido a 28 de julho do corrente ano.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
248/90	Fernando Henrique Cardoso	Adiamento de discussão.	Aprovado
249/90	Maurício Corrêa	Retirada de Projeto de Lei.	Aprovado
250/90	Teotônio Vilela Filho	Pedido de Informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Aprovado
251/90	Humberto Lucena	Pedido de Informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Arquivado (R. I., art. 332)
252/90	Humberto Lucena	Pedido de Informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Aprovado
253/90	Luiz Viana Neto	Pedido de Informações ao Ministro da Agricultura.	Arquivado (R. I., art. 332)
254/90	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PSDB e PRN	Urgência (art. 336 c).	Aprovado
255/90	Dirceu Carneiro	Licença para tratar de interesses particulares, por 140 dias, a partir de 20 de agosto.	Aprovado
256/90	Fernando Henrique Cardoso	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
257/90	Maurício Corrêa	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
258/90	Cid Sabóia de Carvalho	Destaque para rejeição de parte de projeto.	Aprovado
259/90	Fernando Henrique Cardoso e outros	Preferência de matéria.	Aprovado
260/90	Roberto Campos e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
261/90	Roberto Campos e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
262/90	Cid Sabóia de Carvalho e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
263/90	Cid Sabóia de Carvalho e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
264/90	Roberto Campos e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Prejudicado
265/90	Roberto Campos e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
266/90	Roberto Campos e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
267/90	Cid Sabóia de Carvalho e Affonso Sancho	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
268/90	Roberto Campos e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Prejudicado
269/90	Cid Sabóia de Carvalho e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
270/90	Cid Sabóia de Carvalho e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Prejudicado
271/90	Jarbas Passarinho	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Prejudicado
272/90	Cid Sabóia de Carvalho e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
273/90	Cid Sabóia de Carvalho e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
274/90	Cid Sabóia de Carvalho e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
275/90	Roberto Campos	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Prejudicado
276/90	Roberto Campos	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
277/90	Jarbas Passarinho e Roberto Campos	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Retirado pelo autor
278/90	Cid Sabóia de Carvalho e outros Senadores	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
279/90	Dirceu Carneiro	Votação em globo de dispositivos de parecer contrário.	Aprovado
280/90	Dirceu Carneiro	Votação em globo de dispositivos que tiveram parecer favorável.	Aprovado
281/90	Marco Maciel	Transcrição nos Anais do Senado do artigo do empresário João Carlos Paes Mendonça, intitulado "Política Liberal de preços — a única que convém ao País".	Aprovado
282/90	Alfredo Campos	Transcrição nos Anais do Senado do editorial do Jornal do Brasil , de 8 de agosto de 1990, sob o título "Fruto Proibido".	Aprovado
283/90	Odacir Soares e outros Senadores	Dedicação do tempo destinado aos "oradores do expediente" da sessão do dia 1º de outubro de 1990 à homenagem ao "Dia Nacional do Vereador".	Aprovado
284/90	Albano Franco	Licença para tratar de interesses particulares por 60 dias, a partir de 10 de agosto de 1990.	Deferido
285/90	Divaldo Suruagy	Licença para tratar de interesses particulares, por 123 dias, a partir de 20 de agosto.	Deferido
286/90	Severo Gomes	Retirada de projeto de lei.	Aprovado
287/90	José Richa	Licença para tratar de interesses particulares por 125 dias, a partir de 20 de agosto.	Deferido
288/90	Gilberto Miranda	Pedido de Informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
289/90	Jarbas Passarinho	Homenagem de pesar pelo falecimento do General Walter Pires de Albuquerque.	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
290/90	Humberto Lucena	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento	Aprovado
291/90	Líderes do PSDB, PMDB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
292/90	Líderes do PSDB, PMDB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
293/90	Marco Maciel	Adiamento de votação	Aprovado
294/90	Jutahy Magalhães	Adiamento de discussão para reexame de matéria em Comissão.	Aprovado
295/90	Antônio Luiz Maya	Dispensa de publicação de Redação final.	Aprovado
296/90	Antônio Luiz Maya	Dispensa de publicação de Redação final.	Aprovado
297/90	Líderes do PFL, PMDB, PSDB e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
298/90	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
299/90	Líderes do PFL, PMDB, PSDB e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
300/90	Líderes do PSDB, PMDB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
301/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de Redação final.	Aprovado
302/90	Luiz Viana Neto	Pedido de Informações à Ministra da Fazenda, Economia e Planejamento	Aprovado
303/90	Líderes do PDS, PMDB, PSDB, PRN e Senadores Rachid Saldanha Derzi e Nabor Júnior	Urgência (art. 336, d).	Aprovado
304/90	Pompeu de Sousa	Adiamento de discussão, para reexame de comissão	Aprovado
305/90	Cid Sabóia de Carvalho	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
306/90	Jarbas Passarinho	Audiência de Comissão	Aprovado
307/90	Luiz Viana Neto e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
308/90	Cid Sabóia de Carvalho	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
309/90	Humberto Lucena	Pedido de Informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento	Aprovado
310/90	Chagas Rodrigues	Destaque para rejeição.	Retirado
311/90	Raimundo Lira e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
312/90	Marcio Lacerda e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
313/90	Ney Maranhão e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
314/90	Líderes do PDS, PMDB, PDT, PFL e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
315/90	Líderes do PMDB, PSDB, PDS e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
316/90	Líderes do PFL, PDT, PMDB e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
317/90	Leite Chaves e outros Senadores	Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito.	Aprovado
318/90	Humberto Lucena	Voto de Censura	Em tramitação
319/90	Mauro Benevides e outros Senadores	Homenagens de Pesar pelo falecimento do Senador Afonso Arinos.	Aprovado
320/90	Fernando Henrique Cardoso	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 3 a 5 de setembro, em viagem ao exterior.	Deferido
321/90	Mendes Canale	Pedido de Informações ao Ministro da Agricultura.	Aprovado
322/90	Líderes do PMDB, PSDB, PSB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
323/90	Líderes do PDS, PMDB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
324/90	Jamil Haddad	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica.	Aprovado
325/90	Líderes do PSB, PMDB, PSDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
326/90	Líderes do PMDB, PSDB, PSB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
327/90	Antonio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
328/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL e PSB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
329/90	Líderes do PMDB, PSDB, PSB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
330/90	Líderes do PSDB, PSB, PMDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
331/90	Líderes do PSDB, PSB, PMDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
332/90	Teotônio Vilela Filho	Licença para tratar de interesses particulares.	Aprovado
333/90	Líderes do PMDB, PSDB, PRN e PFL	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
334/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores.	Aprovado
335/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Secretário-Geral da Presidência da República.	Aprovado
336/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
337/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica.	Aprovado
338/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Ministro do Exército.	Aprovado
339/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
340/90	Alexandre Costa	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
341/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Em tramitação
342/90	Jorge Bornhausen	Licença para aceitar missão do Executivo.	Deferido
343/90	Wilson Martins	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
344/90	Mauro Benevides	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
345/90	Humberto Lucena	Pedido de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
346/90	Fernando Henrique Cardoso	Pedido de informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Aprovado
347/90	Maurício Corrêa	Licença para tratar de interesses particulares, no período de 8 a 15 de outubro.	Aprovado
348/90	Fernando Henrique Cardoso	Licença para se ausentar do país no período de 9 a 13 de outubro, em visita a Estação Antártica "Comandante Ferraz", a convite do Ministro da Marinha.	Aprovado
349/90	Irapuan Costa Júnior	Licença para tratar de interesses particulares, por 125 dias.	Aprovado
350/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Aprovado
351/90	Gonzaga Jayme	Licença para tratar de interesses particulares, por 121 dias.	Aprovado
352/90	Iram Saraiva e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Ozires Teixeira.	Aprovado
353/90	Líderes do PMDB, PSDB, PTB e PFL e outro Senador	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
354/90	Líderes do PFL, PMDB, PSDB e PRN	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
355/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL e PRN	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
356/90	Líderes do PSDB, PFL, PMDB, PDT e PRN	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
357/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Aprovado
358/90	Odacir Soares	Inclusão em Ordem do Dia de projeto de lei	Aprovado
359/90	Marco Maciel	Congratulações ao Soviete Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.	Em tramitação
360/90	Mansueto de Lavor e outros Senadores	Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito.	Deferido
361/90	Marco Maciel e outros Senadores	Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Olavo Pires.	Aprovado
362/90	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de projeto de lei.	Aprovado
363/90	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de projeto de lei.	Rejeitado
364/90	Albano Franco	Licença para tratar de interesses particulares.	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
365/90	Mata-Machado	Licença para tratamento de saúde.	Aprovado
366/90	Jutahy Magalhães	Autorização para aceitar missão do Poder Executivo.	Aprovado
367/90	Líderes do PSDB, PFL, PMDB e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
368/90	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
369/90	Lourival Baptista	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa, de 23 a 29 de outubro.	Aprovado
370/90	Mauro Benevides	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
371/90	José Fogaça	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
372/90	Odacir Soares	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre Projeto de Lei do Distrito Federal.	Aprovado
373/90	Ronan Tito	Licença para aceitar missão do Poder Executivo.	Aprovado
374/90	Líderes do PSDB, PFL, PMDB e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
375/90	Leite Chaves e outros Senadores	Prorrogação do prazo de CPI.	Deferido
376/90	Líderes do PMDB, PDT PSDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
377/90	Líderes do PDC, PMDB, PSB, PSDB, PRN e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
378/90	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais do Senado de artigo publicado no jornal "O Povo" de Fortaleza, Ceará, sob o Título "Finor — mais que nunca imprescindível".	Aprovado
379/90	José Paulo Bisol	Destaque para rejeição de parte de projeto.	Aprovado
380/90	Líderes do PFL, PMDB, PSDB e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
381/90	Almir Gabriel	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
381-A/90	José Paulo Bisol e outros Senadores	Prorrogação de prazo de CPI.	Aprovado
382/90	Fernando Henrique Cardoso	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa no período compreendido entre 29 de outubro e 6 de novembro.	Aprovado
383/90	José Paulo Bisol	Pedido de informações ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.	Rejeitado
384/90	José Paulo Bisol	Pedido de informações ao Procurador-Geral da República.	Aprovado
385/90	José Paulo Bisol	Pedido de informações aos Presidentes dos Tribunais Superiores.	Aprovado
386/90	José Paulo Bisol	Pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União.	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
387/90	José Paulo Bisol	Pedido de informações ao Procurador Geral do TCU.	Aprovado
388/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL, PSB e PRN	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
389/90	Líderes do PRN, PFL, PMDB, PTB, PDS e PDC	Extinção de urgência.	Aprovado
390/90	Roberto Campos	Adiamento da votação de projeto.	Aprovado
391/90	Líderes do PRN, PDS, PMDB, PTB, PFL e PDC	Extinção de urgência	Aprovado
392/90	Roberto Campos	Adiamento da votação de projeto.	Aprovado
393/90	Almir Gabriel	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa no período compreendido entre 6 e 11 de novembro.	Aprovado
394/90	Alexandre Costa	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
395/90	Antônio Luiz Maya	Não realização de sessão no dia 2 de novembro — Finados.	Aprovado
396/90	Líderes do PMDB, e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
397/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL, PSB e PRN	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
398/90	João Menezes	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
399/90	José Paulo Bisol	Destaque para rejeição de parte do projeto.	Aprovado
400/90	Chagas Rodrigues	Adiamento da discussão.	Aprovado
401/90	Líderes do PDT, PMDB, PFL e PDC	Extinção de urgência.	Aprovado
402/90	João Menezes	Adiamento da votação de projeto.	Aprovado
403/90	Mário Maia	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa pelo prazo de 21 dias a partir de 5 de novembro.	Deferido
404/90	Nelson Carneiro	Autorização para aceitar missão do Executivo.	Aprovado
405/90	Antonio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
406/90	Líderes do PMDB, e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
407/90	Maurício Corrêa	Adiamento da votação de projeto.	Aprovado
408/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
409/90	Albano Franco	Autorização para se afastar dos trabalhos da Casa em viagem ao exterior, de 9 a 24 de novembro.	Aprovado
410/90	João Menezes	Adiamento de votação de projeto.	Aprovado
411/90	Marco Maciel	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
412/90	Maurício Corrêa	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
413/90	Afonso Sancho	Transcrição nos Anais do Senado do artigo "Vamos todos cirandar", de Mário Amato e dos Editoriais "Os perigos de um confronto" e "A verdadeira cilada", publicados respectivamente, no Correio Braziliense, O Estado de S. Paulo e O Globo.	Aprovado
414/90	Líderes do PDT, PMDB, PSDB, PFL e PTB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
415/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
416/90	Líderes do PFL, PMDB, PDS, PDT e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
417/90	Marco Maciel	Inclusão de projeto em Ordem do Dia.	
418/90	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PRN	Extinção de urgência.	Aprovado Aprovado
419/90	Mauro Borges	Licença para tratamento de saúde, de 20 de novembro a 5 de dezembro.	Aprovado
420/90	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT e PSB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
421/90	Líderes do PMDB, PDT, PFL e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
422/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
423/90	Marco Maciel e outros	Realização de sessão especial conjunta, a fim de comemorar o Centenário da Primeira Constituição Republicana, promulgada a 24 de fevereiro de 1891.	Aprovado pela CDIR à Câmara
424/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	
425/90	Líderes do PDT, PFL, PSDB e PMDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
426/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
427/90	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT, PTB e PRN	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
428/90	Líderes do PRN, PSDB, PMDB, PFL e PTB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
429/90	Jamil Haddad	Pedido de informações ao Ministro da Saúde.	Aprovado
430/90	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Tramitação conjunta de projetos.	Arquivado (R. L., art. 332)
431/90	Mauro Benevides e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Freitas Nobre.	Aprovado
432/90	João Lira	Licença para tratamento de saúde no período de 1º a 31 de outubro.	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
433/90	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT e PRN	Urgência (art. 338, c).	Aprovado
434/90	Francisco Rollemberg	Destaque para rejeição de parte do projeto.	Aprovado
435/90	Pompeu de Sousa	Reconstituição de projeto.	Deferido
436/90	Mauro Borges	Reiteração de pedido de providências a respeito de requerimento.	Aprovado
437/90	Mauro Borges	Pedido de aplicação de crime de responsabilidade.	Prejudicado
438/90	Afonso Sancho	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
439/90	José Paulo Bisol	Destaque para rejeição de parte do projeto.	Aprovado
440/90	Odacir Soares	Adiamento de votação.	Aprovado
441/90	Odacir Soares	Adiamento de votação.	Prejudicado
442/90	Ney Maranhão	Inclusão de matérias na Ordem do Dia.	Aprovado
443/90	Marco Maciel	Inclusão de matérias na Ordem do Dia.	Arquivado (R.I., art. 332)
444/90	Oziel Carneiro	Prorrogação de prazo de CPI.	Aprovado
445/90	Líderes do PFL, PMDB, PDT, PSDB, e Senador Iram Saraiva	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
446/90	Jutahy Magalhães	Tramitação conjunta de projetos de lei.	Aprovado
447/90	Jutahy Magalhães	Pedido de Informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
448/90	Afonso Sancho e Odacir Soares	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
449/90	Líderes do PRN, PDT, PSDB, PFL e PMDB	Adiamento de votação de matéria.	Aprovado
450/90	Líderes do PRN, PFL, PSDB, PMDB e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
451/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
452/90	Jutahy Magalhães	Pedido de auditoria pelo Tribunal de Contas da União.	Arquivado (R.I., art. 332)
453/90	João Lyra	Licença para tratamento de saúde.	Aprovado
454/90	Líderes do PSB, PSDB, PDT, PMDB e PFL	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
455/90	Líderes do PMDB, PSDB, PSB, PRN e PFL	Urgência (art. 336, c).	Prejudicado
456/90	Líderes do PSDB, PMDB, PDT, PSB e Senador Francisco Rollemberg	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado
457/90	Odacir Soares	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
458/90	Odacir Soares	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado
459/90	Líderes do PSDB, PFL, PMDB, PSB, PDT e Senador Jutahy Magalhães	Extinção de urgência.	Aprovado
460/90	Fernando Henrique Cardoso	Inclusão de matéria na Ordem do Dia.	Arquivado (R.I., art. 332)
461/90	Ney Maranhão	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
462/90	Marco Maciel	Adiamento de discussão de projeto.	Aprovado
463/90	Líderes do PSDB, PDT, PMDB, PFL e Senador José Paulo Bisol	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
464/90	Líderes do PMDB, PSDB, PSB, PRN e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
465/90	Jamil Haddad	Pedidos de informações referentes à Embratur.	Aprovado
466/90	Ney Maranhão e Mauro Benevides	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
467/90	Alexandre Costa	Pedido de informações ao Banco Central.	Aprovado
468/90	Iram Saraiva	Adiamento de discussão de matéria.	Retirado pelo autor
469/90	Líderes do PMDB, PSB, PSDB, PDT e PFL e Senador Pompeu de Sousa	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
470/90	Líderes do PSDB, PFL, PRN, PTB e PMDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
471/90	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais do artigo do Senador Mário Covas publicado no Estado de S. Paulo, intitulado: "Tradição e Independência".	Arquivado (R.I., art. 332)
472/90	Maurício Corrêa	Pedido de informações à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.	Em tramitação
473/90	Mauro Benevides	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
474/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL e PDT	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
475/90	Líderes do PMDB, PRN, PFL e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
476/90	Líderes do PMDB, PSB, PSDB, PDT e PFL	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
477/90	Líderes do PFL, PRN, PTB, PMDB, PSDB e PDC	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
478/90	Líderes do PMDB, PSDB, PFL e PSB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
479/90	Líderes do PRN, PFL, PMDB, PSDB e PTB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
480/90	Antônio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
481/90	Mauro Benevides e Ney Maranhão	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
482/90	Mário Maia	Solicita autorização para desempenho de Missão do Executivo.	Deferido
483/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
484/90	Odacir Soares	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
485/90	Marco Maciel	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
486/90	Ronan Tito e outros Senadores	Preferência para votação do projeto sobre o substitutivo.	Aprovado
487/90	Marco Maciel	Transcrição, nos Anais do Senado, de texto de autoria do Professor João Paulo dos Reis Veloso.	Arquivado (R.I., art. 332)
488/90	Carlos Patrocínio	Pedido de informações ao Ministro da Saúde.	Em tramitação
489/90	Maurício Corrêa	Pedido de informações ao Ministro da Infra-Estrutura.	Em tramitação
490/90	Mauro Benevides	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador Valdemar Alcântara.	Aprovado
491/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
492/90	Ney Maranhão	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
493/90	Edison Lobão	Destaque para rejeição de parte do projeto.	Retirado
494/90	José Fogaça e Marco Maciel	Preferência.	Aprovado
495/90	Marco Maciel outros Senadores	Diligência.	Aprovado
496/90	Ronan Tito e outros Senadores	Encerramento de discussão.	Aprovado
497/90	Edison Lobão	Adiamento de discussão.	Rejeitado
498/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
499/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
500/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
501/90	Fernando Henrique Cardoso	Autorização para ausentar-se do País, no período de 13 a 17 de dezembro.	Aprovado
502/90	Pompeu de Sousa e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
503/90	Raimundo Lira e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
504/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Ministro da Ação Social.	Em tramitação
505/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações à Ministra da Fazenda, Economia e Planejamento.	Em tramitação
506/90	Jutahy Magalhães	Pedido de informações ao Ministro da Agricultura.	Em tramitação
507/90	Maurício Corrêa	Destaque para rejeição de parte do projeto.	Rejeitado
508/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
509/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
510/90	Líderes do PMDB, PFL, PDT, PSB e PSDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
511/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
512/90	Mauro Benevides	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
513/90	Líderes do PMDB, PDT, PSDB, PFL Sen. José Ignácio Ferreira	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
514/90	Líderes do PSB, PFL, PSDB e PMDB	Urgência (art. 336, c).	Aprovado
515/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
516/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
517/90	Mendes Canale	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
518/90	Pompeu de Sousa e Mendes Canale	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
519/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
520/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
521/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Prejudicado
522/90	Nelson Carneiro	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Prejudicado
523/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Prejudicado
524/90	Chagas Rodrigues e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Prejudicado
525/90	Nelson Wedekin	Adiamento de discussão.	Aprovado
526/90	Nelson Wedekin	Adiamento de discussão.	Aprovado
527/90	Nelson Wedekin	Adiamento de discussão.	Aprovado
528/90	Nelson Wedekin	Adiamento de discussão.	Aprovado
529/90	Nelson Wedekin	Adiamento de discussão.	Aprovado
530/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação de redação final.	Aprovado
531/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
532/90	Roberto Campos e Oziel Carneiro	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
533/90	Roberto Campos	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado
534/90	Roberto Campos	Destaque para rejeição de parte de Substitutivo.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
535/90	Pompeu de Sousa	Votação em globo de Substitutivo.	Aprovado
536/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
537/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de Interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
538/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
539/90	Chagas Rodrigues e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
540/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
541/90	José Ignácio Ferreira	Adiamento de votação	Retirado
542/90	Ronan Tito e outros Senadores	Destaque.	Aprovado
543/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
544/90	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
545/90	Leite Chaves	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
546/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
547/90	Maurício Corrêa	Destaque para aprovação de emenda.	Aprovado
548/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
549/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
550/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
551/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Prejudicado
552/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
553/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
554/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
555/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
556/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado
557/90	Maurício Corrêa	Destaque para rejeição de parte de projeto.	Aprovado
558/90	Maurício Corrêa	Destaque para rejeição de parte de projeto.	Aprovado
559/90	Ronan Tito e outros Senadores	Urgência (art. 336, b).	Aprovado

c) SÚMULA

Adiamento de discussão	16
Adiamento para exame de comissão	2
Adiamento de votação	13
Audiência de comissão	2
Autorização para desempenhar missão do Executivo	5
Autorização para viagem ao exterior	4
Congratulações	6
Convocação de Ministro de Estado	1
Criação de CPI	2
Destaque	43
Diligência	1
Dispensa de interstício	18
Dispensa de publicação de redação final	51
Encerramento de discussão	2
Esclarecimento sobre resposta a requerimento de informações	1
Extinção de urgência	11
Homenagem de pesar	17
Inclusão de matéria em Ordem do Dia	8
Inversão de Ordem do Dia	28
Juntada de documento à matéria	1
Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	11
Licença para tratar de interesses particulares	15
Licença para tratamento de saúde	16
Não-realização de sessão	3
Pedido de aplicação de crime de responsabilidade	1
Pedido de auditoria	1
Pedido de informações	71
Preferência	3
Prorrogação de prazo de CPI	8

Realização de sessão especial	5
Reconstituição de projeto	1
Reiteração de pedido de providências	1
Retirada de emenda	1
Retirada de projeto	7
Retirada de proposta de fiscalização e controle	1
Tramitação conjunta de projetos	7
Transcrição nos Anais	13
Urgência	156
Votação em globo	5
Voto de censura	2

7 — INDICAÇÕES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/89	Jutahy Magalhães	Sugere seja objeto de estudo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, recente julgado do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 116.750-5-DF) interpretando o alcance do disposto no art. 6º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.	Arquivado
1/90	Maurício Corrêa	Sugere seja objeto de estudo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o vínculo empregatício dos estagiários do Centro Gráfico do Senado Federal.	Em tramitação
2/90	Maurício Corrêa	Sugere seja objeto de estudo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que esta adote providências cabíveis com relação à denúncia de invasão da Colônia Indígena Mineral III ou Pari-Cachoeira III, formulando, se necessário, proposição legislativa, a fim de evitar novas ocorrências daquela natureza.	Em tramitação
3/90	Maurício Corrêa	Sugere à Comissão Diretora a construção de uma "Tribuna do Povo" nas proximidades do edifício do Congresso Nacional.	Em tramitação
4/90	Jutahy Magalhães	Sugere à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o exame do Ato nº 14, de 1990, da Comissão Diretora.	Em tramitação
5/90	CPI para apuração dos conflitos de terra existentes no País.	Indica à Comissão de Assuntos Econômicos a elaboração de projetos que menciona.	Em tramitação

8 — PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1/87	Itamar Franco	Aplicação ilegal de verbas públicas no mercado financeiro, por parte da Comissão Nacional de Energia Nuclear e conta secreta. (Delta Três.)	Arquivado (R. I., art. 332)
1/88	Mário Maia	Esclarecimentos sobre o destino dos donativos para atender aos flagelados atingidos pelas enchentes ocorridas no Estado do Acre, especialmente na cidade de Rio Branco.	Arquivado (R. I., art. 332)
2/88	Roberto Campos	Instaurar ampla fiscalização com referência às atividades e condições da indústria de transporte aéreo regular.	Retirada pelo autor

J.7 — ESCOLHA DE AUTORIDADES

a) MENSAGENS RECEBIDAS NA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Mensagem nº		Nome	Cargo	Resultado
SF	PR			
246/89	664/89	Luiz Vilarinho Pedroso	Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Iemen.	Apreciada em 22-5-90
273/89	729/89	Octávio Rainho da Silva Neves	Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.	Apreciada em 22-5-90
290/89	765/89	Lindolfo Leopoldo Collor	Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia (função cumulativa)	Apreciada em 22-5-90
321/89	834/89	Cnéa Cimini Moreira de Oliveira	Ministro Togado do Superior Tribunal do Trabalho.	Aprovada em 8-3-90

b) MENSAGENS RECEBIDAS NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

Mensagem nº		Nome	Cargo	Resultado
SF	PR			
72/90	74/90	Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell	Embaixador do Brasil junto à União de Myanmar (função cumulativa).	Em tramitação
73/90	75/90	Gilberto Coutinho Paranhos Veloso	Embaixador designado junto ao Estado do Vaticano para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana Militar de Malta.	Apreciada em 26-6-90
74/90	76/90	Marco Cesar Meira Naslauský	Embaixador designado junto ao Reino da Bélgica para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.	Apreciada em 22-8-90
75/90	77/90	Affonso Arinos de Mello Franco	Embaixador designado junto ao Reino dos Países Baixos para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.	Apreciada em 22-8-90
77/90	73/90	Aderbal Costa	Embaixador do Brasil em Granada, Espanha (função cumulativa).	Apreciada em 26-6-90
78/90	83/90	Eduardo Victor Pires Gonçalves	Ministro do Superior Tribunal Militar, em vaga destinada a membro do Ministério Público da Justiça Militar.	Aprovada em 8-3-90
80/90	129/90	Ítalo Miguel Alexandre Mastrogiovani	Embaixador do Brasil junto à República do Mali (função cumulativa).	Apreciada em 22-8-90
83/90	169/90	Gustavo Jorge Labassiére Loyola	Diretor da Área Bancária do Banco Central do Brasil.	Aprovada em 8-3-90
84/90	170/90	Luís Eduardo Alves de Assis	Diretor de Mercado de Capitais do Banco Central do Brasil.	Aprovada em 8-3-90
85/90	171/90	Antônio Cláudio Leonardo Pereira Sochaczewski	Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil.	Aprovada em 8-3-90
86/90	172/90	Ibrahim Eris	Presidente do Banco Central do Brasil.	Aprovada em 8-3-90
91/90	330/90	Eliseu Martins	Diretor do Banco Central do Brasil.	Aprovada em 19-4-90
92/90	331/90	Joubert Furtado	Diretor do Banco Central do Brasil.	Aprovada em 19-4-90

Mensagem nº		Nome	Cargo	Resultado
SF	PR			
93/90	344/90	Rubens Vilar de Carvalho	Governador do Estado de Roraima.	Aprovada em 17-4-90
103/90	383/90	José Gilton Pinto Garcia	Governador do Estado do Amapá.	Aprovada em 22-5-90
107/90	394/90	Ministro Carlos Mário da Silva Velloso	Ministro do Supremo Tribunal Federal.	Aprovada em 22-5-90
111/90	399/90	Marco Aurélio Mendes de Farias Mello	Ministro do Supremo Tribunal Federal.	Aprovada em 22-5-90
112/90	400/90	Sergio da Veiga Watson	Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.	Apreciada em 26-6-90
115/90	407/90	Dr. Olavo Drumond	Ministro do Tribunal de Contas da União.	Aprovada em 22-5-90
118/90	417/90	Dr. Hermínio Mendes Cavaleiro	Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores no TST.	Aprovada em 23-5-90
119/90	418/90	Dr. José Carlos da Fonseca	Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores no TST.	Aprovada em 23-5-90
120/90	419/90	Dr. Fernando Vilar	Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores no TST.	Aprovada em 23-5-90
121/90	422/90	Ronaldo Mota Sardenberg	Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas.	Apreciada em 26-6-90
122/90	429/90	Hélio de Melo Mosimann	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	Aprovada em 26-6-90
125/90	435/90	Alberto Vasconcellos da Costa e Silva	Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.	Apreciada em 26-6-90
126/90	436/90	Luiz Felipe Palmeira Lampréia	Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.	Apreciada em 26-6-90
127/90	437/90	Alvaro da Costa Franco Filho	Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética.	Apreciada em 26-6-90
128/90	438/90	Roberto Della Manna	Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores no TST.	Aprovada em 26-6-90
129/90	439/90	Alfredo Peres da Silva	Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores no TST.	Aprovada em 26-6-90
133/90	459/90	Marco Aurélio Giacomini	Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.	Aprovada em 26-6-90
135/90	468/90	Affonso Celso de Ouro Preto	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.	Apreciada em 26-6-90
150/90	500/90	Alcides da Costa Guimarães Filho	Embaixador do Brasil junto à República Helênica.	Apreciada em 22-8-90
151/90	509/90	Wanderley Vallim da Silva	Governador do Distrito Federal.	Aprovada em 7-11-90
152/90	510/90	Marco Aurélio Martins Araújo	Vice-Governador do Distrito Federal.	Aprovada em 7-11-90

Mensagem nº		Nome	Cargo	Resultado
SF	PR			
173/90	549/90	Paulo Monteiro Lima	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.	Apreciada em 22-8-90
174/90	560/90	Luiz Villarinho Pedroso	Embaixador do Brasil junto à República do Iêmen (função cumulativa).	Apreciada em 22-8-90
175/90	564/90	Marcel Delzon Costa Hasslocher	Embaixador do Brasil junto ao Governo da Romênia.	Apreciada em 22-8-90
176/90	591/90	Lindolfo Leopoldo Collor	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.	Apreciada em 22-8-90
177/90	592/90	Marcelo Didier	Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Bissau.	Apreciada em 7-11-90
178/90	597/90	Manoel Mendes de Freitas	Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.	Aprovada em 7-11-90
179/90	600/90	Mário Augusto Santos	Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.	Apreciada em 22-8-90
181/90	620/90	João Augusto de Médicis	Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.	Apreciada em 7-11-90
185/90	660/90	Edvaldo José Cabral de Mello	Embaixador do Brasil junto ao Governo de Barbados.	Apreciada em 7-11-90
197/90	732/90	Félix Baptista de Faria	Embaixador do Brasil junto à República do Senegal.	Apreciada em 13-12-90
212/90	828/90	Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro	Embaixador do Brasil junto à República do Chile.	Apreciada em 13-12-90
213/90	829/90	Fernando Silva Alves	Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.	Apreciada em 13-12-90
220/90	872/90	Jorge Carlos Ribeiro	Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.	Apreciada em 13-12-90
224/90	883/90	Francisco Peçanha Martins	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	Apreciada em 13-12-90
235/90	902/90	Paulo Dyrceu Pinheiro	Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão.	Em tramitação

J.8 — ATIVIDADES DO SENADO COMO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Ao término desta sessão legislativa, deixa o Senado de exercer a competência de Câmara Legislativa do Distrito Federal que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal dar-se-á com a posse dos deputados distritais eleitos a três de outubro que, de acordo com decisão do Superior Tribunal Eleitoral, deverá se realizar no dia 1º de janeiro de 1991.

A fim de que a futura Câmara Legislativa do Distrito Federal pudesse exercer, desde a sua instalação, as atribuições que lhe são inerentes, o Senado fez baixar as Resoluções n.ºs 48 e 49, de 1990, a primeira dispondo sobre a realização de concurso público para o preenchimento do quadro de seus servidores e a segunda estabelecendo normas sobre o procedimento a ser adotado na posse dos deputados distritais e do governador e vice-governador eleitos a três de outubro e na eleição de sua Mesa Diretora.

Observação: A posse dos deputados distritais realizou-se a 1º de janeiro de 1991, às 10 horas, no Auditório Petrônio Portela, perante a Mesa do Senado Federal, tendo sido a Ata da sessão publicada em número especial do **Diário do Congresso Nacional** (Seção II), do dia 2 de janeiro de 1991.

1 — COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(21 Titulares e 12 Suplentes)

Composição em 15-2-90:

Presidente: Mauro Benevides

Vice-Presidente: Odacir Soares

Titulares

Meira Filho
Mauro Benevides
Aureo Mello
Marcio Lacerda
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leopoldo Peres
Ronaldo Aragão

Odacir Soares
Edison Lobão
João Lobo
Lourival Baptista

Chagas Rodrigues
Pompeu de Sousa

Maurício Corrêa (PDT)
Carlos De'Carli (PTB)
João Castelo (PRN)
José Paulo Bisol (PSB)

Mauro Borges

Suplentes

PMDB

José Fogaça
Wilson Martins
Raimundo Lira
Mansueto de Lavor
Ronan Tito

PFL

João Menezes
Hugo Napoleão

PSDB

(vago) (*)
(vago) (**)

PEQUENOS PARTIDOS

Moisés Abrão (PDC)
Olavo Pires (PTB)
Jarbas Passarinho (PDS)

SEM PARTIDO

(*) vaga ocorrida devido ao afastamento do Senador Sílvio Name em 27-12-89;

(**) vaga ocorrida devido ao afastamento do Senador Marcos Mendonça em 11-1-90;

Alterações ocorridas durante o período legislativo de 1990 na Comissão do Distrito Federal:

19- 3-90 — PSDB — Indicação do Senador José Richa, como suplente;

26- 4-90 — PFL — Substituição do Senador João Menezes pelo Senador Divaldo Suruagy, como suplente;

PMDB — Substituição do Senador Leopoldo Peres pelo Senador Nabor Júnior, como titular;

- Substituição dos Senadores Wilson Martins, Raimundo Lira e Mansueto de Lavor pelos Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Humberto Lucena e João Calmon, como suplentes;
- 23- 5-90 — PSDB — Substituição do Senador José Paulo Bisol pelo Senador Almir Gabriel, como titular;
- Indicação do Senador Dirceu Carneiro, como suplente;
- 30- 6-90 — PTB — Substituição do Senador Carlos De'Carli pelo Senador Gilberto Miranda, que, a 9-11-90 volta a ocupar seu lugar na comissão como titular;
- 23- 8-90 — PSDB — Substituição do Senador José Richa pelo Senador Sílvio Name, como suplente;
- 16-10-90 — PTB — Falece o Senador Olavo Pires, decorrendo vaga na comissão;
- 18-10-90 — PDS — Substituição do Senador Jarbas Passarinho pelo Senador Oziel Carneiro, como suplente;
- 23-10-90 — PMDB — Substituição do Senador Irapuan Costa Júnior pelo Senador Antônio Alves, como titular.

Devido as alterações ocorridas na Comissão do Distrito Federal, ao final do período legislativo de 1990, a comissão estava assim constituída:

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL (DF)

(21 Membros Titulares e 12 Suplentes)

Presidente: Mauro Benevides
Vice-Presidente: Odacir Soares

Titulares

Alúzio Bezerra
Antônio Alves
Marcio Lacerda
Mauro Benevides
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão

Odacir Soares
Edison Lobão
João Lobo
Lourival Baptista
Meira Filho

Almir Gabriel
Chagas Rodrigues
Pompeu de Sousa

Suplentes

PMDB

Cid Sabóia de Carvalho
Humberto Lucena
João Calmon
José Fogaça
Ronan Tito

PFL

Divaldo Suruagy
Hugo Napoleão

PSDB

Jutahy Magalhães
José Richa

PEQUENOS PARTIDOS

João Castelo (PRN)
Maurício Corrêa (PDT)
Mauro Borges (PDC)
Carlos De'Carli (PTB)
Ney Maranhão (PRN)

Oziel Carneiro (PDS)
Moisés Abrão (PDC)
(vago)

SEM PARTIDO

Aureo Mello
Francisco Rollemberg

2 — PROJETOS DE LEI DO DISTRITO FEDERAL

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/89	Pompeu de Sousa	Regulamenta, para o Distrito Federal, o princípio de "gestão democrática do ensino público", estabelecido pelo art. 206, item VI, da Constituição Federal.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
2/89	Pompeu de Sousa	Estabelece diretrizes, critérios e conteúdo mínimo para elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal, fixa a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal para sua aprovação, e dá outras providências.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
19/89	Pompeu de Sousa	Estabelece a eleição direta dos Administradores Regionais no Distrito Federal, fixa suas atribuições e dá outras providências.	Rejeitado em 30-5-90
23/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a participação popular no processo legislativo do Distrito Federal (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho).	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
30/89	Governo do DF	Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar bens imóveis.	Prejudicado
31/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais funcionais do Governo do Distrito Federal e a utilização dos recursos dela oriundos na recuperação das escolas da rede oficial de ensino (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho).	A sanção Veto total
37/89	Governo do DF	Dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 130, de 23-11-90
41/89	Comissão do DF	Dá o nome de "Parque Chico Mendes" ao "Parque do Guará". (Apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho).	Arquivado em 8-3-90
44/89	Comissão do DF	Autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal, e dá outras providências. (Apresentado por sugestão do Deputado Valmir Campelo).	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
49/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais no Distrito Federal e dá outras providências.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
53/89	Governo do DF	Dispõe sobre o Código de Posturas do Distrito Federal.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF

Nº	Autor	Ementa	Resultado
58/89	Pompeu de Sousa	Dá a denominação de "Parque da Cidade" ao "Parque Recreativo Rogério Pithon Serejo Farias".	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
60/89	Aureo Mello	Regulamenta o tratamento acústico em casas de diversões que funcionam com música ao vivo ou eletrônica no Distrito Federal.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
65/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a utilização de cursos d'água na área do Distrito Federal por empresas industriais e agroindustriais. (Apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho).	À sanção Veto total
68/89	Maurício Corrêa	Limita a execução orçamentária durante o exercício financeiro de 1990.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
75/89	Comissão do DF	Veda construção em Brasília, nos locais e nas condições que menciona. (Apresentado por sugestão do Deputado Geraldo Campos).	Lei nº 116, de 17-7-90
76/89	Comissão do DF	Estabelece reservas de projeções e lotes de terreno em planos de expansão urbana do Distrito Federal para os fins que especifica, e dá outras providências. (Apresentado por sugestão do Deputado Francisco Carneiro).	Prejudicado (art. 334, a do Regimento Interno)
94/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Regional do Gama, Região Administrativa II. (Apresentado por sugestão do Deputado Francisco Carneiro).	Lei nº 104, de 31-5-90
97/89	Comissão do DF	Cria, no Governo do Distrito Federal, um Grupo de Trabalho para redefinir as regiões administrativas do Distrito Federal. (Apresentado por sugestão da Deputada Maria de Lourdes Abadia).	À sanção Veto total

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/90	Tribunal de Contas do DF	Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 91, de 30-3-90
2/90	Governo do DF	Desafeta área pública.	Retirado pelo autor
3/90	Governo do DF	Desafeta áreas públicas.	Retirado pelo autor
4/90	Governo do DF	Transforma a Escola Classe Granja das Oliveiras em Centro de Ensino de 1º Grau Granja das Oliveiras, da Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 102, de 30-5-90
5/90	Governo do DF	Cria as Escolas Classes e o Centro de Ensino que menciona, na Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 103, de 30-5-90
6/90	Governo do DF	Autoriza a desafetação de bem de uso comum do povo, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal.	Retirado pelo autor
7/90	Governo do DF	Dispõe sobre a transposição de servidores para a carreira de que trata a Lei nº 82, de 29-12-89.	Lei nº 93, de 2-4-90
8/90	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 5.187.958.000,00 e dá outras providências.	Lei nº 90, de 21-3-90
9/90	Governo do DF	Altera dispositivos das Leis n.ºs 13 e 14, de 30 de dezembro de 1988 e dá outras providências.	Lei nº 99, de 30-5-90
10/90	Governo do DF	Dispõe sobre o aproveitamento, no Distrito Federal, de servidores requisitados e dá outras providências.	Lei nº 105, de 4-6-90
11/90	Governo do DF	Altera dispositivos das leis que menciona e dá outras providências.	Lei nº 94, de 23-4-90 com veto parcial
12/90	Governo do DF	Dispõe sobre a reversão de servidor para o cargo de Professor da Carreira do Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 92, de 2-4-90
13/90	Governo do DF	Dispõe sobre alteração da Tabela de Pessoal da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 100, de 30-5-90
14/90	Governo do DF	Dispõe sobre o aproveitamento de servidores na Carreira Administração Pública do Distrito Federal, criada pela Lei nº 51, de 13 de novembro de 1989, e dá outras providências.	Lei nº 96, de 18-5-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
15/90	Governo do DF	Altera dispositivos da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989 e dá outras providências.	Lei nº 108, de 20-6-90
16/90	Governo do DF	Cria Centro Interescolar de Linguas de Sobradinho, na Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 101, de 30-5-90
17/90	Governo do DF	Cria a Carreira Administração Pública da Fundação de Amparo ao Trabalhador preso do Distrito Federal e seus empregos permanentes, fixa os valores dos seus salários e dá outras providências.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF.
18/90	Governo do DF	Dispõe sobre reorganização administrativa na Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 98, de 30-5-90
19/90	Governo do DF	Cria o Distrito de Limpeza de Ceilândia na estrutura administrativa do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e dá outras providências.	Lei nº 106, de 12-6-90
20/90	Governo do DF	Introduz alterações na Lei nº 7, de 29 de dezembro de 1988 e dá outras providências.	Lei nº 115, de 13-7-90
21/90	Governo do DF	Altera o Anexo I da Lei nº 93, de 2 de abril de 1990.	Lei nº 112, de 13-7-90
22/90	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento do Distrito Federal crédito suplementar até o limite de Cr\$ 1.369.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 95, de 4-5-90
23/90	Governo do DF	Autoriza a desafetação de domínio de bem de uso comum do povo, situado no SGM/Norte-RA-1, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 113, de 13-7-90
24/90	Governo do DF	Autoriza a desafetação de domínio de bem de uso comum do povo, situado no Setor de Indústria e Abastecimento, Região Administrativa do Guarará X-Distrito Federal.	Lei nº 114, de 13-7-90
25/90	Governo do DF	Autoriza a desafetação de domínio de bem de uso comum do povo, situado entre as quadras QNN 11 e QNM 13, Administração Regional de Ceilândia — RA IX — Distrito Federal.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF.
26/90	Governo do DF	Dispõe sobre a percepção de complementação Pecuniária pelos servidores que menciona e dá outras providências.	Lei nº 97, de 30-5-90
27/90	Governo do DF	Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade do Distrito Federal, situados no Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 128, de 9-11-90
28/90	Governo do DF	Altera a Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989, e dá outras providências.	Lei nº 110, de 28-6-90
29/90	Governo do DF	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.224, de 14 de fevereiro de 1985, e dá outras providências.	Lei nº 109, de 27-6-90
30/90	Governo do DF	Estabelece a competência, composição e classificação do Conselho de Cultura do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 111, de 28-6-90
31/90	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 15.878.422.000,00 e dá outras providências.	Lei nº 107, de 13-6-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
32/90	Governo do DF	Remete crédito do Imposto Predial e Territorial Urbano, no Distrito Federal, relativo a imóvel de propriedade de componente da Força Expedicionária Brasileira, e dá outras providências.	Lei nº 137, de 19-12-90
33/90	Comissão do DF	Dispõe sobre a criação do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho).	Prejudicado
34/90	Governo do DF	Desafeta área pública e autoriza permuta.	Lei nº 121, de 30-8-90
35/90	Maurício Corrêa	Dispõe sobre o fornecimento gratuito de uniformes escolares.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF.
36/90	Governo do DF	Autoriza a desafetação de domínio de bens de uso comum do povo, situados na Região Administrativa de Ceilândia, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF.
37/90	Maurício Corrêa	Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias na aquisição de automóveis, e dá outras providências.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF.
38/90	Comissão do DF	Dispõe sobre a realização de auditoria ambiental do Distrito Federal nas condições que disciplina (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho).	Lei nº 118, de 2-8-90
39/90	Governo do DF	Dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários dos servidores civis da administração direta, autárquica, fundacional e indireta do Distrito Federal, e dá outras providências.	Com veto parcial Lei nº 117, de 23-7-90
40/90	Governo do DF	Cria escolas classe e centros de ensino de 1º grau na Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.	com veto parcial Lei nº 131, de 23-11-90
41/90	Maurício Corrêa	Regulamenta o art. 39 da Constituição Federal, relativo ao regime jurídico dos servidores das fundações públicas do Distrito Federal, e dá outras providências.	A sanção veto total
42/90	Governo do DF	Cria emprego em comissão na tabela de empregos em comissão da Fundação hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
43/90	Governo do DF	Dispõe sobre o aproveitamento de servidores na carreira Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, criada pela Lei nº 82, de 29 de dezembro de 1989, e dá outras providências.	Lei nº 126, de 29-10-90
44/90	Governo do DF	Autoriza a desafetação de domínio de bem de uso comum do povo, situado no setor hoteleiro norte-Região Administrativa do Plano Piloto-RA I — Distrito Federal.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
45/90	Governo do DF	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis das fundações públicas do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 119, de 16-8-90 Veto parcial
46/90	Governo do DF	Autoriza o Distrito Federal, através da Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB, a proceder ligações e fornecer energia nos locais que especifica e dá outras providências.	Lei nº 122, de 12-9-90

Nº	Autor	Ementa	Resultado
47/90	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicionais até o limite de Cr\$ 12.956.000.000,00.	Lei nº 120, de 28-8-90
48/90	Governo do DF	Altera dispositivos das leis que menciona e dá outras providências.	Lei nº 135, de 29-11-90
49/90	Governo do DF	Autoriza a desafetação de domínio de bem de uso comum do povo, situado na Região Administrativa do Gama — DF, anexo ao lote designado por AE-EQ 2/4 — Setor Oeste, e dá outras providências.	Lei nº 134, de 28-11-90
50/90	Governo do DF	Autoriza a desafetação de bens de uso comum do povo, situados no SHIS, OLS 4-9, 4-11, 4-12, 4-13 e 4-14, RA I, dentro do espaço territorial do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 123, de 24-10-90
51/90	Governo do DF	Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1991.	Lei nº 142, de
52/90	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a utilização de cercas nos terrenos adjacentes aos imóveis residenciais localizados nos Setores de Habitações Coletivas e Geminadas Norte — SHCGN e Individuais Geminadas Sul — SHIGS, e dá outras providências.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
53/90	Governo do DF	Autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília — Terracap, a doar os móveis que especifica, e dá outras providências.	Lei nº 124, de 26-10-90
54/90	Maurício Corrêa	Cria a Ouvidoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
55/90	Governo do DF	Cria a carreira "Assistência Jurídica das Fundações Públicas do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências.	Lei nº 125, de 29-10-90
56/90	Governo do DF	Altera a composição do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.	Lei nº 138, de 19-12-90
57/90	Governo do DF	Cria cargos efetivos nos quadros de pessoal que menciona e dá outras providências.	Lei nº 132, de 28-11-90
58/90	Presidente do Tribunal de Contas do DF	Autoriza a Reestruturação dos Serviços auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 127, de 7-11-90
59/90	Governo do DF	Aprova a pauta de valores imobiliários do Distrito Federal, para efeito de lançamento do IPTU no exercício de 1991, altera dispositivos da legislação tributária, e dá outras providências.	Lei nº 139, de 21-12-90
60/90	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicionais até o limite de Cr\$ 23.478.444.000,00 (vinte e três bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil cruzeiros), e dá outras providências.	Lei nº 129, de 22-11-90
61/90	Governo do DF	Dispõe sobre a alteração da denominação dos cargos de Assistente Jurídico, de que trata a Lei nº 64, de 14 de dezembro de 1989, para "Defensor Público do Distrito Federal".	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF
62/90	Meira Filho	Regula o reconhecimento da imunidade tributária pelo GDF, em relação aos tributos de sua competência, das entidades e instituições vinculadas a governos estrangeiros.	Veto total

Nº	Autor	Ementa	Resultado
63/90	Governo do DF	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar empréstimo interno no valor de Cr\$ 138.208.100,00 Bônus do Tesouro Nacional.	Lei nº 133, de 28-11-90
64/90	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento do Distrito Federal, créditos suplementares até o limite de Cr\$ 11.824.000,00 (onze milhões e oitocentos e vinte e quatro mil cruzeiros).	Lei nº 136, de 18-12-90
65/90	Governo do DF	Transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 140, de 21-12-90 com veto parcial
66/90	Governo do DF	Cria e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores — DAS, no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 141, de 26-12-90
67/90	Governo do DF	Cria cargo de Secretário Extraordinário.	Retirado pelo autor
68/90	Governo do DF	Autoriza a Fundação Hospital do Distrito Federal a compensar dias de serviço não prestados em função de greve e dá outras providências.	Encaminhado à Câmara Legislativa do DF

**3 — VETOS APOSTOS A PROJETOS DE LEI DO DISTRITO FEDERAL E
APRECIADOS PELO SENADO FEDERAL**

Projeto de Lei nº	Autor	Ementa	Resultado
66/89	Governo do DF	Cria a carreira Magistério Público do Distrito Federal, seus cargos e empregos, fixa os valores de seus vencimentos e salários e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
72/89	Governo do DF	Cria no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, os Cargos de natureza especial que menciona e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
74/89	Governo do DF	Autoriza o Distrito Federal a alienar imóveis.	Mantido o veto parcial
82/89	Governo do DF	Cria a carreira Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e seus empregos, fixa os valores de seus salários e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
31/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais funcionais do Governo do Distrito Federal e a utilização dos recursos dela oriundos na recuperação das escolas da rede oficial de ensino (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho).	Mantido o veto total
11/90	Governo do DF	Altera dispositivos das leis que menciona, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
65/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a utilização de cursos d'água na área do Distrito Federal por empresas industriais e agroindustriais.	Mantido o veto total
97/89	Comissão do DF	Cria, no Governo do Distrito Federal, um Grupo de Trabalho para redefinir as Regiões Administrativas do Distrito Federal.	Mantido o veto total
39/90	Governo do DF	Dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários dos servidores civis da administração direta, autárquica, fundacional e indireta do Distrito Federal, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
41/90	Maurício Corrêa	Regulamenta o art. 39 da Constituição Federal, relativo ao regime jurídico dos servidores das fundações públicas do Distrito Federal, e dá outras providências.	Mantido o veto
45/90	Governo do DF	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores das fundações públicas do Distrito Federal e dá outras providências.	Mantido o veto parcial

4 — ESCOLHA DE CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Mensagem nº SF	GDF	Nome	Resultado
104/90	77/90	Jorge Caetano	Aprovado (7-11-90)
105/90	80/90	Marli Vinhadeli Papadópolis	Aprovado (DCN 23-8-90)

5 — QUESTÕES DE ORDEM

QUESTÃO Nº 1

Exercício do Governo do Distrito Federal pelo Vice-Governador e indicação de novo governador e vice-governador para o Distrito Federal.

- 13- 3-90 — Recebimento do Ofício nº 363, de 12-3-90, através do qual o Vice-Governador do Distrito Federal, Senhor Wanderley Vallim da Silva, comunica ter assumido o exercício do cargo de Governador em virtude da exoneração, a pedido, do Governador Joaquim Roriz.
- 23- 4-90 — Questão de ordem levantada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho, concluindo solicitar seja declarado vago o cargo de Governador do Distrito Federal a fim de que um novo nome seja submetido ao Senado.
- 24- 4-90 — Decisão da Presidência sobre a questão de ordem formulada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho, no sentido de que o senhor Wanderley Vallim exerce o Governo do Distrito Federal na qualidade de Vice-Governador e que nada impede que o Presidente da República encaminhe outro nome ao Senado para aquele cargo.
- 72- 6-90 — Lidas em Plenário às Mensagens nºs 151 e 152, através das quais o Presidente da República submete ao Senado os nomes dos senhores Wanderley Vallim da Silva e Marco Aurélio Martins de Araújo para exercerem, respectivamente, os cargos de Governador e Vice-Governador do Distrito Federal.
- 29- 6-90 — Questão de ordem do Senador Jutahy Magalhães referente à realização de reunião da Comissão do Distrito Federal no período correspondente à sessão do Senado a fim de arguir os candidatos indicados pelo Presidente da República.
- 18-10-90 — Decisão do Presidente sobre questões de ordem levantadas pelos Senadores Jutahy Magalhães e Maurício Corrêa referentes à indicação dos senhores Wanderley Vallim e Marco Aurélio para os cargos de Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, respectivamente.
- 7-11-90 — Aprovação pelo Plenário das Mensagens n.ºs 151 e 152, de 1990.
- 13-11-90 — Posse dos senhores Wanderley Vallim e Marco Aurélio Martins de Araújo nos cargos de Governador e Vice-Governador do Distrito Federal.

QUESTÃO Nº 2

- 16-11-90 — Questão de ordem levantada pelo Senador Maurício Corrêa pretendendo que a Presidência esclareça se a competência para apreciar vetos apostos pelo Governador do Distrito Federal a projetos votados pelo Senado Federal seria desta Casa ou da Câmara Legislativa, uma vez esta instalada.
- 5-12-90 — Decisão do Presidente no sentido de que a competência para manifestar-se sobre o veto seria da Câmara Legislativa, uma vez que após sua instalação cessaria, por completo, a atribuição conferida ao Senado pelo § 1º do art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Recurso do Senador Maurício Corrêa à Comissão de Constituição e Justiça.
Obs.: Até o final da sessão legislativa não havia a Comissão encaminhado à Mesa o seu parecer.

J.9 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

Jornalistas	Órgãos
Roelofof de Souza e Sá	Agência dos Diários Associados (ANDA)
Milton Roberto Monteiro Ribeiro Eduardo Mentos Monteiro Kim-Ir-Sen-Leal	Agência Imprensa Livre Ltda. (Agil-Fotojornalismo)
Francisco C. N. Lacerda Filho Sebastião Minero Ribeiro da Silva	Agência Jornalística do Planalto (APLAN)
Antonio Carlos Scartezini Josemar Toscano Dantas José Guilherme Filho Izabel Cristina Rocha Alexandre José Guerra Torres	Correio Braziliense
Amália Maranhão Calmon Genivaldo Magela da Cruz Nélia Silvia Marques de Oliveira	Folha de S. Paulo
Jorge Faria Rudolfo Ponce de Leon Protázio R. Nene	Jornal da Tarde (Estado de São Paulo)
Elelmino Pedrosa Ascânio Aurélio Seleme	Agência Globo (Empresa Jornalística Brasileira Ltda.)
Maria Aparecida Fontes Mônica Medeiros	Jornal O Globo
Rodolfo Snerzedello Fernandes Antonio Carlos S. Santos Ademir Malavazi José Haroldo Hollanda Rubem Azevedo Lima Nelson Penteado Ivaldo Cavalcante Alves	Jornal de Brasília
Luiz Eduardo Costa	Rádio Jornal de Brasília (AM)
Zenaide G. A. Morgado	Rádio Jornal de Brasília (FM)
Carlo Iberé Gervázio de Freitas Marta Maria Rohe Salamon Cláudio Renato Kuck Ricardo de Moraes Monteiro	Gazeta Mercantil
Eliane Sobral Joice Russi	O Estado de S. Paulo
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero Esaú Afonso de Carvalho Wanderval Calaça de Medonça	OBN (Organização Brasileira de Notícias)

Jornalistas	Órgãos
Antonio Francisco da Cruz Kuiz Fernando Fraga Rita Maria Francisco P. Lima Armando de Araújo Cardoso Valéria Lima de Aguiar	EBN (Empresa Brasileira de Notícias)
Maria Tereza Cardoso Doramaria Tavares de L. Kramer Gilberto Fernandes Alves	Jornal do Brasil
Feliciano Moreira Mariz Maria Auxiliadora Olimpio G. Hackradt Rosângela Bittar	Agência JB
Aldo Renato Soares Sandra Sato	Rádio Eldorado (AM) — Estado de São Paulo
Ary Cícero de Moraes Ribeiro Paulo Castanheiro Coelho João Borges Muniz	Rádio Eldorado (FM) — Estado de São Paulo
Maria Luiza Bracciali Cláudio José de Miranda Pedroso Vicente Limongi Neto	Revista Visão
Hermano de Deus Nobre Alves José Tarcísio Saboya Hollanda Ossian da Silveira Brito	Jornal Tribuna da Imprensa (S/A Editora)
Bertha Pellegrino César Belle Wamburg Fábio Mendes	Diário Popular (São Paulo)
Ilara Viotti José Carlos Bardawil José Vieira Barreto	O Liberal
João Batista Parreira Saraiva Alícia Gonçalves Santiago Denize J. P. Madueño Silva Willer Diniz	VCA — Produções
Carlos Chagas Afonso Cazzolino	Rádio Globo de Brasília Ltda. (Sistema Globo de Brasília)
Alexandre Egges Garcia Paulo Cruz de Azevedo Francisco José Lustosa da Costa	Revista Senhor
Luiz Custódio de Lima Luiz Alencar Monteiro	Correio do Brasil
José Tarcísio Saboya Hollanda Hermano de Deus Nobre Alves	Televisão Capital
Marba Rosângela Teixeira Furtado Oscar Martins de Andrade	Rádio Bandeirante S/A (São Paulo)
Nelson Penteado Ana Cristina Gonçalves de Oliveira	Rádio Manchete
Mônica Rosa Gulgiano Dário Macedo	TV-Manchete
Sebastião Batista Silva João Emilio Falcão Costa Filho	TV-Globo
	Empresa de Notícias (Pirâmide)
	Diário do Nordeste
	Brasília Super Rádio (FM)
	Jornal do Congresso Nacional
	Diário Popular
	Zero Hora
	Última Hora
	Diário Catarinense (RBS) — Rede Brasil Sul
	José (Jornal da Semana Inteira)
	“credenciamento pela 1ª Secretária”
	“credenciamento pela Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas”

J.10 — DIVERSOS

1 — COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DE INTEGRAÇÃO BRASIL/ARGENTINA

17- 8-89 — Decreto Legislativo nº 50, que aprova o texto do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina.

“Art. 8º Os projetos dos acordos específicos negociados pelos Governos dos Estados-Parte, antes de seu envio aos respectivos Poderes Legislativos, serão apreciados por uma **Comissão Parlamentar Conjunta de Integração**, de caráter consultivo, que será composta por doze parlamentares de cada País, designados pelos respectivos Poderes Legislativos, com mandato de dois anos.”

30-11-89 — Recebimento da Mensagem nº 849, através da qual o Presidente da República solicita seja formada a Comissão.

2- 7-90 — Recebimento do Ofício/P-978/90, do Presidente da Câmara dos Deputados, indicando os nomes de deputados para a constituição da Comissão.

Ofício s/nº, do Presidente do Senado ao Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, indicando os seguintes parlamentares para integrar a Comissão:

Deputados:

Ibsen Pinheiro
Luiz Henrique
Arnaldo Prieto
Jorge Uequet
Amaury Müller
Victor Faccioni

Senadores:

José Fogaça
Irapuan Costa Júnior
Dirceu Carneiro
Marcio Lacerda
Odacir Soares
Alberto Hoffmann

2 — COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional, regulamentando o disposto no § 4º do art. 58 da Constituição Federal, fez baixar a Resolução nº 3, de 1990-CN, que dispõe sobre a constituição e atribuições da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Em cumprimento ao disposto naquela Resolução, o Senado Federal, no dia 14 de dezembro, realizou a eleição dos Senadores que, juntamente com os representantes da Câmara dos Deputados, iriam integrar a Comissão Representativa do Congresso Nacional que ficou assim constituída:

Senadores

Titulares

Mauro Benevides
Marcondes Gadelha
Chagas Rodrigues
Maurício Corrêa
Albano Franco
Moisés Abrão
Nelson Carneiro — Presidente

Suplentes

Marcio Lacerda
Meira Filho
Pompeu de Sousa
Nelson Wedekin
Ney Maranhão
Gerson Camata
Nabor Júnior

Deputados

Ibsen Pinheiro
Genebaldo Correia
Nelson Jobim
Tidei de Lima
Ricardo Fiúza
Humberto Souto
Luiz Eduardo
Jutahy Júnior
Sigmaringa Seixas
Miro Teixeira
Cleonânio Fonseca
Bonifácio de Andrada
Valmir Campelo
Paulo Delgado
Gidel Dantas
Oswaldo Almeida

João Natal
Maurílio Ferreira Lima
Rita Camata
Ubiratan Aguiar
Francisco Dornelles
Ney Lopes
Paes Landim
Jayme Santana
Koyu Iha
Brandão Monteiro
José Gomes
Aécio da Borba
Roberto Jefferson
João Paulo
Leomar Quintanilha
José Luiz de Sá

A instalação da Comissão deu-se no dia 27 de dezembro de 1990, em reunião realizada às 14:30 h no plenário do Senado.

Em segunda reunião, realizada às dezessete horas do dia 27 de dezembro, a Comissão Representativa, nos termos do disposto no art. 7º, IV, "b", da Resolução nº 3/90-CN, discutiu dois Projetos de Lei, o de nº 32/90-CN e o de nº 33/90-CN, ambos referentes a abertura de crédito suplementar solicitado pelo Poder Executivo.

Os projetos acima referidos foram aprovados na terceira reunião da Comissão, realizada no dia 28 de dezembro, e remetidos à sanção do Presidente da República.

A sua quarta reunião, realizada no dia 21 de janeiro de 1991, destinou-se ao recebimento da Mensagem nº 1/91 (nº 36/91, na origem), através da qual o Presidente da República encaminha à deliberação do Congresso Nacional projeto de lei que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e dá outras providências, "solicitando sua inclusão na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional por se tratar de matéria urgente e relevante".

Sobre o assunto, a Comissão realizou, ainda uma quinta reunião decidindo, após aprovação de parecer de autoria do Deputado Bonifácio de Andrada, pelo envio da Mensagem à Câmara dos Deputados para que ali o projeto iniciasse sua tramitação.

As Atas das reuniões da Comissão Representativa do Congresso Nacional foram publicadas nos seguintes Diários do Congresso Nacional (sessão conjunta):

- 1º Reunião — DCN de 28 de dezembro de 1990 — nº 93
- 2º Reunião — no mesmo DCN
- 3º Reunião — DCN de 29 de dezembro de 1990 — nº 94
- 4º Reunião — DCN de 22 de janeiro de 1991 — nº 6 e
- 5º Reunião — DCN de 23 de janeiro de 1991 — nº 7.

2 — ELEIÇÃO DOS INTEGRANTES DO CONSELHO DA REPÚBLICA

(Constituição Federal, art. 89, VII)

- 29-10-90 — Comunicação ao Plenário da elaboração, pela Mesa, da lista sêxtupla, prevista no art. 384 do Regimento Interno, destinada à eleição de dois membros e dois suplentes que irão integrar o Conselho da República, nos termos do disposto no art. 89, VII, da Constituição Federal.
- 7-11-90 — Eleitos os Senadores Severo Gomes e Jorge Bornhausen para integrarem, como membros titulares o Conselho da República e, como suplentes, os Senadores Mata-Machado e Antônio Luiz Maya.

4 — QUESTÕES DE ORDEM

QUESTÃO Nº 1

Possível enquadramento da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento na prática de crime de responsabilidade — Requerimento de Informações não respondido dentro do prazo estabelecido no Regimento Interno do Senado.

- 19- 3-90 — Apresentação do Requerimento nº 39, através do qual o Senador Jamil Haddad solicita informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.
- 27- 3-90 — Comunicação ao plenário do deferimento de requerimento pela Mesa Diretora.
- 29- 3-90 — Ofício SM/nº 68, solicitando as informações ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.
- 9- 5-90 — Remessa ao Senador Jamil Haddad do Aviso nº 490 AL/Sg, da Secretaria-Geral da Presidência da República.
- 10- 5-90 — Intervenção do Senador Jamil Haddad quando do comparecimento ao Senado, da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento e encaminhamento à Mesa de requerimento no sentido de ser convocada sessão do Senado a fim de deliberar a respeito do enquadramento da Ministra na prática de crime de responsabilidade.
- 15- 5-90 — Decisão da Presidência no sentido de ser ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
— Intervenções em plenário.
- 28- 5-90 — Leitura, em plenário, do Parecer nº 173 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- 31- 5-90 — Recebimento do Aviso nº 709 do Secretário-Geral da Presidência da República encaminhando cópia do Aviso nº 427, de 30-5-90, da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.
— Leitura, em plenário, do Aviso nº 428, da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.
— Intervenções em plenário a respeito da realização da sessão requerida pelo Senador Jamil Haddad em 10-5-90.
- 4- 6-90 — Finalidade da sessão: cumprimento do disposto no art. 216, § 1º, do Regimento Interno, com relação à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.
— Recebimento do Aviso nº 432, desta data, através do qual a Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento comunica que, dentro de cinco dias poderá iniciar o envio das informações solicitadas.
— Debates em plenário.
- 7- 6-90 — Finalidade da sessão: continuação do assunto em debate na sessão do dia 4. Debates em plenário sobre o Aviso nº 432 da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.

- Decisão do Plenário no sentido de aguardar, até o dia 11 de junho as informações.
- 12- 6-90 — Comunicação do recebimento, no dia 11, de informações da Ministra.
- 12- 6-90 — Leitura do Aviso nº 464, de 11-6-90, da Ministra da Economia encaminhando oito volumes lacrados a ela remetidos pelo Banco Central do Brasil.
(Sessão 15,15)

QUESTÃO Nº 2

Substituição, pelo Líder, de membro de comissão permanente que exerça a Presidência do órgão.

- 6- 4-90 — O Senador Raimundo Lira comunica o seu desligamento do PMDB e sua filiação ao PRN.
 - 16- 4-90 — O Senador Ronan Tito, Líder do PMDB, substitui o Senador Raimundo Lira na Comissão de Assuntos Econômicos da qual é Presidente.
 - 19- 4-90 — O Senador Ronan Tito expõe suas razões a respeito da decisão anteriormente tomada.
 - 24- 4-90 — A Presidência decide a questão nos termos do disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno.

Travam-se debates em plenário.

O Senador Raimundo Lira interpõe recurso à decisão da Presidência, solicitando o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
 - 25- 4-90 — A Presidência encaminha à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Ofício nº SM/92, solicitando o exame da questão por aquele órgão técnico.
 - 26- 4-90 — Designado relator na comissão o Senador Jutahy Magalhães.
- Obs.:** Até o final da sessão legislativa não havia sido encaminhado à Presidência o parecer da comissão, prevalecendo entretanto a decisão por ela proferida, tendo sido eleito, em 9-5-90, o Senador Severo Gomes, Presidente da Comissão em substituição do Senador Raimundo Lira.

QUESTÃO Nº 3

Indicação do Sr. José Gilton Pinto Garcia para Governador do Estado do Amapá em substituição ao Sr. Nova da Costa, exonerado, *ex officio*, pelo Presidente da República.

- 23- 4-90 — Leitura da Mensagem nº 103/90 (nº 383, de 19-4-90, na origem), submetendo ao Senado o nome do Sr. José Gilton Pinto Garcia para exercer o cargo de Governador do Estado do Amapá.
 - Questão de ordem levantada pelo Senador Alexandre Costa envolvendo a inteligência do disposto no § 3º, *in fine* do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
 - 24- 4-90 — A Presidência resolve ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de instruir sua decisão sobre a questão de ordem.
 - 3- 5-90 — Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando é aprovado parecer de autoria do Senador Maurício Corrêa concluindo pela constitucionalidade do ato do Presidente da República e pelo não-acolhimento da questão de ordem levantada pelo Senador Alexandre Costa. Votos vencidos, em separado, dos Senadores Afonso Arinos e Jutahy Magalhães.
- Obs.:** O parecer não foi publicado.

- Lido em plenário, Ofício nº 21/90 do presidente da comissão comunicando a decisão da comissão.
- Decisão da Presidência.
- 8- 5-90 — Questão de ordem do Senador Cid Sabóia de Carvalho solicitando esclarecimento sobre a decisão da Presidência.
- 15- 5-90 — Explicações da Presidência sobre a questão de ordem levantada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho.
- Recurso interposto pelo Senador Alexandre Costa.
- 16- 5-90 — Debate em plenário sobre a matéria.
- 18- 5-90 — Rejeição, pelo plenário, do recurso interposto pelo Senador Alexandre Costa.
- 22- 5-90 — Aprovação, pelo Plenário, do nome do Sr. José Gilton Pinto Garcia.

QUESTÃO Nº 4

Retirada, pelo Presidente da República, de mensagem que submete ao Congresso Nacional atos praticados nos termos do disposto no art. 223 da Constituição.

- 30- 5-90 — Leitura e deferimento da Mensagem nº 124/90, através da qual o Presidente da República solicita a retirada de várias mensagens referentes a atos de outorga, concessão e renovação de concessão de serviços de radio-difusão sonora e de sons e imagens já apreciadas pela Câmara e remetidas ao Senado em termos de projeto de decreto legislativo.
- 19- 6-90 — Questão de ordem levantada pelo Senador Humberto Lucena no sentido de a Presidência reexaminar o assunto a fim de que os projetos tivessem tramitação.
- Resposta da Presidência à questão de ordem e consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para se pronunciar sobre o assunto.
- 10- 7-90 — Leitura do Parecer nº 252, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pelo não-arquivamento dos projetos de decreto legislativo.
- 8-11-90 — Relatório do Presidente sobre o ocorrido.
- Aprovação, pelo Plenário, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- Desarquivamento dos projetos que voltam à tramitação.

QUESTÃO Nº 5

Decisão de comissão permanente tomada em reunião realizada quando em recesso o Congresso Nacional.

- 1º- 8-90 — Questão de ordem do Senador Jutahy Magalhães referente à decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tomada às 18h19min do dia 10 de julho, quando já havia sido declarado encerrado o primeiro período da sessão legislativa.
- 22- 8-90 — Decisão do presidente sobre a questão de ordem levantada pelo Senador Jutahy Magalhães considerando nula de pleno direito a reunião da comissão e, em consequência, a deliberação por ela tomada na ocasião.

QUESTÃO Nº 6

Retirada, pelo Presidente da República, de mensagem que encaminhou projeto de lei, quando já submetido à revisão do Senado Federal.

- 29- 8-90 — Questões de ordem formuladas pelos Senadores Chagas Rodrigues e Mauro Benevides referentes à retirada, pelo Presidente da República, da mensagem que encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.058/89, na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, já aprovado pela Câmara dos Deputados e já submetido à revisão do Senado Federal, onde tomou o nº 69/90 (PLC).
- 30- 8-90 — Leitura da Mensagem nº 182/90, através da qual o Presidente da República solicita a retirada da mensagem em referência.
- Decisão do presidente, em exercício, Senador Alexandre Costa, pelo indeferimento do pedido e determinando o arquivamento da mensagem e o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 69/90.

QUESTÃO Nº 7

Exercício da liderança de partido que integre bloco parlamentar.

- 5-11-90 — Questão de ordem levantada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho e que diz respeito às atribuições dos líderes de partido que se integrem a bloco parlamentar.
- 11-12-90 — Decisão da Presidência, acatando questão de ordem no sentido de que perdem as prerrogativas conferidas regimentalmente aos líderes o líder de partido que se integrar a bloco parlamentar.
- Debates em plenário.
- Recurso interposto pelo Senador José Ignácio Ferreira à decisão do presidente.
- Acolhimento do recurso a fim de ser ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- 13-12-90 — Leitura, em plenário, do Parecer nº 480, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- Obs.:** Até o encerramento da sessão legislativa o parecer não havia sido submetido ao Plenário.

**IV – O CONGRESSO NACIONAL EM REUNIÃO
CONJUNTA DE SUAS CASAS**

A — SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 5 reuniões, sendo 1 solene, e 113 sessões conjuntas, sendo 105 para tratar de matéria legislativa e 8 solenes.

As sessões e reunião solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
15- 2-90	— Instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura.
15- 3-90	— Posse dos Srs. Fernando Affonso Collor de Mello e Itamar Augusto Cautiero Franco, Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente.
15- 8-90	— Recepção ao Senhor Jaime Paz Zamora, Presidente da República da Bolívia. (Oradores: Senador Jorge Bornhausen e Deputado Valmir Campelo).
*23- 8-90	— Recepção ao Senhor Patricio Aylwin Azocar, Presidente do Chile.
10-10-90	— Recepção ao Senhor Carlos Salinas de Gortari, Presidente da República dos Estados Unidos Mexicanos. (Oradores: Senador Pompeu de Sousa e Deputado Antônio Carlos Konder Reis).
7-11-90	— Recepção do Senhor Rodrigo Borja Cevallos, Presidente da República do Equador. (Oradores: Senador Affonso Sancho e Deputado Marcelo Cordeiro).
13-11-90	— Homenagem ao Senhor Presidente Mikahail Gorbachev, Presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. (Oradores: Senador Fernando Henrique Cardoso e Deputado Artur Lima Cavalcanti).
28-11-90	— Homenagem ao ex-Senador e ex-Presidente do Senado Federal, Sr. Luiz Viana. (Oradores: Senador Roberto Campos e Deputado Aloisio Chaves).
3-12-90	— Recepção ao Senhor Presidente George Bush, Presidente dos Estados Unidos da América. (Oradores: Senador Ronan Tito e Deputado Ricardo Fiúza).

* Reunião Solene do Congresso Nacional

B — COMISSÕES MISTAS

1 — PARA ESTUDO DE MATÉRIA LEGISLATIVA

Nesta sessão legislativa foram constituídas 206 comissões mistas, sendo:

— para exame de medidas provisórias.....	151
— para exame de vetos presidenciais	54
— Comissão Mista de Orçamento	1

* Comissão Mista de Orçamento

2 — PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) CPI — MISTA — CRISE FINANCEIRA DA PETROBRÁS

Criada através da Resolução nº 4/90-CN destinada a investigar a atual crise financeira da Petrobrás.

Composição

Presidente: Deputado JOSÉ TINOCO
Vice-Presidente: Deputado BENEDICTO MONTEIRO
Relator: Senador JOSÉ FOGAÇA

Senadores

José Fogaça
Francisco Rollemberg
Mauro Benevides
Ruy Bacelar
Gerson Camata
Nabor Júnior
João Lobo
Lourival Baptista
Alexandre Costa
Pompeu de Sousa
Sílvio Name
Louremberg Nunes Rocha
Antônio Luiz Maia
Maurício Corrêa
Jarbas Passarinho

Deputados

Mário Lima
Osvaldo Macedo
Fernando Gasparian
Luiz Alberto Rodrigues
Eduardo Moreira
José Tinoco
Christóvam Chiaradia
Dionísio Dal-Prá
Mauro Campos
Francisco Küster
Arnold Fioravante
Flávio Rocha
Luiz Salomão
Benedicto Monteiro
João Paulo

- Em 19-2-90, foi apreciado o relatório parcial, oferecido pelo Sr. Senador Jarbas Passarinho, em análise aos depoimentos dos Srs. Dr. Edgard de Abreu Cardoso, Secretário Executivo da SEAP e Dr. Mailson da Nóbrega, Ministro de Estado da Fazenda.
- Em 20-2-90, reunião de avaliação dos trabalhos da comissão.
- Em 6-3-90, foi ouvido o depoimento do General Roberto França Domingues, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo — CNP.
- Em 6-3-90, foram indicados os Srs. Senadores José Richa e Mário Covas em substituição aos Srs. Senadores Sílvio Name e Marco Mendonça, conforme ofício do Líder do PSDB.
- Em 13-3-90, foram ouvidos os depoimentos dos Srs. Diomedes Cesário da Silva, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás — AEPET e Luiz Fernando Maia, Presidente da Federação Nacional dos Petroleiros — FENAPE.
- Em 21-3-90, foi ouvido o Dr. João Camilo Penna, ex-Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

- Em 2-4-90, foi indicado o Sr. Deputado João Paulo Pires em substituição ao Sr. Deputado Paulo Paim, conforme ofício do Líder do PT na Câmara dos Deputados.
- Em 25-4-90, foi ouvido o depoimento do Sr. Luiz Octávio da Motta Veiga, Presidente da Petrobrás.
- Em 16-5-90, foi prorrogado o prazo da comissão por 60 dias, de acordo com o Requerimento nº 1.610/90.
- Em 4-4-90, foi ouvido o depoimento do Dr. Ozires Silva, Ministro de Estado da Infra-Estrutura.
- Em 18-4-90, foi ouvido o depoimento do Sr. Shigeaki Ueki, ex-Presidente da Petrobrás.
- Em 13-6-90, foi indicado o Sr. Deputado Bocayuva Cunha, Presidente eventual da comissão, conforme ofício do Presidente do Congresso Nacional.
- Em 19-6-90, foi indicado o Sr. Deputado Christóvam Chiaradia em substituição ao Sr. Deputado Luiz Marques, conforme ofício da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados.
- Em 21-6-90, foi realizada reunião para discutir e votar o relatório final, não havendo **quorum** para deliberação.
- Em 27-6-90, foi criada uma subcomissão, composta pelos Srs. Deputados Mário Lima, Bocayuva Cunha e Mauro Campos, para, junto à Presidência da Petrobrás, discutir a política de pessoal da empresa.
- Em 21-8-90, foi prorrogado o prazo da comissão por 60 dias, de acordo com o Requerimento nº 1.717-CN/90.
- Em 22-8-90, foi ouvido o depoimento do Sr. Luiz Octávio da Motta Veiga, Presidente da Petrobrás.
- Em 23-8-90, foi indicado o Sr. Senador Pompeu de Sousa em substituição ao Sr. Senador Mário Covas, conforme ofício do Líder do PSDB no Senado Federal.
- Em 29-8-90, foi indicado o Sr. Senador Sílvio Name em substituição ao Sr. Senador José Richa, conforme ofício do Líder do PSDB no Senado Federal.
- Em 13-9-90, foi indicado o Sr. Deputado Fernando Gasparian em substituição ao Sr. Deputado João Agripino, conforme ofício do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados.
- Em 16-10-90, foi prorrogado o prazo da comissão por 40 dias, de acordo com o Requerimento nº 1.772-CN/90.
- Em 17-10-90, foi ouvido o depoimento da Dra. Zélia Cardoso de Mello, Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.
- Em 24-10-90, foi realizada reunião para avaliação dos trabalhos da comissão.
- Em 25-10-90, foi indicado o Sr. Deputado Luiz Salomão em substituição ao Sr. Deputado Bocayuva Cunha, conforme ofício do Líder do PDT na Câmara dos Deputados.
- Em 4-12-90, foi prorrogado o prazo da comissão até 15-12-90, de acordo com o Requerimento nº 1.821-CN/90.
- Em 16-12-90, foi realizada reunião para discutir e votar o relatório final da comissão. Não houve **quorum** para deliberação.
- Em 12-12-90, foi aprovado o relatório final da comissão, conclusivo pela remessa do relatório aos seguintes órgãos: Tribunal de Contas da União, Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, Procuradoria-Geral da República. Conclui, ainda, pela recomendação ao Congresso Nacional da sustação do Decreto nº 91.149/85, e, finalmente, pelo envio das seguintes recomendações aos Ministros da Infra-Estrutura e Economia: 1º) a Petrobrás dê ampla e detalhada divulgação, por ocasião dos reajustes de preços, das razões dos mesmos (variação cambial, majoração de salários, aumento no preço do óleo importado, preço internacional da nafta, novos tributos, variações de custo da empresa); 2º) seja esclarecido perante a opinião pública o mecanismo do FUP — Frete de Uniformização de Preços, fonte de tantos prejuízos à Petrobrás e aos consumidores.
- Em 18-12-90, publicado o Relatório nº 14, de 1990-CN, no **DCN** desta data.

b) CPI MISTA — FUGA DE CAPITAL

Criada através da Resolução nº 5/89-CN, destinada a apurar a fuga de capital e a evasão de divisas do Brasil.

Composição

Presidente: Senador ANTÔNIO LUIZ MAYA
Vice-Presidente: Senador ALEXANDRE COSTA
Relator: Deputado FERNANDO B. COELHO

Senadores

Severo Gomes
Irapuan Costa Júnior
Nelson Wedekin
Jutahy Magalhães
Edison Lobão
Alexandre Costa
Mário Covas
Antônio Luiz Maya
José Paulo Bisol
Ney Maranhão

Deputados

Samir Achôa
Fernando Bezerra Coelho
Nilson Sguarezi
Maria Lúcia
Mussa Demes
Stélio Dias
Vilson Souza
Paulo Ramos
Myrian Portela
Geraldo Bulhões

- Em 6-3-90, foi indicado o Sr. Senador Mário Covas em substituição ao Sr. Senador Marcos Mendonça.
- Em 29-3-90, reunião de trabalho. (DCN II, nº 52, de 29-6-90).
- Em 16-5-90, foi ouvido o depoimento do Dr. Romeu Tuma, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal — DPF. (DCN II, nº 52, de 29-6-90).
- Em 21-8-90, foi prorrogado o prazo da comissão em 60 dias, de acordo com o Requerimento nº 1.716/90.
- Em 17-10-90, foi prorrogado o prazo da comissão até o dia 15-12-90, de acordo com o Requerimento nº 1.773/90.
- Em 14-11-90, foram ouvidos os depoimentos dos Srs. Pedro Conde, Presidente do Banco de Crédito Nacional — BCN; Sérgio Murta Machado, Presidente do Banco de Crédito Real — CREDIREAL; Fernando B. Gentil, Presidente do Banco NMB Sudamericano e Gilberto Maktas Meiches; Diretor-Adjunto do Banco da Cidade.
- Em 21-11-90, foi ouvido o depoimento do Dr. Ney Cunha e Silva, Delegado do Departamento de Polícia Federal — DPF.
- Em 28-11-90, foram ouvidos os depoimentos dos Srs. Antônio Cláudio Sochaczewski, Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil; Pascoal Geraldo da Silveira Isoldi, Presidente da Corretora Isoldi e Romeu Tuma, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal — DPF.
- Em 5-12-90, foi ouvido o depoimento do Dr. Maurício Schulman, Presidente do Conselho de Administração do Banco Bamerindus do Brasil.
- Em 12-12-90, foi aprovado o relatório final da comissão.
- Em 15-12-90, publicado o Relatório nº 12, de 1990-CN, no DCN desta data.

c) CPI MISTA — “AFUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO”

Criada através da Resolução nº 6, de 1989-CN, destinada a investigar denúncias constantes do livro “Afundação Roberto Marinho”.

Composição

Presidente: Senador ODACIR SOARES
Vice-Presidente: Deputado PAULO RAMOS
Relator: Senador FRANCISCO ROLLEMBERG

Senadores:

Mauro Benevides
Francisco Rollemberg
José Fogaça

Deputados:

Antonio Mariz
Prisco Viana
Renato Viana

Senadores:

Meira Filho
 Odacir Soares
 Edison Lobão
 Silvio Name
 Wilson Martins
 Carlos De'Carli
 Antônio Luiz Maya
 Raimundo Lira

Deputados:

Tidei de Lima
 Eraldo Tinoco
 Adolfo Oliveira
 Jayme Santana
 Paulo Ramos
 Jorge Arbage
 Eurico Ribeiro
 Gastone Righi

- Em 28-6-90, foi instalada a comissão e eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Senador Odacir Soares e Deputado Paulo Ramos. Foi designado Relator da Comissão o Sr. Senador Francisco Rollemberg.
- Em 28-6-90, foi indicado o Sr. Senador Raimundo Lira em substituição ao Sr. Senador João Castelo, conforme ofício do Líder do PRN no Senado Federal.
- Em 14-11-90, foi indicado o Sr. Senador Silvio Name em substituição ao Sr. Senador Afonso Arinos, conforme ofício do Líder do PSDB no Senado Federal.
- Em 6-12-90, apreciação, votação e aprovação do relatório final da comissão.
- Em 12-12-90, publicado o Relatório nº 10, de 1990-CN, no DCN desta data.

d) CPI MISTA — ENERGIA NUCLEAR

Criada através da Resolução nº 1, de 1990-CN, destinada a investigar o programa autônomo de energia nuclear.

Composição

Presidente: Deputada ANNA MARIA RATTES
 Vice-Presidente: Deputado JOSÉ JORGE
 Relator: Senador SEVERO GOMES

Senadores:

Severo Gomes
 Mansueto de Lavor
 Márcio Lacerda
 Marcondes Gadelha
 Carlos Lyra
 Márcio Berezoski
 Mário Covas
 Nelson Wedekin
 Carlos De'Carli
 Gerson Camata
 Albano Franco

Deputados:

Lúcia Vânia
 Luiz Alberto Rodrigues
 Mário Lima
 Rita Camata
 Arnaldo Prieto
 José Jorge
 Anna Maria Rattes
 Luiz Salomão
 Flávio Rocha
 João de Deus Antunes
 Valmir Campelo

- Em 7-6-90, foi instalada a comissão e eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Srs. Deputados Anna Maria Rattes e José Jorge. Foi designado Relator da Comissão o Sr. Senador Severo Gomes.
- Em 19-6-90, foi estabelecido o roteiro de trabalho da comissão.
- Em 21-6-90, foi ouvido o depoimento do Almirante Maximiano da Fonseca, ex-Ministro da Marinha.
- Em 25-8-90, foi indicado o Sr. Senador Márcio Berezoski em substituição ao Sr. Senador Dirceu Carneiro, conforme ofício da Liderança do PSDB no Senado Federal.
- Em 19-10-90, visita às instalações nucleares da Marinha (Copesp/Aramar), em Iperó — SP.
- Em 24-10-90, foram ouvidos os depoimentos dos Srs. General Danilo Venturini e Dr. Rex Nazaré Alves, ex-Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, em reunião secreta.

- Em 29-10-90, foi indicada a Sra. Deputada Lúcia Vânia em substituição ao Sr. Deputado Fernando Cunha, conforme ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.
- Em 30-10-90, foi ouvido o depoimento do Dr. Renato Archer, ex-Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.
- Em 31-10-90, foi ouvido o depoimento do Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, Comandante da Usina de Enriquecimento de Urânio — SP.
- Em 7-11-90, foi ouvido o depoimento do Prof. José Luiz de Santana Carvalho, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN.
- Em 9-11-90, visita ao Centro Tecnológico do Exército, em Guaratiba — RJ.
- Em 14-11-90, foi ouvido o depoimento do Prof. José Goldemberg, Secretário de Ciência e Tecnologia.
- Em 14-11-90, foi ouvido o depoimento do Dr. Pedro Paulo de Leoni Ramos, Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
- Em 28-11-90, foi ouvido o depoimento do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, ex-Presidente da República do Brasil, em Petrópolis — RJ.
- Em 28-11-90, visita ao Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos — SP.
- Em 30-11-90, visita ao Centro Geográfico Militar, em Serra do Cachimbo — PA.
- Em 4-12-90, foi indicado o Sr. Deputado Valmir Campelo em substituição ao Sr. Deputado Ottomar Pinto, conforme ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.
- Em 5-12-90, foi indicado o Sr. Senador Carlos Lyra em substituição ao Sr. Senador Divaldo Suruagy, conforme ofício do Líder do PFL no Senado Federal.
- Em 5-12-90, foi indicado o Sr. Senador Mário Covas em substituição ao Sr. Senador Teotônio Vilela Filho, conforme ofício do Líder do PSDB no Senado Federal.
- Em 6-12-90, apreciação, votação e aprovação do relatório final da comissão, concluindo por um projeto de resolução que cria a Comissão Mista Permanente para Assuntos Energéticos e Nucleares e um projeto de lei que cria salvaguardas para a tecnologia no campo nuclear.
- Em 15-12-90, publicado o Relatório nº 13, de 1990-CN, no DCN desta data.

e) CPI MISTA — EXTINÇÃO DE TRIBOS INDÍGENAS

Criada através da Resolução nº 1.778-A, de 1990-CN, destinada a apurar fatos denunciados em artigo especial da revista **Veja** (ed. 1148, ano 23, de 19 de setembro de 1990), sobre a extinção e dizimação de que têm sido vítimas várias tribos indígenas brasileiras, por obra de donos de garimpos, em especial, no caso relacionado aos Yanomami.

Composição

Presidente: Deputada MOEMA SÃO THIAGO
 Vice-Presidente: Senador NABOR JÚNIOR
 Relator: Deputado LYSANEAS MACIEL

Senadores

Severo Gomes
 Márcio Lacerda
 Nabor Júnior
 João Lobo
 José Agripino Maia
 Almir Gabriel
 Márcio Berezoski
 João Menezes
 Saldanha Derzi
 Nelson Wedekin
 Amir Lando

Deputados

Lúcia Vânia
 Domingos Juvenil
 José Dutra
 Mário Assad
 Evaldo Gonçalves
 Moema São Thiago
 Lysâneas Maciel
 Freire Júnior
 José Lourenço
 Marluce Pinto
 Luiz Eduardo Greenhalgh

Dia 13-11-90 — É lida e aprovada a criação da comissão.

Dia 13-12-90 — É instalada a comissão.

Dia 17-12-90 — Extinta a comissão por decurso de prazo.

3 — COMISSÕES ESPECIAIS

a) COMISSÃO ESPECIAL MISTA — DÍVIDA EXTERNA

Criada através do Requerimento nº 373, de 1989-CN, destinada a realizar o exame pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

Composição

Presidente: Deputado MUSSA DEMES

Vice-Presidente: Senador DIRCEU CARNEIRO

Relator: Deputado IRAJÁ RODRIGUES

Senadores

Mansueto de Lavor
Aluízio Bezerra
Ruy Bacelar
Wilson Martins
Jorge Bornhausen
Marco Maciel
Márcio Berezoski
Moisés Abrão
Louremberg Nunes Rocha
Roberto Campos
Jamil Haddad

Deputados

Oswaldo Lima Filho
Irajá Rodrigues
Sérgio Spada
Raimundo Bezerra
Leur Lomanto
Mussa Demes
Hermes Zanetti
Luiz Salomão
Francisco Diógenes
Márcia Kubitschek
Gastone Righi

- Em 21-3-90, foi ouvido o depoimento do Dr. Aníbal Teixeira, ex-Ministro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (DCN II, nº 50, de 22-6-90).
- Em 9-5-90, foi ouvido o depoimento do Dr. Namir Salek, ex-Diretor da Carteira de Comércio Exterior — CACEX (DCN II, nº 50, de 22-6-90).
- Em 10-5-90, foi ouvido o depoimento do Dr. Iran Siqueira Lima, ex-Secretário da Secretaria de Controle das Empresas Estatais.
- Em 29-8-90, foi indicado o Sr. Senador Márcio Berezoski, em substituição ao Sr. Senador Dirceu Carneiro.
- Em 17-12-90, extinta a comissão sem que tenha se manifestado sobre a matéria.

b) DESTINADA A ELABORAR O PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (ART. 48 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS)

CN — 8- 8-89 — Designação da comissão

31- 8-89 — Instalação da comissão

4-12-89 — Publicação no DCN do projeto da comissão

11-12-89 — Prazo final para apresentação de emendas ao projeto

COMPOSIÇÃO

Titulares

PMDB

Senadores

Vaga
Vaga
Vaga
Vaga
Vaga

Deputados

Joaci Góes (Relator)
Antonio Britto
Samir Achôa
Michel Temer

Odacir Soares
José Agripino (Presidente)

PFL

Sandra Cavalcanti
Eliézer Moreira

Dirceu Carneiro

PSDB

Geraldo Alckmin Filho

Roberto Campos

PDS

Jorge Arbage

PDT

Raquel Cândido

PTB

Elias Murad

PT

Gumercindo Milhomem

Carlos Patrocínio (Vice-Presidente)
Mauro Borges

PDC

Suplentes

PMDB

Ronan Tito
Gerson Camata

Antonio Câmara
Waldir Colatto

João Lobo

PFL

Michel Temer

Pompeu de Sousa

PSDB

Anna Maria Rattes

Gomes Carvalho

PDS

Felipe Mendes

- Em 9-5-90 — É aprovado na comissão o parecer do Relator concluindo pela apresentação de projeto.
- Em 16-5-90 — Publicado no **DCN** desta data o Parecer nº 45/90 da comissão mista.
- Em 19-6-90 — É encaminhado o Ofício nº 196-CN ao Presidente da Câmara dos Deputados comunicando que, tendo em vista decisão das lideranças partidárias do Congresso Nacional junto à comissão mista, deverá ser dada naquela Casa continuidade à tramitação do Projeto de Lei nº 3.683/89 (nº 97/89, no Senado Federal), de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

**c) INCUMBIDA DE REVER AS DOAÇÕES, VENDAS E CONCESSÕES DE TERRAS PÚBLICAS
(ART. 51 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS)**

CN — 8-11-89, às 18h30min — Designação da comissão
3-10-91 — Prazo constitucional atribuído à comissão

COMPOSIÇÃO

Titulares

PMDB

Senadores

Aluizio Bezerra
Marcio Lacerda
Cid Sabóia de Carvalho

Deputados

Arnaldo Moraes
Ottomar Pinto
Rosário Congro Neto
Wagner Lago
Renato Bernardi

PFL

Edison Lobão
João Lobo

José Santana

PSDB

Pompeu de Sousa

Vicente Bogo

PDT

Mário Maia

Amaury Müller

PDS

Ibrahim Abi-Ackel

PPB

Leonel Júlio

PL

Assis Canuto

PDC

Moisés Abrão

PTB

Olavo Pires

Suplentes

PMDB

Ruy Bacelar
Meira Filho

Paulo Sidnei
Luiz Soyer

PFL

João Menezes

Alysson Paulinelli

PSDB

Chagas Rodrigues

José Guedes

PDS

Jorge Arbage

PSB

Jamil Haddad

Obs.: Até o final da sessão legislativa a comissão não havia sido instalada.

d) COMISSÃO DE ESTUDOS TERRITORIAIS

(Constituição Federal — art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)

COMPOSIÇÃO

Senadores

Nabor Júnior
Alfredo Campos (Vice-Presidente)
João Menezes
Chagas Rodrigues (Presidente)
João Castelo

Deputados

Gabriel Guerreiro (Relator)
Renato Bernardi
José Carlos Vasconcelos
Alcides Lima
José Guedes

Do Poder Executivo

Almir Laversveiler de Moraes
César Vieira de Rezende
Charles Curt Mueller
Paulo Moreira Leal

- 12-12-89 — Aprovado pela comissão o parecer do Relator.
- 23- 2-90-CN — Relatório nº 1/90-CN, encaminhado para publicação no **DCN** de 7-3-90.
- 26- 6-90-SF — Comunicação ao plenário do recebimento do relatório que conclui pela apresentação de cinco anteprojetos de decreto legislativo dispondo sobre a criação de dois estados e três territórios.
- Questão de ordem levantada pelo Senador Mauro Benevides.
- 2- 8-90 — Incluído o relatório na Ordem do Dia discussão em turno único.
- 3- 8-90 — Retirada da Ordem do Dia a requerimento dos Senadores Cid Sabóia de Carvalho e Alfredo Campos para audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- 13-12-90 — Leitura em plenário do Parecer nº 464 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obs.: Até o final da sessão legislativa não havia sido apreciada a matéria.

C — MATÉRIAS LEGISLATIVAS

1 — PROJETOS DE LEI

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1/90	21/90-CN (141/90, na origem)	Prorroga o prazo previsto no art. 52, § 2º, da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989.	Aprovado Lei nº 8.050, de 20-6-90
2/90	22/90-CN (154/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, crédito suplementar no valor de NCz\$ 40.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.051, de 20-6-90
3/90	24/90-CN (159/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União o crédito suplementar de NCz\$ 354.231.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.055, de 21-6-90
4/90	30/90-CN (230/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de NCz\$ 6.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.053, de 21-6-90
5/90	64/90-CN (366/90, na origem)	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências.	Aprovado Lei nº 8.074, de 31-7-90
6/90	89/90-CN (455/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite Cr\$ 866.675.910.000,00 (oitocentos e sessenta e seis bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dez mil cruzeiros) e dá outras providências.	Aprovado Lei nº 8.044, de 15-6-90
7/90	95/90-CN (493/90, origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de Cr\$ 358.098.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.060, de 4-7-90
8/90	97/90-CN (503/90, origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.061, de 4-7-90
9/90	98/90-CN (504/90, origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de Cr\$ 5.800.000.000,00, para os fins especifica.	Aprovado Lei nº 8.062, de 4-7-90
10/90	99/90-CN (505/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de Cr\$ 5.154.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.063, de 4-7-90
11/90	100/90-CN (506/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de Cr\$ 4.500.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.066, de 6-6-90

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
12/90	101/90-CN (507/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar de Cr\$ 3.300.000.000,00, para os fins específica.	Aprovado Lei nº 8.064, de 4-7-90
13/90	102/90-CN (508/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial de Cr\$ 12.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.065, de 4-7-90
14/90	108/90-CN (535/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar de Cr\$ 1.598.225.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.089, de 7-11-90
15/90	109/90-CN (551/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 2.543.549.900.000,00 (dois trilhões, quinhentos e quarenta e três bilhões, quinhentos e quarenta e nove milhões e novecentos mil cruzeiros), e dá outras providências.	Aprovado Lei nº 8.083, de 19-10-90
16/90	114/90-CN (556/90, na origem)	Reprograma o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, para 1990, e dá outras providências.	Aprovado Lei nº 8.084, de 23-10-90
17/90	131/90-CN (604/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 356.522.000,00, para os fins que especifica.	Retirado pela Mens. n.ºs 233/90-CN, 818/90, na origem
18/90	132/90-CN (605/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 27.733.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.110, de 10-12-90
19/90	138/90-CN (634/90, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991.	Aprovado Lei nº 8.175, de 31-1-91, com veto parcial
20/90	140/90-CN (636/90, na origem)	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quinquênio 1991-1995, e dá outras providências.	Aprovado Lei nº 8.173, de 30-1-91, com veto parcial
21/90	141/90-CN (646/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 2.399.134.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.148, de 31-12-90
22/90	142/90-CN (647/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 291.265.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.094, de 20-11-90
23/90	156/90-CN (678/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 178.199.000,00, e dá outras providências.	Aprovado Lei nº 8.092, de 21-11-90
24/90	157/90-CN (679/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 800.519.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.097, de 26-11-90
25/90	165/90-CN (693/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 486.184.000,00, para os fins que especifica.	Retirado pela Mens. n.ºs 233/90-CN, 818/90, na origem

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
26/90	166/90-CN (694/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.533.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.141, de 31-12-90
27/90	187/90-CN (725/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 165.770.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.111, de 10-12-90
28/90	191/90-CN (734/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.545.217.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.104, de 10-12-90
29/90	192/90-CN (735/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 79.327.578.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.105, de 10-12-90
30/90	193/90-CN (736/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, em favor do Instituto Nacional de Seguro Social, créditos adicionais no valor de Cr\$ 1.951.382.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.103, de 10-12-90
31/90	194/90-CN (737/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito especial no valor de Cr\$ 104.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.115, de 12-12-90
32/90	195/90-CN (738/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 603.002.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.153, de 28-12-90
33/90	196/90-CN (739/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 16.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.156, de 28-12-90
34/90	197/90 CN (740/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 715.300.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.095, de 21-11-90
35/90	198/90-CN (741/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 73.554.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.106, de 10-12-90
36/90	199/90-CN (742/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 304.934.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.107, de 10-12-90
37/90	203/90-CN (751/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.120.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.108, de 10-12-90
38/90	204/90-CN (752/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$ 15.397.394.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.149, de 28-12-90
39/90	205/90-CN (756/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 617.953.200.000,00, e dá outras providências.	Aprovado Lei nº 8.093, de 21-11-90

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
40/90	212/90-CN (767/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$148.688.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.109, de 10-12-90
41/90	213/90-CN (768/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$65.778.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.120, de 17-12-90
42/90	220/90-CN (784/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito especial no valor de Cr\$ 2.432.875.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.151, de 28-12-90
43/90	223/90-CN (793/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 2.236.745.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.122, de 19-12-90
44/90	234/90-CN (832/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais no valor de Cr\$293.463.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.144, de 28-12-90
45/90	235/90-CN (833/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o montante de Cr\$493.501.732.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.123, de 19-12-90
46/90	238/90-CN (840/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$303.736.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.145, de 28-12-90
47/90	244/90-CN (852/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais no valor de Cr\$1.959.505.320.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.118, de 14-12-90
48/90	250/90-CN (868/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$83.071.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.124, de 19-12-90
49/90	251/90-CN (869/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$30.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.125, de 19-12-90
50/90	252/90-CN (870/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$5.647.395.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.121, de 17-12-90
51/90	253/90-CN (871/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$732.821.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.126, de 19-12-90
52/90	256/90-CN (876/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$4.669.709.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.143, de 28-12-90
53/90	259/90-CN (899/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$47.938.434.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.129, de 28-12-90

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
54/90	270/90-CN (924/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito suplementar de Cr\$12.235.130.790.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.139, de 28-12-90

SÚMULA

Total dos projetos de lei	54
— aprovados e encaminhados à sanção	52
— retirados	2

2 — MEDIDAS PROVISÓRIAS

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
128, de 9- 2-90	9/90-CN (70/90, na origem)	Dispõe sobre a entrega das cotas de participação dos Estados e do Distrito Federal na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o inciso II do art. 159 da Constituição Federal.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
129, de 9- 2-90	10/90-CN (71/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a proceder ao Empenho das despesas que menciona.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
130, de 9- 2-90	11/90-CN (72/90, na origem)	Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.001, de 13-3-90, oriunda do PLV/3/90	
131, de 14- 2-90	12/90-CN (87/90, na origem)	Dispõe sobre a repressão de infrações atentatórias contra os direitos do consumidor.	Convertida na Lei nº 8.002, de 14-3-90, oriunda do PLV/6/90	
132, de 15- 2-90	13/90-CN (126/90, na origem)	Altera a legislação referente aos impostos de importação e sobre produtos industrializados e à taxa de fiscalização instituída pela Lei nº 7.944, de 1989.	Convertida na Lei nº 8.003, de 14-3-90, oriunda do PLV/7/90	
133, de 15- 2-90	14/90-CN (127/90, na origem)	Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.004, de 14-3-90, oriunda do PLV/4/90 veto parcial	
134, de 15- 2-90	15/90-CN (128/90, na origem)	Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
135, de 19- 2-90	16/90-CN (140/90, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.000, de 13-3-90, oriunda do PLV/5/90	
136, de 20- 2-90	17/90-CN (150/90, na origem)	Dispõe sobre a cobrança e a atualização dos créditos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.005, de 22-3-90	
137, de 20- 2-90	18/90-CN (151/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, o crédito extraordinário de NCr\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Convertida na Lei nº 8.006, de 22-3-90	

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
138, de 21- 2-90	19/90-CN (152/90, na origem)	Dispõe sobre a aplicação dos arts. 4º e 5º da Lei nº 7.988, de 28 de dezembro de 1989.	Convertida na Lei nº 8.007, de 22-3-90 Prejudicado o PLV/8/90	
139, de 21- 2-99	20/90-CN (153/90, na origem)	Equipara a venda de produto no mercado interno à exportação, para efeitos fiscais.	Convertida na Lei nº 8.008, de 22-3-90	
140, de 23- 2-90	23/90-CN (157/90, na origem)	Dispõe sobre a doação, sem encargos, das ações de propriedade da União, representativas de participação minoritária no capital das Centrais de Abastecimento S.A. (CEASA).	Rejeitada	
141, de 7- 3-90	25/90-CN (188/90, na origem)	Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.010, de 29-3-90	
142, de 7- 3-90	26/90-CN (189/90, na origem)	Autoriza a criação de zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.015, de 7-4-90	
143, de 8- 3-90	28/90-CN (215/90, na origem)	Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.	Convertida na Lei nº 8.009, de 29-3-90 Prejudicado o PLV nº 9/90	
144, de 8- 3-90	29/90-CN (216/90, na origem)	Altera os arts. 7º, 8º e 9º do Decreto-Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 35, de 13 de junho de 1989, que institui a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração — RENCOR.	Convertida na Lei nº 8.013, de 6-4-90	
145, de 13- 3-90	31/90-CN (258/90, na origem)	Dispõe sobre a entrega das cotas de participação dos Estados e do Distrito Federal na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o inciso II do art. 159 da Constituição Federal.	Convertida na Lei nº 8.016, de 8-4-90	
146, de 13- 3-90	32/90-CN (259/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a proceder ao Empenho das despesas que menciona.	Convertida na Lei nº 8.017, de 8-4-90	
147, de 13- 3-90	33/90-CN (298/90, na origem)	Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.019, de 11-4-90, oriunda do PLV/26/90 Veto parcial	
148, de 15- 3-90	34/90-CN (302/90, na origem)	Dispõe sobre a alienação de bens imóveis da União situados em Brasília — DF e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.011, de 4-4-90 Prejudicado o PLV nº 13/90	
149, de 15- 3-90	35/90-CN (303/90, na origem)	Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados do FRHB, situados no Distrito Federal e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.025, de 12-4-90, oriunda do PLV/10/90	
150, de 15- 3-90	36/90-CN (304/90, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.028, de 12-4-90 oriunda do PLV/23/90 Veto parcial	

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
151, de 15- 3-90	37/90-CN (305/90, na origem)	Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.029, de 12-4-90 oriunda do PLV/21/90 Veto parcial	
152, de 15- 3-90	38/90-CN (306/90, na origem)	Dispõe sobre as relações entre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.	Convertida na Lei nº 8.020, de 12-4-90 oriunda do PLV/14/90	
153, de 15- 3-90	39/90-CN (307/90, na origem)	Define os crimes de abuso do poder econômico e dá outras providências.	Revogada pela MPV nº 175/90	
154, de 15- 3-90	40/90-CN (308/90, na origem)	Institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.030, de 12-4-90 oriunda do PLV 28/90 Veto parcial	
155, de 15- 3-90	41/90-CN (309/90, na origem)	Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.031, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 27/90 Veto parcial	
156, de 15- 3-90	42/90-CN (310/90, na origem)	Define crimes contra a Fazenda Pública, estabelecendo penalidades aplicáveis a contribuintes, servidores fazendários e terceiros que os pratiquem.	Revogada pela MPV nº 175/90	
157, de 15- 3-90	43/90-CN (311/90, na origem)	Dispõe sobre a criação de Certificados de Privatização e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.018, de 11-4-90 Prejudicado o PLV nº 29/90	
158, de 15- 3-90	44/90-CN (312/90, na origem)	Dispõe sobre a isenção ou redução de Impostos de Importação e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.032, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 16/90 Veto parcial	
159, de 15- 3-90	45/90-CN (313/90, na origem)	Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.023, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 15/90	
160, 15- 3-90	46/90-CN (314/90, na origem)	Altera a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.033, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 30/90 Veto parcial	
161, de 15- 3-90	47/90-CN (315/90, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.034, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 20/90 Veto parcial	
162, de 15- 3-90	48/90-CN (316/90, na origem)	Dispõe sobre a tributação, pelo Imposto de Renda, dos ganhos líquidos obtidos em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e semelhantes.	Convertida na Lei nº 8.014, de 6-4-90	

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
163, de 15- 3-90	49/90-CN (317/90, na origem)	Dispõe sobre a aplicação da pena de demissão a funcionário público.	Convertida na Lei nº 8.026, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 11/90	
164, de 15- 3-90	50/90-CN (318/90, na origem)	Dispõe sobre o pagamento de tributos de competência da União.	Convertido na Lei nº 8.012, de 4-4-90	
165, de 15- 3-90	51/90-CN (319/90, na origem)	Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.021, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 12/90	
166, de 15- 3-90	52/90-CN (320/90, na origem)	Altera o sistema de administração das receitas federais, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.022, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 17/90	
167, de 15- 3-90	53/90-CN (321/90, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.023, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 25/90 Prejudicado PLV nº 22/90	
168, de 15- 3-90	54/90-CN (322/90, na origem)	Institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.024, de 12-4-90 Prejudicado PLV nº 31/90	
169, de 15- 3-90	55/90-CN (323/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso e mediante licitação, créditos inscritos como Dívida Ativa da União.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
170, de 17- 3-90	56/90-CN (326/90, na origem)	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989 e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição. Fica prejudicado PLV nº 18/90	
171, de 17- 3-90	57/90-CN (327/90, na origem)	Altera a Medida Provisória nº 160, de 15 de março de 1990, que trata do Imposto sobre Operações Financeiras, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.033, de 12-4-90 oriunda do PLV nº 30/90 Veto parcial	
172, de 17- 3-90	58/90-CN (328/90, na origem)	Altera a Medida Provisória nº 168, de 15 de março de 1990, que institui o cruzeiro e dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição. Fica prejudicado PLV nº 31/90	
173, de 18- 3-90	59/90-CN (329/90, na origem)	Dispõe sobre a não concessão de medida liminar em Mandados de Segurança e em Ações Ordinárias e Cautelares decorrentes de medidas provisórias e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição. Fica prejudicado PLV nº 24/90	
174, de 23- 3-90	61/90-CN (338/90, na origem)	Modifica os arts. 11, 12, 13 e 18 da Medida Provisória nº 168, de 15 de março de 1990.	Revogada pela MPV nº 180/90	
175, de 27- 3-90	62/90-CN (339/90, na origem)	Declara nulas e de nenhuma eficácia as Medidas Provisórias nºs 153 e 156, ambas de 15 de março de 1990, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.035, de 27-4-90 oriunda do PLV nº 32/90	

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
176, de 29- 3-90	63/90-CN (342/90, na origem)	Dispõe sobre critérios de reajuste das mensalidades escolares e dá outras providências.		Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição. Fica prejudicado PLV nº 33/90
177, de 12- 4-90	65/90-CN (376/90, na origem)	Dispõe sobre a gestão e operação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências.		Convertida na Lei nº 8.036, de 11-5-90 oriunda do PLV nº 34/90
178, de 17- 4-90	74/90-CN (378/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso e mediante licitação, créditos inscritos como Dívida Ativa da União.		Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
179, de 17-4-90	75/90-CN (379/90, na origem)	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989 e dá outras providências.		Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição. Fica prejudicado PLV nº 35/90
180, de 17- 4-90	75/90-CN (380/90, na origem)	Altera a Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, que institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências.		Revogada pela MPV nº 184/90
181, de 17- 4-90	77/90-CN (381/90, na origem)	Dispõe sobre a não concessão de medida liminar em mandados de segurança e em ações ordinárias e cautelares nos casos que especifica e dá outras providências.		Revogada pela MPV nº 182/90.
182, de 23- 4-90	78/90-CN (389/90, na origem)	Dispõe sobre as hipóteses nas quais é vedado o deferimento de medidas cautelares e liminares, e dá outras providências.		Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
183, de 27- 4-90	79/90-CN (402/90, na origem)	Dispõe sobre critérios de reajuste das mensalidades escolares e dá outras providências.		Convertida na Lei nº 8.039, de 30-5-90 oriunda do PLV nº 36/90.
184, de 4- 5-90	80/90-CN (409/90, na origem)	Revoga a Medida Provisória nº 180, de 17 de abril de 1990, e dá outras providências.		Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
185, de 4- 5-90	81/90-CN (410/90, na origem)	Dispõe sobre a interposição de recurso nos dissídios coletivos e a concessão de efeito suspensivo.		Rejeitada
186, de 23- 5-90	83/90-CN (423/90, na origem)	Estabelece as hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares.		Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
187, de 30- 5-90	85/90-CN (446/90, na origem)	Dispõe sobre a competência das autoridades que menciona.		Convertida na Lei nº 8.057, de 29-6-90, oriunda do PLV nº 38/90
188, de 30- 5-90	86/90-CN (447/90, na origem)	Prorroga a vigência dos dispositivos que tenham atribuído ou delegado competência normativa aos órgãos que menciona e dá outras providências.		Convertida na Lei nº 8.056, de 28-6-90.
189, de 30- 5-90	87/90-CN (448/90, na origem)	Dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.		Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
190,	de 31- 5-90	88/90-CN (451/90, na origem)	Dispõe sobre a suspensão da execução de sentenças em dissídios coletivos, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
191,	de 6- 6-90	91/90-CN (464/90, na origem)	Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
192,	de 22- 6-90	96/90-CN (501/90, na origem)	Estabelece hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
193,	de 25- 6-90	103/90-CN (502/90, na origem)	Dispõe sobre a garantia de Salário Efetivo e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
194,	de 29- 6-90	104/90-CN (519/90, na origem)	Dispõe sobre a aplicação financeira de disponibilidades resultantes de contribuição social recolhida ao FNDE e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
195,	de 30- 6-90	105/90-CN (522/90, na origem)	Dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
196,	de 30- 6-90	106/90-CN (523/90, na origem)	Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
197,	de 24- 7-90	110/90-CN (552/90, na origem)	Estabelece hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares, e dá outras providências.	Revogada pela MPV nº 198/90.
198,	de 26- 7-90	111/90-CN (533/90, na origem)	Estabelece hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.076, de 23-8-90.
199,	de 26- 7-90	112/90-CN (554/90, na origem)	Dispõe sobre a garantia de salários efetivos e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
200,	de 27- 7-90	113/90-CN (555/90, na origem)	Dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
201,	de 31- 7-90	120/90-CN (565/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito extraordinário, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
202,	de 1º- 8-90	124/90-CN (568/90, na origem)	Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
203,	de 2- 8-90	125/90-CN (569/90, na origem)	Dispõe sobre a aplicação financeira de recursos recolhidos ao FNDE, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
204,	de 2- 8-90	127/90-CN (593/90, na origem)	Institui normas para a defesa da concorrência e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
205, de 8- 8-90	129/90-CN (598/90, na origem)	Dispõe sobre o controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço).	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
206, de 8- 8-90	130/90-CN (599/90, na origem)	Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural — IBPC e da Biblioteca Nacional.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
207, de 13- 8-90	133/90-CN (611/90, na origem)	Estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
208, de 20- 8-90	134/90-CN (615/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento de Seguridade Social da União, crédito extraordinário no valor de Cr\$ 130.400.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
209, de 21- 8-90	135/90-CN (619/90, na origem)	Dispõe sobre as funções de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
210, de 22- 8-90	136/90-CN (624/90, na origem)	Transforma funções do Grupo Direção e Assistência Intermediária em funções de Direção Intermediária e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
211, de 24- 8-90	137/90-CN (633/90, na origem)	Dispõe sobre a garantia de Salário Efetivo e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
212, de 29- 8-90	143/90-CN (648/90, na origem)	Dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
213, de 30- 8-90	144/90-CN (649/90, na origem)	Dispõe sobre a aplicação financeira de recursos recolhidos ao FNDE, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
214, de 30- 8-90	145/90-CN (650/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito extraordinário, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
215, de 30- 8-90	146/90-CN (651/90, na origem)	Dispõe sobre a extinção da Contribuição Sindical de que tratam os arts. 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
216, de 31- 8-90	147/90-CN (652/90, na origem)	Inclui entre as competências do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS a execução dos programas e atividades do Governo Federal na área do Trabalho e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
217, de 31- 8-90	148/90-CN (653/90, na origem)	Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmado no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
218, de 3- 9-90	150/90-CN (661/90, na origem)	Institui normas para a defesa da concorrência e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
219, de 4- 9-90	152/90-CN (674/90, na origem)	Revoga o parágrafo único do art. 1.º e o art. 11 da Medida Provisória nº 211, de 24 de agosto de 1990 e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
220, de 6- 9-90	153/90-CN (675/90, na origem)	Dispõe sobre o controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço).	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
221, de	6- 9-90	154/90-CN (676/90, na origem)	Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural — IBPC e da Biblioteca Nacional.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
222, de	11- 9-90	155/90-CN (677/90, na origem)	Altera a estrutura básica da Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
223, de	13- 9-90	161/90-CN (690/90, na origem)	Estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
224, de	17- 9-90	162/90-CN (685/90, na origem)	Dispõe sobre a comercialização e industrialização do trigo e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
225, de	18- 9-90	163/90-CN (686/90, na origem)	Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, altera a legislação de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
226, de	19- 9-90	164/90-CN (687/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito extraordinário no valor de Cr\$ 130.400.000,00 para os fins que especifica.	Convertida na Lei nº 8.082, de 18-10-90.
227, de	20- 9-90	167/90-CN (700/90, na origem)	Regula a locação predial urbana, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
228, de	21- 9-90	168/90-CN (691/90, na origem)	Dispõe sobre as funções de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
229, de	21- 9-90	169/90-CN (692/90, na origem)	Transfere para o Banco Central do Brasil a responsabilidade pelo passivo em cruzados novos das instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
230, de	21- 9-90	170/90-CN (701/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
231, de	21- 9-90	171/90-CN (702/90, na origem)	Altera disposições do Código de Processo Penal Militar.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
232, de	21- 9-90	172/90-CN (704/90, na origem)	Transforma funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias em funções de Direção Intermediária e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
233, de	21- 9-90	175/90-CN (705/90, na origem)	Dispõe sobre o imposto de importação.	Convertida na Lei nº 8.085, de 23-10-90.
234, de	26- 9-90	176/90-CN (706/90, na origem)	Dispõe sobre a garantia de Salário Efetivo e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
235, de	28- 9-90	180/90-CN (711/90, na origem)	Dispõe sobre a aplicação financeira de recursos recolhidos ao FNDE, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
236, de	28- 9-90	181/90-CN (712/90, na origem)	Dispõe sobre a extinção da Contribuição Sindical de que tratam os arts. 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
237, de 28-9-90	182/90-CN (713/90, na origem)	Dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.088, de 31-10-90 oriunda do PLV nº 42/90 Veto parcial	
238, de 28-9-90	183/90-CN (714/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito extraordinário para os fins que especifica.	Convertida na Lei nº 8.086, de 23-10-90	
239, de 2-10-90	184/90 CN (715/90, na origem)	Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
240, de 2-10-90	185/90-CN (716/90, na origem)	Inclui entre as competências do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS a execução dos programas e atividades do Governo Federal na área do Trabalho e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
241, de 9-10-90	188/90-CN (728/90, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
242, de 10-10-90	189/90 CN (729/90, na origem)	Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural — IBPC e da Biblioteca Nacional.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
243, de 11-10-90	190/90-CN (730/90, na origem)	Dispõe sobre controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço).	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
244, de 12-10-90	200/90-CN (744/90, na origem)	Estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
245, de 12-10-90	201/90 CN (745/90, na origem)	Altera a estrutura básica da Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.090, de 13-11-90	
246, de 13-10-90	202/90-CN (746/90, na origem)	Institui normas para a defesa da concorrência e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.	
247, de 17-10-90	208/90-CN (760/90, na origem)	Concede antecipação de reajuste salarial aos servidores civis e militares do Poder Executivo, na Administração direta, nas autarquias inclusive as em regime especial, nas fundações públicas e nos extintos territórios.	Convertida na Lei nº 8.091, de 14-11-90	
248, de 19-10-90	209/90 CN (761/90, na origem)	Dispõe sobre a comercialização e a industrialização do trigo e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.096, de 21-11-90 oriunda do PLV nº 48/90 Veto parcial	
249, de 19-10-90	210/90-CN (762/90, na origem)	Dispõe sobre Custeio da Seguridade Social e sobre Benefícios da Previdência Social.	Convertida na Lei nº 8.114, de 12-12-90 oriunda do PLV nº 50/90	

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
250, de	19-10-90	211/90-CN (763/90, na origem)	Modifica a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
251, de	24-10-90	214/90-CN (770/90, na origem)	Dispõe sobre as funções de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
252, de	24-10-90	215/90-CN (771/90, na origem)	Transfere para o Banco Central do Brasil a responsabilidade pelo passivo em cruzados novos das instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
253, de	24-10-90	216/90-CN (772/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
254, de	24-10-90	217/90-CN (773/90, na origem)	Altera disposições do Código de Processo Penal Militar e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
255, de	24-10-90	218/90-CN (774/90, na origem)	Transforma funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias em funções de Direção Intermediária e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
256, de	26-10-90	219/90-CN (783/90, na origem)	Dispõe sobre a garantia de Salário Efetivo e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
257, de	31-10-90	221/90-CN (791/90, na origem)	Dispõe sobre a aplicação financeira de recursos recolhidos ao FNDE, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
258, de	31-10-90	222/90-CN (792/90, na origem)	Dispõe sobre a extinção da Contribuição Sindical, de que tratam os arts. 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
259, de	1º-11-90	224/90-CN (797/90, na origem)	Inclui entre as competências do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS a execução dos programas e atividades do Governo Federal na área do trabalho e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.099, de 5-12-90.
260, de	1º-11-90	225/90-CN (798/90, na origem)	Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.100, de 6-12-90. Prejudicado o PLV nº 52/90.
261, de	8-11-90	226/90-CN (807/90, na origem)	Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.	Convertida na Lei nº 8.101, de 10-12-90.
262, de	9-11-90	229/90-CN (814/90, na origem)	Dispõe sobre o controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço).	Convertida na Lei nº 8.117, de 13-12-90, oriunda do PLV nº 54/90.
263, de	9-11-90	230/90-CN (815/90, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.	Convertida na Lei nº 8.154, de 28-12-90, oriunda do PLV nº 53/90.
264, de	9-11-90	231/90-CN (816/90, na origem)	Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural — IBPC e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.113, de 12-12-90.

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
265, de	14-11-90	236/90-CN (836/90, na origem)	Estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição.
266, de	19-11-90	237/90-CN (837/90, na origem)	Dá nova redação aos arts. 144, 159, 163 e 210 do Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências).	Convertida na Lei nº 8.131, de 24-12-90, oriunda do PLV nº 59/90.
267, de	21-11-90	240/90-CN (848/90, na origem)	Modifica a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.157, de 3-1-91. Veto parcial. Oriunda do PLV nº 55/90.
268, de	23-11-90	241/90 CN (849/90, na origem)	Dispõe sobre as funções de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.168, de 16-1-91 oriunda do PLV nº 62/90
269, de	23-11-90	242/90-CN (850/90, na origem)	Transfere para o Banco Central do Brasil a responsabilidade pelo passivo em cruzados novos das instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.135, de 27-12-90 oriunda do PLV nº 56/90
270, de	23-11-90	243/90-CN (851/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), para os fins que especifica.	Convertida na Lei nº 8.119, de 14-12-90
271, de	23-11-90	245/90-CN (856/90, na origem)	Altera disposições do Código de Processo Penal Militar e dá outras providências.	Rejeitada
272, de	23-11-90	246/90-CN (857/90, na origem)	Transforma funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias em Funções de Direção Intermediária e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.116, de 13-12-90
273, de	28-11-90	249/90-CN (866/90, na origem)	Dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências.	Veto total
274, de	30-11-90	254/90-CN (873/90, na origem)	Dispõe sobre a aplicação financeira de recursos recolhidos ao FNDE, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.150, de 28-12-90 oriunda do PLV nº 60/90
275, de	30-11-90	(255/90-CN (874/90, na origem)	Dispõe sobre a extinção da contribuição sindical, de que tratam os arts. 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.	Veto total ao PLV nº 63/90
276, de	5-12-90	257/90-CN (893/90, na origem)	Institui normas para a defesa da livre concorrência e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.158, de 8-1-91 oriunda do PLV nº 61/90 Veto parcial
277, de	10-12-90	260/90-CN (906/90, na origem)	Prorroga o prazo a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.056, de 28 de junho de 1990, e dá nova redação ao art. 33 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.	Convertida na Lei nº 8.127, de 20-12-90

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
278, de	12-12-90	261/90-CN (908/90, na origem)	Determina a conversão para cruzeiros de recursos em cruzados novos de valor igual ou inferior a NCz\$ 5.000,00, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.128, de 20-12-90
279, de	13-12-90	262/90-CN (916/90, na origem)	Dispõe sobre a alíquota do Finsocial.	Convertida na Lei nº 8.147, de 28-12-90 oriunda do PLV nº 64/90
280, de	14-12-90	263/90-CN (917/90, na origem)	Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria, e dá outras providências.	Insubsistente Ato declaratório nº 1/90
281, de	14-12-90	264/90-CN (918/90, na origem)	Autoriza a concessão de subvenção econômica ao financiamento da exportação de bens e serviços nacionais.	Insubsistente Ato declaratório nº 2/90
282, de	14-12-90	265/90-CN (919/90, na origem)	Altera a Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.133, de 27-12-90
283, de	14-12-90	266/90-CN (920/90, na origem)	Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos fundos, sociedades e carteiras de investimentos de que participem, exclusivamente, não-residentes no Brasil.	Insubsistente Ato declaratório nº 3/90
284, de	14-12-90	267/90-CN (921/90, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.134 de 27-12-90
285, de	14-12-90	268/90-CN (922/90, na origem)	Disciplina a transação nas causas de interesse da União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais, dispõe sobre a concessão de medidas liminares contra atos do Poder Público, estabelece medidas visando à aceleração das execuções fiscais da Dívida Ativa da União, e dá outras providências.	Insubsistente Ato declaratório nº 4/90
286, de	14-12-90	269/90-CN (923/90, na origem)	Dispõe sobre a revisão dos vencimentos, salários, proventos e demais retribuições dos servidores civis e a fixação dos soldos dos militares do Poder Executivo, na administração direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.162, de 8-1-91 oriunda do PLV nº 65/90 Veto parcial
287, de	14-12-90	273/90-CN (925/90, na origem)	Restabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências.	Insubsistente Ato declaratório nº 5/90
288, de	14-12-90	274/90-CN (926/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a dissolver ou privatizar a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (Lloydbras).	Em tramitação
289, de	17-12-90	275/90-CN (927/90, na origem)	Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR, e dá outras providências.	Em tramitação
290, de	17-12-90	276/90-CN (928/90, na origem)	Estabelece regras para a fixação e negociação de encargos educacionais e dá outras providências.	Em tramitação

SÚMULA

— Total das Medidas Provisória	163
— Aprovadas e encaminhadas à sanção (nos termos de PLV)	40
— Aprovadas e encaminhadas à promulgação	32
— Rejeitadas	3
— Perderam a eficácia	74
— Insubsistentes	5
— Revogadas	6
— Em tramitação	3

3 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/84	Sen. Henrique Santillo e outros	Altera o art. 146 do Regimento Comum do Congresso Nacional.	Em tramitação
2/84	Dep. Aluizio Campos	Substitui o parágrafo único do art. 72 do Regimento Comum.	Em tramitação
1/85	Dep. Francisco Amaral	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação
1/88	esas da Câmara e do Senado	Prorroga o prazo de vigência da Resolução nº 1, de 1987-CN e dá outras providências.	Em tramitação
4/89	Dep. Nilson Gibson	Dispõe sobre o Regimento Comum do Congresso Nacional e altera sua Resolução nº 1, de 1989.	Em tramitação
5/89	Dep. Antonio Carlos Konder Reis	Altera o Regimento Comum — Resolução nº 1, de 1970-CN, alterada pelas Resoluções nº 2, de 1972-CN e nº 2, de 1980-CN.	Em tramitação
6/89	Dep. Antônio de Jesus	Introduz modificações no art. 29 da Resolução nº 1, de 1970. (Regimento Comum.)	Em tramitação
7/89	Dep. Antônio de Jesus	Introduz modificação na Resolução nº 1, de 1970-CN — Regimento Comum, para vedar o uso do fumo no recinto do Plenário.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

1/90	Dep. Aluizio Campos	Altera disposições do Regimento Comum sobre a delegação legislativa.	Em tramitação
2/90	Sen. Mário Covas	Dá nova redação ao art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional.	Em tramitação
3/90	Sen. Jutahy Magalhães	Revoga o § 5º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN.	Em tramitação
4/90	Dep. Renan Calheiros	Altera o § 3º do art. 45 do Regimento Comum.	Em tramitação
5/90	Dep. Francisco Amaral	Dá o nome de "Senador Auro de Moura Andrade" ao hall da entrada subterrânea do edifício principal do Congresso Nacional.	Aprovado. À promulgação, em 13-11-90. Resolução nº 2/ 90, de 21-11-90.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
6/90	Mesas da Câmara e do Senado	Dispõe sobre a Comissão Representativa do Congresso Nacional, a que se refere o § 4º do art. 58 da Constituição.	Aprovado. A promulgação, em 13-11-90. Resolução nº 3/90, de 21-11-90.
7/90	Sen. Nelson Carneiro	Adapta o Regimento Comum às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação
8/90	Mesas da Câmara e do Senado	Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.	Em tramitação
9/90	Dep. Anna Maria Rattes	Cria a Comissão Mista Permanente para assuntos Energéticos e Nucleares.	Em tramitação

S Ú M U L A

Total dos Projetos de Resolução	17
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	8
— da presente sessão legislativa	9
— Aprovados:	2
Sendo:	
— da presente sessão legislativa	2
— Em tramitação	15
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	8
— da presente sessão legislativa	7

4 — VETOS

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
213/89-CN (721/89, na origem)	PL de Conversão nº 28/89 (MP 87/89)	Dispõe sobre a absorção, pela União, de obrigações da Nuclebrás e de suas subsidiárias, da Infaz, do BNCC e da RFFSA, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
238/89-CN (742/89, na origem)	PLC nº 50/89 (PL/3.477/89, na origem)	Dispõe sobre a indenização da diferença entre a atualização monetária dos empréstimos concedidos com recursos da Caderneta de Poupança Rural e o valor da correção monetária dos depósitos de poupança, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
248/89-CN (821/89, na origem)	PL de Conversão nº 32/89 (MP 100/89)	Prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7.770, de 11 de maio de 1989.	Mantido o veto parcial

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

1/90-CN (895/89, na origem)	PL de Conversão nº 36/89 (MP 102/89)	Dispõe sobre a correção monetária das deduções de Imposto de Renda e dos saldos credores dos Fundos de Investimentos criados pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
2/90-CN (879/89, na origem)	PLC nº 56/89 (PL/3.362/89, na origem)	Concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento.	Mantido o veto parcial
3/90-CN (992/89, na origem)	PLC nº 58/89- Complementar (PL Complementar nº 118/89, na origem)	Estabelece normas para a participação dos estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente às exportações.	Mantido o veto parcial
4/90-CN (993/89, na origem)	PLC nº 57/89 (PL/1.485/89, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
5/90-CN (1.009/89, na origem)	PL nº 74/89-CN	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28.735.088,00, para os fins que especifica.	Mantido o veto parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
6/90-CN (1.012/89, na origem)	PLS nº 45/89 (PL/3.931/89, na Câmara)	Institui, para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
7/90-CN (11/90, na origem)	PLC nº 57/86 (PL/4.559/84, na origem)	Dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais em Educação Física e cria seus respectivos Conselhos Federal e Regionais.	Mantido o veto total
8/90-CN (22/90, na origem)	PLC nº 92/89 (PL/991/88, na origem)	Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências.	Mantido o veto total
60/90-CN (297/90, na origem)	PL de Conversão nº 4/90 (MP 133/90)	Dispõe sobre a transferência no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
66/90-CN (355/90, na origem)	PL de Conversão nº 26/90 (MP 147/90)	Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
67/90-CN (364/90, na origem)	PL de Conversão nº 27/90 (MP 155/90)	Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
68/90-CN (366/90, na origem)	PL de Conversão nº 20/90 (MP 161/90)	Altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, e dá outras providências.	Em tramitação
69/90-CN (368/90, na origem)	PL de Conversão nº 28/90 (MP 154/90)	Institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral, e dá outras providências.	Em tramitação
70/90-CN (369/90, na origem)	PL de Conversão nº 23/90 (MP 150/90)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Em tramitação
71/90-CN (370/90, na origem)	PL de Conversão nº 21/90 (MP 151/90)	Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
72/90-CN (371/90, na origem)	PL de Conversão nº 16/90 (MP 158/90)	Dispõe sobre a isenção ou redução de Impostos de Importação, e dá outras providências.	Em tramitação
73/90-CN (372/90, na origem)	PL de Conversão nº 30/90 (MP 160 e 171/90)	Altera mediante conversão em lei das Medidas Provisórias n.ºs 160, de 15-3-90, e 171, de 17-3-90, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação
82/90-CN (421/90, na origem)	PLS nº 21/90 Complementar (PL Complementar nº 231/90, na Câmara)	Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.	Mantido o veto parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
84/90-CN (442/90, na origem)	PLC nº 70/89 (PL 6.094/85, na origem)	Altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de Agente de Vigilância, e dá outras providências.	Em tramitação
90/90-CN (454/90, na origem)	PLS nº 75/82 (PL nº 1.611/89, na Câmara)	Acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
92/90-CN (465/90, na origem)	PLS nº 46/85 (PL nº 7.941/86, na Câmara)	Introduz modificações no Código Penal.	Em tramitação
93/90-CN (466/90, na origem)	PLS nº 297/85 (PL nº 8.604/86, na Câmara)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
94/90-CN (469/90, na origem)	PLS nº 104/82 (7/87, na Câmara)	Faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências.	Em tramitação
115/90-CN 471/90, na origem)	PLS nº 33/87 (PL nº 1.417/88, na Câmara)	Cria os Conselhos Federal e Regionais de Economista Doméstico, regula seu funcionamento e dá outras providências.	Em tramitação
116/90-CN (472/90, na origem)	PLC nº 64/83 (nº 1.003/79, na origem)	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	Em tramitação
117/90-CN (482/90, na origem)	PLS nº 289/79 (nº 7.938/86, na Câmara)	Dispõe sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências.	Em tramitação
119/90-CN (483/90, na origem)	PLS nº 17/88 (nº 3.589/89, na Câmara)	Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan.	Em tramitação
121/90-CN (540/90, na origem)	PLS nº 36/82 (nº 8.045/86, na Câmara)	Dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a País estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.	Em tramitação
123/90-CN (541/90, na origem)	PLS nº 32/88 (nº 1.419/88, na Câmara)	Dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico, a cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT, e dá outras providências.	Em tramitação
122/90-CN 548/90, na origem)	PLC nº 36/90 (nº 3.158/89, na origem)	Dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais de saúde.	Em tramitação
126/90-CN (550/90, na origem)	PLS nº 50/90 (nº 5.405/90, na Câmara)	Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.	Em tramitação
118/90-CN (557/90, na origem)	PLC nº 61/90 (nº 5.340/90, na origem)	Estabelece a Política Nacional de Salários e dá outras providências.	Mantido o veto parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
128/90-CN (559/90, na origem)	PLN nº 5/90	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências.	Em tramitação
149/90-CN (621/90, na origem)	PLC nº 25/90 (nº 2.036/89, na origem)	Determina a indicação do prazo de prescrição nos títulos de crédito.	Em tramitação
151/90-CN (662/90, na origem)	PLC nº 47/90 (nº 2.570/89, na origem)	Dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social e dá outras providências.	Em tramitação
158/90-CN (663/90, na origem)	PLC nº 49/90 (nº 3.101/90, na origem)	Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências.	Mantido o veto total
159/90-CN (664/90, na origem)	PLS nº 97/89 (nº 3.683/89, na Câmara)	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
160/90-CN (671/90, na origem)	PLS nº 89/83 (nº 7.677/86, na Câmara)	Dispõe sobre a proibição da caça ao jacaré e dá outras providências.	Em tramitação
172/90-CN (672/90, na origem)	PLC nº 48/90 (nº 3.099/89, na origem)	Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências.	Em tramitação
173/90-CN (673/90, na origem)	PLC nº 21/90 (nº 3.656/89, na origem)	Dispõe sobre a extinção de recursos ex officio .	Em tramitação
177/90-CN 680/90, na origem)	PLC nº 50/90 (nº 3.110/89, na origem)	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	Em tramitação
178/90-CN (684/90, na origem)	PLC nº 78/86 (nº 1.945/83, na origem)	Inclui o fotógrafo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
186/90-CN (710/90, na origem)	PLC nº 68/90 (nº 3.607/90, na origem)	Dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos Cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
206/90-CN (717/90, na origem)	PLC nº 70/90 (nº 1.032/88, na origem)	Dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário, revoga a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e dá outras providências.	Em tramitação
207/90-CN (723/90, na origem)	PLC nº 7/90 (nº 3.979/89, na origem)	Cria a Zona de Processamento de Exportação do Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
227/90-CN (786/90, na origem)	PL de Conversão nº 42/90 (MP 237/90)	Dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.	Em tramitação

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
228/90-CN (802/90, na origem)	PLN nº 14/90	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais de Cr\$1.598.225.000,00, para os fins que especifica	Em tramitação
232/90-CN (806/90, na origem)	PLS nº 52/83 (nº 8.037/86, na Câmara)	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.	Em tramitação
239/90-CN (831/90, na origem)	PL de Conversão nº 48/90 (MP nº 248/90)	Dispõe sobre a Comercialização e Industrialização do Trigo, e dá outras providências.	Em tramitação
247/90-CN (838/90, na origem)	PLS nº 30/88 (nº 1.418/88, na Câmara)	Altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, tornando obrigatório que as emissoras de televisão, ao final das programações diárias, transmitam imagens de crianças desaparecidas ou sequestradas.	Em tramitação
248/90-CN (839/90, na origem)	PLS nº 160/84 (nº 8.597/86, na Câmara)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.024, de 13 de março de 1984.	Em tramitação
258/90-CN (898/90, na origem)	PLC nº 93/90 (nº 5.504/90, na origem)	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	Em tramitação

SÓMULA

— Total dos vetos	57
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	3
— da presente sessão legislativa	54
— Mantidos	17
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	3
— da presente sessão legislativa	14
— Em tramitação	38
— Aguardando leitura	2

5 — REQUERIMENTOS

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1/90	7- 3-90	Dep. Genebaldo Corrêa	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
2/90	7- 3-90	Dep. Virgílio Guimarães	Destaque.	Aprovado
3/90	8- 3-90	Dep. José Tavares	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
4/90	13- 3-90	Dep. José Tavares	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
5/90	13- 3-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Rejeitado
6/90	13- 3-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Rejeitado
7/90	13- 3-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Aprovado
8/90	13- 3-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Rejeitado
9/90	13- 3-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Rejeitado
10/90	13- 3-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Preferência para votação.	Rejeitado
11/90	13- 3-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Aprovado
12/90	20- 3-90	Dep. José Tavares	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
13/90	27- 3-90	Dep. Luis Roberto Ponte	Preferência para votação.	Aprovado
14/90	27- 3-90	Dep. Ricardo Fiúza	Inversão da Ordem do Dia.	Rejeitado
15/90	28- 3-90	Dep. José Tavares	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
16/90	3- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
17/90	3- 4-90	Dep. Renan Calheiros	Preferência para votação.	Aprovado
18/90	3- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em globo de emendas.	Rejeitado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
19/90	3- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Rejeitado
20/90	3- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
21/90	3- 4-90	Dep. Arnaldo Faria de Sá e outros	Retirada da pauta de Medida Pro- visória.	Aprovado
22/90	4- 4-90	Dep. Arnaldo Faria de Sá e outros	Encerramento de discussão.	Aprovado
23/90	4- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
24/90	4- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Destaque.	Deferido
25/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
26/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
27/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
28/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
29/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
30/90	4- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
31/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
32/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
33/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
34/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
35/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
36/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
37/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
38/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
39/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
40/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
41/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
42/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
43/90	4- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Retirado
44/90	4- 4-90	Dep. Domingos Leonelli	Votação em separado de emenda.	Deferido
45/90	4- 4-90	Dep. José Lins	Destaque.	Retirado
46/90	4- 4-90	Dep. José Lins	Destaque.	Deferido
47/90	4- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem e outro	Destaque.	Deferido
48/90	4- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem e outro	Destaque.	Rejeitado
49/90	4- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem e outro	Destaque.	Deferido
50/90	4- 4-90	Dep. Luís Roberto	Destaque.	Deferido
51/90	5- 4-90	Dep. José Tavares	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
52/90	5- 4-90	Dep. José Tavares	Preferência para votação	Aprovado
53/90	5- 4-90	Dep. Renan Calheiros e outros	Preferência para votação	Prejudicado
54/90	5- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
55/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
56/90	5- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
57/90	5- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
58/90	5- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
59/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
60/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
61/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
62/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
63/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
64/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
65/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
66/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
67/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
68/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
69/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
70/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
71/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
72/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
73/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
74/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
75/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
76/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
77/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
78/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
79/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
80/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
81/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
82/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
83/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
84/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
85/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
86/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
87/90	5- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
88/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
89/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
90/90	5- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
91/90	5- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
92/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
93/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
94/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
95/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
96/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
97/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
98/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
99/90	5- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
100/90	5- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
101/90	5- 4-90	Pep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
102/90	5- 4-90	Dep. Ibsen Pinheiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
103/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
104/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
105/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
106/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
107/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
108/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
109/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
110/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
111/90	5- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
112/90	5- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
113/90	5- 4-90	Dep. Jofran Frejat	Votação em separado de emenda.	Deferido
114/90	5- 4-90	Dep. Jofran Frejat	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
115/90	5- 4-90	Dep. Jofran Frejat	Votação em separado de emenda.	Deferido
116/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
117/90	5- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
118/90	5- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
119/90	5- 4-90	Dep. Augusto Carvalho e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
120/90	5- 4-90	Dep. Augusto Carvalho e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
121/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
122/90	5- 4-90	Dep. Jofran Frejat	Votação em separado de emenda.	Deferido
123/90	5- 4-90	Dep. Augusto Carvalho e outros	Destaque.	Deferido
124/90	5- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Destaque.	Deferido
125/90	5- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Destaque.	Deferido
126/90	5- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
127/90	5- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
128/90	5- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
129/90	5- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
130/90	5- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
131/90	5- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
132/90	5- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
133/90	5- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
134/90	5- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
135/90	5- 4-90	Dep. José Maria Eymael e outros	Votação em separado de emenda.	Aprovado
136/90	5- 4-90	Sen. Roberto Campos	Votação em separado de emenda.	Deferido
137/90	5- 4-90	Sen. Carlos Patrocínio	Votação em separado de emenda.	Deferido
138/90	5- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
139/90	5- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
140/90	6- 4-90	Dep. Ibsen Pi- nheiro e outro	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
141/90	6- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Destaque para votação em separado de emenda.	Deferido
142/90	6- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Encerramento de discussão.	Aprovado
143/90	6- 4-90	Dep. Nelton Frie- drich	Votação em separado de emenda.	Deferido
144/90	6- 4-90	Dep. Nelton Frie- drich	Votação em separado de emenda.	Deferido
145/90	6- 4-90	Dep. Nelton Frie- drich	Votação em separado de emenda.	Deferido
146/90	6- 4-90	Dep. Nelton Frie- drich	Votação em separado de emenda.	Deferido
147/90	6- 4-90	Dep. Nelton Frie- drich	Votação em separado de emenda.	Deferido
148/90	6- 4-90	Dep. Antonio Car- los Mendes Thame e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
149/90	6- 4-90	Dep. Antonio Car- los Mendes Thame e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
150/90	6- 4-90	Dep. Luís Eduardo	Votação em separado de emenda.	Deferido
151/90	6- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
152/90	6- 4-90	Dep. Nelton Frie- drich	Votação em separado de emenda.	Deferido
153/90	6- 4-90	Dep. Amaral Netto	Destaque.	Deferido
154/90	6- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
155/90	6- 4-90	Dep. Benedita da Silva	Destaque.	Deferido
156/90	6- 4-90	Dep. Sarney Filho e outro	Destaque.	Deferido
157/90	6- 4-90	Dep. Antônio Car- los Mendes e outro	Destaque.	Deferido
158/90	6- 4-90	Sen. Marco Maciel e outro	Encerramento de discussão.	Aprovado
159/90	6- 4-90	Dep. Renan Calhei- ros	Preferência para votação.	Aprovado
160/90	6- 4-90	Dep. José Tavares	Preferência para votação.	Prejudicado
161/90	6- 4-90	Dep. José Tavares	Destaque.	Deferido
162/90	6- 4-90	Dep. Antônio Car- los Mendes Thame e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
163/90	6- 4-90	Dep. Plínio de Ar- ruda Sampaio	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
164/90	6- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
165/90	7- 4-90	Dep. Renan Calheiros e outro	Encerramento de discussão.	Aprovado
166/90	7- 4-90	Dep. José Fernandes e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
167/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
168/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
169/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
170/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
171/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
172/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
173/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
174/90	7- 4-90	Dep. Amaral Netto	Votação em separado de emenda.	Deferido
175/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
176/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
177/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
178/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
179/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
180/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
181/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
182/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
183/90	7- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
184/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
185/90	7- 4-90	Dep. José Serra	Votação em separado de emenda.	Deferido
186/90	7- 4-90	Dep. José Serra	Votação em separado de emenda.	Deferido
187/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
188/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
189/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
190/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
191/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
192/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
193/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
194/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
195/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
196/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
197/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
198/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
199/90	7- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
200/90	7- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
201/90	7- 4-90	Dep. Hermes Zaneti e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
202/90	7- 4-90	Dep. Osvaldo Macedo	Votação em separado de emenda.	Deferido
203/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
204/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
205/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
206/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
207/90	7- 4-90	Dep. Anna Maria Rattes e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
208/90	7- 4-90	Dep. Doutel de Andrade e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
209/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
210/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
211/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
212/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
213/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
214/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
215/90	7- 4-90	Dep. Doutel Andrade e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
216/90	7- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
217/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
218/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
219/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
220/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
221/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
222/90	7- 4-90	Dep. Doutel de Andrade e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
223/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
224/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
225/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
226/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
227/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
228/90	7- 4-90	Dep. Artur da Távola e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
229/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
230/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
231/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
232/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
233/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
234/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
235/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
236/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
237/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
238/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
239/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
240/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
241/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
242/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
243/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
244/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
245/90	7- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
246/90	7- 4-90	Dep. Hermes Zaneti e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
247/90	7- 4-90	Dep. Hermes Zaneti e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
248/90	7- 4-90	Dep. Doutel de Andrade e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
249/90	7- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
250/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
251/90	7- 4-90	Dep. Doutel de Andrade e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
252/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
253/90	7- 4-90	Dep. Artu. Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
254/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
255/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
256/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
257/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
258/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
259/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
260/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
261/90	7- 4-90	Dep. Maurício Fruet e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
262/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
263/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
264/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
265/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
266/90	7- 4-90	Dep. Bete Mendes e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
267/90	7- 4-90	Dep. Ubiratan Spinelli	Votação em separado de emenda.	Deferido
268/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
269/90	7- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
270/90	7- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
271/90	7- 4-90	Dep. Artur da Távola e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
272/90	7- 4-90	Dep. Artur da Távola e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
273/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
274/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
275/90	7- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
276/90	7- 4-90	Dep. Hadoldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
277/90	7- 4-90	Dep. Plínio Martins e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
278/90	7- 4-90	Dep. Antônio Brito e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
279/90	7- 4-90	Dep. Antônio Brito e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
280/90	7- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
281/90	7- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
282/90	7- 4-90	Dep. Ricardo Fiuza	Destaque	Deferido
283/90	7- 4-90	Dep. Gastone Righi e outro	Destaque	Deferido
284/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque	Deferido
285/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
286/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
287/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
288/90	7- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Destaque.	Deferido
289/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
290/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
291/90	7- 4-90	Sen. Maurício Corrêa	Destaque.	Deferido
292/90	7- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Destaque.	Deferido
293/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
294/90	7- 4-90	Dep. Bocayúva Cunha	Destaque.	Deferido
295/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
296/90	7- 4-90	Dep. Lúcio Alcântara e outro	Destaque.	Deferido
297/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
298/90	7- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
299/90	7- 4-90	Dep. Luiz Salomão	Destaque.	Deferido
300/90	7- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Destaque.	Deferido
301/90	7- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
302/90	7- 4-90	Dep. Arnaldo Faria de Sá e outro	Encerramento de discussão.	Aprovado
303/90	8- 4-90	Sen. Edison Lobão e outro	Encerramento de discussão.	Prejudicado
304/90	8- 4-90	Dep. Eduardo Siqueira Campos	Encerramento de discussão.	Aprovado
305/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
306/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
307/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
308/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
309/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
310/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
311/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
312/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
313/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
314/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
315/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
316/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
317/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
318/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
319/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
320/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
321/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
322/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
323/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
324/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
325/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
326/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
327/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
328/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
329/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
330/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
331/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
332/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
333/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
334/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
335/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
336/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
337/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
338/90	8- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho	Votação em separado de emenda.	Deferido
339/90	8- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho	Votação em separado de emenda.	Deferido
340/90	8- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho	Votação em separado de emenda.	Deferido
341/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
342/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
343/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
344/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
345/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
346/90	8- 4-90	Sen. Jamil Haddad	Votação em separado de emenda.	Deferido
347/90	8- 4-90	Dep. Aroldo de Oliveira e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
348/90	8- 4-90	Dep. Roberto Jefferson	Votação em separado de emenda.	Deferido
349/90	8- 4-90	Dep. José Luiz Sá e outra	Votação em separado de emenda.	Deferido
350/90	8- 4-90	Dep. José Luiz de Sá e outra	Votação em separado de emenda.	Deferido
351/90	8- 4-90	Dep. Atila Lira	Votação em separado de emenda.	Deferido
352/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
353/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
354/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
355/90	8- 4-90	Dep. José Costa e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
356/90	8- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
357/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
358/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
359/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
360/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
361/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
362/90	8- 4-90	Dep. Fernando Coelho	Votação em separado de emenda.	Deferido
363/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
364/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
365/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
366/90	8- 4-90	Dep. Octávio Elísio e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
367/90	8- 4-90	Dep. Octávio Elísio e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
368/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
369/90	8- 4-90	Dep. Leopoldo Souza	Votação em separado de emenda.	Deferido
370/90	8- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
371/90	8- 4-90	Dep. Ibsen Pinheiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
372/90	8- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
373/90	8- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
374/90	8- 4-90	Dep. José Serra e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
375/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
376/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
377/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
378/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
379/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
380/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
381/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
382/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
383/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
384/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
385/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
386/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
387/90	8- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
388/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
389/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
390/90	8- 4-90	Dep. Francisco Küster	Votação em separado de emenda.	Deferido
391/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
392/90	8- 4-90	Dep. Erico Pegoraro	Votação em separado de emenda.	Deferido
393/90	8- 4-90	Dep. Osvaldo Macedo	Votação em separado de emenda.	Deferido
394/90	8- 4-90	Dep. Osvaldo Macedo	Votação em separado de emenda.	Deferido
395/90	8- 4-90	Sen. Maurício Corrêa	Votação em separado de emenda.	Deferido
396/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
397/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
398/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
399/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
400/90	8- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
401/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
402/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
403/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
404/90	8- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
405/90	8- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
406/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
407/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
408/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
408/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
409/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
410/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
411/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
412/90	8- 4-90	Dep. Gumerindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
413/90	8- 4-90	Dep. Alcides Lima e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
414/90	8- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
415/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
416/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
417/90	8- 4-90	Dep. Hadoldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
418/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
419/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
420/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
421/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
422/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
423/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
424/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
425/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
426/90	8- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
427/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
428/90	8- 4-90	Dep. DouTel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
429/90	8- 4-90	Dep. Erico Pegoraro	Votação em separado de emenda.	Deferido
430/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
431/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
432/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
433/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
434/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
435/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
436/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
437/90	8- 4 90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
438/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
439/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
440/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
440-A/90	8- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
441/90	8- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
442/90	8- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
443/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
444/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
445/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
446/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
447/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
448/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
449/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
450/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
451/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
452/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
453/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
454/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
455/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
456/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
457/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
458/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
459/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
460/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
461/90	8- 4-90	Dep. Augusto Carvalho	Votação em separado de emenda.	Deferido
462/90	8- 4-90	Dep. Augusto Carvalho	Votação em separado de emenda.	Deferido
463/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
464/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
465/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
466/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
467/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
468/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
469/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
470/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
471/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
472/90	8- 4-90	Dep. Osvaldo Macedo	Votação em separado de emenda.	Deferido
473/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
474/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
475/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
476/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
477/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
478/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
479/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
480/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
481/90	8- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
482/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
483/90	8- 4-90	Dep. Roberto Jefferson	Votação em separado de emenda.	Deferido
484/90	8- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
485/90	8- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
486/90	8- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
487/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
488/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
489/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
490/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
491/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
492/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
493/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
494/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
495/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
496/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
497/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
498/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
499/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
500/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
501/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
502/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
503/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
504/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
505/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
506/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
507/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
508/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
509/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
510/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
511/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
512/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
513/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
514/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
515/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
516/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
517/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
518/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
519/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
520/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
521/90	8- 4-90	Dep. Ibsen Pinheiro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
522/90	8- 4-90	Dep. Erico Pegoraro	Votação em separado de emenda.	Deferido
523/90	8- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Votação em separado de emenda.	Deferido
524/90	8- 4-90	Dep. Roberto Freire	Votação em separado de emenda.	Deferido
525/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
526/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
527/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
528/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
529/90	8- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
530/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
531/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
532/90	8- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Destaque.	Deferido
533/90	8- 4-90	Sen. José Ignácio Ferreira e outro	Destaque.	Deferido
534/90	8- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
535/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
536/90	8- 4-90	Sen. José Ignácio Ferreira e outros	Destaque.	Deferido
537/90	8- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
538/90	8- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Destaque.	Deferido
539/90	8- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
540/90	8- 4-90	Dep. José Serra e outro	Destaque.	Deferido
541/90	8- 4-90	Dep. Gastone Righi e outros	Destaque.	Deferido
542/90	8- 4-90	Dep. Roberto Jefferson	Destaque.	Deferido
543/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
544/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
545/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido

Data Leitura	Nº	Autor	Finalidade	Resultado
546/90	8- 4-90	Sen. Fernando Henrique Cardoso	Destaque.	Deferido
547/90	8- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
548/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
549/90	8- 4-90	Dep. Irajá Rodrigues	Destaque.	Deferido
550/90	8- 4-90	Dep. Irajá Rodrigues e outro	Destaque.	Deferido
551/90	8- 4-90	Dep. Brandão Monteiro e outro	Destaque.	Deferido
552/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Destaque.	Deferido
553/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
554/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
555/90	8- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Destaque.	Deferido
556/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
557/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
558/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
559/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
560/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
561/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
562/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
563/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
564/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
565/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
566/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
566-A/90	8- 4-90	Dep. Jorge Hage	Destaque.	Deferido
567/90	8- 4-90	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
568/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Destaque.	Deferido
569/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
570/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
571/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
572/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
573/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
574/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
575/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
576/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
577/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
578/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
579/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
580/90	8- 4-90	Dep. Rosário Congro Neto e outro	Destaque.	Deferido
581/90	8- 4-90	Dep. José Tavares	Destaque.	Deferido
582/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Destaque.	Deferido
583/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa e outro	Destaque.	Deferido
584/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
585/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
586/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
587/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
588/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
589/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Destaque.	Deferido
590/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
591/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
592/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
593/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Destaque.	Deferido
594/90	8- 4-90	Dep. Lúcio Alcântara	Destaque.	Deferido
595/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
596/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
597/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
598/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
599/90	8- 4-90	Dep. Lúcio Alcântara	Destaque.	Deferido
600/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
600-A/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
601/90	8- 4-90	Dep. Lúcio Alcântara	Destaque.	Deferido
602/90	8- 4-90	Dep. Raquel Cândido	Destaque.	Deferido
603/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
604/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
605/90	8- 4-90	Dep. Lúcio Alcântara	Destaque.	Deferido
606/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
607/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
608/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
609/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
610/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
611/90	8- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
612/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
613/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
614/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
615/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
615-A/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
616/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
617/90	8- 4-90	Dep. Gastone Righi e outros	Destaque.	Deferido
618/90	8- 4-90	Dep. Gastone Righi e outros	Destaque.	Deferido
619/90	8- 4-90	Dep. Raquel Cândido	Destaque.	Deferido
620/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
621/90	8- 4-90	Sen. Maurício Corrêa	Destaque.	Deferido
622/90	8- 4-90	Dep. Eliel Rodrigues	Destaque.	Deferido
623/90	8- 4-90	Dep. Gastone Righi e outros	Destaque.	Deferido
624/90	8- 4-90	Dep. Gastone Righi e outros	Destaque.	Deferido
625/90	8- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Destaque.	Deferido
626/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
627/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
628/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
629/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
630/90	8- 4-90	Dep. Paulo Paim	Destaque.	Deferido
631/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
632/90	8- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
633/90	8- 4-90	Dep. César Maia	Destaque.	Deferido
634/90	8- 4-90	Dep. José Serra e outro	Destaque.	Deferido
635/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
636/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
637/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
638/90	8- 4-90	Dep. José Costa e outro	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
639/90	8- 4-90	Sen. Fernando Henrique Cardoso	Destaque.	Deferido
640/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
641/90	8- 4-90	Dep. José Costa e outro	Destaque.	Deferido
642/90	8- 4-90	Dep. Cristina Tavares e outro	Destaque.	Deferido
643/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
644/90	8- 4-90	Dep. Gastone Righi e outros	Destaque.	Deferido
645/90	8- 4-90	Dep. Paulo Paim	Destaque.	Deferido
646/90	8- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outros	Destaque.	Deferido
647/90	8- 4-90	Dep. Gastone Righi e outros	Destaque.	Deferido
648/90	8- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
649/90	8- 4-90	Dep. Genebaldo Correia	Destaque.	Deferido
650/90	8- 4-90	Dep. Genebaldo Correia e outro	Destaque.	Deferido
651/90	8- 4-90	Dep. Gastone Righi e outros	Destaque.	Deferido
652/90	8- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
653/90	8- 4-90	Sen. Maurício Corrêa e outros	Destaque.	Deferido
654/90	8- 4-90	Dep. Lúcio Alcântara e outro	Destaque.	Deferido
655/90	8- 4-90	Dep. Lúcio Alcântara e outro	Destaque.	Deferido
656/90	8- 4-90	Dep. Lúcio Alcântara e outro	Destaque.	Deferido
657/90	8- 4-90	Dep. Gastone Righi e outros	Destaque.	Deferido
658/90	8- 4-90	Dep. Lúcio Alcântara	Destaque.	Deferido
659/90	8- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
660/90	8- 4-90	Dep. Irajá Rodrigues e outros	Destaque.	Deferido
661/90	8- 4-90	Dep. Jorge Hage e outros	Destaque.	Deferido
662/90	9- 4-90	Dep. Lael Varela e outro	Encerramento da discussão.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
663/90	9- 4-90	Sen. José Ignácio Ferreira	Preferência para votação.	Retirado
664/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
665/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
666/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
667/90	9- 4-90	Dep. Luiz Salomão e outro	Destaque.	Deferido
668/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
669/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
670/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
671/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
672/90	9- 4-90	Dep. Luiz Salomão e outro	Destaque.	Deferido
673/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
674/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
675/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
676/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
677/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
678/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
679/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
680/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
681/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
682/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
683/90	9- 4-90	Dep. Renan Calheiros e outros	Destaque.	Deferido
684/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
685/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
686/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
687/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
688/90	9- 4-90	Dep. Luiz Salomão e outro	Destaque.	Deferido
689/90	9- 4-90	Dep. Luiz Salomão e outro	Destaque.	Deferido
690/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
691/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
692/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
693/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
694/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
695/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
696/90	9- 4-90	Dep. Luiz Salomão e outro	Destaque.	Deferido
697/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
698/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
699/90	9- 4-90	Dep. Renan Calheiros e outros	Destaque.	Deferido
700/90	9- 4-90	Dep. Renan Calheiros e outros	Destaque.	Deferido
701/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
702/90	9- 4-90	Dep. Renan Calheiros e outros	Destaque.	Deferido
703/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Destaque.	Deferido
704/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
705/90	9- 4-90	Dep. Luiz Salomão e outro	Destaque.	Deferido
706/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
707/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
708/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
709/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
710/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
711/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
712/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Destaque.	Deferido
713/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
714/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
715/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
716/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
717/90	9- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
718/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
719/90	9- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
720/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
721/90	9- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
722/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
723/90	9- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
724/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
725/90	9- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
726/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
727/90	9- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
728/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
729/90	9- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
730/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
731/90	9- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
732/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
733/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
734/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
735/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
736/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
737/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
738/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
739/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
740/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
741/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
742/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
743/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
744/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
745/90	9- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
746/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
747/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
748/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
749/90	9- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
750/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
751/90	9- 4-90	De. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
752/90	9- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
753/90	9- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
754/90	9- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
755/90	9- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
756/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
757/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
758/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
759/90	9- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
760/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
761/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
762/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
763/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
764/90	9- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
765/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
766/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
767/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
768/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
769/90	9- 4-90	Dep. Artur da Távola e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
770/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
771/90	9- 4-90	Dep. Artur da Távola e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
772/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
773/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
774/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
775/90	9- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
776/90	9- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
777/90	9- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
778/90	9- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
779/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
780/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
781/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
782/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
783/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
784/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
785/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
786/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
787/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
788/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
789/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
790/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
791/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
792/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
793/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
794/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
795/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
796/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
797/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
798/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
799/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
800/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
801/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
802/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
803/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
804/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
805/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
806/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
807/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
808/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
809/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
810/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
811/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
812/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
813/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
814/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
815/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
816/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
817/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
818/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
819/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
820/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
821/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
822/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
823/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
824/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
825/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
826/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
827/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
828/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
829/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
830/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
831/90	9- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de Emenda.	Deferido
832/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
833/90	9- 4-90	Sen. Roberto Campos	Votação em separado de Emenda.	Deferido
834/90	9- 4-90	Dep. Paulo Paim e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
835/90	9- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de Emenda.	Deferido
836/90	9- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de Emenda.	Deferido
837/90	9- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de Emenda.	Deferido
838/90	9- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de Emenda.	Deferido
839/90	9- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de Emenda.	Deferido
840/90	9- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de Emenda.	Deferido
841/90	9- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
842/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de Emenda.	Deferido
843/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de Emenda.	Deferido
844/90	9- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de Emenda.	Deferido
845/90	10- 4-90	Dep. Renan Calheiros e outros	Encerramento de discussão.	Aprovado
846/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
847/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
848/90	10- 4-90	Dep. Roberto D'Ávila e outro	Destaque.	Deferido
849/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
850/90	10- 4-90	Dep. Luiz Salomão	Destaque.	Deferido
851/90	10- 4-90	Dep. Luiz Eduardo	Destaque.	Deferido
852/90	10- 4-90	Dep. Cristina Tavares e outro	Destaque.	Deferido
853/90	10- 4-90	Dep. Roberto D'Ávila e outro	Destaque.	Deferido
854/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
855/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
856/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
857/90	10- 4-90	Dep. Humberto Souto	Destaque.	Deferido
858/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
859/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
860/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
861/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
862/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
863/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
864/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
865/90	10- 4-90	Dep. Ibsen Pinheiro	Destaque.	Deferido
866/90	10- 4-90	Dep. Roberto D'Ávila e outro	Destaque.	Deferido
867/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
868/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
869/90	10- 4-90	Dep. Humberto Souto	Destaque.	Deferido
870/90	10- 4-90	Dep. Luiz Eduardo	Destaque.	Deferido
871/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
872/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
873/90	10- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Destaque.	Deferido
874/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
875/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
876/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
877/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
878/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
879/90	10- 4-90	Dep. Luiz Salomão e outro	Destaque.	Deferido
880/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
881/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
882/90	10- 4-90	Dep. Luiz Eduardo	Destaque.	Deferido
883/90	10- 4-90	Dep. Humberto Souto	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
884/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
885/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
886/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
887/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
888/90	10- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Destaque.	Deferido
889/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
890/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel e outro	Destaque.	Deferido
891/90	10- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Destaque.	Deferido
892/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
893/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
894/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
895/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
896/90	10- 4-90	Dep. Roberto Freide e outros	Destaque.	Deferido
897/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
898/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
899/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
900/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
901/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque.	Deferido
902/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
903/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Destaque.	Deferido
904/90	10- 4-90	Dep. Humberto Souto	Destaque.	Deferido
905/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque	Deferido
906/90	10- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque	Deferido
907/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque	Deferido
908/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Destaque	Deferido
909/90	10- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
910/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
911/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
912/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
913/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
914/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
915/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
916/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
917/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
918/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de Emenda.	Deferido
919/90	10- 4-90	Dep. Luiz Eduardo	Votação em separado de emenda.	Deferido
920/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
921/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
922/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
923/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
924/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
925/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
926/90	10- 4-90	Dep. Marcelo Cordeiro e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
927/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
928/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
929/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho	Votação em separado de emenda.	Deferido
930/90	10- 4-90	Dep. Oswaldo Lima Filho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
931/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
932/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
933/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
934/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
935/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
936/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
937/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
938/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
939/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
940/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
941/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
942/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
943/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
944/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
945/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
946/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
947/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
948/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
949/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
950/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
951/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
952/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
953/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
954/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
955/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
956/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
957/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
958/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
959/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
960/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
961/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
962/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
963/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
964/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
965/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
966/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
967/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
968/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
969/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
970/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
971/90	10- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
972/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
973/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
974/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
975/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
976/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
977/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
978/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
979/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
980/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
981/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
982/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
983/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
984/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
985/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
986/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
987/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
988/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
989/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
990/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
991/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
992/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
993/90	10- 4-90	Dep. Roberto Freire	Votação em separado de emenda.	Deferido
994/90	10- 4-90	Dep. Roberto Freire e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
995/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
996/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
997/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
998/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
999/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.000/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.001/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.002/90	10- 4-90	Dep. Nelton Friedrich	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.003/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.004/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.005/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.006/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.007/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.008/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.009/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.010/90	10- 4-90	Dep. Érico Pegoraro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.011/90	10- 4-90	Dep. Virgildásio de Senna e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.012/90	10- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.013/90	10- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.014/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.015/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.016/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.017/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.018/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.019/90	10- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.020/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.021/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.022/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.023/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.024/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.025/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.026/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.027/90	10- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.028/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.029/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.030/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.031/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.032/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.033/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.034/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.035/90	10- 4-90	Dep. Domingos Leonelli	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.036/90	10- 4-90	Dep. Domingos Leonelli	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.037/90	10- 4-90	Dep. Domingos Leonelli	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.038/90	10- 4-90	Dep. Domingos Leonelli	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.039/90	10- 4-90	Dep. Domingos Leonelli	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.040/90	10- 4-90	Dep. Domingos Leonelli	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.041/90	10- 4-90	Dep. Domingos Leonelli	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.042/90	10- 4-90	Dep. Virgildásio de Senna e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.043/90	10- 4-90	Dep. Virgildásio de Senna e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.044/90	10- 4-90	Dep. Ficardo Fiúza	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.045/90	10- 4-90	Dep. Doutel de Andrade e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado
1.046/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.047/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.048/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.049/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.050/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.051/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.052/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.053/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.054/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.055/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.056/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.057/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.058/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.059/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.060/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.061/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.062/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.063/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.064/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.065/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.066/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.067/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.068/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.069/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.070/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.071/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.072/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.073/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.074/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.074-A/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.075/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.076/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.077/90	10- 4-90	Dep. Theodoro Mendes	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.078/90	10- 4-90	Dep. Ronaldo César Coelho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.079/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.080/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.081/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.082/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.083/90	10- 4-90	Dep. Ronaldo César Coelho e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.084/90	10- 4-90	Sen. Roberto Campos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.085/90	10- 4-90	Dep. Victor Faccioni e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.086/90	10- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.087/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.088/90	10- 4-90	Dep. Percival Muniz	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.089/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.090/90	10- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.091/90	10- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
1.092/90	10- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.093/90	10- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
1.094/90	10- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.095/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
1.096/90	10- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.097/90	10- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.098/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
1.099/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
1.100/90	10- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
1.101/90	10- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.102/90	10- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido

δN	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.103/90	10- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.104/90	10- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Destaque.	Deferido
1.105/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
1.106/90	10- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.107/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.108/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.109/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.110/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.111/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.112/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.113/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.114/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.115/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.116/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.117/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.118/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.119/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.120/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.121/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.122/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.123/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.124/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.125/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.126/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.127/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.128/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.129/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.130/90	10- 4-90	Dep. Florestan Fernandes	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.131/90	10- 4-90	Dep. José Genóino	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.132/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.133/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.134/90	10- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.135/90	10- 4-90	Sen. João Menezes e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.136/90	10- 4-90	Dep. Renan Calheiros e outros	Preferência para votação.	Aprovado
1.137/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque	Deferido
1.138/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.139/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.140/90	10- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Destaque.	Deferido
1.141/90	10- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
1.142/90	10- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Destaque.	Deferido
1.143/90	10- 4-90	Dep. Benedita da Silva	Destaque.	Deferido
1.144/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.145/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.146/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.147/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.148/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.149/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.150/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.151/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.152/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.153/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.154/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.155/90	10- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.156/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.157/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.158/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.159/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.160/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.161/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.162/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.163/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.164/90	10- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.165/90	10- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.166/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.167/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.168/90	10- 4-90	Dep. Paulo Paim	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.169/90	10- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.170/90	10- 4-90	Dep. Paulo Paim	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.171/90	10- 4-90	Dep. Paulo Paim	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.172/90	10- 4-90	Dep. Paulo Paim	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.173/90	10- 4-90	Dep. Paulo Paim	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.174/90	10- 4-90	Dep. Paulo Paim	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.175/90	10- 4-90	Sen. Moisés Abrão	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.176/90	10- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.177/90	10- 4-90	Dep. Renan Calheiros	Inversão da Ordem do Dia.	Rejeitado
1.178/90	10- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Suspensão de sessão.	Aprovado
1.179/90	11- 4-90	Dep. Israel Pinheiro Filho e outros	Encerramento de discussão.	Aprovado
1.180/90	11- 4-90	Dep. José Tavares e outro	Destaque.	Deferido
1.181/90	11- 4-90	Dep. José Tavares e outro	Destaque.	Deferido
1.182/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco e outro	Destaque.	Deferido
1.183/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco e outro	Destaque.	Deferido
1.184/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco e outro	Destaque.	Deferido
1.185/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco e outro	Destaque.	Deferido
1.186/90	11- 4-90	Dep. José Tavares e outro	Destaque.	Deferido
1.187/90	11- 4-90	Dep. José Tavares e outro	Destaque.	Deferido
1.188/90	11- 4-90	Dep. José Tavares e outro	Destaque.	Deferido
1.189/90	11- 4-90	Dep. José Tavares e outro	Destaque.	Deferido
1.190/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco e outro	Destaquê.	Deferido
1.191/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco e outro	Destaque.	Deferido
1.192/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.193/90	11- 4-90	Dep. José Tavares e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.194/90	11- 4-90	Sen. Fernando Henrique Cardoso e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.195/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Deferido
1.196/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.197/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.198/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.199/90	11- 4-90	Dep. Theodoro Mendes	Destaque.	Deferido
1.200/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
1.201/90	11- 4-90	Dep. Roberto D'Ávila	Destaque.	Deferido
1.202/90	11- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Destaque.	Deferido
1.203/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.204/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.205/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.206/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa e outro	Destaque.	Deferido
1.207/90	11- 4-90	Dep. Roberto D'Ávila	Destaque.	Deferido
1.208/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Deferido
1.209/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.210/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.211/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Deferido
1.212/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.213/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.214/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.215/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.216/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.217/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.218/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.219/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.220/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.221/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.222/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade e outro	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.223/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outras	Destaque.	Deferido
1.224/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.225/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.226/90	11- 4-90	Dep. Humberto Souto	Destaque.	Deferido
1.227/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.228/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.229/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.230/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.231/90	11- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Destaque.	Deferido
1.232/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.233/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.234/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.235/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.236/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.237/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.238/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.239/90	11- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Destaque.	Deferido
1.240/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.241/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Deferido
1.242/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
1.243/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Deferido
1.244/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.245/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.246/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Deferido

Data	Nº Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.247/90	11- 4-90	Milhomem Dep. Gumercindo	Destaque.	Deferido
1.248/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
1.249/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Destaque.
1.250/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Destaque.
1.251/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.252/90	11- 4-90	Dep. Roberto D'Ávila e outro	Destaque.	Deferido
1.253/90	11- 4-90	Dep. Luiz Salomão e outro	Destaque.	Deferido
1.254/90	11- 4-90	Dep. Roberto D'Ávila	Destaque.	Deferido
1.255/90	1- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.256/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Destaque.	Deferido
1.257/90	11- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Destaque.	Deferido
1.258/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa e outro	Destaque.	Deferido
1.259/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa e outro	Destaque.	Deferido
1.260/90	11- 4-90	Dep. Roberto D'Ávila	Destaque.	Deferido
1.261/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Deferido
1.262/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.263/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.264/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Deferido
1.265/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.266/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Destaque.	Deferido
1.267/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.268/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.269/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.270/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.271/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.272/90	11- 4-90	Dep Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.273/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.274/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.275/90	11- 4-90	Dep. Gumerindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.276/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.277/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.278/90	11- 4-90	Sen. Roberto Campos	Destaque.	Deferido
1.279/90	11- 4-90	Sen. Roberto Campos	Destaque.	Deferido
1.280/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.281/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.282/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.283/90	11- 4-90	Dep. Érico Pegoraro	Destaque.	Deferido
1.284/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.285/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.286/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.287/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiuza e outros	Destaque.	Deferido
1.288/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.289/90	11- 4-90	Dep. Gumerindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.290/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiuza e outros	Destaque.	Deferido
1.291/90	11- 4-90	Dep. Gumerindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.292/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.293/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
1.294/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiuza e outros	Destaque.	Deferido
1.295/90	11- 4-90	Dep. Gumerindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.296/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.297/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa e outro	Destaque.	Deferido
1.298/90	11- 4-90	Dep. Arthur Lima Cavalcanti	Destaque.	Deferido
1.299/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
1.300/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.301/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.302/90	11- 4-90	Dep. Genebaldo Correia	Destaque.	Deferido
1.303/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.304/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.305/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
1.306/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.307/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.308/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.309/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.310/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.311/90	11- 4-90	Dep. José Tavares e outro	Destaque.	Deferido
1.312/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.313/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiuza e outros	Destaque.	Deferido
1.314/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.315/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiuza e outros	Destaque.	Deferido
1.316/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Destaque.	Deferido
1.317/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.318/90	11- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Deferido
1.319/90	11- 4-90	Dep. Luiz Salomão e outro	Destaque.	Deferido
1.320/90	11- 4-90	Dep. Ricardo Fiuza e outros	Destaque.	Deferido
1.321/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.322/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.323/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.324/90	11- 4-90	Dep. Annibal Barcellos	Destaque.	Deferido
1.325/90	11- 4-90	Dep. Cunha Bueno e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.326/90	11- 4-90	Dep. Cunha Bueno e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.327/90	11- 4-90	Dep. Cunha Bueno	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.328/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.329/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.330/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.331/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.332/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.333/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.334/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.335/90	11- 4-90	Dep. Matheus Iensen	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.336/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.337/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.338/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.339/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.340/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.341/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.342/90	11- 4-90	Dep. Cunha Bueno	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.343/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.344/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.345/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.346/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.347/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.348/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.349/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.350/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.351/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.352/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.353/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.354/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.355/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.356/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.357/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.358/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.359/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.360/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.361/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.362/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.363/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.364/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.365/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.366/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.367/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.368/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.369/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.370/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.371/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.372/90	11- 4-90	Dep. Érico Pegoraro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.373/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.374/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.375/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.376/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.377/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.378/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.379/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.380/90	11- 4-90	Dep. Vivaldo Barbosa	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.381/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.382/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.383/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.383-A/90	11- 4-90	Dep. Arnaldo Martins e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.384/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.385/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.386/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.387/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.388/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.389/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.390/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.391/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.392/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.393/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.394/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.394-A/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.395/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.395-A/90	11- 4-90	Dep. Theodoro Mendes e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.395-B/90	11- 4-90	Dep. Theodoro Mendes	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.395-C/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.395-D/90	11- 4-90	Dep. Arnaldo Martins e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.395-E/90	11- 4-90	Dep. Arnaldo Martins e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.396/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.397/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.398/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.399/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.400/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.401/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.402/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.403/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.403-A/90	11- 4-90	Dep. Victor Faccioni e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.403-B/90	11- 4-90	Dep. Victor Faccioni e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.403-C/90	11- 4-90	Dep. Victor Faccioni e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.404/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.405/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.406/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.407/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.408/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.409/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.410/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.411/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.412/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.413/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.414/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.415/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.416/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.417/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.418/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.418-A/90	11- 4-90	Dep. Arnaldo Martins e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.418-B/90	11- 4-90	Dep. Arnaldo Martins e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.418-C/90	11- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.418-D/90	11- 4-90	Dep. Saulo Queiroz	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.418-E/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.419/90	11- 4-90	Dep. Francisco Küster	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.420/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.421/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.422/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.423/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.424/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.425/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.426/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.427/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.428/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.429/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.430/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.431/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.432/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.433/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.434/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.435/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.436/90	11- 4-90	Dep. Aloisio Vasconcelos e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.437/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.438/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.439/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.440/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.441/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.442/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.443/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.444/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.445/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.446/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.447/90	11- 4-90	Dep. Haroldo Lima	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.447-A/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.447-B/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.448/90	11- 4-90	Dep. Agassiz Almeida	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.449/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.450/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.451/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.452/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.453/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.454/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.455/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.456/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.457/90	11- 4-90	Sen. Jamil Haddad	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.458/90	11- 4-90	Dep. Érico Pegoraro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.459/90	11- 4-90	Dep. Roberto Freire	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.460/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.461/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.462/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.463/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.464/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.465/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.466/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.467/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.468/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.469/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.470/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.471/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.472/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.473/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.474/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.475/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.476/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.477/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.478/90	11- 4-90	Dep. Victor Faccioni e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.479/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.480/90	11- 4-90	Dep. Victor Faccioni e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.481/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.482/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.483/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.484/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.485/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.486/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.487/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.488/90	11- 4-90	Dep. Roberto Freire	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.489/90	11- 4-90	Dep. Roberto Freire	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.490/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.491/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.492/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.493/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.494/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.495/90	11- 4-90	Sen. Mário Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.496/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.497/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.498/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.499/90	11- 4-90	Dep. Francisco Küster	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.500/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.500-A/90	11- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.500-B/90	11- 4-90	Dep. José Tavares e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.500-C/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.500-D/90	11- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.500-E/90	11- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.500-F/90	11- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.501/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.501-A/90	11- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.502/90	11- 4-90	Sen. Roberto Campos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.502-A/90	11- 4-90	Sen. Roberto Campos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.503/90	11- 4-90	Sen. Roberto Campos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.504/90	11- 4-90	Sen. Roberto Campos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.505/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.506/90	11- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.507/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.508/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.509/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.510/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.511/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.512/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.513/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.513-A/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.514/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.515/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.516/90	11- 4-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.516-A/90	11- 4-90	Dep. Adroaldo Streck e outro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.517/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.518/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.519/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.520/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.521/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.522/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.523/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.524/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.525/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.526/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.527/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.528/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.529/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.530/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.531/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.532/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.533/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.534/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.535/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.536/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.537/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.538/90	11-4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.539/90	11- 4-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.540/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.541/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.542/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.543/90	11- 4-90	Sen. Fernando Henrique Cardoso	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.544/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.545/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.546/90	11- 4-90	Dep. Jorge Arbage e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.547/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.548/90	11- 4-90	Dep. Afif Domingos	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.549/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.550/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.551/90	11 -4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.552/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.553/90	11- 4-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.554/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.555/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.556/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.557/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.558/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.559/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.560/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.561/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.562/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.563/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.564/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.565/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.566/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.567/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.568/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.569/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.570/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.571/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.572/90	11- 4-90	Dep. Jorge Arbage	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.573/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.574/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.575/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.576/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.577/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.578/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.579/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.580/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.581/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.582/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.582-A/90	11- 4-90	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.583/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.584/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.585/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.586/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.587/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.588/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.589/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.590/90	11- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.591/90	11- 4-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.592/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.593/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.594/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.595/90	11- 4-90	Dep. José Carlos Sabóia	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.596/90	11- 4-90	Dep. Gumerindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.597/90	11- 4-90	Dep. Artur Lima Cavalcanti	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.598/90	11- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.599/90	11- 4-90	Dep. Renan Calheiros	Preferência para votação.	Rejeitado
1.600/90	18- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.601/90	18- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Preferência para votação.	Rejeitado
1.602/90	18- 4-90	Dep. Gidel Dantas	Destaque.	Prejudicado
1.603/90	18- 4-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Prejudicado
1.604/90	26- 4-90	Sen. José Ignácio Ferreira	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.605/90	26- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.606/90	26- 4-90	Dep. Afif Domingos	Destaque.	Deferido
1.607/90	26- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.608/90	26- 4-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.609/90	9- 5-90	Dep. José Tavares	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.610/90	16- 5-90	Dep. José Tinoco	Prorrogação do prazo de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Aprovado
1.611/90	22- 5-90	Dep. Ibsen Pinheiro e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.612/90	23- 5-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.613/90	23- 5-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.614/90	23- 5-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.615/90	23- 5-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.616/90	23- 5-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.617/90	23- 5-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.618/90	23- 5-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.619/90	23- 5-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.620/90	23- 5-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.621/90	23- 5-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.622/90	23- 5-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.623/90	23- 5-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.624/90	23- 5-90	Dep. Brandão Monteiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.625/90	29- 5-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.626/90	29- 5-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.627/90	29- 5-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.628/90	29- 5-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.629/90	29- 5-90	Dep. Ricardo Fiúza	Destaque.	Deferido
1.630/90	29- 5-90	Dep. Feres Nader	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.631/90	29- 5-90	Dep. Feres Nader	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.632/90	29- 5-90	Dep. Feres Nader	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.633/90	29- 5-90	Dep. Feres Nader	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.634/90	29- 5-90	Dep. Feres Nader	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.635/90	29- 5-90	Dep. Feres Nader	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.636/90	29- 5-90	Dep. Feres Nader	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.637/90	31- 5-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.638/90	31- 5-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.639/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.640/90	31- 5-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.641/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.642/90	31- 5-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.643/90	31- 5-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.644/90	31- 5-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.645/90	31- 5-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.646/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.647/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.648/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.649/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.650/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.651/90	31- 5-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.652/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.653/90	31- 5-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.654/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.655/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.656/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.657/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.658/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.659/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.660/90	31- 5-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.661/90	5- 6-90	Dep. Renan Calheiros e outros	Encerramento de discussão.	Aprovado
1.662/90	5- 6-90	Dep. Domingos Leonelli	Destaque.	Deferido
1.663/90	5- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.664/90	5- 6-90	Dep. Domingos Leonelli	Destaque.	Deferido
1.665/90	5- 6-90	Dep. Domingos Leonelli	Destaque.	Deferido
1.666/90	5- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.667/90	5- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.668/90	5- 6-90	Dep. Victor Faccioni	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.669/90	5- 6-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.670/90	5- 6-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.671/90	5- 6-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.672/90	5- 6-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.673/90	5- 6-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.674/90	5- 6-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.675/90	5- 6-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.676/90	5- 6-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.677/90	5- 6-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.678/90	5- 6-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.679/90	5- 6-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.680/90	5- 6-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.681/90	5- 6-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.682/90	5- 6-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.683/90	5- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.684/90	5- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.685/90	5- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.686/90	5- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.687/90	5- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.688/90	5- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.689/90	5- 6-90	Dep. Vivaldo Barbosa e outro	Preferência para votação.	Rejeitado
1.690/90	19- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.691/90	19- 6-90	Sen. Fernando Henrique Cardoso e outros	Adiamento de discussão.	Prejudicado
1.692/90	20- 6-90	Dep. Gerson Peres e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.693/90	26- 6-90	Dep. José Tavares	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.694/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.695/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.696/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.697/90	27- 6-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de veto.	Deferido
1.698/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.699/90	27- 6-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de veto.	Deferido
1.700/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.701/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.702/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.703/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.704/90	27- 6-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de veto.	Deferido
1.705/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.706/90	27- 6-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de veto.	Deferido
1.707/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.708/90	27- 6-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de veto.	Deferido
1.709/90	27- 6-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de veto.	Deferido
1.710/90	2- 7-90	Dep. Ibsen Pinheiro e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.711/90	2- 7-90	Dep. Renan Calheiros e outros	Destaque.	Aprovado
1.712/90	10- 7-90	Dep. Eduardo Jorge e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.713/90	10- 7-90	Dep. Eduardo Jorge e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.714/90	10- 7-90	Dep. Eduardo Jorge e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.715/90	10- 7-90	Dep. Plínio Arruda Sampaio e outros	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.716/90	21- 8-90	Sen. Antônio Luiz Maya	Prorrogação do prazo de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.717/90	21- 8-90	Dep. José Tinoco	Prorrogação do prazo de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Aprovado
1.718/90	21- 8-90	Sen. Ney Maranhão	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.719/90	21- 8-90	Dep. Euclides Scalco	Retirada de requerimentos de destaques.	Deferido
1.720/90	21- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Retirada de requerimentos de destaques.	Deferido
1.721/90	22- 8-90	Dep. Ibsen Pinheiro e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.722/90	22- 8-90	Dep. Domingos Leonelli	Declaração de voto em votação secreta.	Indeferido
1.723/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.724/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.725/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.726/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.727/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.728/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.729/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.730/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.731/90	23- 8-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.732/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.733/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.734/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.735/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.736/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.737/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.738/90	23- 8-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.739/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.740/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.741/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.742/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.743/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.744/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.745/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.746/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.747/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.748/90	23- 8-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.749/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.750/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.751/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.752/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.753/90	23- 8-90	Dep. José Maria Eymael	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.754/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.755/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.756/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.757/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.758/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.759/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.760/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.761/90	23- 8-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.762/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.763/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.764/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.765/90	23- 8-90	Dep. Doutel de Andrade	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.766/90	11-10-90	Dep. José Tavares e outros	Votação em separado de emenda.	Indeferido
1.767/90	11-10-90	Dep. Luiz Salomão e outros	Votação em separado de emenda.	Indeferido
1.768/90	11-10-90	Dep. José Dutra e outros	Votação em separado de emenda.	Indeferido
1.769/90	11-10-90	Dep. José Serra e outros	Votação em separado de emenda.	Indeferido
1.770/90	11-10-90	Dep. José Serra e outros	Votação em separado de emenda.	Indeferido
1.771/90	17-10-90	Sen. Odacir Soares	Prorrogação do prazo de CPI.	Aprovado
1.772/90	17-10-90	Dep. José Tinoco	Prorrogação do prazo de CPI.	Aprovado
1.773/90	18-10-90	Dep. Antonio Luiz Maya	Prorrogação do prazo de CPI.	Aprovado
1.774/90	19-10-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Prorrogação do prazo para apresentação de emendas.	Aprovado
1.775/90	19-10-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.776/90	19-10-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Rejeitado
1.777/90	19-10-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Rejeitado
1.778/90	19-10-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Rejeitado
1.778-A/90	13-11-90	Dep. Moema São Thiago	Criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Aprovado
1.779/90	13-11-90	Dep. Anna Maria Rattes	Criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Aprovado
1.780/90	13-11-90	Dep. Ibsen Pinheiro e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.781/90	13-11-90	Dep. Ibsen Pinheiro e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.782/90	13-11-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.783/90	13-11-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.784/90	13-11-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.785/90	13-11-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.786/90	13-11-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.787/90	13-11-90	Dep. Ricardo Fiúza e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.788/90	15-11-90	Dep. Miro Teixeira e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.789/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Preferência para votação.	Rejeitado
1.790/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.791/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.792/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.793/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.794/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.795/90	15-11-90	Dep. Eduardo Jorge	Preferência para votação.	Deferido
1.796/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.797/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.798/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.799/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.800/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.801/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.802/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.803/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.804/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.805/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.806/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.807/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.808/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.809/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.810/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.811/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.812/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.813/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.814/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.815/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.816/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.817/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.818/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.819/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.820/90	15-11-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.821/90	28-11-90	Dep. Benedicto Monteiro	Prorrogação do prazo de CPI.	Deferido
1.822/90	5-12-90	Dep. Benedita da Silva	Destaque.	Deferido
1.823/90	5-12-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.824/90	5-12-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.825/90	5-12-90	Dep. Benedita da Silva	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.826/90	6-12-90	Dep. Luiz R. Ponte	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.827/90	6-12-90	Dep Ricardo Fiúza e outros	Preferência para votação.	Aprovado
1.828/90	11-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Preferência para votação.	Rejeitado
1.829/90	12-12-90	Sen. Fernando H. Cardoso e outro	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.830/30	12-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.831/90	12-12-90	Dep. Gidel Dantas e outro	Destaque.	Deferido
1.832/90	12-12-90	Dep. Gidel Dantas e outro	Destaque.	Deferido
1.833/90	12-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.834/90	12-12-90	Dep. Lysâneas Maciel	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.835/90	12-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.836/90	12-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.837/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.838/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Preferência para votação.	Retirado
1.839/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Preferência para votação.	Retirado
1.840/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Preferência para votação.	Retirado
1.841/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Preferência para votação.	Retirado
1.842/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.843/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.844/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.845/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.846/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.847/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.848/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.849/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.850/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.851/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.852/90	13-12-90	Sen. Ronan Tito e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.853/90	13-12-90	Dep. Euclides Scalco	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.854/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.855/90	13-12-90	Dep. Euclides Scalco	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.856/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
1.857/90	13-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.858/90	14-12-90	Dep. César Maia	Destaque.	Rejeitado
1.859/90	17-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.860/90	17-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1.861/90	17-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.862/90	17-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.863/90	17-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Deferido
1.864/90	17-12-90	Dep. Gumercindo Milhomem	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.865/90	17-12-90	Dep. Ricardo Fiúza	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
1.866/90	17-12-90	Dep. Lysâneas Maciel	Inversão da Ordem do Dia.	Rejeitado
1.867/90	17-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Retirado
1.868/90	17-12-90	Dep. Eduardo Jorge	Votação em separado de emenda.	Aprovado

SÓMULA

Total dos Requerimentos	1.902
Aprovados	65
Deferidos	1.728
Retirados	75
Rejeitados	20
Prejudicados	8
Indeferidos	6

D — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES PARLAMENTARES NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

Senadores	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas												
	Req.	Emenda	Proj. Res.	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	Especiais	C M O	C. Parl. de Inquérito	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.	
																		Presidente	Vice-Presidente	Relator				
Ademir Andrade	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Afonso Arinos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—
Afonso Camargo	—	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	23	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Afonso Sancho	—	2	—	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—	4	42	—	—	4	4	—	—	—	—	—
Albano Franco	—	16	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alberto Hoffmann	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	21	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alexandre Costa	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	13	—	—	—	1	1	—	—	—	—
Alfredo Campos	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Almir Gabriel	—	26	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	4	13	—	—	—	—	—	—	—	—
Aluizio Bezerra	—	64	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	4	27	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amir Lando	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Antonio Alves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Antonio Luiz Maya	1	97	—	2	—	—	2	—	—	—	—	—	—	1	31	—	1	4	10	—	—	—	—	—
Áureo Mello	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	46	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Carlos Alberto	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	16	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Carlos Chiarelli	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Carlos De'Carli	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Carlos Lyra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Carlos Patrocínio	1	65	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	17	—	1	—	1	—	—	—	—	—
Chagas Rodrigues	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	43	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Cid Sabóia Cárvalho	—	1	—	—	—	—	1	6	1	—	—	1	—	5	63	1	—	3	13	—	—	—	—	—
Dirceu Carneiro	—	3	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Divaldo Suruagy	—	9	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	7	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Edison Lobão	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fernando Henrique Cardoso	5	25	—	—	1	1	—	2	1	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Francisco Rollemberg	—	4	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	19	—	1	—	5	1	—	—	—	—
Gerson Camata	—	114	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	16	—	—	—	2	—	—	—	—	—

Senadores	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas											
	Req.	Emenda	Proj. Res.	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	Especiais	C.M.O.	C. Parl. de Inquérito	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Gilberto Miranda	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	29	—	—	—	—	—	—	—
Hugo Napoleão	—	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	10	—	1	—	—	—	—	—
Humberto Lucena	—	140	—	1	2	—	—	3	—	1	—	—	—	—	5	69	—	1	1	3	—	—	—
Hydekel Freitas	—	79	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—
Iram Saraiva	—	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Irapuan Costa Júnior	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	41	—	—	—	5	1	—	—
Jamil Haddad	2	24	—	3	—	—	1	3	3	—	—	—	—	—	3	25	—	—	—	—	—	—	—
Jarbas Passarinho	—	18	—	—	—	2	1	4	—	—	—	—	—	—	2	22	—	2	—	—	—	—	—
João Calmon	—	28	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	36	—	—	1	—	—	—	—
João Castelo	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	15	—	—	—	—	—	—	—
João Lobo	—	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	27	—	—	—	—	—	—	—
João Menezes	1	2	—	—	3	—	1	3	—	—	—	—	—	—	1	28	1	—	—	—	—	—	—
João Nascimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
João Lyra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	36	—	—	—	—	—	—	—
Jorge Konder Bornhausen	—	64	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	34	—	—	—	—	—	—	—
José Agripino Maia	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	24	—	—	—	—	—	—	—
José Fogaça	—	2	—	—	—	—	1	4	—	—	—	—	—	—	1	49	—	—	1	1	1	—	—
José Ignácio Ferreira	4	103	—	—	4	1	—	13	4	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—
José Paulo Bisol	—	5	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	1	37	—	—	—	—	—	—	—
José Richa	—	9	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	4	10	—	—	—	1	—	—	—
Jutahy Magalhães	—	32	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	6	31	—	—	—	—	—	—	1
Lavoisier Maia	—	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	—	—	—	—	—	—	—
Leite Chaves	—	—	—	—	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Leopoldo Peres	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—
Lourenbergue Nunes Rocha	—	142	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	27	—	—	—	—	—	—
Lourival Baptista	—	28	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	43	1	—	—	2	—	—	—
Luiz Viana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13	—	—	—	—	—	—	—
Luiz Viana Neto	—	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15	—	—	—	—	—	—	—
Mansueto de Lavor	—	91	—	1	—	—	2	1	—	1	—	—	1	—	—	38	—	—	5	6	—	—	—
Márcio Berezoski	—	29	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	24	—	—	—	—	—	—	—

Senadores	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	Req.	Emenda	Proj. Res.	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Especiais	CMO	C. Parl. de Inquérito	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Márcio Lacerda	—	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	2	44	—	—	1	4	—	—
Marco Maciel	3	23	—	2	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Marcondes Gadelha	—	4	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	12	—	—	—	—	—	—	—
Mário Covas	—	21	—	—	1	—	—	5	1	—	—	—	—	—	1	13	—	—	1	2	—	—	—
Mário Maia	12	28	—	—	—	—	—	3	1	—	—	—	—	—	—	26	—	1	—	—	—	—	—
Mata-Machado	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	—	—	—	—	—	—	—
Maurício Corrêa	4	68	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	22	—	—	—	—	—	—	—	—
Mauro Benevides	—	58	—	3	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	3	85	—	—	7	17	1	—	—
Mauro Borges	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	16	—	—	—	—	—	—	—	—
Meira Filho	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	32	—	1	2	2	1	—	—
Mendes Canele	—	34	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—
Moisés Abrão	1	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	19	—	—	—	—	—	—	—
Nabor Júnior	—	30	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	2	66	2	2	2	7	—	—	—
Nelson Carneiro	—	25	—	1	—	—	—	—	—	1	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nelson Wedelin	—	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	1	24	—	—	—	—	—	—
Ney Maranhão	1	34	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	33	—	—	—	1	—	—	—
Odacir Soares	1	13	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	5	31	—	—	—	—	1	—
Olavo Pires	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	20	—	1	—	—	—	—	—
Osiel Carneiro	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—
Pompeu de Souza	—	22	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	4	41	1	—	—	2	—	—
Raimundo Lira	—	11	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	20	—	1	—	—	—	—
Roberto Campos	9	15	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	25	—	—	—	—	—	—	—
Ronaldo Aragão	—	93	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	50	—	—	1	4	7	—	—
Ronan Tito	—	5	—	1	—	1	1	17	1	—	1	—	—	—	1	9	—	—	—	—	—	—	—
Ruy Bacelar	—	29	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	36	—	—	—	1	—	—
Saldanha Derzi	—	57	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—
Severo Gomes	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	47	—	—	1	1	1	—	—
Silvio Name	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18	—	—	—	—	—	—	—
Teotônio Vilela Filho	—	8	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	15	—	—	—	—	—	—
Wilson Martins	—	69	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	37	—	—	—	1	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	Requerimento	Emenda	PR	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Especiais	CMO	CPMI	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Daso Coimbra	—	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Del Bosco Amaral	—	1	—	4	—	—	2	3	—	1	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Delfim Netto	—	3	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Délio Braz	—	37	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—
Dionísio Hage	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dionísio Dal-Prá	—	28	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Dirce Tutu Quadros	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—
Dirceu Carneiro	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Djenal Gonçalves	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	12	—	—	—	—	—	—	—
Domingos Juvenil	—	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Domingos Leonelli	12	33	—	2	—	1	1	2	1	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Doreto Campanari	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—
Doutel de Andrade	172	57	—	1	—	—	—	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edésio Frias	4	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edimilson Valentim	7	—	—	1	2	2	—	2	—	—	—	—	—	1	4	—	—	—	—	—	—	—	—
Edivaldo Canela	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edivaldo Holanda	—	7	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	1	—	—
Edivaldo Motta	—	65	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	—	—	—	—	—	—	—
Edme Tavares	—	42	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edmilson Valentim	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edmundo Galdino	—	74	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Eduardo Bonfim	—	7	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Eduardo Jorge	15	93	—	18	3	1	3	8	—	—	—	—	1	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Eduardo Moreira	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	—	—	—	—	—	—	—
Eduardo Siqueira Campos	1	96	—	2	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Egídio Ferreira Lima	—	4	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	10	—	—	—	—	—	—	—
Elias Murad	—	11	—	10	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	Reque- rimento	Emenda	PR	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Especiais	CMO	CPMI	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice- Presidente	Relator			
Eliel Rodrigues	1	6	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—
Eliezer Moreira	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Enoc Vieira	—	18	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—
Eraldo Tinoco	—	98	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	19	1	—	—	—	—	—	—
Eraldo Trindade	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Érico Pegoraro	7	40	—	2	2	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—
Ernani Boldrin	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—
Etevaldo Nogueira	—	33	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	13	1	—	—	—	—	—	—
Euclides Scalco	101	49	—	3	—	—	—	9	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Eunice Michiles	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	1	1	—	—	—
Eurico Ribeiro	—	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Evaldo Gonçalves	—	99	—	3	—	—	—	1	—	—	—	1	—	1	—	21	—	—	—	—	—	—	—
Expedito Machado	—	13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Ezio Ferreira	—	39	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	1	—	—	—	—	—
Fábio Feldmann	—	74	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	4	—	—	—	—	—	—
Fábio Raunhetti	—	38	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Farabulini Júnior	—	2	—	4	1	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fausto Fernandes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Fausto Rocha	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	3	—	—	—
Felipe Mendes	—	35	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1	—	—	—
Féres Nader	7	8	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fernando Bezerra Coelho	1	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	3	—	—	—	—	—	—
Fernando Cunha	—	21	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	4	—	—	—	—	—	—	—
Fernando Gasparian	—	14	—	4	—	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	4	—	—	—	—	—	3	—
Fernando Lyra	—	5	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fernando Santana	—	3	—	3	3	—	—	3	5	—	—	—	—	—	—	7	—	—	—	—	—	—	—
Fernando Velasco	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	Reque- rimento	Emenda	PR	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Especiais	CMO	CPMI	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice- Presidente	Relator			
Firno de Castro	—	21	—	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	7	—	—	—	1	—	—
Flávio Palmier da Veiga	—	13	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Flávio Rocha	—	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	1	—	—	—	—	—	—
Florestan Fernandes	54	10	—	2	6	—	—	1	1	—	—	1	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—
Floricenso Paixão	—	34	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—
Francisco Amaral	—	33	—	19	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	8	—	—	3	5	—	—
Francisco Banjamim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	4	—	—	—	—	—	—
Francisco Carneiro	—	21	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	3	—	—
Francisco Coelho	—	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Francisco Dornelles	—	72	—	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—	1	17	—	—	1	2	—	—	—
Francisco Pinto	—	19	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Francisco Küster	3	26	—	11	3	—	1	4	—	—	—	1	—	—	—	9	—	—	—	—	—	—	—
Francisco Rolim	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—
Francisco Sales	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Freire Júnior	—	44	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Furtado Leite	—	56	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Gabriel Guerreiro	—	4	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	1	—
Gandi Jamil	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gastone Righi	9	14	—	1	—	2	—	9	2	—	—	1	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—
Genebaldo Correia	4	182	—	—	2	1	3	4	1	—	—	—	—	—	3	15	—	1	5	12	—	—	—
Genésio Bernardino	—	28	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—
Geovah Amarante	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Geovani Borges	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Geovani Masini	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Geraldo Alckimin Filho	—	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	1	—	—	—	—	—
Geraldo Bulhões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Geraldo Campos	—	35	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	3	22	—	2	—	—	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	Req.	Emenda	Proj. Res.	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Especiais	CMO	C. Parl. de Inquérito	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Geraldo Fleming	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Gerson Marcondes	—	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	—	—	—	—	—	—	—
Gerson Peres	1	—	—	1	1	—	2	6	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Gidel Dantas	27	35	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	3	—	—	—
Gil Cesar	—	114	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gilberto Carvalho	—	22	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—
Gilson Machado	—	54	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	13	—	—	—	—	—	—	—
Gonzaga Patriota	—	116	—	3	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gumercindo Milhomem	235	50	—	7	3	1	2	13	6	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Gustavo de Faria	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Harlan Gadelha	—	32	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Haroldo Lima	41	20	—	3	4	2	—	4	8	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Haroldo Sabóia	—	75	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Haroldo Sanford	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Hélio Braz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Hélio Duque	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Hélio Manhães	—	2	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Hélio Rosas	—	26	—	—	1	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—
Henrique Eduardo Alves	—	62	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	6	—	—	—	—	—	—	—
Hermes Zaneti	3	24	—	5	1	—	1	5	—	—	—	—	—	—	1	17	—	—	—	—	—	—	—
Hilário Braun	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Horácio Ferraz	—	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—	—	—	—	—	—
Humberto Souto	5	82	—	2	1	3	—	11	3	1	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Iberê Ferreira	—	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Ibrahim Abi-Ackel	—	7	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—
Ibsen Pinheiro	10	22	—	3	—	2	—	21	4	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ilário Braun	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	Requeri- mento	Emenda	Proj. Res.	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Especiais	CMO	C. Parl. de Inquérito	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice- Presidente	Relator			
João Natal	—	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	9	—	—	—	—	—	—	—
João Paulo Pires	—	53	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
João Rezek	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—
Joaquim Haickel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Joaquim Sucena	—	71	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Jofran Frejat	4	29	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	10	—	—	—	—	—	—	—
Jonas Pinheiro	—	65	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	1	—	—	—	—	—	—
Jones Santos Neves	—	95	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Jorge Arbage	2	7	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	1	1	1	—	—	1	1	—	—	—
Jorge Gama	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15	—	—	—	—	—	—	—
Jorge Hage	2	22	—	—	2	1	—	2	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jorge Leite	—	4	—	2	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	3	—	—	—
Jorge Medauar	—	17	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	6	—	—	1	1	—	—	—
Jorge Uequet	—	9	—	3	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	5	—	—	—	—	—	—	—
Jorge Viana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—
José Camargo	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	—	—	—	—	—	—	—
José Carlos Coutinho	—	16	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
José Carlos Grecco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	7	—	—	—	—	—	—	—
José Carlos Sabóia	31	18	—	3	1	1	—	2	—	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
José Carlos Vasconcelos	—	159	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	—	—
José Costa	3	25	—	—	—	—	—	5	1	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
José da Conceição	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
José Dutra	1	135	—	3	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	2	8	—	—	2	2	—	—	—
José Egreja	—	7	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
José Elias Murad	—	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
José Fernandes	1	55	—	7	3	1	2	1	3	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Veto	Participação em Comissões Mistas										
	Requeri-mento	Emenda	P R	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Especiais	C M O	C. Parl. de Inquérito	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Mário Martins	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Matheus Iensen	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Matta-Machado	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Maurício Campos	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maurício Fruet	1	13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—	—	1	3	—	—	—
Maurício Nasser	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Maurílio Ferreira Lima	—	14	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	1	4	—	—	—
Mauro Campos	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—
Mauro Miranda	—	141	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Mauro Sampaio	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Max Rosenmann	—	1135	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Melo Freire	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Mello Reis	—	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mendes Botelho	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Mendes Ribeiro	—	3	—	3	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Messias Góes	—	67	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	2	15	—	—	—	—	—
Messias Soares	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Michel Temer	—	3	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	2	8	—	—	—	2	—	—
Milton Barbosa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Milton Lima	—	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Milton Reis	—	3	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Miraldo Gomes	—	57	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Miro Teixeira	2	17	—	2	1	3	3	15	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Moema São Thiago	1	7	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	2	—	—	—	—	—
Moisés Avelino	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Mozarildo Cavalcanti	—	50	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Murilo Leite	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	Req.	Emenda	Proj. Res.	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Especiais	CMO	C. Parl. de Inquérito	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Oswaldo Almeida	—	46	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Oswaldo Lima Filho	40	32	—	3	1	2	6	3	—	—	—	2	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Ottomar Pinto	—	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paes de Andrade	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Paes Landim	—	115	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	5	—	—	—	1	2	—	—	—
Paulo Almada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Delgado	—	9	—	2	2	—	—	3	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Marques	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Macarini	—	134	—	8	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	2	—	—	—
Paulo Mincarone	—	8	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Mourão	—	137	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Paim	72	87	—	15	2	—	1	3	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Pimentel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Queiroz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Ramos	—	12	—	17	4	2	6	5	—	—	—	2	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Roberto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Sidnei	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo Silva	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Pedro Canedo	—	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Pedro Ceolin	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Percival Muniz	—	1	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Plínio de Arruda Sampaio	1	1	—	—	2	—	—	3	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Plínio Martins	1	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	3	—	—	1	—	—	—	—	—
Prisco Viana	—	41	—	1	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—
Raimundo Bezerra	—	69	—	2	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	8	—	—	2	4	—	—	—
Raimundo Rezende	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—
Ralph Biasi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	—	—	—	1	4	—	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	Req.	Emenda	Proj. Res.	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Especiais	C M O	C. Parl. de Inquérito	Veto	Med. Prov.	Função			Parecer	Relatório	Voto Sep.
																		Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Raquel Cândido	2	18	—	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Raquel Capiberibe	—	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Raul Belém	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Raul Ferraz	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Renan Calheiros	16	—	—	—	—	—	—	12	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Renato Bernardi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Renato Johnsson	—	91	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—	—	—	—	—	—
Renato Viana	—	27	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	12	—	—	1	1	—	—	—
Ricardo Fiúza	36	96	—	—	3	1	3	7	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ricardo Izar	—	37	—	—	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Rita Camata	—	181	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	15	—	—	1	2	—	—	—	—
Rita Furtado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Roberto Balestra	—	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1	—	—	—	—
Roberto Brant	—	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	7	—	—	1	2	—	—	—	—
Roberto Cardoso Alves	—	11	—	2	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Roberto D'Ávila	8	7	—	6	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Roberto Freire	20	14	—	1	1	—	1	6	—	—	—	1	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Roberto Jefferson	3	1	—	—	—	1	1	—	1	—	—	—	—	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Roberto Rollemberg	—	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—	—	1	—	—	—	—	—
Roberto Torres	—	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Roberto Vital	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Robson Marinho	—	38	—	1	—	—	—	9	3	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Rodrigues Palma	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ronaldo Carvalho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Ronaldo César Coelho	2	3	—	2	1	1	—	1	—	—	—	—	—	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Ronaro Correa	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Rosa Prata	—	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Rosário Congro Neto	1	60	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	4	—	—	1	2	—	—	—	—

V – TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

DA 48.ª LEGISLATURA

V — TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 48ª LEGISLATURA

SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 13 sessões conjuntas, sendo dez para tratar de matéria legislativa, duas para trabalho de comissões e uma solene.

A sessão solene foi a seguinte:

Data	Finalidade
7-1-91	Destinada à instalação dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 48ª Legislatura.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
288, de 14-12-90		274/90-CN (926/90, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a dissolver ou privatizar a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — LLOYD-BRAS.	Convertida na Lei nº 8.169, de 17-1-91, oriunda do PLV nº 1/91.
289, de 17-12-90		275/90-CN (927/90, na origem)	Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR, e dá outras providências.	Rejeitada
290, de 17-12-90		276/90-CN (928/90, na origem)	Estabelece regras para a fixação e negociação de encargos educacionais e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 8.170, de 17-1-91, oriunda do PLV nº 3/91.
291, de 3-1-91		2/91-CN (6/91, na origem)	Dispõe sobre o reajustamento de aluguel na locação predial urbana.	Aprovada nos termos do PLV nº 4/91. Veto total.
292, de 3-1-91		3/91-CN (7/91, na origem)	Dispõe sobre a garantia de Salário Efetivo e dá outras providências.	Perdeu a eficácia.
293, de 17-1-91		5/91-CN (41/91, na origem)	Dispõe sobre princípios de Política Agrícola, estabelecendo atribuições ao Conselho Nacional de Política Agrícola — CNPA, tributação compensatória de produtos agrícolas, amparo ao pequeno produtor e regras de fixação e liberação dos estoques públicos.	Convertida na Lei nº 8.174, de 30-1-91.

SOMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Medidas Provisórias:

— Total das Medidas Provisórias	6
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	3
da presente sessão legislativa	3
— Aprovada e encaminhada à promulgação	1
— Aprovadas e encaminhadas à sanção nos termos do Projeto de Lei de Conversão, um dos quais foi vetado totalmente	3
— Rejeitada	1
— Perdeu a eficácia	1

Resultado	Emenda	Monstogram	Nº Data
Convertida em Lei nº 1.182 de 17-1-81	Art. 1º da Lei nº 1.182 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	288 de 14-12-80
Rejeitada	Art. 1º da Lei nº 1.182 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	289 de 14-12-80
Convertida em Lei nº 1.183 de 17-1-81	Art. 1º da Lei nº 1.183 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	290 de 17-12-80
Convertida em Lei nº 1.184 de 17-1-81	Art. 1º da Lei nº 1.184 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	291 de 17-12-80
Convertida em Lei nº 1.185 de 17-1-81	Art. 1º da Lei nº 1.185 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	292 de 17-12-80
Convertida em Lei nº 1.186 de 17-1-81	Art. 1º da Lei nº 1.186 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	293 de 17-12-80
Convertida em Lei nº 1.187 de 17-1-81	Art. 1º da Lei nº 1.187 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	294 de 17-12-80
Convertida em Lei nº 1.188 de 17-1-81	Art. 1º da Lei nº 1.188 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	295 de 17-12-80
Convertida em Lei nº 1.189 de 17-1-81	Art. 1º da Lei nº 1.189 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	296 de 17-12-80
Convertida em Lei nº 1.190 de 17-1-81	Art. 1º da Lei nº 1.190 de 17-1-81	271-80-CN 1928-80	297 de 17-12-80

REQUERIMENTOS

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1/91	8-1-91	Sen. Fernando Henrique Cardoso	Referente à ajuda de custo pela convocação extraordinária do Congresso Nacional.	Rejeitado
2/91	10-1-91	Dep. Adylson Motta	Votação nominal.	Prejudicado
3/91	10-1-91	Dep. Irma Passoni	Retirada de emenda.	Deferido
4/91	11-1-91	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
5/91	11-1-91	Dep. José Tavares	Votação em separado de emenda.	Deferido
6/91	11-1-91	Dep. Adylson Motta	Votação nominal.	Aprovado
7/91	11-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
8/91	11-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
9/91	11-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
10/91	11-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
11/91	11-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
12/91	11-1-91	Dep. Roberto Freire	Destaque.	Deferido
13/91	11-1-91	Dep. Euclides Scalco	Destaque.	Deferido
14/91	11-1-91	Dep. Euclides Scalco	Destaque.	Deferido
15/91	11-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
16/91	11-1-91	Dep. Roberto Freire	Destaque.	Deferido
17/91	11-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
18/91	11-1-91	Dep. Euclides Scalco	Destaque.	Deferido
19/91	11-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Destaque.	Deferido
20/91	11-1-91	Dep. Jonas Pinheiro	Votação em separado de emenda.	Deferido
21/91	11-1-91	Dep. Cunha Bueno	Votação em separado de emenda.	Deferido
22/91	11-1-91	Dep. José Dutra	Votação em separado de emenda.	Deferido
23/91	11-1-91	Dep. Cunha Bueno	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
24/91	11-1-91	Dep. Adylson Motta	Votação nominal.	Aprovado
24-A/91	11-1-91	Dep. Adylson Motta	Votação nominal.	Prejudicado
25/91	11-1-91	Dep. Euclides Scalco	Preferência	Aprovado
26/91	12-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
27/91	12-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
28/91	12-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
29/91	12-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
30/91	12-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
31/91	12-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
32/91	12-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
33/91	12-1-91	Sen. José Ignácio Ferreira	Destaque.	Deferido
34/91	12-1-91	Sen. José Ignácio Ferreira	Destaque.	Deferido
35/91	12-1-91	Sen. José Ignácio Ferreira	Destaque.	Deferido
36/91	12-1-91	Sen. Carlos Patrocí- nio	Votação em separado de emenda.	Deferido
37/91	12-1-91	Dep. Miro Teixeira	Preferência.	Rejeitado
38/91	24-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
39/91	24-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
40/91	24-1-91	Dep. Miro Teixeira	Destaque.	Deferido
41/91	24-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
42/91	24-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
43/91	24-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
44/91	24-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
45/91	24-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
46/91	24-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
47/91	24-1-91	Dep. Amaral Netto	Votação nominal.	Aprovado
48/91	26-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
49/91	26-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
50/91	26-1-91	Dep. César Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
51/91	26-1-91	Dep. Miro Teixeira	Votação em separado de emenda.	Deferido
52/91	26-1-91	Dep. César Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
53/91	26-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
54/91	26-1-91	Dep. Gastone Righi	Votação em separado de emenda.	Deferido
55/91	26-1-91	Dep. Carlos Alberto Caó	Votação em separado de emenda.	Deferido
56/91	26-1-91	Dep. Adylson Motta	Votação nominal.	Aprovado
57/91	26-1-91	Dep. Ricardo Fiuza	Votação nominal.	Aprovado
58/91	30-1-91	Dep. Euclides Scalco	Inversão da pauta.	Aprovado
59/91	30-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
60/91	30-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
61/91	30-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
62/91	30-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
63/91	30-1-91	Dep. Gumercindo Milhomem	Votação em separado de emenda.	Deferido
64/91	30-1-91	Dep. Etevaldo Nogueira	Votação nominal.	Aprovado
65/91	30-1-91	Dep. Etevaldo Nogueira	Preferência.	Prejudicado
66/91	31-1-91	Dep. Etevaldo Nogueira	Votação nominal.	Prejudicado
67/91	1º-2-91	Dep. Etevaldo Nogueira	Votação nominal.	Prejudicado
68/91	1º-2-91	Dep. Etevaldo Nogueira	Preferência.	Prejudicado

SÚMULA

Total dos Requerimentos	69
Aprovados	8
Deferidos	53
Rejeitados	2
Prejudicados	6

VI – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

DA 48.ª LEGISLATURA

VI — QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 48.^a LEGISLATURA

A 22 de janeiro de 1991, foi o Congresso Nacional convocado extraordinariamente pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 57, § 6º, II, da Constituição Federal para, a partir de 23 do mesmo mês, apreciar a Medida Provisória nº 293, de 17 de janeiro de 1991 e o projeto de lei encaminhado através da Mensagem nº 36, de 1991, que institui crimes contra a ordem econômica com vigência de seis meses e cria o sistema de estoques de combustíveis (edital de Convocação publicado no **Diário Oficial** da União do dia 23-1-91, seção I, pág. 1781).

O projeto que tomou na Câmara dos Deputados o nº 6.134/91 e no Senado o nº PLC 1/91, foi aprovado, em termos de substitutivo. Encaminhado à sanção, deu origem à Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, tendo sido vetado, parcialmente, pelo Presidente da República.

A Medida Provisória nº 293, de 1991, aprovada pelo Congresso Nacional, deu origem à Lei nº 8.174, de 30 de janeiro de 1991, que dispõe sobre princípios de Política Agrícola, estabelecendo atribuições ao Conselho Nacional de Política Agrícola — CNPA, tributação compensatória de produtos agrícolas, amparo ao pequeno produtor e regras de fixação e liberação dos estoques públicos, promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

Fato inédito ocorreu quando dessa convocação extraordinária do Congresso Nacional e que convém ser registrado.

A 3 de janeiro de 1991, o Presidente da República, no uso da competência que lhe confere o art. 57, § 6º, II, da Constituição Fede-

ral, convocou extraordinariamente o Congresso Nacional para, no período de 7 a 31 de janeiro, apreciar cinco medidas provisórias baixadas durante o período de recesso.

Em obediência às disposições constitucionais, foi instalada, às 18:30 h do dia 7 de janeiro, a terceira sessão legislativa extraordinária da 48.^a Legislatura.

Sendo as medidas provisórias apreciadas em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, à vista do disposto no § 7º do art. 57 da Constituição, não houve reunião, em separado, da Câmara e do Senado.

Com a edição de nova Medida Provisória (nº 293/91) e o recebimento da Mensagem nº 36/91, matérias que não constavam daquela convocação e que nela não poderiam ser apreciadas em virtude da vedação inserta no § 7º do art. 57 da Constituição, o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara, no uso da competência que lhes confere o art. 57, § 6º, II, da Lei Maior, mesmo não havendo sido encerrado o período para o qual fora convocado pelo Presidente da República, convocaram novamente o Congresso Nacional para, a partir de 23 de janeiro, sem data, portanto, para seu encerramento, apreciar o projeto de lei e a Medida Provisória nº 293, passando, a partir desta data, a reunirem-se, Câmara e Senado, em conjunto (para apreciação das medidas provisórias) e em separado (para apreciação do projeto de lei).

A 31 de janeiro de 1991, tendo sido atendidas as finalidades das duas convocações, voltou o Congresso Nacional ao recesso constitucional.

COMISSÃO MISTA

Medida Provisória nº 293, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre princípios de Política Agrícola, estabelecendo atribuições ao Conselho Nacional de Política Agrícola — CNPA, tributação compensatória de produtos agrícolas, amparo ao pequeno produtor e regras de fixação e liberação dos estoques públicos.

COMPOSIÇÃO:

Presidente: Deputado JONAS PINHEIRO

Vice-Presidente: Senador LOUREMBERG NUNES ROCHA

Relator: Deputado NYDER BARBOSA

Senadores:

Amir Lando
Cid Sabóia de Carvalho
Dirceu Carneiro
Gerson Camata
Humberto Lucena
João Castelo
José Richa
Lourenberg Nunes Rocha
Lourival Baptista
Márcio Lacerda
Mauro Benevides
Odacir Soares
Ronaldo Aragão
Ronan Tito

Deputados:

Chico Humberto
Iberê Ferreira
Iturival Nascimento
Ivo Mainardi
Jonas Pinheiro
José Fernandes
Leur Lomanto
Messias Góis
Nyder Barbosa
Paulo Macarini
Santinho Furtado
Saulo Queiroz
Vicente Bogo

O Parecer nº 8/91-CN, concluiu pela admissibilidade.

O Parecer nº 9/91-CN, concluiu pela aprovação da Medida.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 48ª LEGISLATURA

25-1-91 — 18h30min — Instalação dos Trabalhos no Senado Federal

Sessões realizadas — quatro

25-1-91 — 18h45min — Recebimento do Projeto de Lei da Câmara nº 1/91 (nº 6.134/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui crimes contra a ordem econômica com vigência de seis meses e cria o sistema de estoques de combustíveis.

30-1-91 — 18h30min — Aprovado o projeto nos termos de substitutivo — à Câmara.

Requerimentos apresentados: nº 9/91, de urgência (art. 336, "b"), subscrito por mais de cinquenta Senadores — Aprovado.

nº 10/91, de autoria do Senador Amir Lando, de retirada de emenda — Aprovado.

Pareceres: oral, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1/91, proferido pelo Senador José Fogaça, concluindo por substitutivo integral.

nº 1/91, da Comissão Diretora — Relator Senador Pompeu de Sousa, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

Oradores: Discussão: Cid Sabóia de Carvalho, Mário Covas e Nelson Carneiro.

Encaminhamento de votação: Mário Covas.

Discursos: José Fogaça, Humberto Lucena, José Ignácio Ferreira, Ronan Tito, Roberto Campos, João Calmon, Alfredo Campos e Odacir Soares.

VII – PALAVRAS FINAIS

VII — PALAVRAS FINAIS

Pronunciamento do Presidente, Senador Nelson Carneiro, ao se encerrar a sessão legislativa, em 17 de dezembro de 1990, perante o Senado Federal:

“Srs. Senadores:

A Quadragésima Oitava Legislatura foi testemunha de profundas e surpreendentes mudanças no Mundo e no Brasil. O Muro de Berlim, tão sólido em sua estrutura de cimento e aço, ruiu como castelo de cartas, ante o sopro do entendimento, dos anseios e da necessidade de paz. A **Perestroika**, de Gorbachev, alastrou-se por todo o Leste Europeu e esfarrapou a Cortina de Ferro, que dividia o Mundo em dois blocos perigosamente antagônicos. A democracia provou ser o instrumento mais adequado para promover o entendimento e estabelecer a concórdia entre os homens e as nações.

Neste mesmo período, o Brasil deu importantes passos no processo de consolidação democrática. Ao primeiro Presidente da República pós-revolucionário sucedeu o segundo, este já eleito pela vontade direta do povo; e um Congresso renovado vai representar esse mesmo povo a partir de fevereiro próximo.

Mudanças profundas não se fazem, porém, sem traumas.

Em âmbito mundial, a discórdia estabeleceu forte trincheira no Oriente Médio; a Alemanha, exemplo de recuperação e de prosperidade econômica e social, se vê, uma vez unificada territorialmente, a braços com o conflito das disparidades sociais e tecnológicas das populações do Leste e do Oeste; e a União Soviética, superpotência mundial, abrindo-se ao Mundo, revelou-se impotente para, a curto prazo, matar a fome de seu povo.

Para salvar a **Perestroika**, para salvar a democracia, para salvar a paz mundial, as nações mais ricas cotizam-se em bilhões de dólares para socorrer a população russa. Mais que um gesto de compreensão, é uma medida de sobrevivência. A fome é o maior inimigo

da paz, no âmbito da família, do bairro, do município, do estado, do país e do mundo.

No caso brasileiro, as mudanças também ocasionaram e estão ocasionando dolorosos traumas.

Não me cabe, nesta solenidade, elogiar ou condenar os rumos governamentais. É mister constatar que se trata de um governo de forte personalidade e de indiscutível determinação. Cumpre-me, no entanto, alertar para alguns fatos de indisfarçável gravidade.

No correr do ano que ora finda, foram freqüentes as divergências entre a classe política e a área executiva. Se esses episódios não caracterizaram, ainda, uma confrontação entre Poderes da República, constituem, todavia, um caminho difícil. Para que não seja trilhado, urge estabelecer a simbiose entre o técnico e o político.

Foi o político que, para acabar com o autoritarismo do decreto-lei, instrumentalizou o Executivo com a medida provisória. Mas foi o técnico que banalizou o dispositivo constitucional, transformando em regra o que constituinte estabeleceu como exceção legislativa.

O atrito não é de hoje. A expressão desse choque é o veto, tão animadamente utilizado pelo Presidente, naturalmente convencido pela assessoria técnica. E o conflito entre os Poderes se pode agravar perigosamente, na medida em que os reflexos se espraiam pelos setores da sociedade interessados nas medidas conflituosas.

Entre muitas lições, Milton Campos deixou-nos a de que “obra política é obra de sabedoria”. Dizia não se poder dispensar, no mundo moderno, a presença, a colaboração e a orientação dos técnicos — sociólogos, planejadores, economistas. Entendia-os necessários e até felizes por acreditarem nas coisas que fazem. Mas anotava uma distinção entre o saber e a sabedoria, esta transcendendo aquela no sentido da informação, ainda que profunda e ampla.

Vale a pena citar Milton Campos, literalmente:

“Lembro-me da famosa frase de Sócrates quando o oráculo o declarou o mais sábio dos homens: “eu só sei que nada sei”. E me lembro de Guimarães Rosa, no tumulto do “Grande Sertão: Veredas”. Ele coloca na boca do Sócrates sertanejo esta expressão: “Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa”. Nesse desconfiar está a diferença entre o sabedor e o sábio. Via de regra, o sábio supõe saber pouco, mas desconfia muito, e o técnico presume saber muito, mas desconfia pouco.”

Situada no meio desse confronto, a sociedade sai prejudicada, por vezes sacrificada.

Eu me pergunto se acaso se pode construir um estado forte debilitando a sociedade. É verdade que nenhuma nação pode atingir altos estágios de desenvolvimento e uma adequada estabilidade social, com uma inflação galopante. É evidente que mudanças de profundidade exigem sacrifícios gerais. Mas é de se questionar se existe algum plano que seja absolutamente perfeito e, como tal, irremediavelmente intocável.

Na política — e a economia é um de seus ramos — não há regras fixas e imutáveis. Se não for capaz de conduzir a evolução dos acontecimentos, cabe-lhe a missão de se adaptar a eles, ou deles tirar o maior proveito, para minorar efeitos negativos. Contra a inflação se trava não uma batalha, mas uma guerra, que é composta de muitas batalhas, algumas que se perdem, a decisiva que é forçoso ganhar. Avançar e recuar fazem parte da estratégia. Ao querer avançar sempre, quaisquer que sejam as circunstâncias, nem sempre se caminha para o sucesso.

A sociedade teme a fome, mãe de todos os desesperos.

O pacto social é a solução?

É hoje, talvez, o único caminho. Urge constatar, em primeiro lugar, que o pacto social é um ato eminentemente político, mesmo quando, estranhamente, se coloque a classe política à margem dos entendimentos.

Há muito tempo estou convencido de que só um acordo entre os diversos segmentos sociais é instrumento capaz de colocar o País no caminho do futuro de grandeza a que tem direito. Ao assumir a Presidência desta Casa e do Congresso, convoquei, para debater o assunto, os Partidos políticos e os líderes dos setores representativos da comunidade nacional. Foi uma tentativa que considero válida, embora os resultados tenham sido desalentadores. Verifico hoje, que o momento não era propício. O Governo estava em fim de

mandato e, em conseqüência, sem respaldo para assumir compromissos sequer a curto prazo. E a campanha eleitoral absorvia as atenções gerais e gerava um clima de esperança que ofuscava realidades palpáveis. De qualquer forma, orgulho-me de, como Presidente do Poder Legislativo, ter dado o primeiro passo concreto, buscando viabilizar o acordo nacional. Sendo o entendimento, essencialmente um ato político, vale repetir vejo com certo ceticismo essas reuniões das quais não participa a classe política. É esta que encontra no diálogo a grande arma da atividade parlamentar. Mesmo assim, reconheço que já houve inegáveis avanços. Forças antagônicas aparentemente inconciliáveis partiram para o diálogo construtivo e chegaram a alguns denominados comuns. É o princípio do desarmamento dos espíritos, que deve nortear todas as partes envolvidas na negociação, que não é contra ninguém, mas a favor de todos, porque a favor do Brasil. É conveniente recordar que o tão citado Pacto de Moncloa se resume às linhas mestras de um plano econômico e social, acordadas entre as partes e em seguida desenvolvidas e colocadas em execução pelo governo.

Srs. Senadores, terminamos uma jornada. Estou certo de que cada um de nós cumpriu seu dever e levou a cabo sua missão da melhor forma que pôde. Como um todo, o Senado e o Congresso viveram uma Sessão Legislativa marcada por efeitos singulares. As eleições de 15 de novembro exigiram de nós tempo e esforços que, normalmente, dedicaríamos à atividade parlamentar. Mas esse foi um dever extensivo ao nosso mandato, que cumprimos. O episódio de maior singularidade foi o de termos apreciado, discutido, emendado, obstruído e votado mais de 150 medidas provisórias, em sua grande maioria altamente polêmicas. Entre nós, discutimos, divergimos, celebramos acordos e decidimos no voto. Com o Poder Executivo procuramos manter um diálogo franco e leal, auscultando seu pensamento através de convocação de seus representantes, sobretudo em questões momentosas, como foi o caso, por exemplo, da dívida externa. Deste modo, cumprimos o preceito da harmonia. E tivemos oportunidade de fazer valer o princípio da independência, inclusive ao exigirmos respostas, dentro dos prazos, a nossos requerimentos de informações.

Apesar de tantos esforços, nossa imagem ante a opinião pública não é das mais confortáveis. A imprensa, que ignora os trabalhos de rotina — porque a rotina e o dever não são notícia —, não nos perdoa os deslizos. As vezes até injustamente. Mas ela é peça essencial para a atividade parlamentar. Divulgando, elogiando ou criticando, cumpre seu dever e nos estimula a melhor cumprir nossa missão. Defeitos os teremos, cada um de nós, individualmente, e todos nós, como instituição. O

importante é que cada um de nós se compenetre do papel que representa, do zelo pelo mandato, da necessidade do esforço pela solução dos problemas nacionais, do convencimento de que o Poder Legislativo precisa prestigiar-se ante a opinião pública.

Isso vale para os que vamos continuar no exercício do mandato como para aqueles que foram recentemente eleitos. A todos nos esperam dias difíceis e espinhosos, pois árduos serão os caminhos a serem trilhados pelo povo brasileiro nos próximos tempos.

Em nosso coração e, sobretudo neste Natal, devemos encarar a realidade, embora dura, com otimismo, a exemplo de Juscelino Kubitschek, que, contraditando os pessimistas que proclamavam estar o Brasil à beira do abismo, replicou: "Não há perigo. O Brasil é maior".

Esta a mensagem que deixo aos que aqui não continuam, não se candidataram, ou porque as urnas não lhes foram ocasionalmente favoráveis. A convivência nos tornou amigos e sua ausência vai deixar, nos que ficam, as marcas da saudade e da admiração. Tenho certeza de que, estejam onde estiverem, continuarão trabalhando pelo povo e pela Pátria, e confio que em breve retornarão a esta Casa.

A todos, aos que nos deixam e aos que permanecem, expresso meus mais sinceros agradecimentos pela colaboração que me emprestaram na condução dos trabalhos desta Casa.

Testemunho minha constante gratidão a todos os Membros da Comissão Diretora, que

me coube presidir, e especialmente aos ilustres Senadores Mendes Canale, Pompeu de Sousa e Antônio Luiz Maya, que tanto me ajudaram a vencer as procelas administrativas e aqui não estarão na reabertura dos trabalhos legislativos. Não foi fácil a tentativa de impor à administração a austeridade reclamada pelo interesse público, nem a luta para evitar tolerâncias e privilégios justificados sob a constante alegação de que esta é uma Casa política. Faço votos a Deus para que conceda aos dirigentes que vierem depois de nós a possibilidade de dar seqüência ao que não nos foi possível concluir.

Por igual, meu agradecimento aos Líderes, sem cuja cooperação teria sido impossível vencer as dificuldades de complicadas pautas.

Cabe-me, ainda, agradecer àqueles que são o alicerce de nosso trabalho — os funcionários da Casa —, na pessoa do Diretor-Geral, o ex-Senador Passos Pôrto. É hora de homenagear igualmente o Sr. Nerione Cardoso, que tão excelentes e relevantes serviços, durante tantos anos, prestou ao Poder Legislativo.

Minhas saudações aos jornalistas, que fazem a cobertura de nossas atividades no Senado e no Congresso e que, pelo trabalho e pela convivência, se incrustraram em nossa amizade.

A todos formulo votos de um feliz Natal e de um Ano Novo, além de venturoso, de fecundo trabalho em favor da Nação brasileira."